

Novembro de 2017

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

|           |  |           |
|-----------|--|-----------|
| <b>I.</b> | <b>REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>   | <b>I</b>  |
| 1.1       | Angola sobe sete lugares mas ainda tem 16º pior ambiente de negócios do mundo                | 1         |
| 1.2       | Subsídio «é uma questão de direitos humanos»   | 2         |
| 1.3       | 1,6 Milhões de trabalhadores pagam a 129 mil pensionistas                                    | 2         |
| 1.4       | Angola entre os mais ricos na África Subsariana  | 3         |
| 1.5       | Ministra promete tirar mais de 3 milhões de angolanos da pobreza até 2022                    | 4         |
| 1.6       | OPSA aconselha prudência na fasquia dos números  | 5         |
| 1.7       | Crise e necessidade de criar autoemprego elevam Angola à taxa mais alta de empreendedorismo  | 5         |
| 1.8       | Qual a real situação económica de Angola recessão ou estagflação?                            | 6         |
| <b>2.</b> | <b>MICROFINANÇAS</b>   | <b>8</b>  |
| 2.1       | Falta de organização contabilística nas empresas inviabiliza concessão de crédito            | 8         |
| 2.2       | Pescadores querem microcrédito para aumentar capturas  | 8         |
| 2.3       | Dias difíceis para Adriano Mendes de Carvalho  | 9         |
| 2.4       | Vendedores ambulantes confrontam governador de Luanda  | 9         |
| 2.5       | Gestores insatisfeitos com funcionamento dos bancos  | 10        |
| 2.6       | Mansanga Mayamputo «Atingimos a população de rendimento baixo e médio baixo»                 | 11        |
| 2.7       | Projovem dá créditos de dois mil milhões   | 12        |
| 2.8       | Xikila Money atinge os cem mil clientes  | 13        |
| 2.9       | Acesso a financiamento é o maior entrave ao empreendedorismo em Angola                       | 13        |
| 2.10      | O acesso ao crédito é dos piores que existem no mundo  | 14        |
| <b>3.</b> | <b>MERCADO INFORMAL</b>  | <b>17</b> |
| 3.1       | Os vendedores de rua   | 17        |
| 3.2       | Pontos de venda de peixe precisam de urgente higienização                                    | 18        |
| 3.3       | Moradores do Quintalão revoltados com vendedores   | 20        |
| 3.4       | Os activos tóxicos da governação de Luanda   | 21        |
| 3.5       | A privatização dos mercados  | 22        |
| 3.6       | Centenas de imigrantes nas zonas diamantíferas   | 23        |
| 3.7       | Mártires de Kifangondo e mercado informal online de divisas alargam negócio                  | 23        |
| 3.8       | Nota de 100 USD já custa 40.000 Kz no 'Wall Street' do Mártires e deve aumentar até ao Natal | 24        |
| 3.9       | "O mercado informal de divisas é um caso de segurança de estado "                            | 25        |
| 3.10      | SIC acusado de apreender mercadoria dos vendedores em Cacucaco                               | 26        |
| 3.11      | Jovens empreendedores promovem uma feira   | 26        |
| 3.12      | 'Zunga' é o único meio de sustento para milhares de famílias                                 | 26        |
| 3.13      | A Contingência das Zungueiras no País  | 27        |
| 3.14      | Administrador de Viana 'menospreza' JES  | 28        |
| 3.15      | Vendedores da BCA transferidos para outros mercados  | 28        |
| 3.16      | Em causa o litígio sobre mercado do Km 30  | 29        |
| 3.17      | Venda anárquica irrita administração   | 30        |
| 3.18      | Mártires continua a movimentar divisas   | 30        |
| 3.19      | Vendedoras acusam fiscais de agressão  | 32        |
| 3.20      | Higienizar a Mabunda leva ministra   | 33        |
| 3.21      | Preços altos afugentam clientes no mercado de peixe do Asa Branca                            | 34        |
| 3.22      | Uma sobrevivência mergulhada no mar  | 35        |
| 3.23      | Falta de Divisas coloca "muambeiras" na rota do Luvo   | 36        |
| 3.24      | Venda segura no Mercado da Mabunda   | 37        |

|           |  |           |
|-----------|--|-----------|
| <b>4.</b> | <b>OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>  | <b>39</b> |
| 4.1       | Banco Mundial vai financiar Orçamento Geral do Estado                                      | 39        |
| 4.2       | OGE 2018 vai ao Parlamento   | 40        |
| 4.3       | Arrecadações sobem na região do Huambo   | 40        |
| 4.4       | População defende maior organização das administrações tributárias locais                  | 41        |
| 4.5       | Cobrança de impostos 20% abaixo do previsto no OGE 2017                                    | 41        |
| <b>5.</b> | <b>GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>  | <b>43</b> |
| 5.1       | Governador quer colocar regras nas ruas de Luanda e já deixou o aviso                      | 43        |
| 5.2       | João Lourenço vai deixar cair os maus gestores   | 43        |
| 5.3       | Administradora do Sambizanga pede empenho dos municípios na resolução dos problemas locais | 44        |
| 5.4       | Diploma sobre desconcentração administrativa concluído                                     | 45        |
| 5.5       | Fórum dos Municípios muda de figurino e ganha nova dimensão                                | 46        |
| 5.6       | Adriano Mendes de Carvalho salvaguarda maus administradores                                | 46        |
| 5.7       | E se Catalunha fosse uma peça exibida em palco africano                                    | 47        |
| 5.8       | Fórum dos Municípios na próxima semana   | 48        |
| 5.9       | Fórum dos municípios na busca de soluções para problemas locais                            | 49        |
| 5.10      | As administrações municipais e as comunidades  | 50        |
| 5.11      | Fórum discute o papel dos municípios   | 51        |
| 5.12      | “Reforma do Estado-um imperativo para um serviço de excelência ao cidadão”                 | 52        |
| 5.13      | Descentralização facilita a afectação do dinheiro  | 53        |
| 5.14      | Gritos de socorro de administradores marcam fórum dos municípios                           | 54        |
| 5.15      | Novo regime financeiro é urgente   | 55        |
| 5.16      | Fórum dos Municípios encerra com maior aposta na descentralização do poder local           | 56        |
| 5.17      | Autarquias condicionam retirada de Samakuva  | 56        |
| 5.18      | Descentralização e Quadros   | 57        |
| 5.19      | Mais autonomia para os municípios  | 58        |
| 5.20      | Municípios defendem alocação de recursos financeiros                                       | 59        |
| 5.21      | Poder judicial angolana assolado pelo cancro da corrupção                                  | 60        |
| 5.22      | Poder local vai ter competências antes das autárquicas                                     | 60        |
| 5.23      | População defende maior organização das administrações tributárias locais                  | 61        |
| 5.24      | Vice-PR garante eleições nesta legislatura   | 61        |
| 5.25      | Coligação CASA-CE apoia as autárquicas   | 62        |
| 5.26      | A centralização do poder é a fonte de desordem social                                      | 62        |
| 5.27      | Ministro quer gestão participativa   | 65        |
| <b>6.</b> | <b>URBANISMO E HABITAÇÃO</b>   | <b>66</b> |
| 6.1       | Executivo vai reduzir o défice habitacional  | 66        |
| 6.2       | Interior nega acusações de apropriação de casas  | 66        |
| 6.3       | MININT esclarece compra de casa à Jefran   | 67        |
| 6.4       | Água ameaça «destruir» prédio Gutemberg  | 67        |
| 6.5       | Crescimento Urbano Requer Políticas Inovadoras   | 68        |
| 6.6       | Escassez de materiais de construção  | 69        |
| 6.7       | A necessidade de uma política habitacional credível  | 70        |
| 6.8       | Impunidade no Ministério da Construção   | 71        |
| 6.9       | As makas do Nova Vida  | 72        |
| 6.10      | Falta água e segurança no Jardim do Éden   | 72        |
| 6.11      | Oferta habitacional cresce no mercado local  | 73        |
| 6.12      | A bipolarização em Luanda  | 73        |
| 6.13      | Imogestin garante realojar famílias  | 74        |
| 6.14      | Moradores constroem ao longo da linha férrea fugidos das inundações                        | 75        |

|      |  |    |
|------|--|----|
| 6.15 | Centenas de imóveis alienados pelo Estado              | 76 |
| 6.16 | Centralidade do Andulo começa a ser habitada           | 77 |
| 6.17 | Edifícios em fase de degradação serão cadastrados      | 77 |
| 6.18 | Mártires continua a movimentar divisas                 | 78 |
| 6.19 | Jefran - o bilingue da casa própria!? (I)              | 79 |
| 6.20 | Bairro dos abandonados                                 | 80 |
| 6.21 | Empresa ergue casas sociais para funcionários públicos | 80 |

## 7. TERRA

82

|      |   |    |
|------|---|----|
| 7.1  | Agricultores agastados com expropriação das suas terras             | 82 |
| 7.2  | Terras improdutivas geram pesadas percas                            | 82 |
| 7.3  | Ameaças de mais demolições em Viana                                 | 83 |
| 7.4  | Terrenos para fábricas de cimento em litígio                        | 83 |
| 7.5  | Casas em linhas de água podem causar tragédias                      | 84 |
| 7.6  | Imogestim garante realojar famílias                                 | 85 |
| 7.7  | Moradores constroem ao longo da linha férrea fugidos das inundações | 86 |
| 7.8  | Huambo cadastra terrenos  | 87 |
| 7.9  | Dez pessoas condenadas no Lobito por ocupação de terrenos           | 87 |
| 7.10 | Bairro dos abandonados  | 88 |
| 7.11 | Subestação Eléctrica no Bitá opõe camponeses e administração        | 88 |
| 7.12 | Administração Admite Irregularidades                                | 89 |
| 7.13 | Moradores acusam Administração de ocupação ilegal de terrenos       | 90 |
| 7.14 | É preciso combater o suborno  | 91 |
| 7.15 | Terreno de estádio 11 de Novembro a retalho                         | 91 |

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

93

|      |  |     |
|------|--|-----|
| 8.1  | O problema é antigo  | 93  |
| 8.2  | Saneamento básico regista avanços  | 93  |
| 8.3  | "Braço-de-ferro" sobre fontanário de água  | 93  |
| 8.4  | Municípios do Lubango agastados com o lixo na cidade   | 94  |
| 8.5  | Os milhões perdidos no lixo de Luanda  | 95  |
| 8.6  | Água e energia eléctrica preocupam moradores   | 96  |
| 8.7  | As makas do Nova Vida  | 96  |
| 8.8  | Trinta mil famílias com água em Cabinda  | 97  |
| 8.9  | Água potável vai Jorrar  | 98  |
| 8.10 | Consequências da incineração e exposição do lixo em Luanda   | 98  |
| 8.11 | Falta água e segurança no Jardim do Éden   | 99  |
| 8.12 | Milhões de dólares desperdiçados em urinóis públicos   | 100 |
| 8.13 | Paz Sem Pão: Angolanos, Vítimas de Repressão Sociopolítica e Económica Num Pleno Pós-colonialismo (10) | 101 |
| 8.14 | Cidadãos pedem mais contentores para deposição de lixo em Benguela                                     | 102 |
| 8.15 | Queremos a água...   | 102 |
| 8.16 | Distribuição à cidade considerada deficitária  | 103 |
| 8.17 | População de Canjala tem mais água potável   | 104 |
| 8.18 | Água na Avenida Lenine   | 104 |
| 8.19 | Abastecimento de água pode ser melhorado   | 104 |
| 8.20 | Falta de combustível origina crise de água   | 105 |
| 8.21 | Cerca de 60% da população sem acesso a instalações sanitárias  | 105 |
| 8.22 | Água no bairro da Madeira  | 106 |
| 8.23 | Lubango sem orçamento para saneamento básico   | 106 |
| 8.24 | Zonas críticas do Cazenga priorizadas na visita do Governador de Luanda                                | 107 |
| 8.25 | Atrasos salariais «afogam» trabalhadores da EPAL   | 108 |
| 8.26 | Água potável no Quela jorra em mais torneiras  | 109 |
| 8.27 | EPAL abaixo da sua capacidade  | 109 |

|      |  |     |
|------|--|-----|
| 8.28 | Requalificação de infraestruturas melhora condições dos habitantes | 110 |
| 8.29 | Fornecimento de água e reforçado em breve                          | 112 |
| 8.30 | Amontoados de lixo ofuscam a capital                               | 112 |

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 113

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 9.1  | Raptos em Luanda aterrorizam populares  | 113 |
| 9.2  | "Paraíso de Cacuaco" transformado em "inferno", por falta de estratégia da polícia nacional | 114 |
| 9.3  | Bairros de Luanda escondem crimes   | 115 |
| 9.4  | Queremos o policiamento, agora!   | 115 |
| 9.5  | Moradores Clamam pela Intervenção da Polícia  | 116 |
| 9.6  | "Prevenção criminal passa pela resolução problemas sociais"                                 | 117 |
| 9.7  | A criminalidade continua em alta em Luanda  | 118 |
| 9.8  | Executivo troca armas por utensílios agrícolas  | 119 |
| 9.9  | Jurista defende celeridade na tramitação de processos sobre violência doméstica             | 120 |
| 9.10 | Restrições de energia elétrica aumentam criminalidade no Namibe                             | 120 |
| 9.11 | Mulheres querem melhor cumprimento de políticas para sua protecção                          | 121 |
| 9.12 | O Estado e a Violência Doméstica  | 122 |

## 10. AMBIENTE 123

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| 10.1  | Inundações e delinquência despovoam bairro Buraco                       | 123 |
| 10.2  | Chuva mata duas pessoas em Luanda                                       | 124 |
| 10.3  | Chuvas matam em Luanda  | 124 |
| 10.4  | Pescangola lança plano de gestão de resíduos                            | 125 |
| 10.5  | Chuvas deixam bairros de Ondjiva sem energia                            | 125 |
| 10.6  | Mais 100 mil árvores plantadas no Cuima                                 | 126 |
| 10.7  | Agricultura desencoraja abate ilegal de árvores                         | 126 |
| 10.8  | Casas em linhas de água podem causar tragédias                          | 126 |
| 10.9  | Progressão de ravinas preocupa a população                              | 127 |
| 10.10 | Chuva provoca ravinas em bairros periféricos                            | 128 |
| 10.11 | Moradores constroem ao longo da linha férrea fugidos das inundações     | 129 |
| 10.12 | Cerca de 60% da população sem acesso a instalações sanitárias           | 130 |
| 10.13 | Zonas críticas do Cazenga priorizadas na visita do Governador de Luanda | 131 |
| 10.14 | INAMET prevê chuva forte para o centro e leste do país                  | 131 |
| 10.15 | O buracão   | 132 |
| 10.16 | É preciso combater o suborno  | 132 |
| 10.17 | Exploração desenfreada de madeira                                       | 132 |
| 10.18 | Polígonos florestais vão ser repovoados                                 | 133 |

## 11. MIGRAÇÃO 135

## 12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 136

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Angola sobe sete lugares mas ainda tem 16º pior ambiente de negócios do mundo

*Jornal Expansão*

*03 De Novembro de 2017*

*Texto: Joaquim José Reis e Maurício Vieira Dias*

Melhorias no comércio internacional, o aumento de acesso a energia eléctrica e a diminuição do tempo para obter licenças de construção contribuíram para a subida de sete lugares no ranking do relatório Doing Business do Banco Mundial, com Angola a ocupar a 175.ª posição entre 190 países avaliados. Apesar da subida, Angola tem um dos 20 piores ambientes de negócio do mundo.

O relatório "Doing Business 2018: Reformar para Gerar Empregos", do grupo Banco Mundial, analisa as medidas tomadas, entre Junho de 2016 e Junho de 2017, por 190 países para criar empregos, atrair investimento e aumentar a competitividade. No fundo, pretende reflectir as facilidades e dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas da principal cidade de cada país, em 10 critérios que vão desde abrir um negócio até fechar uma empresa, obtenção de crédito, acesso a electricidade e pagamento de impostos, entre outros.

O relatório revela que Angola subiu sete lugares em relação à edição do ano passado, passando da 182ª posição para a 175ª, registando uma pontuação de 41,49.

Angola registou melhorias na atribuição de licenças de construção, no acesso à electricidade e no comércio internacional com o melhoramento das infraestruturas no Porto de Luanda.

As classificações baseiam-se na pontuação média da distância de cada economia até à fronteira dos 100 relativamente aos 10 tópicos relacionados com o ambiente de negócios. Uma nota mais alta significa um ambiente de negócios mais eficiente e instituições legais mais sólidas.

Face ao ano passado, Angola registou melhorias no comércio internacional, com uma subida de 8,06 pontos (apesar de ser o 180º país do mundo neste critério), e desceu apenas em um dos critérios, nomeadamente no pagamento de impostos, com uma descida de 0,44 pontos (ver página 4).

O Doing Business 2018 refere que a "reabilitação" de infra-estruturas no Porto de Luanda" resultou em melhorias no comércio internacional, nomeadamente na redução do tempo de despacho das exportações e importações.

De acordo com o relatório, no que respeita ao cumprimento de contratos, só há quatro países pior que Angola. Cá, são necessários, em média, 1296 dias para resolver um litígio (desde a entrada em tribunal até ao pagamento) e os custos com o tribunal e advogados rondam os 44% do montante global do litígio em causa.

Dos piores do mundo na obtenção de crédito

A obtenção de crédito, o registo de propriedade e a resolução de falências são os critérios onde Angola está na cauda do ranking. Os dados recolhidos referem que iniciar um negócio em Angola demora 36 dias e custa 17,4% do rendimento per capita da população. Em média, demora 173 dias a obter uma licença de construção (contra os 203 dias no relatório do ano passado), depois de completar cerca de 10 procedimentos, e o registo de propriedade demora 190 dias a tirar. Angola é mesmo dos piores países do mundo em relação à obtenção de crédito, uma vez que, de acordo com o Doing Business 2018, tem registos muito abaixo dos outros países em relação a parâmetros como a disponibilidade de informações de crédito.

O economista Alves da Rocha adiantou ao Expansão que as "questões relacionadas com o ambiente de negócios são cruciais para a retomada do crescimento" económico. "A recuperação de sete lugares no ranking é bom, evidentemente, mas não é suficiente permanecendo o País pouco atractivo para o investimento privado devido. Excesso de corrupção, tráfico de influências, nepotismo dos burocratas e burocracia extrema continuarão a ser os grandes obstáculos à recuperação da economia. A qualidade das infra-estruturas também", disse.

Da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Angola só está à frente da RDC (37,65). Destaque para as Ilhas Maurícias, que ocupam o 25º lugar. No ranking geral, pior que Angola estão países como a Guiné-Bissau, o Bangladesh, Timor-Leste, Congo, Chade, Haiti, RDC, Afeganistão,

República Centro Africana, Líbia, Iémen, Sudão do Sul, Venezuela, Eritreia e Somália.

Ao nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), lidera Portugal (29º com 76,84 pontos), seguido de Brasil (125º com 56,45), Cabo Verde (127º com 56,24), Moçambique (138º com 54,00), Guiné-Bissau (176º com 41,45) e Timor-Leste (178º com 40,62). Apenas nos dois últimos países há pior ambiente de negócios que em Angola.

Globalmente, os governos de 119 economias realizaram 264 reformas de negócios no ano passado. Os países em desenvolvimento realizaram 206 reformas, respondendo por 78% do total global, sendo que a África Subsaariana executou 83 reformas, número recorde para a região pelo segundo ano consecutivo. Na região, localizam-se três dos 10 países que mais melhoraram este ano: Malawi, Nigéria e Zâmbia.

Nos últimos 15 anos, a região executou 798 reformas. Em 2003, levava, em média, 61 dias para abrir um negócio na região, em comparação com os actuais 22,5 dias que leva hoje em dia.

## 1.2 Subsídio «é uma questão de direitos humanos»

*Novo Jornal*

*03 Novembro de 2017*

*Texto: Borralho Ndomba*

O país carece até ao momento de uma legislação que regule a atribuição do subsídio de desemprego, num momento em que a taxa de pessoas desempregadas é de cerca de 20%, segundo um relatório sobre o emprego, recolhido a partir do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde 2015-2016, publicado em setembro deste ano.

Apesar de não terem já uma iniciativa legislativa formulada sobre o assunto, os partidos políticos da oposição afirmam que é uma questão que será analisada no novo ano parlamentar, que teve início em Outubro.

A CASA-CE, que prevê discutir na Assembleia Nacional a revisão do pacote legislativo da Lei Geral do Trabalho, informou que durante o seu mandato vai abordar também a questão do subsídio de desemprego, uma garantia dada pelo líder da bancada parlamentar, André Mendes de Carvalho. O deputado disse que os problemas sociais mais preocupantes da vida do cidadão devem ser atendidos.

"Iniciativa já preparada não temos. Mas temos em carteira, como já declaramos publicamente, uma revisão do pacote da Lei Geral do Trabalho e neste processo temos também como preocupação atender a questão do subsídio de desemprego. Portanto, ao longo deste mandato vamos tratar dessa matéria e a questão laboral é uma prioridade para nós".

O subsídio de desemprego é, para a segunda vice-presidente do grupo parlamentar da UNITA, "uma questão de direitos humanos, porque, quando as pessoas são atiradas para o desemprego por causa de falhas dos mercados, o próprio Estado deve encontrar um mecanismo que possa diminuir esse exército de gente que está atirada para o ócio por causa das falhas das nossas políticas".

Em declarações ao Novo Jornal, Navita Ngolo disse que o Estado deve criar mecanismos que possam reduzir o número de pessoas que estão fora do mercado de trabalho.

Enquanto não há no país lei que permita a atribuição de um subsídio aos cidadãos desempregados, o Executivo, de acordo com a deputada, deve conceder a cesta básica às famílias da população inactiva, política que o maior partido da oposição tem estado a defender.

"Sempre defendemos que haja também uma bolsa-família para que esta família possa então conseguir uma cesta básica, algo que não os coloque no limiar da pobreza", afirmou Navita Ngolo.

A Lei Geral do Trabalho prevê apenas benefícios de separação, que é a indemnização de que o trabalhador beneficia.

Para a deputada da UNITA, o país deve criar uma lei específica que possa dar resposta à problemática do subsídio de desemprego.

A parlamentar afirma ainda que o abono pode ser concedido através do imposto de segurança social.

"O Instituto Nacional de Segurança Social tem muito a dar relativamente a esta questão", terminou.

## 1.3 1,6 Milhões de trabalhadores pagam a 129 mil pensionistas

*Jornal de Angola*

*12 De Novembro de 2017*

Um milhão e seiscentos e sete segurados financiam a reforma dos 129 mil pensionistas inscritos no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), à razão de 12



trabalhadores activos por um reformado, noticiou ontem a Angop como base em fontes oficiais.

O coordenador do Plano de Sustentabilidade e Gestão da Segurança Social, Hugo Brás, afirmou à margem do II Fórum Seguros que o número de segurados do país seria superior se todas as empresas inscrevessem os seus trabalhadores e pagassem as contribuições e caso os trabalhadores por conta própria contribuíssem regularmente.

Hugo Braz lamentou que a taxa contributiva do trabalhador por conta de outrem em Angola é muito baixa, de apenas 3,00 por cento do rendimento mensal, caso comparada com as contribuições pagas na União Europeia, de 20 por cento.

O responsável atribuiu o valor da taxa contributiva angolana a razões económicas e políticas e notou que um aumento não depende apenas do INSS, sendo necessária uma concertação social profunda com os empregadores, trabalhadores e o próprio Estado, para se encontrar um modelo em que a contribuição se afigure sustentável.

O coordenador do Plano de Sustentabilidade e Gestão da Segurança Social revelou que todos os dias registam situações de empresas que se furtam ao cumprimento das contribuições.

"Temos muitos empregadores incumpridores, mas não é possível dar números sobre o grau de incumprimento. Existem todos os dias empresas nessas situações e não podemos, em termos reais, saber se a empresa está ou não a pagar os seguros", sublinhou o gestor, acrescentando que, para combater esse comportamento, o INSS têm apostado nos serviços de inspecção, reforçando as equipas, formação e em tecnologias para controlar as infracções.

Além daquelas iniciativas que visam obter maior controlo das empresas, Hugo Braz avançou que o INSS precisa de rever alguns diplomas em vigor sobre benefícios de Segurança Social. A fonte informou que tem havido um crescimento dos segurados da protecção social obrigatória e salientou que um dos desafios da instituição é trabalhar com os demais órgãos públicos para que as pessoas no sector informal entrem para o sector formal da economia.

Para se integrar os cidadãos que actuam na informalidade, prosseguiu, "é necessário percorrer um caminho longo." Nenhum país resolve o problema da informalidade só com boas ideias ou intenções.

A pensão mínima de reforma em Angola está situada em 21.380 Kwanzas, o que corresponde ao salário mínimo da Função Pública (de auxiliar de limpeza de

segunda classe) e a pensão máxima em 551 mil. O II Fórum Seguros, que decorreu sob o lema "Sistema de pensões de reforma o papel do sector segurador", é uma iniciativa do jornal "Expansão" que contou com a participação de gestores das seguradoras e de instituições públicas e privadas.

Prova de vida

A partir de 2018, os pensionistas inscritos no INSS efectuem a prova de vida no mês do seu aniversário, anunciou sexta-feira o coordenador do Plano de Sustentabilidade e Gestão da Segurança Social.

Hugo Brás explicou que esse método decorre do facto de se notarem enchentes nas agências, postos do Banco de Poupança e Crédito (BPC) e do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), quando está em curso a prova de vida, nos primeiros três meses do ano.

Com o novo modelo que se pretende implementar, o pensionista deverá fazer a prova de vida no seu mês de aniversário ou no subsequente. Caso contrário, terá a pensão cancelada, advertiu.

Hugo Braz informou que o INSS criou um regime de segurança social específico para dirigentes religiosos (bispos, pastores e padres) em 2018, num desenvolvimento projectado para alargar o sistema angolano de Segurança Social a padrões mais inclusivos, no quadro do programa do Governo.

## I.4 Angola entre os mais ricos na África Subsariana

*Jornal O País*

*16 De Outubro de 2017*

*Texto: Luís Faria*

Angola é um dos países da África Subsariana em que a riqueza média por habitante adulto está compreendida entre USD 5 mil e USD 25 mil.

Os outros países que integram o grupo são a África do Sul, Botswana, Namíbia e Guiné Equatorial. A classificação é da edição deste ano do Relatório sobre a Riqueza Global ('Global Wealth Report'], do instituto de investigação do Credit Suisse.

O estudo, que define como riqueza a soma dos activos financeiros e dos activos reais, como a casa própria, classifica as diferentes economias do mundo em quatro níveis de riqueza média por habitante adulto: mais de USD 100 mil, entre USD 25 mil e

USD 100 mil, entre USD 5 mil e USD 25 mil e abaixo de USD 25 mil. A faixa de riqueza em que Angola se situa é a que cobre a maior área do planeta e a maior

parte dos países mais populosos como a Índia, a Rússia, Brasil, Indonésia, Filipinas e Turquia.

A África do Sul, que já chegou a figurar como membro do grupo de países considerado de riqueza intermédia (entre USD 25 mil e USD 100 mil) pertence agora ao mesmo grupo, considerado no relatório como as nações líderes na região subsariana. Na Ásia pertencem a este grupo países como a Malásia, Paquistão, Tailândia e Vietname, classificados pelo documento como economias 'promissoras'.

A Suíça (USD 537,6 mil), a Austrália (USD 402,6 mil) e os Estados Unidos (USD 388,6 mil) continuam a ocupar as três primeiras posições no ranking da riqueza por adulto.

#### Riqueza por regiões

A América do Norte detém 36% da riqueza mundial, seguindo-se a Europa, com 28%. Até 2013 a Europa compensou a sua maior população com um grau de riqueza média por adulto mais elevada, mas a situação modificou-se a partir de 2013, quando a América do Norte passou para a dianteira. Na China, onde reside 22% da população adulta do mundo, concentra-se apenas 10% da riqueza global. A percentagem de população adulta excede a quota de riqueza detida nas outras regiões do globo e a disparidade é particularmente forte na Índia e em África.

#### Mais milionários e mais desigualdade

A riqueza mundial nos 12 meses que terminam a meio de 2017 aumentou USD 16,7 biliões, passando para USD 280 biliões, o que traduz um crescimento de 6,4%, o qual corresponde ao ritmo mais elevado de criação de riqueza desde 2012 e um dos melhores resultados desde a crise financeira. Este significativo aumento da riqueza mundial não assentou apenas na actividade de 'robustos mercados de acções', havendo também acréscimos significativos na riqueza não financeira.

Há agora mais 2,3 milhões de milionários no planeta, metade dos quais reside nos Estados Unidos. Na Zona Euro há mais 620 mil milionários, o que se fica muito a dever à valorização do euro face ao dólar em 3%, tendo-se ainda juntado ao clube dos muitos ricos mais 200 mil membros na Austrália e outros tantos na China.

Ao todo, no mundo, existem actualmente no mundo 36 milhões de milionários. Quando se olha para a base da pirâmide da fortuna o panorama é desolador: 3,5 mil milhões de pessoas, correspondendo a 70% dos adultos que existem no mundo, possui menos de USD 10 mil.

E a concentração da riqueza é cada vez maior: se, no início do milénio, um por cento da população do planeta detinha 45,5% da riqueza global, nos dias de hoje já detém 50,1%.

## I.5 Ministra promete tirar mais de 3 milhões de angolanos da pobreza até 2022

*Jornal O País*

*16 De Novembro de 2017*

*Texto: Milton Manaça*

Na prelecção dirigida ontem, em Luanda, aos governadores provinciais e administradores municipais de todo o país, versada sobre a municipalização da acção social, Victória da Conceição disse que o desafio é retirar 3 milhões de pessoas da pobreza em cinco anos.

Nos dados estatísticos que apresentou, Victória da Conceição esclareceu que de 2002 a 2014 a pobreza foi reduzida de 68 para 36 por cento com projectos virados essencialmente para o desenvolvimento do sector rural.

A ministra Victória da Conceição aludiu que o Programa de Governação do actual Executivo tem como meta reduzir os índices de pobreza para até 25 por cento, percentagem que corresponde ao número acima mencionado.

Para 2018, a titular da pasta da Acção Social, Família e Promoção da Mulher avançou que serão retirados da pobreza 412 mil e 625 mil angolanos, sendo que as metas para outros anos serão definidos a posteriori.

Victória da Conceição, que foi, uma das quatro prelectoras do último dia do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, disse a O PAÍS, à margem do encontro, que as medidas para se alcançar estes desafios passam pela municipalização da acção social, que deve englobar os outros departamentos governamentais. "Vamos fazer isso com base em três pilares: acção de prevenção e educação comunitária; municipalização dos serviços da acção social e combate ao problema", acrescentando que se vai elaborar um programa de vulnerabilidade das famílias. Acrescentou também que o combate à pobreza nos próximos cinco anos vai contar com as transferências produtivas que incidem fundamentalmente na "formação profissional, alfabetização e a reintegração através de cooperativas e associações".

A governante explicou que a facilitação ao emprego dos grupos mais carenciados, em que estão incluídos

os deficientes físicos, é outro plano que vai merecer a atenção do executivo para diminuir a pobreza no país.

## I.6 OPSA aconselha prudência na fasquia dos números

*Jornal O País*

*16 De Novembro de 2017*

O engenheiro Fernando Pacheco, do Observatório Político e Social de Angola (OPSA), diz ter dificuldades para avaliar se os números avançados pela ministra Victória da Conceição serão alcançados ou não.

O agrónomo disse a OPAÍS que, pela experiência que tem, o mais importante não é estabelecer números, mas saber se a disponibilidade de recursos financeiros é proporcional ao programa traçado.

"No nosso país acontece muitas vezes traçar-se programas ambiciosos e depois não termos condições. Essas condições não são só financeiras, mas também recursos humanos capazes de implementar o que está a ser preconizado", esclareceu.

Fernando Pacheco aconselha a prudência e é de opinião de que se devia ser menos ambicioso em termos quantitativos e olhar mais para as metas qualitativas. Para este responsável associativo, o combate à pobreza tem várias dimensões e na sua perspectiva a criação de empregos e actividades que proporcionem o auto emprego são as saídas mais viáveis.

Segundo Pacheco, essas duas dimensões estão limitadas pela exiguidade de recursos financeiros, por isso, "a vida e a experiência dizem-me que é necessário ser cuidadoso", rematou.

## I.7 Crise e necessidade de criar autoemprego elevam Angola à taxa mais alta de empreendedorismo

*Jornal Expansão*

*17 De Novembro de 2017*

*Texto: Joaquim José Reis*

A crise obrigou os angolanos a procurarem alternativas ao desemprego através da criação de negócios, contribuindo para que Angola tenha, em 2016, a mais alta taxa empreendedora do mundo, de acordo com o relatório do Global Entrepreneurship

Monitor (GEM), que avalia a actividade empreendedora em 64 países através de inquéritos.

Angola registou uma Taxa de Actividade Empreendedora Early-Stage Total (TEA) de 35,2% em 2016. Ou seja, de acordo como estudo, existem 35 empreendedores early-stage (indivíduos envolvidos em startups ou na gestão de novos negócios) por cada 100 cidadãos em idade adulta. Um número bastante acima do de 2014, quando, por cada 100 cidadãos, existiam cerca de 22 empreendedores. De acordo com o relatório, há uma relação entre o aumento do número de empreendedores com a subida do desemprego que, de acordo com os resultados do Censo de 2014 é de 24%: "Tal pode ser explicado pela supramencionada elevada taxa de desemprego, a qual leva a que haja uma maior necessidade de criação de auto-emprego", revela o relatório da Sociedade Portuguesa de Investigação (SPI) apresentado esta quinta-feira.

Assim, em 2016, ano em que a crise económica angolana terá atingido o seu pique, com o FMI a apontar para uma recessão (crescimento negativo do Produto Interno Bruto de 0,7%), mais angolanos apostaram na criação de negócios em relação a anos anteriores, apostando no auto-emprego.

"As crises económicas estão, muitas vezes, na base de um aumento do défice de trabalho que conduz, por sua vez, a um aumento da taxa de actividade empreendedora", revela o relatório.

O relatório do GEM refere que há uma visão positiva do futuro próximo, com a proporção de angolanos que acredita virem a existir boas oportunidades de criação de um novo negócio nos próximos seis meses (76,6%) a ser superior ao valor registado em 2014 (69,7%), "resultado que parece indiciar alguma confiança na retoma da economia". Assim, 84,1% dos inquiridos têm intenção de criar um negócio nos próximos três anos, 7,4 pontos percentuais acima dos 76,7% apontados no relatório de 2014. De 2014, ano em que se inicia a crise económica no País, para 2016, houve uma diminuição dos angolanos que declararam ter receio de falhar a aposta num negócio.

Por outro lado, o GEM refere que "existe uma elevada cessação da actividade empreendedora no País" e evidencia que, apesar de 2014 para 2016, haver um aumento no número de empreendedores também subiu o número de negócios encerrados.

O relatório da Sociedade Portuguesa de Investigação (SPI), que consiste numa avaliação anual da actividade empreendedora, aspirações e dificuldades dos indivíduos num largo conjunto de países, e que foi apresentado na quinta-feira em Luanda, revela que a falta de financiamento é a principal causa do

encerramento de negócios e que o facto de o negócio não ser lucrativo foi a segunda razão apontada para o encerramento da actividade. O surgimento de outras oportunidades de emprego ou de negócio, o planeamento prévio da saída, a reforma ou a ocorrência de um incidente, são outras das razões apontadas no estudo, que resulta de uma sondagem a 2.047 indivíduos, com idades compreendidas entre os 18 e os 65, residentes em Angola (ver página 4).

"Em Angola, no ano de 2016, regista-se uma tendência distinta das restantes economias orientadas para os factores de produção, nas quais a oportunidade de vender e o negócio não ser lucrativo têm um maior impacto na cessação dos negócios. Paralelamente, em comparação com os resultados de Angola para o ano de 2016, nas economias orientadas para os factores de produção os problemas em obter financiamento (9,8%) têm um menor impacto na cessação dos negócios", refere o relatório. Ou seja, as dificuldades da banca angolana em conceder crédito dificultaram o crescimento da actividade económica e provocaram o encerramento de negócios.

#### Negócios virados para o consumo

No ano passado, o sector económico onde se registou uma maior percentagem de actividade empreendedora, nascente ou nova, é o sector orientado para o consumidor, sendo que este reúne 78,9% dos empreendedores early-stage. Em 2016, 92,7% da actividade empreendedora early-stage angolana revela uma total inexistência de orientação internacional. Apenas 1,7% dos empreendedores declararam ter entre 25% a 100% de clientes fora do País.

Os empreendedores do sexo feminino predominam em relação aos do sexo masculino, sendo, juntamente com Brasil, México e Indonésia os únicos casos em que acontece. "É usual que em economias economicamente menos avançadas, como é o caso das economias orientadas para os factores de produção, as mulheres assumam um papel fundamental na subsistência do agregado familiar", revela o documento.

A faixa etária entre os 25 e os 34 anos é a que regista a maior incidência de actividade empreendedora early-stage no ano de 2016 em Angola. Por outro lado, o nível de escolaridade onde se regista a maior incidência de actividade empreendedora é o Ensino Superior.

## I.8 Qual a real situação económica de Angola recessão ou estagflação?

*Jornal Expansão*

*24 De novembro de 2017*

*Texto: Alves da Rocha*

Ainda hoje não se tem a certeza quanto aos dados estatísticos do comportamento da economia em 2016, recusando-se o Governo a aceitar que nesse ano o PIB tenha estado em recessão real: ou -3,6% segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), ou -0,7% de acordo com os últimos dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) relativos ao comportamento da economia mundial em Outubro do corrente ano. As instituições do Estado insistem no valor 0,1 % para o crescimento económico no ano passado, correspondendo 1,2% para o não petrolífero.

Evidentemente, que não são indiferentes aquelas cifras: o seu significado é preciso quando se tomam umas ou outras e a sua influência para a definição de objectivos de política económica é claramente relevante. Por exemplo, considerando as estimativas do INE, o Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero pode ter apresentado um comportamento de -5,5%, considerando -2,3% para o PIB petrolífero e uma proporção do petróleo no global de 23,9% - proporções estimadas a partir do Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017. Seja como for, nenhuma das estimativas está em linha nem com a diversificação da economia, nem com o sucesso da política de agravamento aduaneiro para se substituírem importações de bens finais.

Quando há diversificação, as economias crescem e transformam esse crescimento em desenvolvimento. Quando existe substituição de importações, também as oportunidades de aumento da produção doméstica manifestam-se, ainda que de uma forma não competitiva, porque sempre auxiliadas por preços artificiais e afastados dos que, por ora e no quadro das Teorias Económicas do Comércio Externo, são tidos como de eficiência. Ou seja, nestes casos, a substituição de importações/aumento da produção interna apresenta custos de oportunidade elevados.

Porém, desde 2009, que a economia angolana apresenta registos médios anuais de crescimento modestos e, depois de 2014, entrou numa fase perigosa de recessão do seu comportamento.

Mas mesmo que se considerem, *ipsis verbis*, os dados oficiais, a situação não muda grandemente de figura, em termos efectivos e estruturais, pois as respostas

internas aos estímulos artificiais de competitividade e abertura da economia, não têm produzido os efeitos esperados e seguramente desejados por todos.

Ainda num contexto de substituição de importações com resposta humilde da produção nacional a esse estímulo, a subida generalizada dos preços pode ser a resposta dos mecanismos de mercado equilibradores da oferta e da procura. A não ser a fixação administrativa dos preços e a generalização de subsídios preponderem sobre os mecanismos de mercado.

Sempre que o comportamento dos preços for insensível a uma redução da procura nominal global, as economias começam a experimentar o fenómeno da estagflação, consequencializando uma baixa do seu valor real.

Depois de um período de desaceleração do ritmo de aumento do nível geral dos preços, graças a uma política cambial de sobrevalorização da moeda nacional e num quadro de elevada dependência das importações (de todo o tipo, bens finais, intermédios e de capital). A subida do PIB nominal em 2017 (estimativas do

Governo) pode permitir a redução do hiato inflação/produto, já que se prevê (cálculos meus baseados no comportamento da inflação durante os primeiros 10 meses do ano) uma taxa de inflação de 34,3% para 2017. Mas ainda assim, a brecha em relação à produção real e efectiva continua muito alta.

Sempre que a inflação apresentar uma tendência forte de se instalar na economia - e está-se a viver de novo este risco - toda a política tendente a controlá-la através de uma acção restritiva sobre a procura monetária, implicará a aceitação de um sacrifício sobre as variáveis reais (o PIB e o emprego).

O problema da inflação em Angola não é apenas de controlo da política monetária - a base monetária - mas essencialmente de crescimento económico ou de aumento da oferta agregada. Percebe-se a existência de uma antinomia - talvez mesmo contradição - entre crescimento e inflação e a redução da base monetária não tem sido suficiente para estabelecer o controlo da subida dos preços em limites compagináveis com as condições de vida da população e de atractividade do investimento privado. As importações, enquanto complemento da oferta total, não têm o mesmo espaço de afirmação de outrora, devido às limitações tarifárias e à política de substituição das importações. De resto, ainda estão por calcular os efeitos da aplicação da pauta aduaneira sobre o aumento real da produção interna, em condições competitivas: qual o impacto de 1 % de incremento da pauta aduaneira

sobre a variação da produção interna? O que é que fica mais barato à economia? Reduzir as importações pela via da desvalorização cambial ou impondo reservas tarifárias e não tarifárias à sua entrada no país.

Sabe-se que o manejo da política monetária requer conhecimentos teóricos sobre um ramo da Ciência Económica que é manifestamente muito complexo, sobretudo quando se trata de conciliar estabilidade dos preços com o crescimento económico, que precisa de massa monetária em circulação no sistema económico real e no sistema bancário.

Ainda que cometa um erro de apreciação, por falta de informação, creio que a inflação não está, por enquanto, totalmente estudada e compreendida no nosso

País (não sei se o BNA continua a elaborar e a publicar um relatório sobre a inflação, que era de natureza semestral). Considero cinco aspectos importantes a pesquisar, para que se tenha uma compreensão profunda do fenómeno e das vias para o estabilizar em limites competitivos (ainda que não pareça, a inflação pode estimular o crescimento da produção): a inércia dos preços, os custos de produção, a variação dos salários, o comportamento da produtividade e as antecipações dos agentes económicos.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Falta de organização contabilística nas empresas inviabiliza concessão de crédito

*Jornal O País*

*01 De Novembro de 2017*

*Texto: Constantino Eduardo*

Empresários de vários ramos de actividades queixam-se da morosidade que se regista na concessão de créditos por partes dos bancos. Fontes bancárias alegam que o atraso é decorrente da "desorganização" contabilística que se regista em muitas empresas.

Estas preocupações levantadas por empresários nos acessos aos créditos culminaram com a realização ontem, em Benguela, de um fórum sobre actividades de crédito, juntando economistas, bancários, académicos, governantes e membros da sociedade civil.

O encontro esteve enquadrado nas festividades do Dia Mundial da Poupança, que se assinala a 31 de Outubro.

O representante do Banco de Negócios Internacionais (BNI), Platini dos Santos, a quem coube dissertar sobre "o crédito e a sua importância para o desenvolvimento económico", salientou que as empresas, na sua essência, devem aprimorar alguns elementos básicos, mormente de natureza organizativa, de modo que a questão da morosidade não se coloque com regularidade nas concessões creditórias.

"As empresas pedem crédito ao banco, mas têm problemas de contabilidade, realçou o bancário, defendendo-se das acusações de que a banca tem sido vítima dos investidores.

Platini dos Santos lembrou aos participantes ao encontro que é papel também do Estado "subvencionar alguns fundos de crédito, por exemplo o habitacional, para a compra de moradia".

O bancário entende ainda que a aposta no crédito agrícola é um dos meios de potenciar a economia do país, numa altura em que o país atravessa uma crise, decorrente da oscilação do preço de petróleo no mercado internacional.

"Mas o importante é que o banco invista na economia e conceda crédito agrícola", considera o especialista, explicando que com crédito o banco quer conceder liquidez à empresa, para que a mesma contribua com

seu negócio no desenvolvimento económico do seu país.

"Os bancos não são instituições de caridade", esclarece delegado do BNA em Benguela.

O delegado regional do BNA Benguela, Luís Henrique da Silva, defende a necessidade mudança de paradigma com vista a permitir que os cidadãos sejam responsabilizados pelo crédito que recebem da banca, porque os bancos "não são nenhuma instituição de caridade", numa clara alusão à falta de devolução dos créditos que, de certo modo, compromete a economia.

"Os bancos existem porque trabalham com os depósitos dos cidadãos e é necessário conferir alguma confiança, de modo a que cada um assuma as suas verdadeiras responsabilidades e o processo funcionar como uma cadeia", considera o responsável do banco central na região de Benguela, notando ser imperioso a necessidade de a banca angolana resgatar a confiança externa.

### 2.2 Pescadores querem microcrédito para aumentar capturas

*Jornal Economia*

*03 De Novembro de 2017*

O aumento dos níveis de captura do pescado é a principal necessidade manifestada pelos pescadores artesanais, da localidade da casa Branca, comuna do Quicombo, do município do Sumbe, província do Cuanza Sul.

Para isso, os operadores precisam de microcrédito, tendo instado ao Ministério das Pescas e do Mar para que da mesma forma que acontece noutras regiões do país se faça com o Cuanza Sul, pois acreditam que com este apoio a actividade piscatória na região, será melhorada e haverá um incremento na captura.

Em declarações à Angop, Manuel Teixeira, pescador há mais de 20 anos, disse que a falta de financiamento está a condicionar o aumento dos níveis de captura, recuperação de algumas embarcações, bem como a aquisição de material de pesca.

#### Desenvolvimento rural

O administrador municipal do Sumbe, Manuel Rosa do Nascimento, disse sábado, nesta cidade, que o Governo está a trabalhar para a melhoria de condições de vida da mulher rural.

Manuel Rosa, que falava num encontro com mulheres rurais, disse que o Governo quer a melhor ia da situação social da mulher e da sua participação na vida

pública, promovendo iniciativas através do apoio ao empreendedores mo, ao associativismo, ao cooperativismo e ao pequeno negócio.

"Devemos continuar a dinamizar acções de formação básica das mulheres a todos os níveis para solidificar os seus conhecimentos. Temos que continuar a trabalhar, igualmente, em programas de promoção dos valores éticos, cívicos culturais e patrióticos, no combate à violência doméstica, na erradicação do analfabetismo, na defesa dos direitos da mulher e da família", sublinhou.

O encontro decorre até segunda-feira e está analisar a situação da mulher, modo de produção, assistência à família e a preservação dos valores na família.

### 2.3 Dias difíceis para Adriano Mendes de Carvalho

*Jornal Liberdade*  
03 De Novembro de 2017  
Texto: Pascoal Zua

Combate a zunga, inundações das casas, degradação de vias e delinquência juvenil, são os principais factos que ameaçam nesta altura a liderança de Adriano Mendes de Carvalho, na qualidade de governador de Luanda.

Os munícipes estão totalmente agastados, face as últimas considerações tecidas pelo governante, sobre as quais intensificação e repressão as pessoas que encontram-se a vender nas vias públicas como espaços de sobrevivência.

Muitas são mulheres que comercializam produtos em locais como pedonais e em outros pontos, na capital do país não receberam a mensagem com agrado, ficando mesmo a questionar sobre a construção de mercados municipais em zonas de maior frequência populacional.

As zungueiras todavia, esperam que as declarações do governador Mendes de Carvalho, não seja somente para legitimar roubo dos seus produtos por parte de alguns fiscais talhados em receber os seus negócios para o seu sustento.

"Estes decretos que são feitos contra nós é que ajudam os marginais intensificarem as suas acções': argumentaram, acrescentando, que para o combate a este fenómeno, é necessário que haja mercados em condições e com taxas baixos, com vista a acomodação das pessoas e os seus produtos.

Margarida Bento zungueira que comercializa os seus produtos nas pedrinhas, bairro Terra Nova, sustentou que os governantes apenas querem melhorar a sua

imagem e não se preocupam em melhorar primeiro o espaço aonde queiram que as pessoas vendem os seus negócios.

A nossa interlocutora avançou ainda que, é importante que o governo antes de tomar tais medidas anunciadas que realiza uma medida de prevenção e depois procurar oferecer soluções convincentes as próprias zungueiras.

"Não vamos admitir que o governador faz coisas quando ele quiser é importante que conversa connosco para ouvir do que temos quanto a nossa integração aos mercados': referenciou

As chuvas que caíram por Luanda, nesta quarta-feira, 01, destruíram casas, degradaram vias e nesta altura existem pessoas que perderam os seus abrigos sem saber para onde se refugiar.

Algumas ruas de acesso nos municípios de Sambizanga, Cazenga, Kikolo em Cacucaco e Belas, ficaram totalmente intransitáveis, dando espaços maiores aos malfeitores que intensificam o roubo nas residências e na via pública. No distrito do Ngola Kiluanje, a via que dá acesso ao bairro Sonangol e bairro Uíge, há muito que os moradores e trabalhadores clamam para a sua reabilitação mas sem sucesso.

Por outro lado, reconheceram que a questão do lixo foi combatido, situação que deixa os munícipes satisfeitos mas ainda assim, solicitam ao governador Adriano Mendes de Carvalho para ser governante do campo e não do gabinete. Nas próximas edições, prometemos trazer estes e outros factos envolvente a gestão de Adriano Mendes de Carvalha, na governação de Luanda, para os próximos anos.

### 2.4 Vendedores ambulantes confrontam governador de Luanda

*Jornal Manchete*  
03 De Novembro de 2017

Adriano Mendes de Carvalho quer acabar com a venda ambulante.

É impossível acabar com os vendedores de rua em Luanda devido à realidade económica e educacional de Angola, disse José Cassoma, presidente da Associação de Vendedores Ambulante de Luanda (AVAL). Cassoma reagiu a declarações do novo governador da província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, que ordenou recentemente ser urgente o fim da venda ambulante nas ruas da capital, tendo, classificado

como inadmissível a situação que se vem registando nos últimos dias, "sob o olhar impávido dos administradores".

"Não é possível acabar com a venda ambulante e defendo que haja maior diálogo com os vendedores", advertiu Cassoma para quem é preciso também melhorar o nível de educação da população.

Por seu turno, vendedores de rua mostraram-se indignados pelas declarações do novo governador.

A vendedora Madalena mostrou-se indignada pelo facto de que durante as eleições "nos deixaram vender agora os fiscais estão atrás de nós e isso não é justo".

"O governador, se quiser acabar com a venda ambulante, tem de arranjar empregos porque nós somos jovens e o nosso negócio não anda nas praças", acrescentou.

Outros vendedores contactados pela VOA disseram não ser sua "escolha" vender nas ruas, mas que face à situação económica e as responsabilidades que têm não lhes resta outra opção.

## 2.5 Gestores insatisfeitos com funcionamento dos bancos

*Novo Jornal*

*10 De Novembro de 2017*

*Texto: Hortêncio Sebastião*

A crise económica e financeira que grassa pelo país parece estar a servir de muleta para algumas instituições bancárias obterem lucros avultados, em prejuízo do sector empresarial, que se vê a braços para proceder a transacções monetárias que, quando realizadas, são constantemente agravadas pela prática de altas taxas.

Esta situação foi denunciada há dias ao NJ por alguns gestores empresariais que, agastados com o funcionamento de alguns bancos, solicitam a intervenção urgente das entidades que supervisionam estas instituições no intuito de travar esse estado de coisas que retrai a progressão das empresas e da sociedade, por si já confrontadas com a situação de crise.

Um destes gestores é Luís Fonseca, que, deplora os métodos utilizados por alguns bancos que se escudam na crise para obter lucros elevados, prejudicando com gravidade uma classe empresarial cada vez mais exposta às suas imposições.

"Às vezes, uma transferência bancária leva uma ou duas semanas. Sentimos que parece não haver

regulação a nível das taxas. O banco faz e desfaz como lhe apetece. É impressionante como é que um banco cobre por uma transferência 200 Kwanzas, em outro banco a mesma operação custa 2 mil, sem contar com os valores cobrados nas despesas de manutenção de conta que chegam a atingir quatro mil Kwanzas actualmente, quando há um ano custavam apenas mil Kwanzas", desabafou Fonseca.

O gestor conta que recentemente pretendeu levantar a totalidade do dinheiro que tinha depositado num banco e os funcionários deste rejeitaram liminarmente o movimento pretendido, alegando que deveria ficar cativo parte considerável desse valor.

"Imagine que tem um crédito para pagar daqui a duas semanas e os senhores não deixam levantar porque daqui a duas semanas não têm dinheiro. Eu posso muito bem dentro de duas semanas fazer o depósito. Eles não permitem o levantamento do dinheiro todo, isso é um absurdo. Só para o pagamento de salários, para 20 ou 100 pessoas, cobram 20 mil Kwanzas", salientou.

Já o empresário Rui Victor disse que para o pagamento de salários das três empresas que gere, sendo que numa delas os custos totalizam quatro milhões Kwanzas no Banco Atlântico Millennium, as despesas para o seu levantamento custam 25 mil Kwanzas. A mesma quantia num outro banco absorve 100 mil Kwanzas por mês.

Idêntica situação ocorre com o Banco Valor, onde se pagam cinco mil Kwanzas pela movimentação de um milhão de Kwanzas, se bem que o mesmo valor é cobrado ao proceder-se ao levantamento de 4 milhões de Kwanzas.

"Todos os meses, só para pagar salários, são necessários 20 mil Kwanzas. É muito dinheiro cobrado", lamenta.

Quanto aos produtos bancários, vários gestores empresariais queixam-se que não existem, sob alegação de os bancos pretenderem salvaguardar riscos que não existem.

"Em termos de produtos bancários, não há nenhum que seja apetecível a quem quer que seja. Um bom produto bancário seria conceder empréstimos e os bancos preferem não conceder créditos, mas impor taxas a todos os serviços", acusou.

"Como é que é possível num período de crise que um banco cresça mais de 50%?", questiona um outro gestor", acrescentando que "não se está em era de crise, é o contrário, todos estão em crise, menos os bancos".



Divisas mais difíceis

Quanto ao acesso às divisas, as empresas de serviços não têm praticamente direito a elas, mas para transferir qualquer montante que seja para aquisição de materiais que não estão disponíveis no mercado, segundo um dos empresários questionados por este semanário, "é um Deus nos acuda". O NJ tentou contactar vários bancos, mas sem sucesso.

## 2.6 Mansanga Mayamputo «Atingimos a população de rendimento baixo e médio baixo»

*Novo Jornal*

*10 De Novembro de 2017*

*Texto: Hortêncio Sebastião*

O Banco Postal atingiu a cifra de 100 mil clientes. Em quanto tempo esta proeza foi conseguida?

O Banco Postal atingiu esta cifra de 100 mil clientes dentro de um período de produção de sete meses.

Com esta cifra, que balanço se lhe oferece sobre a actividade da instituição bancária?

Depois desta cifra, podemos dizer que Angola nos recebeu bem. O povo angolano acolheu-nos da melhor maneira. Podemos dizer que estamos perante aquilo que é o objectivo preconizado pelo Xikila Money em termos de inclusão financeira, porque 100 mil significam para nós mais 100 mil angolanos integrados no sistema financeiro nacional.

A crise que o país enfrenta não interferiu negativamente no alcance dessa meta?

Não. Para nós não atingiu, uma vez que a nossa unidade Xikila Money funciona apenas com moeda nacional, no caso. Isto permitiu que o que nós fizemos é o que já tínhamos e disponibilizámos ou o que a população nos disponibilizou. A situação económica não nos afectou directamente, pois conseguimos efectivamente trabalhar com o que já existia no mercado. Faltava, do nosso ponto de vista, aquilo que é a análise de mercado quanto às alternativas. O povo até tinha algumas, mas estava desprovido da possibilidade de poder fazer com que esse dinheiro circulasse dentro sistema financeiro.

De que serviços disponíveis está a falar?

Nos 100 mil clientes temos os pagamentos dos utilities, de serviços como a compra de recargas telefónicas, de canais televisivos, pagamentos pré-

pagos de energia, envios de remessa, e outras operações básicas que outrora eram um pouco limitadas para aquilo que é a população alvo.

Ainda assim, considera o mercado angolano apetecível à banca?

Muito. Digo que sim, e a prova disso são os 100 mil clientes e no período em que nós o atingimos, que são sete meses. Nós fizemos muito trabalho de proximidade. Somos um banco que está presente naquilo que é o raio de acção da população e digo que desde o início deste projecto me surpreendi com a receptividade que a população nos ofereceu.

Está a falar do Xikilã Money?

Sim, é do projecto Xikila Money em particular, que é a nossa primeira unidade em actividade a nível do Banco Postal.

Advinha-se uma eventual fusão do Banco Postal a um outro banco?

Não. De momento nenhuma.

Fale-nos um pouco dos resultados bancários ao longo desses sete meses actividade?

Falar de resultados nesta fase é prematuro, pois estamos numa fase muito embrionária e não podemos ainda aferir muito mais no que tange aos resultados do banco. Estamos numa fase de aproximação e de inserção no mercado. De notar que neste momento, o que estamos a fazer é dar-mos a conhecer junto da população e fazer com que haja essa relação de confiança entre os clientes e o banco. Ainda estamos num processo de maturação e abordar resultados neste momento torna-se precoce.

E que lugar o Banco Postal ocupa no conjunto da banca nacional?

Em termos de carteira com outros bancos, não tenho dados.

Então como caracteriza o nível de bancarização em Angola?

Durante este tempo, notámos que o Xikila Money em particular surgiu com o foco de atingir a população de rendimento baixo e médio baixo, e até aqueles que já estão bancarizados, mas que, por alguma razão, ainda não estão satisfeitos em relação aquilo que são as ofertas presentes no mercado. O que podemos analisar é que existe um número elevado de cidadãos que por diversas razões ainda não usufruem do sistema financeiro bancário e outros até já usufruem dele, mas não têm uma relação de confiança com o banco. Da

análise que temos desse pouco tempo de actividade e do número que obtivemos é que existe essa "sede" no mercado. As pessoas estão carentes desse produto e desse sistema financeiro que apenas veio para ajudar a população e facilitar muito naquilo que são as operações financeiras.

E atingiram esse foco?

Claramente que sim. Atingimos a população de rendimento baixo e médio baixo.

Em que províncias o Banco Postal está representado e se há alguma previsão de expansão?

O Banco Postal actualmente está dotado de quatro agências, sendo três em Luanda e uma na província do Huambo. Temos sim pretensão de expandir os nossos serviços a nível de todo o país e um dos veículos que nos irá permitir facilmente chegar a outras localidades será a rede de agentes que ainda neste mês de Novembro será lançada no mercado, que serão os parceiros que vão connosco colaborar, no sentido de expandir a oferta a nível nacional.

E relativamente aos quiosques?

Dos quiosques actualmente temos 110, dos quais 50 estão posicionados na província do Huambo e 70 em Luanda, principalmente no casco urbano e suburbano. Mais 35 outros quiosques serão lançados em breve no município do Cazenga.

Esta iniciativa dos quiosques é para continuar ou tem prazos definidos?

É para continuar. Estão desenhados inicialmente para a província de Luanda uma presença de 200 quiosques, mas ainda estamos aquém desse número. Nós iremos continuar até chegar lá. A propagação ou o aumento do mercado é que nos irá ditar se é necessário um incremento do número de quiosques ou não. Também depende das parcerias que estabelecermos com os nossos correspondentes, com os agentes bancários; provavelmente não ultrapassem o número daquilo que foi decidido inicialmente no negócio.

Com a abertura do Banco Postal, quantos empregos foram criados?

Neste momento, falamos num leque de 450 funcionários no banco, dos quais 260 no Xikila Money.

Há certamente constrangimentos, nomeadamente o acesso às divisas?

Na unidade Xikila Money em particular, nós apenas trabalhamos com a moeda nacional e não com divisas.

E qual é a estrutura acionista do Banco Postal?

O Banco Postal tem como acionistas a SA Capital, a GEM Capital e os Correios de Angola.

A uma pergunta que não lhe foi feita, o que diria?

Gostaria também de acrescentar que temos, para além dos quiosques, a nossa rede Paga Aqui, que é a rede de pagamentos. Já a temos disponível em 1200 estabelecimentos comerciais com terminais de pagamento em pleno uso para operações de pagamentos, vulgo TPA (Terminais de Pagamento Automático).

## 2.7 Projovem dá créditos de dois mil milhões

*Jornal de Angola*

*14 De Novembro de 2017*

Dois mil milhões de Kwanzas é o valor desembolsado pela Linha de Crédito de apoio ao Empreendedor Jovem (Projovem), destinados a financiar 200 projectos, noticiou ontem a Angop.

A secretária de Estado para a Juventude, Guilhermina Fundanga, disse na abertura da Semana global de empreendedorismo em Angola, que decorre até sábado no Centro de Conferência de Belas, em Luanda, que o investimento cobriu 16 províncias do país.

Acrescentou que mais de 600 projectos foram devolvidos pelo Banco de Comércio e Indústria (BCI) - responsável pelo financiamento do programa - por não estarem em conformidade com os regulamentos do programa.

A responsável revelou que foram recebidas algumas reclamações sobre uma alegada burocracia excessiva nos processos de habilitação aos empréstimos por parte de determinadas agências bancárias.

Apesar disso, prosseguiu, o país conta com a criatividade e imaginação da juventude para que seja possível inverter o quadro actual e continuar gerar crescimento em diferentes sectores, pelo que as preocupações serão submetidas para análise e discussão do grupo técnico para a devida atenção.

Realçou que a aposta do Executivo de diversificar a economia nacional passa pela criação de um bom ambiente de negócios para investidores e jovens empreendedores, com base no financiamento.

Citou a título de exemplo a aprovação do Crédito de Apoio ao Jovem Empreendedor, avaliado no valor de

quatro mil milhões de Kwanzas, a facilitação na constituição de empresas em tempo recorde e a criação de linhas de crédito para financiar a economia, iniciativas que demonstram que o país tem evoluído.

O Projovem é uma linha de crédito no valor de quatro mil milhões de Kwanzas, destinada a financiar projectos para jovens empreendedores que foi aprovada em Janeiro deste ano pelo Executivo Angolano.

O valor destinado a cada projecto, no caso de ser aprovado pelas instituições afins, é do equivalente a 200 mil dólares (33,349 milhões de Kwanzas).

O projecto tem como elementos operadores, entidades ligadas ao Conselho Nacional da Juventude, o Instituto Nacional da Juventude e o Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

## 2.8 Xikila Money atinge os cem mil clientes

*Jornal de Angola*  
14 De Novembro de 2017

O Xikila Money, primeira unidade de negócios do Banco Postal, superou, em sete meses, a marca dos 100 mil clientes, com um aumento de mais de 40 mil contas só em Setembro e Outubro., disse ontem ao Jornal de Angola o director de agências da companhia.

Pedro Vasconcelos explicou que a evolução "significa que as pessoas acreditam no Xikila Money e nos benefícios que esta oferta de serviços financeiros móveis traz para as suas vidas".

Pedro Vasconcelos considerou o balanço deste tempo de operações "muito positivo", em que a companhia iniciou com 70 quiosques em actividade e um período experimental de quase três meses.

Actualmente, a operação conta com 110 quiosques e quatro agências instaladas em Luanda e Huambo, além de uma rede composta por 1.250 estabelecimentos comerciais "Paga Aqui", onde já é possível pagar com o telemóvel.

O director de agências do Xikila Money revelou que a operação é reforçada nos próximos dias com a instalação de 35 quiosques no município do Cazenga.

O Banco Postal, com um ano de existência e mais de 450 colaboradores, 260 dos quais afectos ao Xikila Money, está em vias de lançar a Comércio e Empresários e a Corporate & Personal, duas novas unidades de negócios.

A operação da Xikila Money foi instituída pela percepção de que mais de metade da população angolana economicamente activa não possui uma conta bancária e calcula-se que 60 por cento do PIE circula de mão em mão sem passar pelo sistema financeiro do país.

## 2.9 Acesso a financiamento é o maior entrave ao empreendedorismo em Angola

*Jornal Expansão*  
17 Novembro de 2017

O acesso a fontes de financiamento para empresas novas e em crescimento é considerado o maior obstáculo à actividade empreendedora em Angola, de acordo com a sondagem do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) a 49 especialistas angolanos reconhecidos em diversas áreas ligadas ao empreendedorismo.

O impacto da Investigação e Desenvolvimento na criação de novas oportunidades de negócio ainda é reduzido, "sendo este um factor que não potencia o desenvolvimento da actividade empreendedora em Angola", refere o relatório GEM 2016. A condição estrutural "Abertura do Mercado" encontra-se igualmente entre as condições estruturais que reúnem uma apreciação média menos favorável por parte dos especialistas angolanos, que consideram que os acordos e procedimentos comerciais em vigor prejudicam as empresas novas e em crescimento de competir com a concorrência.

Por outro lado, a condição estrutural "Empreendedorismo Sénior" foi a que obteve a apreciação mais positiva, com os especialistas a considerarem que existem condições favoráveis para as pessoas com mais de 50 anos poderem desenvolver uma actividade empreendedora, tendo em conta os programas e os benefícios fiscais existentes para apoiar esta parte da população a criar um negócio. "Os empreendedores com 50 ou mais anos estão mais interessados em aumentar os seus rendimentos do que em fazerem crescer o seu negócio" foi considerado o factor com maior impacto na actividade empreendedora apontado pelos especialistas.

A condição estrutural "Normas Sociais e Culturais" foi considerada por parte dos especialistas angolanos como a segunda condição mais facilitadora da actividade empreendedora em Angola, uma vez que a cultura nacional valoriza a "auto-suficiência, a autonomia e a iniciativa individual", revela o relatório.

Nesta sondagem aos especialistas foi pedido que indicassem a sua opinião sobre a veracidade da adequação de 10 Condições Estruturais do Empreendedorismo (CEE) no País, recorrendo a uma escala que varia entre um ("totalmente falso") e nove ("totalmente verdadeiro"). As dez CEE são: apoio financeiro, políticas governamentais, programas governamentais, educação e formação, transferência de investigação e desenvolvimento, infra-estrutura comercial e de serviços, abertura do mercado, acesso a infra-estruturas físicas, normas sociais e culturais, e empreendedorismo sénior.

De acordo com coordenador do estudo e presidente da Sociedade Portuguesa de Inovação, Augusto Medina, a edição 2016/2017 do GEM Angola revela que há uma atitude empreendedora positiva", o que representa "um potencial que não pode ser desperdiçado, e que justifica que sejam dadas aos empreendedores as condições necessárias para progredir, para crescer e para elevar a economia".

"É preciso convicção absoluta dos decisores políticos, visão estratégica dos agentes económicos e solidariedade e reconhecimento da sociedade civil para que os empreendedores se sintam apoiados e dessa forma tenham uma oportunidade de cumprir o seu potencial, contribuindo para o crescimento económico do País", disse, em declarações ao Expansão.

## 2.10 O acesso ao crédito é dos piores que existem no mundo

*Novo Jornal*

*24 De Novembro de 2017*

*Texto: Faustino Diogo*

Que avaliação faz do sector empresarial nacional?

Estamos a fazer melhorias, mas é necessário que haja uma maior cooperação entre o sector público e as associações empresariais para que se possam identificar os constrangimentos e desenvolver propostas de melhorias. O ambiente de negócios continua terrível.

As questões burocráticas, o não pagamento da dívida do Estado às pequenas empresas, o acesso ao crédito, a falta de recursos humanos qualificados e a corrupção são os maiores constrangimentos que provocam e afectam negativamente o sector empresarial.

Continua a haver demasiados órgãos públicos e todos eles de alguma forma actuam no ambiente de negócios. Se pensarmos que o empresário deixa de criar, desenvolver produtos e serviços, porque tem de

atender todo um conjunto de documentos para cada um desses órgãos, isso, só por si, emperra a máquina do empresariado. Este é um tempo que o empresário deveria investir na sua função social de criar riqueza, criar emprego e conseqüentemente pagar os impostos.

Perdemos a maioria do tempo a tratar de papéis que muitas vezes são sobrepostos, descoordenados, e com a particularidade de serem "luandizados".

Os alvarás são emitidos em Luanda, os certificados do INAPEM são emitidos em Luanda e todos os centros de decisão estão em Luanda. A nível da banca privada e estatal, todas as decisões são em Luanda.

Isso significa que há um conjunto de barreiras que fazem com que os negócios tenham grandes dificuldades em funcionar a nível das províncias. Só aqueles empresários que efectivamente têm capacidade financeira e contactos a nível de Luanda conseguem, na maioria das vezes, resolver os seus problemas.

Acredita que isso resulta também da promiscuidade ainda existente entre o sector público e o privado?

Existe de facto uma conhecida promiscuidade da gestão dos detentores de poder e dos próprios empresários, que, por razões de parentesco, influências, ou negócios, leva também a esse desequilíbrio, com uma grave consequência que é o aprofundar das assimetrias e o não desenvolvimento do nosso país.

Como é que se melhora este ambiente de negócios, que é sempre apontado como um entrave para o desenvolvimento do país?

Angola tem gastado milhões de dólares em consultaria internacional. Dizem-nos que temos falta de especialistas. A pergunta que faço é: o que é que os estudantes das nossas Universidades estão a fazer? Porque é que os estudantes e as próprias universidades não promovem estudos sobre várias questões? O caminho está em permitir que os empresários sejam parte efectiva da solução. Mas para isso o Estado precisa de conhecer e valorizar melhor o empresariado nas suas diferentes formas de organização.

Por exemplo, até hoje não existem nenhuns estudos sobre o empresariado nacional. Quem é, onde está localizado, quais são os seus pontos fortes e fracos, quais são as suas necessidades...

Se esses estudos não são feitos, as nossas políticas públicas continuam a ser concebidas para um empresariado hipotético, de faz de conta. Se os estudos não existem e as políticas continuam a ser

definidas para um objecto desconhecido, o resultado é o mau ambiente que se prolonga indefinidamente.

É necessário olhar para as associações empresariais. Que tipos de associações existem ou temos? Uma sociedade consegue desenvolver-se mais rapidamente com associações fortes, capazes de apoiar o empresariado e com cooperativas.

Se olharmos para outros países, até mesmo na Europa do pós-guerra e não só, foram o associativismo e cooperativismo que deram corpo às necessidades tremendas que havia de construir, reorganizar e desenvolver esses países.

Por exemplo, a nível do crédito cooperativo, vemos que na Europa ainda hoje existe uma federação à qual pertencem 37 bancos cooperativos. São os únicos que não têm dificuldades financeiras. Sobreviveram às crises todas porque o crédito cooperativo tem uma particularidade que é a responsabilidade solidária. A probabilidade de haver crédito mal parado é muito pequena e a sustentabilidade desses créditos é muito maior. É esse o caminho.

Neste processo, todos os empresários não têm também uma responsabilidade?

Temos. Imagine a grande dificuldade em que o sector empresarial se encontra. Nós estamos sobretudo falidos.

E aqui temos de estabelecer uma diferença entre "emprestário" e o empresário. "Emprestário" é aquele que, de acordo com essa tal promiscuidade, tem a capacidade, possibilidade ou oportunidade de ir ao banco sistematicamente buscar dinheiro sem ter qualquer responsabilidade de restituição ou devolução do que quer que seja. E sobre eles não falo porque não os represento.

Falo sobre os empresários, que são aqueles que com garra, paixão e muito espírito de sacrifício têm conseguido manter as suas empresas mais ou menos a funcionar, apesar de hoje muitas delas estarem na falência ou à beira da falência por causa de um conjunto de circunstâncias, incluindo o tal ambiente. Mas sobretudo porque não se prestou atenção nem se ouviram os empresários quando se definiram as políticas tributárias e financeiras.

A actual reforma tributária não incentiva o empresariado nacional?

Não. Qualquer Código Tributário tem a função de promover o empresariado nacional para que ele tenha capacidade de produzir mais, para que pague mais impostos.

Foram buscar modelos que não respondem cabalmente à nossa realidade, presumindo-se e assumindo-se que o nosso empresariado tinha um tipo de características que poderia responder. O resultado é o encerramento de milhares de empresas por todo o país por causa da questão tributária.

Por exemplo, o Código Tributário que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2015 tem a possibilidade de rever toda a contabilidade a partir de 2012 com os mesmos olhos de 2015, quando o ambiente de 2012 era diferente. Como é que isso é possível?!

Se nós já estamos num ambiente em que o acesso ao crédito é dos piores que existem no mundo, e o Estado não está a pagar as dívidas que contraiu com as empresas, o sistema tributário acaba sendo o "golpe de misericórdia" que empurra as empresas para a falência. Costumo dizer que o nosso sector bancário está no vigésimo quinto

andar de um qualquer edifício e o empresário está no rés-do-chão. Ou eles descem e nos ajudam a subir ou então não estamos a conversar. Isso coloca-se também quanto à Administração-Geral Tributária.

O Estado deveria apoiar os empresários, ao invés de estar sistematicamente a capitalizar os bancos que andaram a fazer empréstimos aos senhores "emprestários". Estes bancos deveriam, sim, ser penalizados por não terem sido capazes de darem um crédito sustentado.

Esses valores, que são dos contribuintes, deveriam ser empregues nas cooperativas de créditos porque aí temos a certeza de que todos somos responsabilizados pelo seu estatuto solidário.

No que diz respeito ao ambiente para produzirmos emprego, riqueza e impostos, dizemos que o Código Tributário continua desajustado porque não conhece a verdadeira dimensão do nosso empresariado.

Mas estamos a trabalhar com a AGT para revermos alguns aspectos.

Neste trabalho de diversificação da economia, o agro-negócio é uma realidade?

Já é uma realidade. Mas temos tido grande concorrência de grupos empresariais que todos nós sabemos que têm ganho consideravelmente, sobretudo no que diz respeito à obtenção e exportação de divisas.

Se nós vamos a um supermercado aqui em Luanda ou em outra parte do país e encontramos produtos importados de avião que podem ser produzidos no nosso país, que passam no canal verde e o pagamento

é adiantado com divisas, isso capitaliza os privilegiados e alimenta lobbies fora do país.

Quem importa alega o que a produção nacional não tem a qualidade necessária. Tal perspectiva faz sentido?

Enquanto você estiver a investir sistematicamente dinheiro de qualidade em divisas antecipadamente nos mercados dos outros, eles continuarão a organizar-se, e nunca teremos a reclamada qualidade da produção nacional porque não investimos nela.

Se houver investimento interno com qualidade, ajudando o sector empresarial a ter a sua própria capacidade, o quadro pode mudar rapidamente.

Enquanto estivermos a comer do contentor e não investirmos naquilo que é nosso, estamos a perpetuar a dependência, estamos sobretudo a investir nos filhos dos outros. Nos negócios dos outros lá fora.

A produção nacional tem qualidade?

Durante a guerra, não importávamos o que estamos a importar hoje.

Aumentámos o índice de importações em tempo de paz, por uma questão pura de mercenarismo, não por uma questão patriótica.

Se fosse uma questão patriótica, quando tivemos todo aquele dinheiro dos anos em que vivemos dos elevados preços do petróleo, tínhamo-nos sentado e visto o que as áreas do país podem produzir. Não fizemos isso.

Começámos a entrar no campo da promiscuidade em que os detentores do poder, porque tinham acesso às divisas sistematicamente, punham os familiares e os amigos à frente de grandes negociatas, sobretudo de importação.

Dizem-nos hoje que não tínhamos capacidade, mas com todo aquele dinheiro podíamos ter criado e compra da capacidade. No entanto, fomos criá-la em outros países que hoje dependem do nosso dinheiro. E hoje a grande guerra é sobre como reverter esse caminho.

Assistimos ainda aos grandes lobbies a quererem interferir na pauta aduaneira com a alegação de que toda a carne devia ter taxa de importação livre.

O custo de produção aqui é superior ao lá de fora por uma questão simples: Lá fora tudo está normalizado. Não há custos acrescidos de água, energia, certificação de diplomas, transportes e logística, entre outros.

Uma empresa lá fora que queira vir para Angola tem crédito até 3 ou 4% ao ano, mais subsídio à internacionalização, subsídio à exportação, tem todo um conjunto de apoios que as nossas empresas não têm. Como podemos concorrer de forma justa?

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Os vendedores de rua

*Jornal de Angola*  
01 De Novembro de 2017

Quantas vezes, de boa-fé, no lugar de resolvermos um problema, intentamos um combate contra o mesmo, aumentamos o problema e outros como o da criminalidade.

O também chamado "comércio informal" inclui toda uma série de práticas mesmo entre nós. Quem vende galinhas, patos, cacussos ou cabritos à beira da estrada é ou não é comércio informal? E as senhoras que à porta de sua casa fazem pinchos, assam batata-doce ou torram jinguba ou as consagradas xandulas de chouriço, entram ou não entram no conceito de comércio informal? E as quitandeiras e peixeiras que calcorreiam quilómetros, tantas vezes com um filho nas costas são também comércio informal?

Primeiro, o conceito. Porque surge o conceito? É um falso conceito para encobrir "comércio proibido" comércio exercido sem observação das regras comerciais estabelecidas.

E aqui em Luanda, se não fosse esse exército de informais como é que o cidadão podia resolver a sua vida, as crianças comprarem água fresca a caminho de casa, os adultos comerem uma refeição rápida. Nos grandes centros comerciais? E para chegar lá? Num caso a mercadoria vem ter comigo, no outro, eu tenho que ir ter com ela. Óbvio que os grandes centros servem bem sociedades organizadas e não sociedades como a nossa com todas as peripécias para chegar até aqui. Sociologicamente, os informais, cobrem as lacunas daquilo que a sociedade ainda não organizou, porque ela foi desorganizada, com o colonialismo e com as guerras, pelo menos. Os vendedores ambulantes não são os culpados de serem vendedores de rua. Para muitos, o "sonho" de se tornar trabalhador por "conta própria" ou "pequeno empresário" não exprime um desejo real mas, sim, a possibilidade de escapar do desemprego ou dos salários degradados. Uma mãe de família pode preferir deixar de ser empregada numa casa particular onde lhe pagam pouco para ficar a fazer petiscos à porta de casa, sem ralhetes e ganhando mais.

Há um pressuposto dogmático: historiadores e pesquisadores do trabalho apontam para o desemprego como causa principal do "comércio ambulante".

Focalizando-nos nos vendedores ambulantes de Luanda, seria bom que especialistas na matéria fizessem um censo para sabermos quantos são, faixa etária, estado civil, sexo, escolaridade e outras habilitações, residência, média de ganho mensal, onde obtém os produtos para venda, tipo de mercadorias.

Nos transtornos sociais que trouxeram a guerra, houve a invasão de estrangeiros, desde libaneses a senegaleses que instalaram armazéns, sempre com a "ajuda" de angolanos para a "papelada" e tornaram a nossa cidade refém dos produtos que eles mandam os miúdos vender, ou fiam ou vendem com uma ligeira diferença para o parco lucro do miúdo. Quanto ganhará um miúdo quando vende um rebuçado? E quanto ganha o armazenista quando vende uma tonelada de rebuçados? Também quem é que passa aos miúdos os medicamentos que faltam na farmácia.

Maria Gomes, cientista da Universidade Federal do Rio de Janeiro num colóquio internacional sobre comércio e cidade, pondera, cito, "Entendemos ainda que o crescimento da actividade ambulante relaciona-se com a ausência de emprego dado o aprofundamento do desemprego estrutural no mercado formal, da perda salarial, do retrocesso das lutas sindicais, podendo ainda ser entendido como estratégia de resistência às formas mais subordinadas e mal remuneradas de trabalho. Assim, temos para além da exclusão, a criação de novas formas de ação laboral, a busca de alternativas, apesar das condições de precarização em que os trabalhadores ambulantes estão inseridos".

A referida cientista acrescenta: "Tornar-se ambulante é o resultado de uma exclusão do mercado formal de trabalho, assim, essa actividade não pode ser considerada como um complemento de renda, mas como a principal fonte de recursos para numerosas famílias".

As cidades são bonitas com árvores, ninhos de pássaros e pessoas bonitas como as quitandeiras que os poetas celebram pelo colorido dos panos e das frutas que dão à urbe. "O pregão da avó Ximinha", (etc).

Por esse mundo fora há cidades turísticas pintadas pela alegria de seus vendedores ambulantes e sem os quais seriam um cemitério de tédio.

Na cidade da Bahia, Brasil, em vez de nossas tabuletas de papelão podre nas portas, "Temos sopa", as vendedoras, com os saíotes baianos, têm os seus carros de mão, por dentro uma pequena botija. Fazem comida. O cidadão chega, ela serve o prato e talher de plástico, o cliente paga come e bebe uma aguinha de coco. Que bonito. Sugerir isso ao meu saudoso amigo

Mendes de Carvalho quando ele foi governador de Luanda...

Eu só quero aqui dizer que estou do lado da solução. Portanto estou do mesmo lado de quem possa pensar diferente a solução. É preciso inventariar todos os vendedores ambulantes e estudar formas de inclusão no trabalho porque eles andam a percorrer quilómetros porque querem trabalhar. Como os que escamam peixe na Mabunda ou os que lavam ou guardam carros.

Aceitando os transtornos (?) que possam causar ao visual da cidade, eles não são o problema, mas o resultado dos problemas sociais decorrentes do nosso processo de consolidação da paz para agora desfiarmos as linhas que ficaram emaranhadas pelos tempos em que as quitadeiras e peixeiras haviam calado seu pregão.

### 3.2 Pontos de venda de peixe precisam de urgente higienização

*Jornal de Angola*

*01 De Novembro de 2017*

*Texto: João Dias*

O cenário que envolve o Porto Pesqueiro e os pontos de venda de peixe é aterrador e mete a co pelo elevado nível de poluição e crónica falta de higienização destes espaços, que ervem de fonte para aquisição de alimentos para consumo humano.

O cheiro provoca náuseas. É preciso ter predisposição e hábito para se conseguir permanecer ali.

O lixo está à vista de todo e em quantidades abismais e o esgoto a céu aberto e a desaguar para o mar sugere tomadas de medidas ambientais urgentes.

A realidade está aí, é concreta e expressa bem o grande perigo que correm o consumidores e o atentado que e perpetra deliberadamente e dia após dia ao ambiente. O cenário é "negro" na Samba (Mercado da Mabunda) e repete-se na Ilha do Cabo, Chicala e culmina no mercado de peixe de Cacuo. O quadro prolonga-se no tempo e não há, por enquanto, soluções a vista.

Um estudo feito pela empresa angola Ecosel e que foi apresentado em Luanda à empresa Pescangola, gestora do Porto Pesqueiro de Luanda na presença da Ministra das Pescas e do Mar e aos armadores, dá conta do quadro "catastrófico" em que o Porto Pesqueiro e zonas circunvizinhas encontram. "Não é só a zona do Porto Pesqueiro, a periferia de Luanda esta assim", diz o presidente da Associação de Armadores.

A situação é tão grande que a Ministra das Pescas e do Mar reconheceu que o cenário quer dentro quer fora do recinto do Porto Pesqueiro "não é da melhora", que aponta a necessidade de os portos, pesqueiros e comerciais, terem a preocupação de fazer a gestão ambiental do seus resíduos, numa altura em que é assinalável a grande movimentação de embarcações, que inevitavelmente, produzem fartas quantidades de resíduos.

Apesar da falta de dinheiro, Victória de Barros diz que "a vida não pára" e exige o tratamento conveniente do resíduo para diminuir a poluição nos mares e oceanos. "O Ministério da Pesca e do Mar tem esta preocupação. Por isso, a nossa empresa portuária, a Pescangola, apresentou uma solução que deve ser aplicada noutros recintos portuários", diz a ministra.

Neste momento, a grande preocupação está na qualidade do peixe que sai dos mares angolanos e do modo como chega ao consumidor final. A ministra diz que o objectivo é inverter o quadro nos próximos tempos e fornecer à população alimento saudáveis e longe de contaminação. Actualmente a situação no Porto Pesqueiro não é das melhores, temos de reconhecer. Por isso é que foi feito um e tudo que apreenta resultado que deve merecer um tratamento particular e é o que recomendamos à Pescangola", refere a ministra que quer e tender a e tender a solução para outro recinto portuário, não só da pesca, mas também de portos comerciais.

A comercialização do peixe retalho está mal, reconheceu a ministra que lembra "não ser só no peixe, onde a situação inspira mudança, é um problema que tem a ver com a logística e distribuição, área em que ainda há um grande trabalho a ser feito". A ministra sugere, por isso a participação dos privados na criação de peixarias para a comercialização segura e higiénica do peixe.

Para já, o ministério tem uma responsabilidade que vai apenas até ao grossista, mas diante de um quadro de riscos de contaminação dos produtos do mar na venda a retalho, per f te o apelo à colaboração de todo.

"Fizemos agora o novo mercado da Mabunda que é ainda uma vergonha. Fizemos na Ilha também para solucionar aquela pouca vergonha que se passa na zona da alga e seco. Mas esta pouca vergonha é feita com o concurso dos próprios armadores", apontou a ministra para quem é fundamental juntar força para solucionar o problema, os armadores, Victória de Barros pediu que pensem no peixe como recurso de todos os angolanos, pois apesar da licença de pesca, devem ter responsabilidades acrescidas.



"Que o programa saia do papel e que não seja apenas uma mera intenção. Convidamos os nossos parceiros a tomarem consciência individual e cada um faça o seu papel. Vamos cobrar os passos posteriores. Há problemas financeiros mas a vida não pára. Temos de encontrar formas de encontrar recursos para que o projecto avance."

O problema da poluição provocada pelas embarcações é grave e deve ser combatida, disse Victória de Barro que apelou à preservação do ambiente e dos mares.

#### Estudo

O estudo feito pela Ecosel revela que o nível de avaliação do cumprimento das normas ambientais é nulo no recinto e na envolvente do Porto Pesqueiro.

O estudo revela não haver sistemas de tratamento nem das águas residuais, nem de resíduos sólidos. Tudo vai parar ao mar ou a espaços a céu aberto e depois? Depois espera-se que tudo desapareça no tempo. "Somos todos responsáveis por tudo o que fazemos para preservação do ambiente. Se não o fizermos, colocamos em risco o futuro da vida no planeta e das gerações vindouras", alerta o director-geral da Ecosel José Kilunga Brás, que fez a apresentação do estudo na manhã de ontem, numa das unidades hoteleiras de Luanda.

De acordo com o estudo refere que a gestão de resíduos é baseada em regras e procedimentos que potenciam a preservação do meio ambiente, o que não se tem verificado no Porto Pesqueiro, alertando para a necessidade de a cidade se prover de sistemas eficazes para fazer frente aos resíduos sólidos urbanos, uma forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

O estudo sugere a urgente implementação de um Plano Geral de Gestão de Resíduos do Porto Pesqueiro, que entre outros aspectos, deve instalar uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e de Resíduos Sólidos para mitigar o assombrado quadro ambiental que se vive e que a continuar pode colocar em causa a saúde dos consumidores de peixe. Para uma ETAR básica, a Pescangola tem de gastar perto de 300 mil dólares, o que permite ganhar 200 mil dólares anuais.

Tratando-se da implementação de uma estação mais sofisticada, de grande dimensão e outras componentes tecnológicas, são necessários de quatro a cinco milhões de dólares. Num quadro de investimento desta envergadura, o problema estava resolvido, embora não de todo, pois coloca-se ainda o problema da mentalidade e da educação dos próprios armadores e da população no geral.

"A Pescangola deve construir duas ETAR no mínimo e exigir das autoridades competentes a reestruturação das condições sanitárias da zona envolvente ao Porto Pesqueiro", diz José Brás.

Além disso, José Brás sugere a criação de zonas verdes e a arborização das zonas limítrofes do recinto portuário por forma a filtrar e reoxigenar o ar e conclui ser ambientalmente correcto e financeiramente produtivo que a empresa instale um sistema de tratamento de resíduos sólidos.

Para já, o Plano Geral de Gestão de Resíduos (PGGR) obedece aos critérios definidos na legislação e na convenção de Marpol e na sua elaboração teve-se em conta a localização do Porto Pesqueiro, zonas limítrofes, dados ambientais envolventes, gestão actual de resíduos sólidos, tecnologias modernas e sistemas inovadores na gestão de resíduos.

"O Plano foi elaborado com o propósito de mitigar os efeitos nocivos da poluição dentro e fora do recinto portuário", diz O director da Ecosel, para quem o plano define as regras com base nas quais a Pescangola deve executar todas as tarefas respeitantes à limpeza e ao saneamento. O estudo faz 36 constatações, entre as quais se destacam aspectos como saneamento deficiente, com realce para as águas residuais e ausência de um sistema de gestão funcional, apesar de se terem verificado a melhoria das condições sanitárias do recinto portuário, principalmente dos últimos quatro anos. Outra constatação é que não existe um registo e controlo dos resíduos produzidos, quer no recinto portuário quer nas embarcações que nela acostam.

O responsável da Ecosel destaca o facto de a gestão ambiental no país não se basear na Convenção Internacional de Marpol 73/78 (convenção para a prevenção da poluição por navios, adoptada em Londres), o que prejudica financeiramente a Pescangola. Além disso, diz haver um saneamento deficiente, com realce para as águas residuais, que são canalizadas para o mar ou depositadas em poços rotos, com todos os riscos e consequências desastrosas daí resultantes. O estudo constatou não existir qualquer sistema de tratamento e reciclagem de resíduos.

Frente a isso, o estudo recomenda a urgência em Pescangola formar o pessoal e dotar-se de ferramenta para tornar possível todos os esforços financeiros que a empresa venha a realizar. "É imperioso implementar o Plano de Gestão de Resíduos apresentado, no sentido de melhorar o ambiente no recinto portuário e controlar os resíduos produzidos nas embarcações que no porto atracam e o saneamento deve ser adequado às exigências da legislação ambiental."

No ponto de venda de peixe da Mabunda está um cenário de falta de higiene de bradar aos céus. Mas, para Suzana Pedro, vendedora de longa data, a limpeza e recolha de resíduos no mercado tornou a zona mais salubre.

### 3.3 Moradores do Quintalão revoltados com vendedores

*Novo Jornal*

*03 De Novembro de 2017*

*Texto: António Gaspar*

Moradores do Quintalão do Petro de Luanda, na avenida Pedro Castro Van-Dúnem Loy, dizem estar revoltados com a limitação no acesso ao bairro, devido ao mercado informal, que cresce assustadoramente e inviabiliza a entrada dos municípios na zona do Golfe 2, em Luanda.

Os municípios dizem ter já apresentado várias reclamações às autoridades locais, porém, sem êxito. Entendem haver obstáculo na resolução das questões pelo facto de existir um grupo de fiscais que, diariamente, cobra 100 Kwanzas de ficha às vendedoras.

"Ninguém resolve nada. Existem pessoas que tiram partido dessa situação. O número de vendedores aumenta assustadoramente", reclama Pedro Massango, lamentando as dificuldades que enfrenta para entrar e sair do bairro.

"Normalmente, para sair ou entrar nas residências, levamos uma ou duas horas de caminhada, num troço de menos cinco minutos para atingir a estrada. Temos de esperar até que os vendedores retirem os seus produtos para permitir a passagem", reclamou o jovem.

Lembra que, em situações de emergência, a pessoa quase perde a vida por causa do tempo de espera. "Um meu vizinho teve um ataque, chamou-se a ambulância, mas demorou muito para ser levado do bairro para o hospital devido à multidão no mercado."

Domingas Ngalula, outra moradora, acrescenta que, hoje, a zona está a virar um depósito de lixo, dada a "imundície" das vendedoras do mercado ilegal.

Os moradores, agastados com a situação, já tentaram por várias vezes impedir a venda no local, mas revelam que nem mesmo com a ajuda da Polícia a intenção surtiu os efeitos desejados.

Agora, para ver resolvida a situação, os municípios tencionam realizar uma acção de recolha de

assinaturas, para fazer entrega à administração do Kilamba Kiaxi e ao Governo da Província de Luanda.

"As autoridades competentes devem ajudar-nos na resolução do problema. Não se permite uma situação dessas numa zona que sempre foi calma e limpa", reclama Inês Diogo, outra munícipe que defende mesmo o encerramento do mercado informal.

Para Henrique Mavinga, também morador da zona, o momento mais difícil para a "travessia" é ao início da noite, altura em que o mercado ganha mais gente e os moradores estão de regresso a casa.

"A maior parte das pessoas que cá vivem é obrigada a colocar os carros próximo da estrada a esperar que as senhoras saiam da via de acesso para poder entrar", lamentou.

Já Galinha, jovem motoqueiro que opera no mercado, entende que a enchente do mercado não prejudica ninguém, salientando que é nele que ganha o seu pão. "É nesta via onde venho diariamente procurar o pão para a minha família, e já não vejo alternativa de sustento. Por isso, quanto mais pessoas melhor para mim."

Sara Makaya, vendedora de saldos de telemóveis solidariza-se com as dificuldades dos moradores, porém diz que não tem outro sítio melhor para fazer o seu negócio. "Já pensámos em desistir deste mercado, mas nunca encontramos um local igual a este, onde há muita circulação de pessoas", disse a vendedora, afirmando estar preparada para sair caso o governo provincial ceda um local melhor.

A par desta situação, residentes queixam-se do estado deplorável das vias de acesso, facto que se irá agravar com o cair das chuvas.

#### Requalificação do bairro

Para o responsável da comissão de moradores do conhecido bairro Quintalão do Petro, Moisés António Manuel, a solução passaria pela requalificação da zona. "Só desta forma vai ser possível eliminar o mercado nesta localidade e ao mesmo tempo acabar com os incómodos que diariamente enfrentamos", perspectivou.

Enquanto, o problema tarda em ser resolvido pelas autoridades, Moisés António Manuel disse que a sua Comissão está a trabalhar na identificação de mercados ou locais adequados para onde os vendedores possam ser transferidos.

Por sua vez, o sociólogo Salvador Décimo entende que "o caso das zungueiras e mercados informais é um fenómeno nacional". "o Governo vem a lutar com isso

já há muitos anos, mas não consegue. Tudo isso passa também por uma boa governação", observou.

Salvador Décimo não deixou de sublinhar "tratar-se de uma obra inacabada aqui nessa região" e, em função disto, "como a ocasião faz o ladrão, os vendedores aproveitam-se da respectiva situação para poderem vender os seus produtos".

"Acredito que programas futuros hão-de vir dar soluções a esses problemas", perspectivou.

Recorde-se que o actual governador, Adriano Mendes de Carvalho, já terá anunciado em uma reunião com os administradores municipais e distritais de Luanda que pretende acabar urgentemente com a venda ambulante em toda parte da cidade capital.

Adriano Carvalho considerou intolerável o comportamento dos cidadãos ambulantes que fazem a venda dos seus negócios nas ruas, avenidas e pedonais de Luanda.

### 3.4 Os activos tóxicos da governação de Luanda

*Novo Jornal*

*03 De Novembro de 2017*

*Texto: Nok Nogueira*

Não nos resta qualquer dúvida de que o maior activo que Angola possui é o seu Povo, além, claro está, do potencial de riqueza contido no seu subsolo e da vasta extensão de terra arável e do clima propício para a prática da tão almejada agricultura e o próprio ambiente de negócios derivado do baixo "risco político" de que o país goza após o alcance da paz efectiva em 2002.

Tem sido este mesmo Povo que vai dando mostras de um nível de elevação de cidadania, de superação ante as adversidades socioeconómicas e de compreensão de fenómenos sociais que aos olhos do poder político constituem um mau presságio e um postal que retira, na opinião da acção governativa, "a boa imagem para inglês ver", daí que se queira muito rapidamente expurgar da sociedade Luandense, custe o que custar, doa a quem doer, a venda informal e/ou ambulante. Facto que condenamos veementemente por pecar não no conteúdo mas na forma.

Um exemplo claríssimo de como as autoridades sempre reagiram muito mal à informalidade foi o modo desastroso, dadas as consequências para milhares de famílias, como se acabou com o mercado do Roque Santeiro, no Sambizanga. Já quase ninguém se lembra que o Roque foi vítima de si mesmo, ou seja,

da fama que ostentava, em função da importância que este tinha no manuseamento de massa monetária. Há quem aponte que o mercado movimentava somas monetárias que os bancos comerciais de então não tinham em depósito.

Não teria sido, pois, inocente a guerra aberta ao Roque Santeiro. Claro que os bancos comerciais contaram com aliados de peso, caso de actores políticos no governo, que, viemos a saber-se pouco tempo depois, eram afinal os donos dos mesmos. Escusado será dizer que logo a seguir vimos expandir-se a níveis assustadores e tristemente testemunhado a venda ambulante nas várias artérias de Luanda, que se transformou no caos comercial que ainda hoje mistura desordem com confrangimento perante um quadro em que é perceptível o estado de miséria e de carência em que se encontram muitas famílias.

Boa parte dos governadores que passaram por Luanda lidaram muito mal com o fenómeno da venda ambulante e todos eles cometeram o erro de puxar dos galões da arrogância num caso altamente sensível e que merecia melhor tratamento por parte do governo, que, no fundo, é o principal responsável pelo estado em que se encontram famílias angolanas.

Agora mesmo, tivemos a reacção intempestiva do novo inquilino do Palácio da Mutamba, que dá sérias indicações de que a governação provincial não tem a preocupação de estudar os fenómenos sociais como mandam as dinâmicas contemporâneas. A ideia que fica é de que alguns actos de governação não passam de arbitrariedades administrativas e trunfinguices de chefia, que não levam à resolução de coisa nenhuma. Porquê? Porque não se analisam os indicadores, não se respeitam nem tampouco se ponderam as implicações de determinadas medidas.

Que a venda ambulante incomoda, sim, incomoda a muita gente, e a nós também. Mas, provavelmente, quem mais se sente incomodado serão os angolanos e angolanas que calcorreiam pela cidade todos os dias, submetendo-se às mais brutais sevícias das forças da ordem pública, dos fiscais da província de Luanda e de outros actores que vêem nesses angolanos e angolanas seres inferiores e deixados à margem. É preciso, pois, compreender que a venda ambulante resulta do fracasso sucessivo das políticas sociais do governo. Há ainda uma outra nota que se não pode perder de vista: o fenómeno da venda ambulante nos níveis em que está é o resultado da má partilha da riqueza do país, da acumulação primitiva de capitais que excluiu e continua a excluir uma série de angolanos e angolanas com capacidade intelectual e física para desenvolver actividade produtiva em unidades fabris, se as tivéssemos no país em quantidades.

Os vários armazéns e lojas comerciais, responsáveis pela importação e venda de produtos da cesta básica, não têm capacidade de absorver os milhares de angolanos que se encontram no desemprego. E são estes angolanos, senhor governador, que, deixados à margem do processo de enriquecimento de que beneficiaram políticos, não lhes resta uma outra alternativa senão lutarem pela sobrevivência das suas famílias, partindo para a venda de produtos pelas artérias da cidade capital, correndo sérios riscos.

Senhor governador, se vai declarar guerra aberta à venda ambulante, e penalizar famílias inteiras, sem que existam alternativas para estes angolanos e angolanas, aconselhamos que o faça igualmente com outras práticas ilegais como a venda de divisas no Mártires do Kifangondo por cidadãos estrangeiros. O mercado informal das divisas é tão ilegal quanto a venda ambulante, mas ninguém até hoje percebeu o porquê desta última constituir ameaça e o “fenómeno Mártires” não.

Há quem defenda a ideia de que exista uma suposta máfia à volta do negócio de divisas. E o que nos leva a fazer fé nesta acusação é o facto de o Mártires nunca ter constado na agenda de nenhum governador como um alvo a abater como tem sido até agora a venda ambulante. Se reagem mal à venda ambulante, é suposto terem a mesma reacção em relação ao Mártires do Kifangondo, que passou a substituir os bancos comerciais na venda de divisas, havendo quem apontasse que alguns bancos comerciais, na fase de maior demanda, retiravam as divisas de circulação e punham cá fora no mercado informal para buscar vantagens que chagavam ao triplo do valor de venda ou de compra da moeda estrangeira em relação ao definido pelo banco central. Tudo isto é hoje dito à boca pequena e vale o que vale!

Podemos acabar com a venda ambulante? Sim, podemos.

Mas, antes de pensarmos em fazê-lo, é preciso que a governação comece a estudar melhor o problema. É preciso que cada governador que chegar ao palácio da Mutamba perceba que há vidas humanas em jogo; é preciso que se tire as devidas ilações sobre os vendedores ambulantes, que são, na verdade, os activos tóxicos de uma governação que até hoje ainda não acertou de todo nas políticas sociais. Portanto, senhor governador, e com todo o respeito que merece, os poucos dias que já leva à frente do GPL não lhe dão qualquer legitimidade de jogar para o caos sociais cidadãos angolanos sacrificados que têm o mesmo direito que tiveram aqueles que "primitivamente acumularam capitais" e construíram riquezas à custa de todos nós. Ouça especialistas, senhor governador, e verá que ainda vai a tempo de

"corrigir aquilo que está mal e melhorar aquilo que está bem".

### 3.5 A privatização dos mercados

*Jornal O País*

*04 De Novembro de 2017*

Temos ouvido quase todos os dias, nos táxis, nas ruas, nos meios de comunicação social, entre outros sítios, sobre a privatização dos mercados da cidade de Luanda. Por uns, a notícia tem sido bem recebida, mas por outros não. Eu, particularmente, como munícipe de Viana, sinto que, por um lado, haverá uma melhor organização, porque parto da visão de que algo quando é privatizado é melhor gerido, diferente do público que fica que nem "a casa da mãe Joana".

Assim, é importante que os novos gestores dos mercados tenham em atenção' que o dinheiro que diariamente cobram às vendedeiras, que não é pouco, deve servir não apenas para pagar o salário dos administrativos do mercado, mas principalmente para manter limpo e organizado o local. E que o Governo Provincial de Luanda saiba fiscalizar estes novos "donos" dos mercados para não ficarem apenas preocupados em enriquecer, quando o mercado é engolido pelo lixo e aconteça o que aconteceu no mercado do Km 30 de Viana, onde muitos acreditaram que foi o princípio da febre-amarela.

Se bem calcularmos, meus senhores, muita gente ficará rica com estes mercados, pois a cobrar 100 a ISO a cada vendedeira, multiplicando pelas milhares de vendedeiras que tem o Kicolo, por exemplo... vocês não estão a imaginar o balúrdio de dinheiro que isso dá!

Entretanto, não posso deixar de avisar que algumas pessoas estão cépticas quanto a esta mudança de direcção (de pública para privada), pelo que alguns acham mesmo que a zunga vai aumentar na cidade de Luanda e outros ainda aventam o pior: a criminalidade, pois que muita gente está a cair no desemprego. Pelo sim e pelo não, o que eu quero mesmo é que Luanda esteja mais limpa, que não tenhamos mais problemas de lixo, haja mais higiene nos mercados e pouca (se possível nenhuma) pessoa a comprar comida na rua.

Safeca Raúl Pinto

### 3.6 Centenas de imigrantes nas zonas diamantíferas

*Jornal de Angola*

*9 De Novembro de 2017*

*Texto: Isidoro Samutula*

O Governo Provincial da Lunda-Norte está preocupado com a grande concentração de imigrantes detentores de cartão de refugiado e requerentes de asilo político nos municípios de Cambulo, Lucapa e Cuango, que fingem exercer actividades comerciais' mas na verdade incentivam o garimpo e a exploração ilícita de diamantes nas áreas que são reservas do Estado.

A preocupação foi manifestada terça - feira, no Dundo, pelo governador Ernesto Muangala, durante a I sessão ordinária do Governo, que considerou de uma problemática grave e exige o envolvimento de todos os membros das forças de Defesa e Segurança e da população para evitar práticas que ameaçam a economia nacional.

Ernesto Muangala afirmou que o país está a ser invadido novamente e de forma silenciosa com a imigração ilegal, e com consequências que poderão levar, no futuro, à alteração do quadro político com implicações nos pleitos eleitorais e na economia, assim como a realização de actividades ilícitas como o, garimpo e tráfico ilícito de diamantes, branqueamento e fuga de capitais, financiamento ao terrorismo, uma vez que os mesmos são oriundos de zonas ligadas ao fundamentalismo religioso.

O governador provincial disse que a imigração ilegal tem estado a afectar o tecido social do país, porquanto são visíveis as consequências do ponto de vista de saúde pública, proliferação da prostituição, influências negativas comportamentais quanto aos hábitos e costumes contrários aos padrões de convivência social entre os angolanos, bem como a manifestação de crimes violentos pouco comuns como raptos, sequestros, tráfico de seres humanos e de órgãos.

Do ponto de vista cultural ' e linguístico, não obstante a globalização, sublinhou, constata - se manifestações culturais, expansão de actividades religiosas com hábitos e costumes estranhos à cultura angolana, muitos dos quais surgidos com a explosão do fenómeno imigração ilegal.

Crescimento da imigração

Segundo o governador provincial, do ponto vista demográfico, o fenómeno da imigração ilegal remete-o para um crescimento anormal e incontável da população em função do povoamento de algumas

regiões por indivíduos supostamente angolanos que obtêm a nacionalidade de forma ilegal.

Ernesto Muangala pediu aos angolanos para defenderem o território nacional da invasão silenciosa, em função da situação ser preocupante, partindo do pressuposto que os crimes e outros conexos praticados pelos cidadãos estrangeiros causam sérios prejuízos financeiros aos cofres do Estado e a estabilidade política e social do país.

O governador provincial orientou que as medidas em curso, consubstanciadas em " operações policiais com a colaboração da população, devem ser permanentes nos dez municípios da província, tendo decretado "tolerância zero" à imigração ilegal e ao tráfico ilícito de diamantes.

Os membros do governo apreciaram o memorando sobre a situação económica e social da Lunda Norte, onde espelha o esforço do executivo na mobilização dos meios necessários para a implementação dos diversos projectos condutores da elevação dos índices do desenvolvimento.

O governador provincial explicou que o Governo Provincial desenvolveu as bases fundamentais para a concretização das opções estratégicas e projectos estruturantes preconizados no Programa Nacional do Desenvolvimento 2013/2017, que visa reforçar dimensão urbano Dundo, Luachimo e Chitato, com a localização dos serviços avançados e equilibrar as relações transfronteiriças, diversificando as actividades que envolvem as empresas diamantíferas em projectos de apoio a micro empresas e desenvolvimento da agropecuária.

A reunião foi antecedida com a tomada de posse do director do Gabinete Provincial do Estudos, Planeamento e Estatística, Fernando Barber, do director dos Transportes, Fernando Terça, e do director do hospital sanatório do Sacavula, Wilson Palanca.

### 3.7 Mártires de Kifangondo e mercado informal online de divisas alargam negócio

*Jornal Expansão*

*10 De Novembro de 2017*

É sob o olhar indiferente da Polícia Nacional que decorrem as transacções naquela que é considerada a 'maior casa' de câmbio informal de Luanda, precisamente a rua 15 do bairro Mártires de Kifangondo. A actividade de "kinguilas" é praticada, principalmente, por pessoas oriundas de países da

África Ocidental, que, na maioria das vezes, 'serpenteiam' junto à esquadra móvel que se encontra no local em busca do melhor negócio.

'Kínguila' de profissão, o maliano Abdul Hussein disse ao Expansão que a tendência, nos próximos dias, será a de subida dos preços dos dólares, tendo em conta a proximidade do Natal, época em que

há tradicionalmente um aumento da procura da 'nota verde'. É aqui que muitos comerciantes recorrem para ter dólares para importar mercadorias.

Nos últimos anos, o mercado informal digitalizou-se e as páginas online das redes sociais de compra e venda ilegais de dinheiro são cada vez mais comuns e menos privadas. Quase tudo é feito "às claras", há quem queira comprar dólares, euros ou até rands.

Na página da rede social Facebook do grupo "Kínguila Dolar", com mais de 10 mil membros, por exemplo, um dos membros do grupo escreve que tem mais de 500 mil USD em 'cash' ao preço de 395, exigindo, no entanto, que a transacção seja feita via banco. "Mediante a apresentação de um extracto bancário actualizado, os dólares irão ao encontro do cliente, desde que esteja no centro da cidade", refere o anúncio.

Comuns são também os "esquemas" de cartões de crédito, alguns alugados a 200 mil Kz por mês, com 'plafonds' que variam dos 500 USD a 1 milhão USD, tratando-se, muitas vezes, de burlas.

A legislação aplicável ao caso do comércio de divisas no mercado informal, seja ele no Mártires ou numa morada digital, prevê multas que vão dos 105 mil Kz aos 21 milhões Kz. Mas há outras sanções acessórias, como a "perda a favor do Estado dos bens utilizados ou obtidos com actividade ilícita", ou a inibição "temporária ou definitiva de funções em órgãos sociais ou de direcção de quaisquer instituições sujeitas à super-visão do BNA, explicou ao Expansão um grupo de advogados.

É a partir das indicações dos artigos 19.º ao 27.º da Lei das Infracções Contra a Economia, que estes crimes são transportados para a alçada da Lei Cambial, onde está estabelecido, no artigo 7.º, que "as operações cambiais só podem ser realizadas por intermédio de uma instituição financeira autorizada a exercer o comércio de câmbio".

O economista Galvão Branco entende que os canais que permitem ter disponível um tão elevado volume de divisas no mercado informal só pode ter como origem as instituições bancárias cujo contorno do tráfico deve ser alvo de investigação judicial

Samora Kitumba, por sua vez, defendeu que uma das formas do BNA combater essa tendência seria através da injeção de dólares no mercado, de modo a promover o equilíbrio, mas para isso teria de recorrer às RIL, "o que em nosso entender não seria aconselhável de momento".

### 3.8 Nota de 100 USD já custa 40.000 Kz no 'Wall Street' do Mártires e deve aumentar até ao Natal

*Jornal Expansão*

*10 De Novembro de 2017*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

O preço médio do dólar no mercado informal de Luanda tem vindo a disparar nas últimas semanas, com a 'nota verde' de 100 USD a custar, esta semana, 40.000 Kz quando, em Abril, custava 36.000 Kz. De lá para cá, numa altura em que se fala da mais que provável desvalorização da moeda nacional, deu-se uma apreciação de 11% do valor da moeda norte-americana nas ruas de Luanda.

Nos já habituais pontos de venda do mercado informal da capital do País, o preço de venda de cada dólar está 141 % acima dos 166 Kz por dólar que custa no mercado formal (ver infografia).

O Governo, entretanto, reconhece que a moeda nacional continua sobrevalorizada e propõe "adoptar um regime cambial de flutuação administrada dentro de uma banca compatível com a meta de inflação e o nível das Reservas Internacionais Líquidas que assegure, pelo menos, oito meses de importação, ao contrário dos seis meses actuais. Em função disto, analistas indicam que é expectável uma desvalorização do Kwanza até Dezembro, uma vez que esta é uma das 136 medidas que constam do 'Plano Intercalar - Medidas de Política e Acções para Melhorar a Situação Económica de Angola', aprovado na primeira reunião do Conselho de Ministros dirigida pelo PR João Lourenço.

Consta-se, por outro lado, que a subida do preço médio do barril de petróleo nos mercados internacionais nas últimas semanas, situando-se actualmente acima dos 60 USD o barril, ainda não se reflecte nas Reservas Internacionais Líquidas e nas vendas de divisas pelo BNA. Pois os indicadores apontam para a quebra dos dois nas últimas semanas (ver infografia).

O mês de Setembro representa, por exemplo, o pior período mensal em termos de disponibilização de divisas pelo BNA aos agentes económicos, sendo que nesta época o banco central cedeu apenas 429 milhões

USD contra os 1.120 milhões USD disponibilizados no mês anterior, Agosto. Nos primeiros nove meses do ano, o BNA injectou 10.137 milhões USD aos operadores, indicam dados do BNA consultados pelo Expansão.

Menos disponibilização de divisas favorece informal. Numa ronda feita pelo Expansão nos diversos pontos de compra e venda de USD no mercado informal, como por exemplo o bairro Mártires de Kifangondo, onde a actividade de "kinguilas" é praticada principalmente por pessoas oriundas de países da África Ocidental, os vendedores explicam que o aumento dos preços se deve, substancialmente, à menor circulação de divisas nos últimos tempos. Ou seja, a baixa disponibilização de divisas pelo BNA nos leilões semanais estará a contribuir para o aumento da procura de cambiais no mercado paralelo, sobretudo por comerciantes, até pelo facto de se estar a aproximar o Natal.

Para o economista Samora Kitumba, "o mercado de cambiais, tal como o de bens e serviços, é fortemente controlado pela lei da procura e oferta", pois, "os empresários, assim como as famílias, continuam a ter necessidade de importar, tal como de viajar e de satisfazer as suas prioridades", razões que fizeram disparar o preço médio do USD no informal.

Especialistas defendem desvalorização do Kwanza. Samora Kitumba defende que, em determinado estágio das economias, é aconselhável a desvalorização da moeda. Porém, considera que em Angola, por se tratar de um País que recorre fortemente à importação de bens e serviços, esta não será a melhor altura. "A desvalorização neste momento iria beneficiar exclusivamente a banca nacional, prejudicando grandemente o nível de poder de compra das populações".

Já o economista e consultor Galvão Branco considera consensual que, enquanto não houver flexibilidade cambial e não se proceder a estudos e investigações profundas sobre a origem dos recursos e funcionamento do mercado informal de divisas, a disparidade de preços entre o mercado informal e o formal vai continuar a ocorrer, com a quantidade de divisas disponibilizada pelo BNA a marcar os preços que são estipulados nas ruas.

Por sua vez, o antigo vice-governador de Luanda para o sector económico, José Cerqueira, defendeu a necessidade de o País ter uma taxa de câmbio flutuante, cujo valor seja determinado pelo mercado.

O economista alega que não se revê no actual modelo de distribuição de divisas adoptado pelo banco central, defendendo que devem ser os bancos comerciais a

escolher os agentes económicas que devem beneficiar das divisas cedidas semanalmente pelo BNA. Até porque são eles que trabalham com os operadores do sector, sublinha.

Especialistas disseram ao Expansão que, nesta fase, as famílias e os empresários evitam colocar as suas divisas nas contas bancárias porque, muitas vezes, têm dificuldades para as levantar. Assim, optam por guardá-las ou transaccioná-las no mercado paralelo, onde, facilmente, conseguem triplicar os valores dos montantes reunidos.

### 3.9 "O mercado informal de divisas é um caso de segurança de estado"

*Jornal Expansão*  
10 De Novembro de 2017

Como se explica o facto de os bancos comerciais alegarem não ter divisas disponíveis para atender às necessidades dos clientes mas no mercado as notas continuarem a circular?

O surgimento de um mercado informal de divisas tão prospero e bem estruturado e sobretudo os mecanismos que asseguram o seu municionamento é, no limite e no caso específico de Angola, um caso de segurança de Estado, devendo, por conseguinte, fazer apelo à intervenção de serviços de inteligência para que este "fenómeno" fique esclarecido. Não creio que a actuação da Unidade de Informação Financeira (UIF) "per si" seja suficiente para esclarecer a prosperidade do negócio do "Wall Street dos Mártires".

Falta maior supervisão no sistema financeiro?

Nas actuais circunstâncias de dificuldades acrescidas de gerar divisas, por razões suficientemente conhecidas, presumo ser incontornável a desvalorização da moeda nacional em condições e termos que não induzam a situações inflacionistas incontroláveis, tendo sempre presente uma relação estável na política de preços e rendimentos.

Como prevê que o quadro esteja durante a quadra festiva?

O mercado informal de divisas é imprevisível na sua reacção, sendo possível que assim ocorra como resultado de causas subjectivas, como eventuais expectativas sobre a adopção de medidas administrativas tendentes a combater as razões da sua existência. Não é de estranhar uma reacção em alta com a aproximação da quadra festiva, face à pressão sobre o consumo que normalmente se regista nesta

ocasião e algum aumento de liquidez decorrente de uma duplicação dos salários dos trabalhadores.

### 3.10 SIC acusado de apreender mercadoria dos vendedores em Cacucaco

*Jornal A República*  
10 De Novembro de 2017  
Texto: Mafuta Malanda

Os Serviços de Investigação Criminal afectos ao Comando Municipal de Cacucaco estão a ser acusados por um grupo de vendedores de ter apreendido várias caixas contendo lâminas de marca "Dorco".

O facto ocorreu na semana passada, quando os vendedores foram surpreendidos por efectivos daquele ramo da polícia, que alegaram que os vendedores não tinham autorização para comercializar as lâminas daquela marca, e estavam aí, aliás, como sempre, a cumprir ordens superiores.

Os vendedores furiosos questionam a atitude das autoridades e acusam-nas de ter extorquido sua mercadoria.

Nsuka João, de 39 anos, vendedor no mercado do Kikolo desde 2010, diz não compreender o porquê só agora as autoridades dizem que não podem comercializar aquela mercadoria.

"Eu vendo lâmina dorco há já alguns anos, importo-as a partir da China, mas nunca o governo disse que não podemos fazer esse negócio. A polícia levou-me logo 54 caixas, quase a metade do que importei, assim, como vou sustentar minha família?": questionou.

Outra cidadã, que responde por Maria Dionísio, diz que não existem motivos que levem as autoridades a apreenderem a sua mercadoria.

"Não existem razões para a polícia prender nossas mercadorias, porque nós importamos de forma legal e pagamos todos os direitos alfandegários.

Se fosse um comércio ilegal, certamente as autoridades não permitiriam a sua entrada no país": concluiu.

Já Madalena Pata viu toda sua mercadoria apreendida.

"Levaram-me toda a mercadoria, com a qual sustento a família, pago propinas dos meus filhos que estudam no colégio. Meu marido, que foi antigo combatente faleceu há dois anos": contou.

Os vendedores lançam um grito de socorro à Administração do mercado para que esta ajude a terem

de volta a sua mercadoria. De recordar que o mercado do Kikolo é dos maiores mercados do país a céu aberto, superado apenas pelo mercado do 30.

### 3.11 Jovens empreendedores promovem uma feira

*Jornal de Angola*  
14 De Novembro de 2017

O Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (FAJE) realiza, na sexta-feira, no município de Luanda, a primeira Mostra Nacional do Empreendedorismo, uma iniciativa que abrange todos os sectores da economia nacional.

Em documento, enviado ontem ao Jornal de Angola, a FAJE refere que no evento vão ser expostos produtos e serviços de empreendedores de micro, pequeno e médio porte e de empresa de grande porte com soluções para o autoemprego.

Instituições públicas vão estar também presentes, devendo expor programas, produtos e serviços voltados para o fomento e o apoio ao empreendedorismo.

A exposição da FAJE vai decorrer sob o lema o "Auto-Emprego e Empreendedorismo - Desafios e Oportunidades para a Diversificação da Economia".

O programa prevê a realização de um ciclo de palestras, com abordagem de programas de apoio à criação do autoemprego e rede de empresas e instituições interessadas em partilhar ideias, desenvolver sinergias, identificar problemas e desenvolver soluções de autoemprego e empreendedorismo.

O Estado incentiva o empreendedorismo, sendo já uma cultura que se consolida cada vez entre os jovens a nível nacional.

### 3.12 'Zunga' é o único meio de sustento para milhares de famílias

*Jornal Visão*  
17 De Novembro de 2017

"A nossa associação não concorda que se possa acabar com a venda ambulante porque o país não tem emprego e o que cria a venda ambulante é o problema do desemprego no país", começou por explicar, o presidente da AVAAL, José Cassoma.

Aquele dirigente reagia à polémica que está instalada em Luanda, depois da recente orientação do novo



governador provincial, Adriano Mendes de Carvalho, para “o fim urgente da venda ambulante nas ruas, avenidas e zonas pedonais da capital do país”.

“Queremos e defendemos a organização da venda ambulante, porque nesta altura achamos que os vendedores ambulantes deveriam contribuir, também para os cofres do Estado, uma vez que o país se encontra numa situação económica difícil”, afirmou por seu turno o presidente da AVAL.

Uma organização que, refere, pode “passar por atribuição de cartões de ambulante” ao nível dos nove municípios de Luanda, “no sentido de o Estado daí poder obter recursos para o Orçamento Geral do Estado” de resto, recorda, “como já se fazia anteriormente”.

“Se houvesse uma boa organização e fiscalização poderia funcionar, porque temos países lá fora em que a venda ambulante existe. Agora num país com sérios problemas sociais e económicos, sem emprego para juventude, apenas encontram sustento aí para as suas famílias”, explicou.

Adriano Mendes de Carvalho ordenou, no final de Outubro, o fim desta actividade, classificando como “inadmissível” a situação que se vem registando nos últimos dias, “sob olhar impávido dos administradores”.

A medida é encarada com bastante preocupação no seio das vendedoras ambulantes de Luanda, também conhecidas como ‘zungueiras’, por ser o único meio de sustento que têm.

Depois desta orientação, as equipas de fiscalização, segundo os relatos dos últimos dias, têm vindo a actuar em força nos arredores da capital, nomeadamente com a apreensão do “negócio” que por norma estas mulheres, mas também muitos homens mais novos, carregam pelas ruas de Luanda, a vender.

Para José Cassoma, terminar com esta venda ambulante em Luanda “deve acontecer apenas com apresentação de soluções de emprego” por parte do governo da província, por se tratar de uma forma de “sobrevivência” e que “apenas lutam para sustentar as famílias”.

### 3.13 A Contingência das Zungueiras no País

*Jornal A Republica*  
17 De Novembro de 2017

Pode comprar-se de tudo um pouco nas ruas de Luanda, do sabão, a brincos, roupa, panelas ou fruta,

mas o negócio das zungueiras está cada vez mais ameaçado pelas ‘corridas’ dos fiscais.

“Eu não estou a vender porque a corrida está a ser demais. Os fiscais estão a dar-nos muita corrida” começou por contar ao Jornal A República, a 10 de Novembro deste ano, revoltada, Sara Netinha, zungueira de 30 anos que se queixa do negócio e da perseguição dos fiscais municipais.

A corrida pelas ruas de Luanda, fugindo à retenção e para isso abandonando a mercadoria nos passeios ou nas estradas, tornou-se numa rotina diária destas mulheres.

É que para acabar com a venda ambulante desordenada nas ruas da cidade, várias administrações municipais da capital haviam aplicado no ano passado, multas a partir de 45 mil kwanzas. A medida é justificada com a lei das transgressões administrativas, aprovada em 2016 e advertia que além dos vendedores também quem compra na rua da capital pode ser sancionado.

“Essa multa que eles estão a pedir é muito, nós não ganhamos esse dinheiro: explica Sara, que com a venda de chinelas ainda consegue sustentar uma casa com um marido e dois filhos.

Já leva 10 anos de negócio e muitos anos de ‘corridas’ dos fiscais, já perdeu a conta, às vezes, que fugiu deles, deixando a mercadoria para ser apreendida.

“Não nos deixam vender, é só corrida, corrida. Marido não tem emprego, vamos fazer como? No mercado não tem lugar!” Desembucha Sara.

Entretanto, além das multas, arriscam uma pena de até três meses de prisão, conforme avisos feitos em 2016 pelas autoridades de Luanda.

Muitas zungueiras que falaram ao Jornal A República queixam -se, assinaladamente do negócio-a mercadoria-que os fiscais levam e que raramente conseguem recuperar: “Andamos cansadas”, desabafaram. Dessa maneira, na rua, todas sabem a regra: “A polícia vem, é fugir. Quem ficou, ficou, quem salvou, salvou”, diz Eva, enquanto observa a rua, não vá ser surpreendida pelos fiscais.

Marcelina Lina tem 40 anos e vende pastas, negócio que já leva 10 anos, mas que nunca esteve tão mal, devido à crise e às ‘corridas’.

“Por causa da corrida há dias que consigo levar para a casa 10 a 15 mil kwanzas. Quando o dia está bom levo 30 mil kwanzas em casa” aclara Rosalina.

Já foi presa "umas quatro ou cinco vezes" por vender na rua e confessa que já se habituou a fugir dos fiscais. Tal como Luzia Maria, de 25 anos, que encontrou na rua, vendendo sabão, o sustento para dar de comer à sua família.

### 3.14 Administrador de Viana ‘menospreza’ JES

*Jornal Visão*

17 De Novembro de 2017

Texto: *Kiaku Pedro*

“Isso é para descredibilizar as instituições do Estado”, lamentam a comunidade que acompanha o dossier. Mesmo com despacho do ex-Presidente da República no seu gabinete, Jeremias diz que não quer saber nada, o que leva muitas interpretações a volta da história.

Depois de o Tribunal Provincial de Luanda ter condenado a Administração Municipal de Viana e o antigo administrador José Moreno a apresentarem as contas da gestão do mercado do Km 30, estes desobedeceram a decisão continuando a gerir o mercado.

A sentença resulta de um processo iniciado por Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda, proprietária do mercado, contra o Estado (Administração Municipal de Viana) e José Manuel Moreno Mendes Fernandes, antigo administrador municipal de Viana, na forma de acção especial de contas sob a forma do processo sumário.

Segundo o tribunal, os documentos juntos aos autos provam que Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda foi responsável do mercado do Quintalão, no município de Viana, que com a autorização dos órgãos competentes, foi transferido para o KM 28/30. Face a resistência da Administração de Viana em continuar a gerir, o mercado, no dia 21 de Outubro de 2017, o ex-presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou o ex-governador de Luanda, Francisco Higinio Carneiro a entrega do mercado.

“Nos termos da Lei n002, de 14 de Janeiro, Lei sobre impugnação dos actos administrativos, informamos que recebemos a reclamação da senhora Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda, subscrita pelos seus representantes legais, através da qual vem requer a legalização do terreno onde hoje encontra-se a funcionar a praça do Km30, com isenção dos pagamento e taxas referente ao processo”, lê-se na carta do ex-presidente, José Eduardo dos Santos.

Segundo o documento, a referida reclamação foi objecto de uma apreciação da qual “concluimos que, o governador de Luanda deve criar, com a máxima urgência, as condições materiais para devolver a posse do referido terreno a favor da reclamante, assim como praticar as medidas para a legalização do espaço, com isenção de taxas legais nos termos permitidos por lei, de forma a compensa-la dos prejuízos causados durante o litígio”.

Administrador não desarma Dando o cumprimento da orientação do ex-presidente, o actual governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, escreveu a administração municipal de Viana através do ofício nº 705/GGPL/2017, avisando para entrega da gestão do mercado do Km30 a antiga proprietária.

"Na sequência da decisão judicial dimanada a 26 de Junho de 2017, pela 1 a Secção da Sala do Civil e Administrativo do Tribunal provincial de Luanda, em relação a situação jurídica que envolve a administração de Viana e a cidadã Cidália Cambinda, que reivindica a prestação de contas e outras questões afluída em juízes "diz a carta ao governador datado ao 23 de Outubro de 2017.

“Tendo em conta que a luz da dita decisão, surge uma orientação superior visando solucionar administrativamente e de modo célere o conflito”, acrescenta a carta que apela a Administração municipal de Viana a providenciar a concessão para gestão e exploração do mercado do Km30 a favor da senhora Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda, nos próximos 15 dias já passados.

Cidália Baptista revelou ser a proprietária do espaço, construído em 2006, em Viana, mas “foi forçada a abandoná-lo pelo ex-administrador de Viana, Zeca Moreno”, por razões que diz desconhecer. Segundo conta, o actual mercado surgiu após o antigo da Estalagem, de que também foi proprietária, ter sido encerrado em 2004 sob ordens expressas do GPL, por se situar num local que dificultava o tráfego rodoviário e provocava vários acidentes, na via Luanda- Viana.

### 3.15 Vendedores da BCA transferidos para outros mercados

*Novo Jornal*

17 De Novembro de 2017

Os vendedores do mercado da BCA, localizado nos arredores da 5.ª Avenida, no município do Cazenga, Luanda, começaram esta semana a ser transferidos definitivamente para os mercados do Asa Branca,

sucupira, Deolinda Rodrigues, Augusto Ngangula e Kwanzas.

A garantia é do administrador do município do Cazenga, Victor Natanael Narciso, que em declarações ao Novo Jornal Online disse que a transferência dos vendedores visa proporcionar melhores condições de segurança, de habitabilidade, comodidade e saneamento tanto aos vendedores como os utentes, tendo em vista a saúde pública.

"Os vendedores estão a ser transferidos definitivamente para os mercados existentes nas imediações do Cazenga devido ao saneamento e à desordem permanente que se regista no mercado da BCA", explicou o administrador, adiantando que a transferência dos vendedores se enquadra no programa de acção do Governo da provincial de Luanda e visa o combate à venda desordenada na capital.

Tany Narciso assegurou ainda que todo o comércio ligado aos armazéns e lojas existentes no local vai continuar a funcionar de forma normal, revelando que "estão criadas as condições para que no próximo ano comecem as obras de asfaltagem dos dois quilómetros que restam para a conclusão da 5ª Avenida", rematou.

Vendedores ouvidos pelo Novo Jornal não escondem a preocupação, por se tratar do local onde arrecadam receitas para o sustento das famílias. Os mesmos temem não conseguir levar o pão para os filhos e perder a clientela. "Esperamos que nesses mercados haja espaços suficientes e clientes para nós porque aqui na BCA temos tido boas vendas", disse um comerciante.

Refira-se que a famosa praça da BCA é conhecida por ser o maior centro de venda de produtos de cesta básica a nível da província de Luanda, e o nome surgiu devido à proximidade entre o mercado e a Base Central de Abastecimento das Forças Armadas Angolanas.

Situação semelhante enfrentou os vendedores do Roque Santeiro, considerado o maior mercado a céu aberto em África, quando foi anunciado o seu encerramento em Setembro de 2010. Os feirantes tinham sido transferidos para a praça do Pangula, em Cacuaco, e Quilómetro 30, em Viana. Na altura, a medida visava proporcionar melhores condições de segurança e comodidade aos vendedores.

### 3.16 Em causa o litígio sobre mercado do Km 30

*Jornal O Crime*

*18 De Novembro de 2017*

*Texto: Belchior Resende*

A última semana ficou registada de pronunciamentos de Cidália Matos de Sousa Baptista Cambinda, que jura de pés juntos ser a verdadeira proprietária do Mercado do Km 30, apresentando um despacho presidencial do Executivo de José Eduardo dos Santos, assinado pelo antigo governador de Luanda, Higinio Carneiro, no qual este ordena que o mercado em questão fosse gerido pela cidadã que diz ser a dona do espaço. Na verdade, entre ceder ou não o espaço, passados mais de cinco anos, Jeremias Dumbo, actual administrador de Viana, tornou-se "carne para canhão".

Conseguir uma entrevista com aquele administrador, hoje, iguala-se a uma verdadeira luta de titãs, "Tchilelevika" está raro, Com outros casos nada abonatórios no seu repertório, percebe-se a "fuga" do responsável de Viana,

Depois de o Tribunal Provincial de Luanda ter condenado a Administração Municipal de Viana e o antigo administrador, José Moreno, a apresentarem as contas da gestão do mercado do Km 30, estes desobedeceram à decisão, continuando a gerir o mercado.

Não se percebe, diz o jurista Almeida Kino Sangoque ao Novo Jornal Online, que o Tribunal de Luanda deu razão à senhora e que o ex-presidente José Eduardo dos Santos tenha despachado a favor da senhora, assim como o governador provincial também tenha autorizado a gestão do mercado a senhora, mas o administrador não faz a entrega do mercado à proprietária.

Segundo o tribunal, os documentos anexados aos autos provam que Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda foi responsável pelo mercado do Quintalão, no município de Viana, que, com a autorização dos órgãos competentes, foi transferido para o Km 28/30.

Face à resistência da Administração de Viana em continuar a gerir o mercado, no dia 21 de Outubro de 2017, o ex-presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou o ex-governador de Luanda, Francisco Higinio Carneiro, a entregar o mercado.

Como se pode ler no despacho presidencial a que este jornal teve acesso, o seguinte: "Nos termos da Lei nº 02, de 14 de Janeiro, Lei sobre impugnação dos actos administrativos, informamos que recebemos a reclamação da senhora Cidália de Matos Baptista de

Sousa Cambinda, subscrita pelos seus representantes legais, através da qual vem requer a legalização do terreno onde hoje se encontra a funcionar a praça do Km 30, com isenção dos pagamentos e taxas referente ao processo".

Segundo ainda o documento, a referida reclamação foi objecto de uma apreciação: "Concluimos que o governador de Luanda deve criar, com a máxima urgência, as condições materiais para devolver a posse do referido terreno a favor da reclamante, assim como praticar as medidas para a legalização do espaço, com isenção de taxas legais nos termos permitidos por lei, de forma a compensá-la dos prejuízos causados durante o litígio".

Dando o cumprimento à orientação do ex-presidente, o actual governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, escreveu à Administração Municipal de Viana, no ofício nº 705/GGPL/2017, avisando para entrega da gestão do mercado do Km 30 à atinga proprietária.

"Na sequência da decisão judicial emanada pelo Tribunal Provincial de Luanda, Sala do Civil e Administrativo, 1ª Secção, em 26 de Junho de 2017, com relação à situação jurídica que envolve a administração de Viana e a cidadã Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda, que reivindica a prestação de contas e outras questões aflorada em juízes", diz a carta do governador, datada de 23 de Outubro de 2017.

"Tendo em conta que, à luz da dita decisão, surge uma orientação superior visando solucionar administrativamente e de modo célere o conflito", acrescenta a carta que apela à Administração Municipal de Viana que providencie a concessão para a gestão e exploração do mercado do Km30 a favor de Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda, nos 15 dias seguintes à recepção da carta, prazo já expirado.

Cidália Baptista revelou ser a proprietária do espaço, construído em 2016, em Viana, mas "foi forçada a abandoná-lo pelo ex-administrador de Viana, Zeca Moreno", por razões que diz desconhecer.

Segundo conta, o actual mercado surgiu após o antigo, da Estalagem, de que também foi proprietária, ter sido encerrado em 2004 sob ordens expressas do GPL., por se situar num local que dificultava o tráfego rodoviário e provocava vários acidentes, na via Luanda-Viana,

### 3.17 Venda anárquica irrita administração

*Jornal de Angola*

18 De Novembro de 2017

A Administração Municipal de Cacucaco ordenou aos serviços de fiscalização para autuarem os vendedores que exerçam actividades fora dos mercados oficiais ou dos locais definidos para o efeito.

Segundo um comunicado de imprensa, a Administração Municipal está agastada com a venda anárquica e desordenada na via pública. As autoridades determinaram a apreensão, por transgressão administrativa, das mercadorias ou produtos das pessoas que insistirem em vender em locais impróprios.

Toda a mercadoria ou produto apreendido, prossegue o documento, será acondicionada nos armazéns dos serviços de fiscalização, devendo o seu levantamento ocorrer até trinta dias, contados da data da apreensão, contra o pagamento de uma multa. O documento refere que os produtos ou mercadorias apreendidas, como os perecíveis e os de curto prazo de validade, serão encaminhados a instituições de caridade.

A Administração, refere o comunicado, tem-se empenhado na melhoria do saneamento básico e de alguns troços de circulação automóvel, assim como a recuperação da iluminação pública e segurança das populações, entre outras acções. Cacucaco tem uma população estimada em mais de um milhão de habitantes.

### 3.18 Mártires continua a movimentar divisas

*Jornal de Angola*

21 De Novembro de 2017

Texto: João Dias

Depois da operação efectuada recentemente pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC) ao bairro Mártires de Kifangondo, as coisas por lá andam mais calmas. O negócio das transacções informais de dólares e euros continua. O cenário é de menos agitação e os mercadores de divisas andam esquivos e receosos de tudo e de todos.

Não obstante o cenário de acalmia, muitos continuam a usar os velhos truques, agora mais vigilantes e prudentes na hora da tradicional pergunta: "quer trocar". Geralmente, com os olhos postos no telefone, não se alheiam ao aproximar de uma viatura e de alguém que tenha perfil de potencial cliente. Não

exibem maços de dinheiro, nem andam aos pregões. Na rua 15, a Wall Street à angolana, o pregão silencioso faz eco. Aliás, o Mártires de Kifangondo passou a ser uma alternativa “natural” à banca, apesar do preço especulativo com que se transaciona a moeda. A habitual azáfama deu lugar à acalmia, mas os moradores do bairro dizem que é apenas "um momento de paz", depois tudo voltar ao que era e com força.

"Quem precisa dólar, aqui encontra", gaba-se Lada, um jovem da RDC. Digo-lhe que preciso de 40 mil dólares e pergunto se consegue arranjar - me este valor. Não hesita. Diz que não há problemas, é uma questão que se resolve com um telefonema. "Já tenho boa parte da "massa". Vou ligar apenas para completar, mas queres mesmo ou és polícia, então"? Pergunta, desconfiado. Peço-lhe o número e prometo ligar.

A Reportagem do Jornal de Angola passou "furtiva" às várias ruas do bairro para entender como está a ser feito o negócio de dólares e euros e como os "correctores" da "Wall Street 15" inovaram na sua filosofia e o modo de abordagem aos potenciais clientes. O problema agora está em como distinguir polícias à paisana dos verdadeiros "necessitados" de dólares ou euros. Por isso, arriscam-se menos e fecham-se mais.

Para quem tiver dólares para vender, recebe 39 mil kwanzas por cada nota de 100 dólares e 45 mil kwanzas por cada nota de 100 euros. Se tiver de comprar, aí a coisa muda. Os "correctores da rua 15" vendem o dólar por 41 mil kwanzas e o euro a 46,5 mil kwanzas. Se quiser comprar grandes quantidades podem descontar um pouco mais. "Temos dólares. Se precisares, nós ligamos e pronto, já está", diz Alex, um homem com olhar desconfiado e inquieto, ainda assim interessado em fechar o negócio que mais uma vez lhe faria ganhar o dia.

"Temos de ter muita calma, porque a polícia está muito atenta. O kota não é polícia"? "Não sou polícia. Apenas quero dólares", respondo. Mas depois, para matar a curiosidade, pergunto-lhe onde tiram tantos dólares. A resposta é assertiva: "temos as nossas fontes bem posicionadas", diz e acrescenta: "temos boas fontes. O dólar que conseguimos não vem da compra de 100 dólares neste e 100 naquele. Com isso, não íamos a lado nenhum".

Fala com um certo à vontade, mas depois apercebe-se que está a falar demais e diz: "se o kota quiser e por uma questão de segurança, há um bom restaurante aqui ao lado onde podemos conversar. Pago - te alguma coisa e fazemos o negócio".

A cautela é excessiva. Tão excessiva que as ruas do Mártires do Kifangondo, particularmente a "rua 15", estão quase desertas se com- paradas ao "fluxo e refluxos" de clientes e vendedores de divisas nos dias que antecederam a operação. Se antes da intervenção da SIC cada palmo era ocupado por cinco ou seis vendedores informais de divisas (dólares, euro ou libra), agora está tudo muito mais calmo.

"Devem estar a estudar novas formas de actuação, porque trabalho aqui há dois anos e nunca tinha visto isso tão arejado, limpo e calmo como agora", diz uma assistente de venda de uma loja de roupas e acessórios, que denuncia outras práticas ilícitas, mas corto-lhe o fio à meada, pois é tema para uma outra abordagem.

Noutro extremo da "rua 15", uma baderna instala arraiais, os gestos e o olhar dizem tudo. Encostados em postes eléctricos ou junto de sinais de verticais de trânsito ou mesmo na parede, reunidos em grupos de quatro e cinco, estudam com minúcia o potencial comprador, venha ele a pé ou de carro.

#### História do Mártires

Na época colonial, o agora Mártires do Kifangondo era o bairro Salazar, em homenagem ao político fascista português António de Oliveira Salazar. O articulista do Jornal de Angola, João Baptista Purgente, em 2010, a propósito do Dia da Independência, escreve um artigo em que faz uma pequena incursão histórica sobre o bairro. "Com a batalha de Kifangondo e a favor das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), foi possível travar os vários exércitos que se dirigiam a Luanda, com o intuito de impedir o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) proclamar a Independência de Angola".

João Purgente lembra: "com a proclamação da Independência e o nascimento da República Popular de Angola, o novo Governo criado para dirigir os destinos do país decidiu homenagear os heróis tombados na Batalha de Kifangondo, denominando o antigo Bairro Salazar, perto do aeroporto de Luanda, em Mártires do Kifangondo".

Nos anos 90, e com o advento da paz, cidadãos de outros países iniciaram visitas a Angola com muita frequência. Com o alcance da paz, e antes mesmo desse desiderato, já cidadãos estrangeiros se tinham estabelecido em Angola. Alguns de forma legal e outros de modo ilegal. Muitos deles, fugidos dos seus países por razões de guerra ou económicas. Assim se pode compreender o número elevado de estrangeiros em Angola, sobretudo do Centro, Este e Oeste de África.

A maior parte escolheu Luanda, a capital do país, para viver, elegendo o Mártires do Kifangondo para residirem e fazerem pequenos negócios, mas também outros negócios ilícitos. Refira-se que a proximidade do aeroporto e a existência da mesquita são factores que concorrem para a sua fixação no bairro.

### 3.19 Vendedoras acusam fiscais de agressão

*Jornal de Angola*

*21 De Novembro de 2017*

*Texto: Yara Simão*

Vendedoras do mercado do BCA acusam fiscais afectos à Administração Municipal do Cazenga de agressão física e roubo, depois de terem arrombado uma moradia, de onde levaram mercadorias.

Segundo elas, o acto aconteceu na sexta - feira pelas 11 horas, pelo que aguardam por uma resposta da Polícia Nacional, uma vez terem formatizado já uma queixa.

A proprietária da casa, Julieta Tchifukuma, explicou ao Jornal de Angola que, com a retirada da venda na rua, não lhes restou outra alternativa a não ser vender no quintal.

"Eu estava a vender dentro do meu quintal, porque um chefe autorizou-nos, mas, infelizmente, chegaram outros que arrombaram o portão e agrediram os meus filhos e a mim, enquanto outros levavam mercadoria para uma carrinha que encostaram junto à porta", explicou Julieta Tchifukuma.

A senhora confirmou que apresentou a queixa à 10ª Esquadra e está à espera de uma solução com vista a reaver as mercadorias levadas por fiscais da Administração Municipal do Cazenga.

"Nós queremos os nossos pertences", disse Julieta Tchifukuma, adiantando que, embora reconheça que as vendedoras trabalhavam de forma ilegal na via pública, mesmo assim "não há motivos para violência."

"Se insistimos em vender desta maneira, é porque não temos um outro sítio", acentuou a vendedora, com o argumento de que "os mercados estão cheios e a cada dia mais mulheres desempregadas entram para o mercado informal para sustentar as suas famílias".

Carolina António, outra vendedora que também viu a sua mercadoria a ser levada por agentes do Serviço de Fiscalização do Cazenga, não tirou nem uma vírgula ao que disse a colega. "Os fiscais arrombaram a porta e levaram produtos como arroz, açúcar, feijão, massa, detergente e frescos que estavam numa arca", disse,

condoída. Carolina António lembrou às autoridades que são chefes de famílias, que sustentam através da venda informal. "Não temos lugar para guardar a mercadoria", salientou a senhora, que se interrogou "vamos fazer como então?"

Esta é a pergunta que a todo o instante sai da boca de várias mulheres que choram por uma solução urgente. As vendedoras foram contactadas pela Administração Municipal do Cazenga e chegou-se a consenso de que seriam transferidas para o campo da Filda, desde que estivessem organizadas e preenchessem, cada uma delas, uma ficha para terem acesso a espaços no novo mercado. Cada vendedora que aplaudiu a iniciativa da administração local desembolsou 150 kwanzas.

"Trinta dias depois do pagamento deram-nos a notícia de que não havia mais mercado", lamentou Julieta Tchifukuma, que disse não haver concordância entre a fiscalização e a administração. "A culpa é do senhor administrador, que não está saber resolver a situação, por isso, cada um vem dizer que é chefe e faz o que quer", sublinhou a senhora, que disse estarem as vendedoras à espera que a Administração Municipal do Cazenga encontre um lugar para venderem.

As vendedoras desejam que haja uma intervenção directa do governador da província de Luanda, por falta de consenso com a Administração Municipal do Cazenga. Um encontro com o governador ou com a vice-governadora pode ser a melhor solução, assim entendem as aflitas senhoras que, de acordo com Julieta

Tchifukuma, estão conscientes de que na rua não se vende, uma solução que encontraram por não haver espaços suficientes nos mercados existentes na província de Luanda.

Enquanto aguardam por uma solução, vendem de forma clandestina, continuando na rua, de onde atraem clientes para as chamadas casas de processo, onde ficam as mercadorias à espera de clientes.

No período nocturno, saem à rua com produtos para vender. As vendedoras manifestam o seu descontentamento pelo facto de estarem a ser tratadas sem respeito por agentes do Serviço de Fiscalização e da Polícia, quando o mais curial seria que houvesse já um lugar onde pudessem dar continuidade com mais segurança à sua actividade comercial informal.

Administrador desmente

Tany Narciso, administrador do município do Cazenga, desmente a acusação de agressão feita por vendedoras, garantindo que não há necessidade de utilização de violência. O administrador disse acreditar

que a acusação de agressão é "um truque arquitectado por elas para chamarem a atenção da sociedade."

Tany Narciso assegurou não ter conhecimento de cobrança de valores para a cedência de espaços. "A ordem de pagamento de 150 kwanzas não veio da administração", garantiu o administrador municipal do Cazenga, que disse não ser também do seu conhecimento a transferência de vendedoras para o mercado da Guarita. "Elas foram lá porque quiseram, ninguém as obrigou. A administração nada tem a ver com isso", frisou Tany Narciso, para quem "esta luta de as retirar da via pública já vem de há muitos anos."

"Estas mulheres estão conscientes de que não podem vender numa via pública. É ilegal", declarou o administrador municipal do Cazenga, que confirmou terem sido avisadas com antecedência para se organizarem com vista à transferência para os mais de 10 mercados existentes no Cazenga. O responsável confirmou que vão ser criadas condições para serem transferidas para outros mercados, devendo a prioridade ser para as vendedoras que residem no município do Cazenga, um dos mais populosos da província de Luanda.

"A Administração Municipal do Cazenga tentou negociar com o proprietário de um quintal, onde foram demarcados lugares de venda e colocadas bancadas", disse Tany Narciso, adiantando que "de nada adiantou porque, entre as próprias vendedoras, não há união e passou a haver guerra de lugares, que foram organizados de acordo com o tipo de mercadoria."

Um outro empecilho mencionado pelo administrador tem a ver com o facto de as vendedoras se terem recusado a ir para os mercados da Nova Luz, Asa Branca, Sucupira, Cajueiro e outros, onde foram criadas condições de recepção de novas vendedoras.

Um dado é adquirido: na rua, elas também não vão vender, declarou Tany Narciso, que disse ser uma decisão que visa organizar a cidade. O responsável confirmou que existe um projecto de reabilitação da via onde as senhoras vendiam para fazer com que peões e automobilistas circulem sem o perigo de atropelar vendedoras. "Nós não vamos dar guarida à venda ilegal no município do Cazenga", declarou o administrador, que revelou ser intenção acabar com a venda em lugares impróprios, daí que a administração vai continuar a trabalhar noutras comunas do município do Cazenga.

### 3.20 Higienizar a Mabunda leva ministra

*Jornal Economia e Finanças*

*24 De Novembro de 2017*

*Texto: André Sibi*

Manter a higiene nos locais em que se comercializa o pescado, constitui um dos principais desafios a vencer por parte do Ministério das Pescas e do Mar.

É neste contexto que foi construído o mercado da "Mabunda", no distrito urbano da Samba, em Luanda, cujo acto de inauguração aconteceu ontem, na presença da ministra das Pescas e do Mar, Victória de Barros Neto.

A infra-estrutura com capacidade para 420 lugares, vai servir as vendedoras que antes comercializavam o peixe ao relento.

No seu pronunciamento, Victória de Barros Neto, disse que o objectivo é melhorar as condições da comercialização do peixe e assegurar a participação da "mulher na economia nacional".

Por sua vez, a diretora nacional de Infra-estruturas do Ministério das Pescas e do Mar, Filomena da Mata, destacou que o mercado compreende a zona de atracagem das embarcações, a lota para venda do peixe a grosso e duas naves com capacidade para 420 lugares para comercialização do peixe.

O empreendimento conta ainda com dois contentores frigoríficos, equipamentos para o tratamento de águas, material de apoio para a actividade piscatória, bem como um parque para estacionamento.

Filomena da Mata, lembrou que a zona recebe elevadas quantidades de resíduos sólidos, por se encontrar próximo de uma vala de drenagem, o que em muitos casos punha em risco a higiene no local.

#### Empregos gerados

Por seu turno, a administradora do mercado da "Mabunda", Joana Malungo, assegurou que para garantir a higiene do local, a infra-estrutura conta com uma equipa constituída por 15 trabalhadores de limpeza, que vão se ocupar da manutenção do mercado.

Joana Malungo mostrou-se satisfeita com a inauguração do mercado, que na sua visão vai gerar vários postos de trabalho nas embarcações, nas zonas de conservação, salga e seca e na comercialização do peixe.

Na ocasião, o vice-governador de Luanda para o sector Económico e Infra-estruturas, Júlio Bessa, pediu a colaboração dos munícipes para a manutenção e conservação do espaço.

Garantiu que o governo provincial vai continuar a trabalhar para que este projecto possa ser desenvolvido em outros municípios costeiros, para também gerar empregos, principalmente à camada jovem.

A infra-estrutura foi inaugurada no quadro das comemorações do dia 23 de Novembro, dedicado ao trabalhador do sector das Pescas.

### 3.21 Preços altos afugentam clientes no mercado de peixe do Asa Branca

*Jornal Economia e Finanças*

*24 De Novembro de 2017*

*Texto: Carlos Cardoso*

O comércio de peixe em Luanda regista nos últimos tempos subidos graduais nos preços do produto. O facto tem levantado preocupações quer dos agentes diretamente envolvidos no negócio quer dos clientes que vêm o seu poder de compra reduzido e cada vez menos peixe à mesa.

A reportagem do JE saiu à rua para in-loco aferir a real situação. O mercado do Asa Branca, no município do Cazenga, em Luanda, foi o nosso porto de atracagem.

O local acolhe diariamente centenas de vendedores que logo pelas primeiras horas da manhã lançam mãos-a-obra na busca do "pão nosso de cada dia".

Dezenas de viaturas adaptadas ao transporte e conservação do pescado, um sem número de malas de peixe empilhadas em paletes e um movimento frenético de pessoas configuram o cenário do local.

O pescado, tal como constatado é proveniente de embarcações pertencentes dos vários armadores em actividade.

As espécies são variadas, destacando-se o carapau, pescada, caxuxu, corvina, espada e a sardinha. Os preços por caixa variam de acordo com a espécie e tamanho da caixa.

Outro factor de variação do preço é a quantidade de produto disponível e a afluência de quem queira comprar.

#### Aquisição

Severina Lourenço dedica-se a venda de peixe a grosso, como forma de ajudar a mãe que é a verdadeira proprietária.

Todos os dias monta bancada no mercado e esmera-se para conquistar a preferência da clientela que segundo nos disse, vai escasseando em função das subidas constantes nos preços, da falta de dinheiro em circulação ao que se junta uma grande quantidade de peixe fresco (da moraia) disponível nos últimos dias.

Nos períodos de intensa actividade comercial, Severina chega a vender 50 caixas de carapau fino à razão de 11 mil kwanzas e catorze mil a dá mesma espécie em tamanho maior.

O negócio não se mostra fácil devido a grande quantidade de vendedores no mercado. Outra razão para as preocupações é a delinquência registada que se traduz nos constantes assaltos por altura do fecho diário.

Os amigos do "alheio" apropriam-se sem "dó nem piedade" das receitas diárias conseguidas a custo de muito esforço.

Vendedoras que não quiseram gravar entrevista, afirmaram a nossa reportagem que o negócio já conheceu dias melhores, chegando a uma facturação diária na ordem das 200 caixas de carapau, a espécie com maior saída.

De forma unânime, reclamam dos altos preços praticados pelos armadores, que dificultam a sua actividade de revenda e desincentivam a compra por parte dos clientes.

No mercado, a venda a retalho também tem espaço para atender os clientes que munidos de menos recursos procedem a compra em quantidades menores. A ala, bastante animada, é maioritariamente ocupada por mulheres em idade ainda jovem, que imprimem uma dinâmica diferente ao negócio.

As espécies estão presentes em maior variedade o que garante um certo "colorido" ao espaço. Aqui, os preços são igualmente definidos pelo valor da compra aos grossistas, sendo que um monte de carapau composto por quatro unidades chega a custar dois mil kwanzas.

Lemba Sebastião Alberto é outra jovem vendedora do mercado. Comerciante há 10 anos, Lemba vende uma grande variedade de espécies adquiridas no mesmo mercado.



Segundo nos disse, os dias não são iguais, sendo que algumas vezes têm lucros e outras não. "Quando temos ganho nos contentamos, quando não temos nos conformamos porque já estamos habituadas", desabafou.

A caixa de pescada que adquire a 12 mil kwanzas, pode proporcionar-lhe lucros na ordem de dois ou três mil. A sardinha representa a espécie com menor custo de aquisição, chegando a caixa a ser comprada ao valor de quatro mil kwanzas, mas com a particularidade de maior venda aos finais de semana.

#### Empregos conexos

No mercado, a nossa reportagem detectou a existência de outros ofícios complementares a actividade de venda do pescado.

Os trabalhadores braçais, vulgo roboteiros, marcam presença e auxiliam as comerciantes no transporte, carga e descarga do pescado.

Mariano Changelala é prova disso. Nas primeiras horas da manhã de todos os dias chega ao mercado e dedica-se ao ofício com o maior dos seus esforços.

Vendedoras e clientes individuais recorrem aos seus serviços que se prolongam até ao encerrar do mercado, o que lhe garante uma facturação média diária de dois mil kwanzas, que são em seguida investidos em alimentação, vestuário e renda da casa em que habita.

"O trabalho não é fácil mas estou a me habituar porque estou aqui faz pouco tempo", contou.

### 3.22 Uma sobrevivência mergulhada no mar

*Jornal Economias e Finanças*

*24 De Novembro de 2017*

*Texto: Agostinho Chitata*

Uma sobrevivência que resulta do peixe. Aliás, não fosse o lugar se chamar Bairro do Pescador. A pesca e a comercialização do peixe dominam o dia-a-dia. A famosa Rua da Salga é, digamos, a grande referência. As capturas são enormes. Afinal de contas o mar fica mesmo ao lado. O Cacuo está para o peixe como a Cahama para a carne. A vila cresceu com gente de vários grupos étnicos, predominantemente ovimbundu. Lá se fixaram há muitos anos onde constituíram famílias. Tiveram contacto com o mar e se tornaram filhos de Cacuo. Logo, "filho de peixe, peixinho é".

É o caso de Joana Kumbi, mais de 50 anos, que ainda jovem saiu de Malange. O destino seria

Luanda, cidade próxima, mas viu em Cacuo o local adequado para se fixar. Arranjou compromisso. Da sua relação com um pescador teve 3 filhos. Com a morte do companheiro, juntou-se a outras mulheres que ganhavam a vida na venda de peixe. Cacuo possui um mar abundante em peixe.

Elas tornaram-se processadoras do pescado e fazem-no de maneira arcaica, em condições de asseio de bradar aos céus. Sobre um "sol de praia", agradável para banhistas, andando pela Rua da Salga, a nossa viatura foi dar até ao fim desta. Parámos junto de um Estaleiro. Soubemos que é gerido por chineses. A bomba de combustível indicava-nos de que era também um posto de abastecimentos das embarcações a motor. Ao longe, lá nas profundezas, divisávamos algumas. Ou estariam aí a pescar ou a caminho dos mares do Soyo, como confirmou o nosso cicero.

Joana Kumbi e companheiras estavam empenhadas no seu trabalho. Próximo do Estaleiro, havia buracos enormes feitos na terra barrenta. Num destes, elas (as processadoras do pescado) retiravam sardinha miúda que havia passado a noite no chamado "tanque" improvisado. Depois de o sal entranhar, retiram e colocam-na a secar. O nosso guia não se simpatiza com este método de secagem porque, segundo ele, a água salgada usada e que acrescentam mais sal, repetem nesta a mesma operação. Convém não falar da invasão de moscas e do lixo espalhado na "orla da praia".

Soubemos que o sal nem sempre é iodizado e que pode criar consequências aos consumidores, provocando o bócio, doença sobejamente conhecida. Quando a lambulinha ou o galo (peixinhos) secos não são comercializados no concorrido mercado do mundial (Cacuo), revendedores levam-nos em grandes quantidades para as províncias do interior e também aos Congos. Pelo que constatámos, o ambiente de sanidade é precário. Faz recordar as cozinhas sujas de certos restaurantes, e como são fechadas, degusta-se o que servem sem que se desaprove. Como diz o ditado: "O que os olhos não vêm o coração não sente". No caso, a boca aceita.

O peixe é atirado para o chão, suportado por redes, folhas de palmeiras ou capim. Perguntámos se os cães não aproveitam para o festim? Ironicamente o nosso guia, Alexandre António, respondeu que quando há fartura, até os olhos rejeitam. A solução seria fazer tarimbas para que o peixe secasse num plano mais alto, à semelhança do que se faz na Baía Farta e Tômbwa. Enquanto se aguarda por esta e outras, visando melhorar as condições higiénicas e de transportação, a vida continua e Joana Kumbi, Teresa Mungala, Beatriz Catengue e demais peixeiras mantêm-se firmes na produção de motivos para a sua satisfação.

Ao sairmos, aproveitámos comprar uma macoa que a peixeira nos fez a 3 mil. Sinceramente, acho-a cara. Esta história de que o carro faz aumentar o preço deve ter mesmo alguma razão. Mas é bom peixe (fresco) para um bom caldo depois de uma noite de sexta-feira... Ou mesmo para um grelhado para quem saiba temperar à maneira Osvaldo Gonçalves, o apreciador de lambula e que já viveu no Bairro dos Pescadores, saído da Ilha de Luanda. Ele defende que não se come mais do que uma. Verdade ou mito?! Eu, em particular, já comi mais do que uma. Quentes e grelhadinhas. Correu tudo bem.

Nas imediações da Administração Municipal há de tudo um pouco relativamente à actividade comercial. À semelhança do Mártires de Kifangondo, há "cantinas do mamadou", bancos, o "há sopa e almoço" em dizeres pendurados à porta e o mercado da marginal local, verdadeiro espaço do lúdico, onde tudo parece valer. Humm...

Ao deixarmos a Rua da Salga, as chatas à beira-mar que dançavam ao movimento das ondas continuavam a servir de "brinquedo" para os pequenos. Lá ao longe, se há uma faixa de 4 milhas, 15 ou 20, se pesca artesanal, se semi-industrial ou industrial, a verdade é que os navios de tonelagens se mantinham no alto mar. Não sabemos se pescavam, ou se preparavam-se para pesca mais distante. Entretanto, passivamente, as unidades de conservação perfiladas na Salga, inoperantes a maioria, fotografavam a hora da largada.

### 3.23 Falta de Divisas coloca “muambeiras” na rota do Luvo

*Jornal O País*

*27 De Novembro de 2017*

*Texto: Afrodite Zumba*

As dificuldades para obtenção de divisas no mercado nacional levam, diariamente, centenas de comerciantes, sobretudo mulheres, a escolherem o mercado transfronteiriço da República Democrática do Congo (RDC) como novo "paraíso" para a aquisição de mercadorias.

Para lá chegarem, percorrem cerca de 550 quilómetros, numa viagem de autocarro de aproximadamente nove horas, para comprarem tecidos africanos, roupas e calçados, que podem ser pagos em moeda nacional.

A partida dá-se por volta das 20h:00, no bairro do Palanca, junto a igreja Kimbanguista, em Luanda, e termina às 6h00 na comuna do Luvo, município de Mbanza Congo, província do Zaire, como constatou a equipa de reportagem de O PAÍS.

Segundo Rosa e Silva, de 43 anos, que se preparava para o embarque, antes de viajar para o Luvo dedicava-se a fazer viagens para a República da Namíbia, onde adquiria cortinas e lençóis para comercializar na sua terra natal, Benguela. Entretanto, ao registar dificuldades para a obtenção de dólares nos bancos registou queda nos lucros.

A interlocutora afirmou que sempre trabalhou por conta própria e com o dinheiro do negócio sustenta os oito filhos. "Espero que a situação do país venha a mudar para que possamos proporcionar melhor qualidade de vida aos nossos filhos", disse.

Por seu turno, Margarida David, de 30 anos, lembra-se do período em que as viagens às cidades de Oshikango e Windhoek, Namíbia, já lhe deram um bom rendimento. Todavia, o "sumiço" dos dólares bloquearam-lhe o negócio.

Para contornar a situação, a entrevistada disse estar a fazer viagens para o Luvo a fim de vender peixe-seco, alegando ser um dos produtos que os cidadãos congolezes mais compram.

Quem também confirmou esta informação foi Victória Fernandes, de 42 anos, residente na província do Cuanza Sul, que contou a este jornal que semanalmente se desloca ao Luvo para "despachar" o peixe seco.

A comerciante explica que permanece na região durante dois dias até acabar toda a mercadoria. "A família já está conformada porque é daí que tem saído o sustento", referiu.

Estradas em mau- estado de conservação

A viagem decorre de forma tranquila de Luanda até a capital da província do Zaire, sendo que a partir desta última até chegar-se à comuna do Luva, os inúmeros buracos ao longo da via dificultam a caminhada. De acordo com Luís Mazenza, que há mais de um ano se dedica à venda de bilhetes para a região do Luva, cada autocarro tem a capacidade de transportar de 40 a 51 passageiros e consome entre 200 a 250 litros de combustível, tendo realçado que, "apesar dos gastos, o negócio é rentável".

A trajectória é acompanhada de louvores e filmes cristãos como forma de apelo à "protecção" divina até ao destino. Durante a mesma, são realizadas paragens para que os viajantes possam esticar as pernas e "esvaziar" a bexiga. Há passageiros que optam por passar a noite em claro, para fazer companhia ao motorista, assegurando-se de que o mesmo não adormeça ao volante.

Quando lá chegarem, os viajantes não perdem tempo e procuram um canto no meio da extensa mata onde possam ter alguns cuidados de higiene de forma "arrojada".

O posto fronteiriço do Luvo abre pontualmente às 8 horas da manhã. Enquanto aguardam pela hora, os comerciantes ali aglomerados optam por tomar um prato de sopa ou chá com "magoga" para repor as calorias perdidas durante a intensa noite.

Quando os portões são abertos é registada uma correria, na qual muitas senhoras acima dos 40 anos caem, na tentativa de ocupar um dos primeiros lugares na fila de aquisição do "Jeton" (documento comercializado ao preço de 500 kwanzas, que permite ao usuário transpor a fronteira até a um raio de 10 quilómetros).

"Corremos para chegar primeiro à praça e escolher as melhores roupas. Se demorarmos muito não encontramos bons produtos", explicou dona Benedita Augusto, de 36 anos, que anteriormente fazia viagens para o Brasil, Dubai e China. Enquanto caminhava até à ponte onde os funcionários do Serviço de Migração da RDC carimbamos "Jeton" por 500 kwanzas, a interlocutora, que trajava um vestido amarelo com lenço branco à cabeça, acrescentou: "fica atenta, aqui gostam de roubar os Bilhetes de Identidade. Guarda o dinheiro no colant".

O famoso mercado da RDC assemelha-se à antiga praça do Roque Santeiro. Uma área vasta, com inúmeras bancadas, tendas e panos no chão onde os comerciantes congolese expõem os seus produtos. Tecidos com padrões africanos, roupas manufacturadas, sandálias, bijuterias de prata, telemóveis de última geração.

"Amiga, vem comprar, bom preço, vou fazer desconto", apregoam os comerciantes que se esforçam para falar português. Entre o cansaço da noite mal dormida, a fome e a poeira, os negociantes vão enchendo o saco com produtos diversos.

"É muito sacrifício que se faz para adquirir estas coisas e depois há pessoas que recebem produtos de kilapi e não pagam. Deixamos o conforto das nossas casas em busca do negócio", explicava Joaquina Adão de 27 anos.

A jovem afirmou a O PAÍS ser a segunda vez que se dirige até àquele mercado, onde alega ter encontrado produtos que lhe proporcionaram algum lucro. "O segredo é saber escolher as peças de roupas, porque muitas têm defeitos nos acabamentos", explicou.

## Banho de 100 kwanzas

Findo o período de compras as muambeiras, recorrem a algumas barracas que, além de venderem almoços, colocam à disposição dos clientes banhos a partir de 100 kwanzas, e cobram o mesmo valor para que se façam as necessidades fisiológicas. A água é depositada num balde preto que é levado até a um wc improvisado com panos onde o cliente pode cuidar da sua higiene. O funje, com molho de carne ou peixe e kizaca, bem como macaiabo com a kikwanga, o arroz com feijão e peixe frito são das iguarias mais solicitadas entre os viajantes que, após comerem ocupam lugar no autocarro para voltarem a Luanda, desembolsando mais 3000 kwanzas.

## SME "aperta" no regresso

A viagem de regresso é marcada pelas várias paragens nos postos de controle do SME angolano instalados ao longo da via. Os agentes da referida instituição solicitam a identificação de cada viajante para garantir que nenhum cidadão estrangeiro chegue à capital do país. Nalguns casos, os passageiros são interpelados a fim de analisarem se os dados do B.I coincidem-com a informação passada pelos mesmos. Esta fiscalização pode ocorrer mais de cinco vezes ao longo do percurso e o "cerco aperta-se" na região da Barra do Dande, onde os passageiros são obrigados a descer para que se faça uma fiscalização rigorosa. Entre o sobe-e-desce, os viajantes aproveitam para comprar alguns produtos do campo, como mandioca, batata-doce, milho e hortícolas, que são vendidos a preços mais acessíveis do que em Luanda. O mercado fronteiriço do Luvo existe desde a década de 80 e atrai milhares de comerciantes à região. O mesmo tem funcionado de forma alternada, sendo uma semana dedicada a comerciantes congolese e as outras aos angolanos.

Geralmente, na semana dos comerciantes angolanos, os cidadãos da RDC transpõem a fronteira para adquirir produtos da cesta básica, como arroz, leite em pó, açúcar, peixe seco materiais de construção e cimento.

## 3.24 Venda segura no Mercado da Mabunda

*Jornal de Angola*

*27 De Novembro de 2017*

*Texto: João Pedro*

As vendedoras de pescado e hortícolas do mercado da Mabunda, no distrito urbano da Samba, passam a exercer a actividade sob melhores condições de

sanidade e segurança, com a transferência para o Mercado do Peixe.

O novo espaço foi inaugurado na passada quinta-feira, pela ministra das Pescas e do Mar, Vitória de Barros Neto. A governante pediu às vendedoras que se organizem de maneira a cuidar das infra-estruturas acabadas de receber.

Criada para a comercialização de pescado, a infra-estrutura comporta uma zona com atracagem e descarga do pescado das embarcações; conta com uma lota para a venda a grosso, duas naves para os retalhistas e uma área para hortícolas.

No mercado, estão, igualmente, criadas as condições de trabalho para os pescadores. Para melhor conservar o produto, foram instalados dois contentores frigoríficos, equipamentos para o tratamento das águas residuais, entre outras condições, tanto para os vendedores como para os clientes.

O espaço, que tem disponíveis 460 lugares de venda, abre as portas aos clientes, oficialmente, no dia 8 de Janeiro. À luz do novo quadro, o pescado é comercializado em condições de higiene e conservação.

Joana Malungo, a administradora, detalha que o mercado tem 420 bancadas, uma nave para o peixe e outras para verduras. Há ainda uma área com água canalizada, para o tratamento do peixe, e o frigorífico para o conservar. A energia é 24/24 horas e, para os clientes, existe um parque de estacionamento, onde cabem cerca de 500 carros. "O espaço chega para todos. Estamos satisfeitas com o trabalho que está a ser feito. As mulheres do distrito da Samba estão todas agradecidas, porque hoje contamos com um mercado que tem melhores condições", disse a administradora.

## APREENSÃO

Embora satisfeitas com as infra-estruturas, vendedoras mostraram-se, entretanto, apreensivas. Muitos são os clientes que preferem comprar o peixe directamente das chatas e não no mercado, o que pode inviabilizar a utilidade deste.

Bem uniformizada, Dulce de Sousa mostrou a sua satisfação em poder trabalhar sob melhores condições, uma vez que, na época das chuvas, a situação é preocupantes no local.

"Agora, podemos vender de maneira mais digna e dar maior segurança aos nossos clientes", disse a vendedora. Madalena António, também contemplada com um lugar no mercado, diz que a organização no recinto vai fazer a diferença. "Aqui, há espaços de conservação mais dignos. Deixaremos de registar um

número elevado de perdas nas nossas vendas diárias", frisou.

## VELHA MABUNDA

Conceição Álvaro (Velha Mabunda) diz que o espaço não é suficiente para todos os vendedores da ex-praça da Mabunda. As pessoas não vendem apenas peixe.

"Estou contente com a inauguração do mercado, mas lamento o facto de ser pequeno, porque muitos vendedores vão ficar de fora. As mulheres estão a chorar. Eu pedi para começarmos a vender a partir de 8 de Janeiro e fazemos tudo para que consigamos organizar-nos aqui e ninguém ficar de parte", disse.

Acrescentou ser importante que o espaço chegue para todos, porque são muitas as mulheres que sustentam famílias. Este espaço passou a ser um mercado diversificado. Por isso, não podemos separar os outros, os que não vendem peixe, porque todos precisamos de sustentar as famílias".

Peixeira há mais de 60 anos, Conceição Álvaro, "Velha Mabunda", nasceu na Samba, junto à praia, e começou a vida como vendedora de peixe.

Quanto à alcunha que carrega, foi herança da mãe, Joana Francisco, que também era peixeira.

## 4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Banco Mundial vai financiar Orçamento Geral do Estado

*Jornal de Angola*

*02 De Novembro de 2017*

*Texto: Cândido Bessa e Adelina Inácio*

O Banco Mundial garantiu ontem o apoio financeiro ao Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, que deve ser apreciado ainda este mês pelo Conselho de Ministros e aprovado pela Assembleia Nacional até Dezembro.

Este foi um dos assuntos discutidos ontem, em Luanda, pelo Presidente João Lourenço e o vice-presidente do Banco Mundial para a região de África, Makhtar Diop. O gestor não adiantou os valores a serem disponibilizados para reforçar o Orçamento Geral de Estado para o primeiro dos cinco anos de mandato do Presidente João Lourenço.

Makhtar Diop explicou que Angola e o Banco Mundial estudam a possibilidade de apoio orçamental nos sectores da educação, saúde, energia e águas e agricultura. Para vice-presidente do Banco Mundial, o mais importante é que haja em Angola objectivos práticos para se atingirem algumas metas do Executivo e destacou o acesso à educação, redução da mortalidade infantil e o aumento do acesso a electricidade.

O vice - presidente do Banco Mundial para África está em Luanda desde terça- feira e termina hoje a sua visita a Angola, no âmbito da revisão estratégica de integração regional. Makhtar Diop afirmou que as acções em curso vão culminar com a captação de importantes financiamentos, visando apoiar a agenda governativa do Executivo voltada para o relançamento do crescimento económico, redução da pobreza, transformações estruturais, diversificação económica, bem como a indução económica e social.

Fruto de negociações entre Angola e o Banco Mundial, as partes acreditam ser necessário um incremento do pacote financeiro, para apoiar importantes projectos do sector social, com realce para os sectores da electricidade e do saneamento, tendo em conta a necessidade de financiamento do país nos próximos anos.

Antes, o vice-presidente do Banco Mundial para África reuniu com o Ministro das Finanças, com o governador do Banco Nacional de Angola, os ministros da Economia e

Planeamento, da Energia e Águas e da Saúde e os secretários de Estado da Agricultura, Educação e do Orçamento.

O ministro das Finanças, Archer Mangureira, afirmou que e tá já em preparação o Orçamento Geral do Estado para 2018 e adiantou que há um cronograma aprovado pelo Conselho de Ministros que prevê a sua apreciação ainda este mês.

Archer Mangureira disse que o Executivo ainda está em tempo de apresentar a proposta e garantiu o cumprimento dos prazos definidos. Archer Mangureira reforçou que os sectores da educação, saúde, energia e águas, economia e planeamento, agricultura e finanças são os prioritários na acção da parceira com o Banco Mundial e disse ter avaliado com Makhtar Diop projectos que estão a ser desenvolvidos em parceria com O Banco, uma vez que a instituição garantiu a sua disponibilidade em ampliar o seu engajamento financeiro nos mais variados domínios.

O ministro das Finanças disse que o Banco Mundial tomou conhecimento do programa intermédio aprovado pelo Executivo e as metas que e tão definidas em vários sectores. Por isso, essa parceria vai no sentido de auxiliar o Governo na concretização das metas por sectores e também na obtenção de resultados práticos.

Archer Mangureira confirmou a abertura do Banco Mundial para a ampliação da cooperação já, existente, mas também para o apoio financeiro ao Orçamento Geral do Estado. O ministro disse que Angola solicitou ao Banco Mundial a realização de um estudo diagnóstico para identificar as ineficiências que existem no país em relação ao desenvolvimento do sector privado e a indicação de soluções para melhorar o ambiente de negócios, necessário para o desenvolvimento do sector privado.

O objectivo é promover as exportações e substituir as importações para a diversificação da economia. Archer Mangureira afirmou que há uma pré-disposição do Banco Mundial em elaborar o estudo que vai ter como referências estudos já realizados e bem-sucedidos.

O Banco Mundial vai também participar na regulamentação da Lei da Parceria Público - privada, tendo em conta a necessidade de realização de investimentos públicos. "Vamos pôr as equipas a trabalhar e definir o cronograma, o nível de engajamento financeiro e os resultados que se e pera

pelas acções que vão constar do cronograma em cada domínio", disse o ministro.

## 4.2 OGE 2018 vai ao Parlamento

*Jornal 24 Horas*

*03 De Novembro de 2017*

*Texto: Dom D'Assunção*

A informação chegou à redação do 24 Horas por intermédio de uma fonte dos serviços de apoio ao Chefe do Executivo angolano que, por razões óbvias, pediu que não fosse identificado.

Segundo essa fonte, o ante-projecto do referido documento já terá sido apresentado ao Bureau Político do MPLA, órgão restrito do partido dos camaradas que, após breve análise, terá dado aval positivo a João Lourenço, para que o mesmo seja encaminhado para discussão e aprovação, dando mais azo à tese segundo a qual, em todas as decisões que directa ou indirectamente possam influenciar a vida do cidadão, como é o caso do Orçamento Geral do Estado, JL, apesar de ser o Chefe do Executivo, ainda vai depender muito do núcleo duro do MPLA.

Voltando ao documento mais importante para o desenvolvimento e sustentabilidade económico-social dos angolanos, o 24 Horas também conseguiu apurar que não é desta que o OGE deverá priorizar a área social, apesar da subida do seu valor geral, porém não pela vontade do Chefe do Executivo mas por vontade da ala do presidente do partido, Eng<sup>o</sup> José Eduardo dos Santos, que continua a defender maior fásquia para a área da segurança do país. Sobre as razões que eventualmente terão estado na base do MPLA continuar a defender um Orçamento mais virado para a defesa, a fonte já referida disse ser "por causa das ameaças terroristas que grassam por vários países africanos e que exigem das autoridades angolanas, reforço permanente das áreas de defesa e segurança, sob pena de sermos surpreendidos um dia".

Para reagir a esta realidade, elementos da oposição por nós contactados disseram que a ser verdade, João Lourenço começará a dar o dito pelo não porquanto durante a sua campanha eleitoral reiterou a sua aposta no desenvolvimento das áreas sociais do país e dos angolanos, e isso passa por mais dinheiro na área social; "a confirmar-se essa informação, acho que o presidente João Lourenço vai começar mal o seu mandato de cinco, na medida em que durante a sua campanha disse a todos os angolanos que a sua aposta era, combater a pobreza e as assimetrias que o país enfrenta; e pensamos que a cabimentação de mais dinheiro para a área social, apesar disso vamos aguardar que o projeto de orçamento nos chegue para

fazermos melhor análise e um comentário mais apropriado"; argumentou o nosso interlocutor, o recém-eleito deputado da oposição. Esta informação surge numa altura em que sopram bons ventos no preço do crude angolano que nesta altura ronda os sessenta dólares americanos contra os quarenta e cinco dólares do mesmo período em 2016. De recordar que o Orçamento Geral do Estado de 2017, foi aprovado pelos deputados à Assembleia Nacional, no dia catorze de Dezembro de 2016, com receitas estimadas em Akz 7.390.046.964.055,00 (sete triliões, trezentos e noventa biliões, quarenta e seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e cinquenta e cinco Kwanzas) com despesas em igual montante, contra os cerca de AKZS 9.000.000.000.000,00 (Nove Triliões de Kwanzas), para 2018; conforme revelou a nossa fonte. A votação cor- respondeu na altura a 147 votos a favor, 33 contra e duas abstenções, e tivera ocorrido na segunda reunião Plenária Extraordinária da Quinta Sessão Legislativa da Terceira Legislatura, sob orientação do reconduzido, Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Economistas como Paulo Pereira e outros esclarecem no livro "Economia de Finanças Públicas" que o Orçamento de Estado é "o documento, apresentado sob a forma de lei, que comporta uma descrição detalhada de todas as receitas e de todas as despesas do Estado, propostas pelo Governo e autorizadas pela Assembleia de República, e antecipadamente previstas para um horizonte temporal de um ano".

## 4.3 Arrecadações sobem na região do Huambo

*Jornal de Angola*

*11 De Novembro de 2017*

A Repartição Fiscal da Província do Huambo arrecadou 892,4 milhões de Kwanzas, em Outubro, o que representa uma subida significativa em relação ao mês anterior quando foram arrecadados 640,9 milhões de Kwanzas, refere a instituição em comunicado.

O valor resulta do pagamento do imposto industrial, imposto de rendimento de trabalho, imposto de selo, imposto de consumo, imposto predial urbano e imposto sobre aplicação de capitais. Destes os que mais subiram foram os impostos sobre os rendimentos (387 milhões, 203 mil e 934 kwanzas), do consumo (255 milhões, 844 mil e 733 kwanzas), do selo (89 milhões, 209 mil e 726 kwanzas) e o imposto industrial, com 77 milhões, 39 mil e 88 Kwanzas.

A Repartição Fiscal disse que, entre Setembro e Outubro, houve uma arrecadação de mil milhões, 533 milhões, 220 mil e 101 Kwanzas.

O economista Isidro Kapitia preconizou, ontem, mais apoio por parte do Governo às iniciativas dos empreendedores, por estarem alinhadas ao programa de combate à pobreza e gerarem empregos.

#### 4.4 População defende maior organização das administrações tributárias locais

*Jornal Economia*

17 De Novembro de 2017

Texto: Regina Handa e Vânia Inácio

A fuga ao fisco pode ser apontada como a maior fonte de desestabilização da situação fiscal de um país, pois fomenta a desigualdade, levando a problemas económicos variados. Em Angola o combate a fuga ao fisco é uma das prioridades do Executivo por se considerar de fundamental importância para o fomento da economia nacional.

Recentemente a administradora da Administração Geral Tributária (AGT), Conceição Matos, disse, em Luanda, num encontro com a Confederação Empresarial Angolana, que o desconhecimento da legislação tributária por parte dos empresários nacionais e tá a estimular a fuga ao fisco.

Segundo a gestora, a ausência de comunicação entre as empresas e a AOT provoca a inobservância dos códigos que regem administração tributária.

"A falta de comunicação gera um mau estar aos contribuintes, e que devido ao incumprimento ou desconhecimento das leis, sofrem penalizações desnecessárias", afirmou.

Segundo apurou o E, a AGT excluiu, recentemente, 174 empresas das 547 registadas da lista dos grandes contribuintes.

Na decisão, publicada num despacho executivo do Ministério das Finanças, são citadas

373 empresas públicas de grande dimensão, entre instituições financeiras e bancárias.

Nesta edição na rubrica a "Voz do cidadão" o JE constatou que os cidadãos angolanos apresentam opiniões convergentes sobre o tema em discussão e apontaram algumas soluções para o combate à fuga ao fisco.

Uma das soluções apontadas para mitigar o fenómeno, é que o Executivo deve procurar aumentar o nível de confiança da população às administrações públicas,

por se considerar a razão porquê que "leva à fuga aos impostos sempre que possível".

#### 4.5 Cobrança de impostos 20% abaixo do previsto no OGE 2017

*Jornal Expansão*

24 De Novembro de 2017

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

A receita de impostos em 2017 deverá ficar 20% abaixo do orçamentado, de acordo com cálculos do Expansão a partir de dados da Administração Geral

Tributários (AGT) relativos à arrecadação tributária dos primeiros 10 meses do ano.

Até Outubro entraram nos cofres do Tesouro 2.349 mil milhões Kz (cerca de 14 mil milhões USD), dos quais 1.264 mil milhões Kz relativos a impostos petrolíferos e 1.085 não petrolíferos. O contributo dos diamantes, que estão incluídos na receita tributária não petrolífera, não ultrapassou os 11 mil milhões Kz.

Se em Novembro e Dezembro se mantiver o ritmo de cobrança dos 10 primeiros meses, o ano deverá terminar com 2.837 mil milhões Kz de impostos cobrados, menos 567 mil milhões Kz (cerca de 3,4 mil milhões USD) ou 17,2% do que os 3.404 mil milhões Kz inscritos no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017.

A maior parte do desvio face ao objectivo deve-se aos impostos não petrolíferos que se deverão quedar pelos 1.424 mil milhões Kz, rendendo menos 285 mil milhões Kz ou 23,8% do que o previsto.

O desvio poderá ser justificado em parte pelo menor crescimento da economia. O OGE 2017 apontava para uma variação real do Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero de 2,3%, mas as últimas previsões do Governo não ultrapassam 1,6%. Menor actividade económica significa menos arrecadação fiscal.

Já os impostos petrolíferos deverão, segundo as projecções do Expansão com base nos dados da AGT, render aos cofres públicos 1.413 mil milhões Kz, ficando 283 mil milhões Kz ou 10,5% abaixo da meta de 1.695 mil milhões Kz do OGE.

Contudo, a hipótese de manutenção do ritmo de cobrança que serviu de base aos cálculos do Expansão pode não aplicar-se aos impostos petrolíferos, uma vez que o preço do barril de petróleo tem-se apresentado bastante volátil ao longo do ano. Segundo dados do Ministério das Finanças (MinFin) sobre as exportações e receitas do petróleo, o preço médio mensal do barril

angolano começou o ano acima dos 50 USD, depois começou a recuar até atingir um mínimo de 40,4 USD em Agosto, e desde aí recuperou, até fixar um máximo de 54,1 USD no mês passado. A manter-se esta tendência é natural que as receitas dos dois últimos meses do ano fiquem acima dos 10 meses anteriores, o que colocará a receita de impostos acima dos cálculos do OGE.

#### Discrepâncias nas receitas do petróleo

De resto, dados do Governo já apontam nesse sentido. O plano intercalar para melhorar a situação económica projecta receitas petrolíferas de 1.583 mil milhões Kz, ainda assim abaixo dos 1.695 mil milhões Kz do OGE 2017. Os dados do MinFin sobre as exportações e receitas do petróleo até Outubro também apontam para uma arrecadação de 1.315 mil milhões Kz de impostos petrolíferos, acima dos referidos 1.264 mil milhões Kz avançados pela AGT. Feitas as contas, até Outubro, os dados das exportações e receitas do petróleo do MinFin e da AGT registam uma discrepância de 51 mil milhões Kz. As discrepâncias sobre as estatísticas do petróleo são mais ou menos frequentes, com as várias fontes oficiais a apresentarem números diferentes. Neste caso, uma vez que a AGT é tutelada pelo MinFin as discrepâncias são mais difíceis de entender.

Mais fácil de justificar é o facto de tanto as previsões do Governo como as projecções com base nos dados da AGT apontarem para receitas petrolíferas abaixo do OGE quando o preço do petróleo angolano está acima dos 46 USD orçamentados. Nos primeiros 10 meses, o preço médio do barril de petróleo situou-se nos 51,1 USD, isto é 5 USD acima do previsto no OGE 2017.

A explicação é que se é verdade que o preço está acima do orçamento, não é menos certo que a produção também se está a revelar inferior ao projectado. Concretamente, as previsões do Plano Intercalar baseiam-se num preço do barril de petróleo de 48,4 USD, contra os referidos 46 do OGE, e numa produção de 642,4 milhões barris abaixo dos 664,7 milhões do documento.



## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Governador quer colocar regras nas ruas de Luanda e já deixou o aviso

*Jornal Economia*  
03 De Novembro de 2017

Os administradores municipais e distritais de Luanda foram orientados pelo governador provincial, Adriano Mendes de Carvalho, a terminar com urgência as vendas ambulantes ilegais, ao longo das ruas, avenidas e pedonais.

De acordo com o governador, é inadmissível o que temos verificado nos últimos dias, relativamente as vendas ao longo das estradas e pedonais, sob o olhar impávido dos administradores municipais e comunais.

O governador fez este pronunciamento durante uma reunião que visou analisar o plano provincial de contingência de calamidades e desastres.

"Senhores administradores, é importante começarmos a corrigir estas práticas e quem não estiver a cumprir o seu papel é melhor pôr o seu cargo à disposição", advertiu.

Durante a sua intervenção repudiou também os descaminhos dados aos medicamentos nos hospitais, desvio do combustível das ambulâncias, a falta de humanização, de sensibilidade para com os pacientes, situação que espera-ver corrigida e melhorada com brevidade.

Advertiu para o fim do nepotismo e empresas de carácter particular de prestação de serviços criados nas instituições.

Apelou aos administradores distritais maior vigilância, disciplina e denúncia do roubo de cabos eléctricos, vandalização dos postos de transformação, à falta de iluminação pública, delinquência e a imigração ilegal.

Outro problema que o governador quer ver solucionado tem a ver com a ocupação anárquica de terrenos, a escassez de água e luz afirmando que mecanismos estão a ser encontrados para dentro de dias se melhorar a sua distribuição.

Referiu que a vandalização dos equipamentos eléctricos para a iluminação pública já causou um

desfalque de mais de seis mil milhões de Kwanzas, valor que se torna oneroso aos cofres do Estado.

Ordenou os administradores distritais a encontrarem espaços para que os jovens possam praticar desporto.

Assistiram o encontro, vice-governadores, administradores municipais, comunais e directores provinciais.

### 5.2 João Lourenço vai deixar cair os maus gestores

*Jornal de Angola*  
03 De Novembro de 2017  
Texto: Domingos Kinguar

A informação foi prestada ao Jornal Liberdade por uma fonte ligada à Presidência da República, tendo garantido que João Lourenço já teve o aval do Bureau Político do MPLA, para as devidas mudanças que se impõem nas empresas públicas, porque muitas delas estão a gerir Maio erário público.

Os mas visados na lista de ex-oneração do PR são: Leonildo Ceita da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) que, segundo se diz, tem uma gestão danosa e está a afundar aquela empresa pública por mau serviço, tendo ao longo do seu mandato criado muita intriga e ostracismo no seio dos trabalhadores.

O outro contestado, que vai descansar e que ao longo dos anos, abusou da paciência dos seus colaboradores e até com o Ministro exonerado do Planeamento Iob Graça. Estamos a nos referir do irmão de Leonildo Ceita, ou seja, Camilo Ceita, PCA do Instituto Nacional de Estatística (INE), cujo mandato já expirou em 2014, mas ainda continua no cargo e a beneficiar das regalias.

Camilo Ceita tem relações cortadas com os sindicalistas e não privilegia o diálogo, tudo porque, segundo se diz, tem laços familiares com o ex-presidente da República. Mas, pelo que apuramos, as coisas andam amargas do lado do Camilo Ceita que pretende voltar a dirigir a instituição.

O outro demissionário é o PCA da empresa de Transportes Colectivos Urbano de Luanda (TCUL), Freitas Neto, este vai também para casa cuidar dos netos e dos seus negócios. Desde que se encontra à frente desta empresa pública, o mesmo só está a criar prejuízos para a gestão do Estado e os autocarros que precisam de reparação e recuperação, para continuarem em serviço, simplesmente são ignorados e deixados a apodrecer.

A TCUL produz recursos próprios, mas o que se sabe é que a mesma continua a receber verbas do Orçamento Geral do Estado, caso contrário, esta empresa deveria contribuir para a conta única do país, o que não acontece.

Diz-se a "boca cheia" e nunca desmentido, que Freitas Neto é um «menino» protegido pelo ministro dos Transportes, Augusto Tomás. Se não fosse o caso, por tantas falcaturas, o mesmo já estaria na rua e a responder em tribunal por má gestão.

Ruben Dombaxi da Unicargas, que substituiu o temível director-geral Veloso, que se encontra aposentado, não tem dado conta do assunto, nem consegue manter os êxitos que a empresa já atingiu nos últimos anos, ou seja, a empresa está a regredir rapidamente, sob o olhar silencioso do responsável da pasta. Mesmo com as frotas novas, segundo se diz, dá entrada de poucas verbas para os cofres do Estado e o resto é encaminhado para "outras vias":

Henriques dos Santos e Hélder Barber deixam os seus lugares

Quem também não vai continuar à frente do primeiro diário, após a independência nacional, o Jornal de Angola, é António José Ribeiro, mesmo tendo feito uma boa gestão para uns, e má para outros, é dado como certo que não vai continuar, tudo porque quando recebe orientação da PR, algumas vezes cumpre e outras não, sobretudo na área da assessoria e também desrespeita as opiniões dos seus colaboradores.

Estas exonerações vão também abranger a RNA e a TPA, que são chefiados por Henriques dos Santos e por Hélder Barber Dias dos Santos. Os mesmos prometeram melhor as condições de vidas dos seus colaboradores e isto não aconteceu. Existem pessoas que têm trinta anos de casa ou muito mais e ainda auferem um salário de setenta mil kwanzas, enquanto há pessoas que não trabalham e recebem vencimentos chorudos.

O amiguísmo e a anarquia reinam nestas instituições públicas, e são sempre as mesmas pessoas a fazerem coberturas jornalísticas, dando a entender que são poucos. Também existem funcionários, sobretudo na RNA, que têm de dois a quatro empregos, e ganham nesses locais como efectivos. A direcção da empresa não toma medidas, mesmo sendo todos conhecidos. Isso faz com que não se consiga dar entrada a novas pessoas, sobretudo os licenciados na área da comunicação social.

O outro PCA que demonstra e anda a norte da instituição que dirige, é o homem da Zona Económica

Especial, António Lemos, que é bastante contestado pelos seus funcionários e até pelos camponeses que ainda, depois de tanto tempo, não foram indemnizados e continuam a receber muitos bailes. Os mesmos estão a preparar um abaixo assinado para levar ao PR, mas fora disso, segundo as fontes, é dado como seguro que o mesmo vai «tomar banho» mais cedo.

O homem da Pescangola, Sebastião Alfredo Macunge, vai deixar o cargo mesmo estando a criar corredores para não ser mexido, mas não terá sorte de permanecer no cargo. Entretanto, muitos outros serão "desmontados" pelo PR, devido à má gestão, roubo, nepotismo e corrupção.

### 5.3 Administradora do Sambizanga pede empenho dos munícipes na resolução dos problemas locais

*Jornal O País*

*7 De Novembro de 2017*

*Texto: Domingos Bento*

A semelhança de outras zonas de Luanda, o distrito urbano do Sambizanga ainda enfrenta sérios desafios e problemas sociais como os do saneamento básico e o da criminalidade. Porém, para a administradora distrital do Sambizanga, estes problemas locais só se resolvem com maior facilidade quando as comunidades participam com sugestões e adopção de hábitos e medidas que contribuam para a harmonia social.

De acordo com Milca Caquesse, que falava ao OPAÍS à margem do acto de auscultação da população sobre a situação da segurança pública em Luanda, as administrações do Estado por si só não conseguem dar respostas às preocupações das populações quando não há o empenho das famílias, igrejas e da sociedade civil. Todas estas organizações, nos seu entender, jogam um papel importante nas respostas que se pretende dar às comunidades por via da identificação, discussão e propostas de soluções comuns.

Todo esse processo, conforme explicou, passa pela criação de medidas de comunicação e interacção entre os munícipes e a administração, sem burocracia, de forma a permitir uma governação mais participativa, em que todos lutam para o desenvolvimento do bem comum, sem necessidade de especular ou desinformar aquilo que é o empenho do Estado na resolução dos problemas das comunidades.

"Tudo passa pela comunicação. A comunicação tem poder. Por exemplo, nos últimos tempos

temos estado a viver uma grande onda de desinformação. Portanto, as pessoas partilham tudo na Internet, inventam muitas informações e partilham nas redes sociais, o que causa uma certa desorganização na informação", frisou.

Por outro lado, Milca Caquesse fez saber que uma das questões que, actualmente, preocupam a sua administração prende-se com a situação da delinquência juvenil.

Portanto, mais do que prender os infractores, a administradora defende que a resolução deste problema social passa pela criação de casas de reclusão e reabilitação de menores e uma forte aposta no processo de aconselhamento familiar. "Como sabe, os menores não cometem crime, cometem delito. Eu, particularmente, costumo a defender que o problema da criminalidade juvenil não é um problema de Polícia. É sim um problema das famílias, da falta de punho firme dos pais".

Segundo ainda a responsável, nos dias que correm, muitos pais se desfizeram do seu real papel no processo de educação e instrução dos filhos. Esta situação, esclareceu, faz com que muitos menores alinhem precocemente em caminhos nada abonatórios e que atentam contra o bem-estar social.

"Nós, na Administração do Sambizanga, várias vezes, nos nossos encontros com a Polícia e com a comunidade, defrontamo-nos com casos de menores a cometerem crimes sem o consentimento dos pais. Os filhos aparecem em casa com objectos de grande valor mas o pai não questiona onde ele encontrou. É grave. As famílias devem ajudar-nos, enquanto Administração, a resolver os problemas locais", concluiu.

## 5.4 Diploma sobre desconcentração administrativa concluído

*Jornal O País*

*09 De Novembro de 2017*

*Texto: José Dias*

A legislação sobre a delimitação de competências e transferência de atribuições do poder central para o local, no âmbito da desconcentração administrativa, está em fase conclusiva, devendo ser aprovada brevemente pelo Executivo em sessão do Conselho de Ministros.

O secretário de Estado para a Reforma do Estado, Márcio Daniel, explicou que a desconcentração, entendida como o processo de transferência de competências do poder central para o local, antecede

a descentralização, que é a criação das autarquias locais.

Acrescentou que a medida consta entre as medidas prévias do Executivo, visando a criação de condições que levarão à instituição das autarquias locais.

O responsável, que convocou a imprensa para anunciar a realização, de 14 a 15 deste mês, do Fórum dos Municípios, em Luanda, sob o lema: "Reformar o Estado para melhor servir o cidadão", disse que a municipalização dos serviços afigura - se como uma das divisas do Executivo para a garantia da excelência na sua prestação a nível dos municípios.

"O processo de desconcentração está a seguir os seus trâmites. O Ministério já tem uma proposta de um diploma legal de delimitação de competências a ser apresentado ao Conselho de Ministros que vai espelhar como se vai implementar esse processo de transferência de competências", informou.

De acordo com Mareio Daniel, a aprovação vai ficar apenas a nível do Executivo, por ser um diploma de transferência de competências da administração central para a local.

Para tal, acrescentou, o Ministério do Território e Reforma do Estado deve criar um conjunto de condições, no sentido reformista, para que seja o município o centro da excelência da prestação dos serviços públicos aos vários níveis, nomeadamente da saúde, educação, saneamento básico, energia e águas, entre outros.

"A anteceder as autarquias locais há um processo prévio que é o de atingir-se um nível máximo de desconcentração administrativa. Descentralização é a criação da autarquias, mas a desconcentração significa transferir' as competências que hoje estão na administração central para a administração local do Estado a nível dos municípios", frisou.

Segundo o responsável, para que tal aconteça é necessário, antes de se transferir as referidas competências, a criação de condições para que os municípios possam executá-las na perfeição tão logo recebam.

Não adiantando prazos para a implementação das autarquias, afirmou que ao MATRE cabe apenas a responsabilidade de criar as condições de estabelecer as linhas que vão obedecer ao processo da sua institucionalização.

Neste contexto, referiu que a sua institucionalização deve ser antecedida por esta fase prévia que consiste na criação de condições para que os municípios possam funcionar autonomamente.

Sublinhou que o processo deverá igualmente abranger a reforma do aparelho do Estado, de modo a adequar a dimensão do aparelho do Estado à real capacidade financeira que o Estado deve continuar a prestar serviço.

"Não pode haver esse desfasamento entre aquilo que é a sua dimensão e composição interna, o número de ministérios, de institutos públicos deve estar a acompanhar aquilo que é a condição financeira que o Estado tem de manter esses mesmos serviços", frisou.

Por essa razão, acrescentou que será preciso ligar o conceito de reforma do Estado, também ao nível municipal e local, com vista a conferir um equilíbrio de sustentabilidade das contas públicas e a dimensão do Estado, também para essa sustentabilidade.

"Portanto a reforma do Estado também vai ter de passar pela reforma do aparelho administrativo' tal como refere o plano intercalar", disse ainda.

Para que seja possível uma excelência na prestação de serviços a nível dos municípios, como prevê o plano intercalar de Outubro de 2017 a Março de 2018, será necessário atingir-se um nível máximo de transferência de competências para as administrações municipais.

"Teremos de conseguir que aquilo que hoje é, no que diz respeito as atribuições em matéria de saneamento básico, educação, até mesmo no âmbito da construção de infra-estruturas rodoviárias secundárias e terciárias, possam ser executadas a nível dos municípios", frisou.

## 5.5 Fórum dos Municípios muda de figurino e ganha nova dimensão

*Jornal O País*

*09 De Novembro de 2017*

A V edição do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola realiza-se este ano sob o lema "Reformar o Estado para melhor servir o cidadão", no Centro de Convenções de Talatona e prevê a abordagem, em três painéis, de temas ligados ao município e ao desenvolvimento económico e social, a municipalização dos serviços, a municipalização, simplificação e modernização dos serviços municipais, entre outros. O discurso de abertura será proferido pelo vice-presidente da República, Bornito de Sousa

A partir deste ano, o fórum vai mudar de figurino e passará da dimensão de órgão de auscultação e de concentração para o desenvolvimento comunitário para órgão de apoio ao Presidente da República.

Com a aprovação do Decreto Legislativo Presencial nº 3/17, de 13 de Outubro, diploma que aprova a

orgânica dos órgãos auxiliares do Presidente da República, o fórum ganha a dimensão de órgão auxiliar colegial do Presidente da República para as questões ligadas ao desenvolvimento comunitário. Será um órgão presidido pelo Chefe de Estado que integra o vice-presidente da República, o ministro da Administração do Território e os governos provinciais e tem esta natureza institucional. Ganha uma natureza institucional consagrada no decreto dos órgãos auxiliares.

## 5.6 Adriano Mendes de Carvalho salvaguarda maus administradores

*Jornal Liberdade*

*10 De Novembro de 2017*

*Texto: Virgílio Malungo*

São inúmeros os problemas sociais e estruturais que "desfilam" pelas diversas administrações municipais, distritais e comunais, a espera de soluções, para a melhoria das condições de vida dos habitantes de Luanda, desde o centro da cidade-capital às periferias, como o combate à delinquência, doenças e falta de medicamentos, cortes constantes de energia eléctrica e falta de água, ocupações ilegais de terrenos por altos dirigentes partidários e governamentais, sobretudo fardados, à coberto de supostas "reservas fundiárias" do Estado, mau estado das vias de trânsito com destaque para as secundárias e terciárias, discriminação e violência contra vendedores ambulantes, principalmente para a mulher zungueira, lixo e falta de saneamento básico, etc, etc, etc.

Mas para estas figuras, o Presidente da República João Lourenço, durante o acto de tomada de posse no mês de Setembro, alertou que não haverá impunidade para os poderosos. Ninguém "é tão poderoso para não estar a contas com a justiça e muito menos também ninguém é assim tão pobre que não mereça a protecção da justiça", assegurou o Chefe de Estado Angolano.

Ainda sobre o processo de reestruturação do quadro orgânico da capital do país, os munícipes entendem que Adriano Mendes de Carvalho deve começar por afastar os administradores que, apesar do tempo indefinido, quase nada fazem nas circunscrições que lhes foram confiadas para servir os interesses do Estado e principalmente dos cidadãos.

Entre os nomes mais mencionados, constam os de Carlos Alberto Cavuquila, administrador municipal de Cacucaco e Tany Narciso do município do Cazenga, que são dos mais malquistos e detestados pela

população, pela sua postura maquiavélica, criação de intrigas contra os cidadãos para tirar proveito próprio e expropriação e negociatas de terrenos sem qualquer pejo. Carlos Alberto Cavuquilha é bastante contestado entre os habitantes do município que infelizmente está à cabeça para simplesmente decompor. Como se não bastasse, como prova de malandrice, ultimamente, para convencer e agradar os seus "bajuladores", procurou atingir o Semanário "A República" distribuindo documentos com pseudos abaixo-assinados, usando pessoas de suposta confiança para denegrir a informação publicada por aquele órgão e proveniente daquela municipalidade como se o repúdio tivesse vindo dos moradores, quando na realidade é ele o repudiado, que o digam as mããs e lavradores de quem ele expropriou os terrenos.

Ainda de acordo com a nossa fonte, dentro da administração de Cacucaco há muito que as coisas não correm bem, devido as intrigas existentes entre informantes de Carlos Alberto Cavuquilha e os seus "bófiãs" que não se cansam de "engraxar" para agradar o "chefão".

A moradora Melita Jorge, do bairro Boa Esperança, desqualificou a intenção do governante, admitindo mesmo que em condições normais, os governadores de Luanda não deveriam nunca manter a mesma figura no cargo que exerce, mesmo nada fazendo para o desenvolvimento das comunidades e contra a vontade dos munícipes.

## 5.7 E se Catalunha fosse uma peça exibida em palco africano

*Jornal Liberdade*

*10 De Novembro de 2017*

*Texto: Nilton Ngola*

Nenhuma nação do mundo reconheceu a independência da Catalunha. Alguns afirmam que os europeus temem por qualquer tipo de novo nacionalismo. Por outro lado, a quem acha de o ex-presidente desta região autónoma ser fraco. O ex-líder catalão foi pouco destemido por falta de poder de diálogo com o governo central. Embora Madrid tenha poder forte para dominar a região que reclama o direito de ser independente. Ninguém sabe ao certo o verdadeiro futuro da Catalunha. Carlos Puigdemont, antigo presidente da Catalunha foi deposto do cargo e fugiu para Bélgica. Ele e seus quatro conselheiros têm um mandado de captura. As autoridades judiciais o acusam de ter praticado um crime de insurreição. De acordo com a Constituição do reino da Espanha prevê que em caso de haver necessidade de realizar um referendo o mesmo deve ser de âmbito nacional. Os

independentistas realizaram um referendo para separar Catalunha apenas a nível desta região.

Se Catalunha fosse uma parcela africana alguns países do mundo iriam mobilizar-se para apoiar a sua independência, mas isso não pode ocorrer porque a Europa quer continuar a fazer crer ao mundo que é a pedra preciosa mais coesa e pérola mais cintilante no universo, que é um espaço unido e munido de tudo como tal não poder ser motivo de desanexação. As divisões territoriais são sempre vistas como fruto de "fragilidades estadual" e de vulnerabilidade dos povos. Por esta razão, a consciência europeia mantém a ideia de indivisibilidade. Outrossim, a Espanha enquanto território de muito prestígio e por ser um país estável na União Europeia, todos desejam conservarem suas relações bilaterais.

Infelizmente a única via que a África tem é a de seguir os ventos do ocidente, se houvesse alguns países europeus e da América apologia da independência da Catalunha teria havido também vários países em África a seguir esta posição. Angola solidarizou-se com o reino de Espanha primando pela unidade do país. Outras nações africanas também já vibram com as aspirações do governo Espanhol.

Se estes factos da Espanha ocorressem em África, o ocidente teria dado um sentido de confusão, má gerência e de falta de capacidade de coabitação. A Europa e outros continentes têm uma grande sede em mostrar que tudo que é confusão na escala regional ou nacional na perspectiva política é uma marca genuína de África. Na hipótese deste desentendimento acontecer no nosso Berço, o continente velho viria como um lobo vestido de ovelha para por um lado sanar e por outro fomentar o conflito.

Tenho impressão, de que os americanos apostariam com toda "fúria e fogo" pela Catalunha se ela fosse africana com argumentos fundados na autodeterminação dos povos. Porém, a Rússia viria com toda sua força e alma defendendo o Estado alegando o princípio da disciplina, da ordem, da autoridade do Estado e outros direitos e deveres favoráveis e justificáveis ao apoio dado.

As posições destas potências teriam tomado, proporções elevadas e resultaria em dois factos principais: a independência total ou a guerra entre os independentistas e o governo. Os EUA dariam arma para destruir Madrid e o resto da Espanha que não seja

Catalunha e a Rússia dariam outras armas para exterminar aquilo que apelidariam como forças negativas.

Vários países europeus e os americanos fariam também papel de heróis da aldeia encarnando-se na pele de ajuda humanitária oferecendo diversos serviços e produtos, sobretudo alimentos, roupa e saúde às vítimas de guerra e outras pessoas vulneráveis. Estaríamos ainda diante de um cenário de mortes e pranto.

Lição de vida: Europa uniu-se numa única voz apoiando a Espanha. África deve tirar uma lição de moral nesta história. Isto quer dizer que o continente africano precisa ter um pensamento próprio.

## 5.8 Fórum dos Municípios na próxima semana

*Jornal de Angola*

*10 De Novembro de 2017*

*Texto: Adelina Inácio*

O Executivo pretende criar um espaço de auscultação e concertação de políticas para o desenvolvimento comunitário, com a realização, na próxima terça-feira, o Fórum das Cidades e Municípios de Angola.

O objectivo do encontro, a ser aberto pelo Vice-presidente da República, Bornito de Sousa, é promover um espaço para a avaliação da implementação das diferentes medidas tomadas no âmbito da administração local.

Em declarações à imprensa, o secretário de Estado para a Reforma do Estado, Márcio Daniel, disse que com a realização da quinta edição do Fórum das Cidades e Municípios, o Executivo pretende que os municípios tenham autonomia financeira no que diz respeito à arrecadação de receitas e capacidade de realização de despesas a nível da prestação de serviços básicos.

Márcio Daniel adiantou que urna das prioridades do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MATRE) é a municipalização de serviço básicos como a educação, a saúde e o saneamento básico.

O Fórum, que decorrerá sob o lema "Reformar o Estado para Melhor Servir o Cidadão", vai estudar mecanismos e métodos para que os municípios consigam sustentar - se pelos seus próprios meios.

O secretário de Estado explicou que, para que a reforma aconteça, é necessário criar um conjunto de condições para que os municípios sejam o centro de excelência na prestação dos serviços públicos a vários níveis.

O Fórum, adiantou, é o espaço privilegiado para a concertação dessas ideias, uma vez que integra todos os municípios, governos provinciais, órgãos da administração local, organizações da sociedade civil, estudantes, entre outros.

O objectivo é identificar as necessidades sentidas a nível local para se traçarem as políticas a partir da constatação que se vai fazer a nível local.

Márcia Daniel garantiu que o MATRE quer desenvolver todos os passos no sentido de concretizar a descentralização administrativa e criar as condições para a implementação das autarquias locais.

Calendarização das autárquicas

O secretário de Estado disse que a calendarização para a realização das autarquias é definida a nível superior, mas que o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado tem a responsabilidade de criar as condições e estabelecer as linhas que vão obedecer ao processo de institucionalização das autarquias.

O secretário de Estado para a reforma do Estado explicou que antes da realização das autarquias locais deve-se atingir o nível máximo de desconcentração administrativa. A ideia, explicou, é transferir competências da gestão da administração central para a administração local do Estado a nível dos municípios. Essa transferência de competências e atribuições a nível local, acrescentou, vai ser feita de forma paulatina e progressiva. "O processo de transferência de competências está a seguir os seus trâmites e tem já a proposta de um diploma legal de delimitação de competências que vai ser apresentado ao Conselho de Ministros", disse.

Órgão de Consulta

O secretário de Estado para a Reforma do Estado anunciou que o Fórum das Cidades e Municípios vai passar a ser um órgão de consulta do Presidente da República. Márcio Daniel explicou que, até ao momento, o Fórum tinha uma dimensão de espaço de auscultação e concertação para o desenvolvimento comunitário, mas com a aprovação no mês passado do Decreto Legislativo Presidencial, o Fórum ganha a dimensão de órgão auxiliar colegial do Presidente da República para as questões ligadas ao desenvolvimento comunitário.

## 5.9 Fórum dos municípios na busca de soluções para problemas locais

*Jornal O País*

*13 De Novembro de 2017*

*Texto: José Dias*

O Ministério do Território e Reforma do Estado realiza a partir de amanhã a V edição da Feira dos Municípios e Cidades com um olhar na "Reforma do Estado para melhor servir o cidadão", lema do encontro que prevê reunir, até Quarta-feira (15), cerca de 500 participantes no Centro de Convenções de Talatona, em Luanda.

Segundo o programa a que O PAÍS teve acesso, o evento será aberto por um discurso do Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, em representação do Chefe de Estado, João Lourenço.

Seguir-se-á a abordagem do primeiro painel denominado "O município e o desenvolvimento económico e social", que trará à abordagem temas como "O papel dos municípios no desenvolvimento económico e social", "O município e a arrecadação de receitas - experiências e desafios" e "o planeamento municipal e o desenvolvimento local".

O segundo painel, denominado "A municipalização dos serviços", vai discutir "As vantagens, riscos, experiências e desafios da municipalização dos serviços" nomeadamente de saúde e de educação.

No segundo e último dia estará em abordagem o terceiro painel, que incidirá sobre "a municipalização, simplificação e modernização dos serviços municipais" e vai debruçar-se sobre "A municipalização da acção social e do combate à pobreza", "Saneamento básico e municipalização - Que modelo?" e "A simplificação e eficiência - o papel das tecnologias de informação e comunicação". Vai culminar com uma magna sobre a "Autoridade, moralização e contrato social. O Estado e o cidadão", a ser proferido pelo arcebispo do Lubango, Dom Gabi Mbilingui.

"Reformar o Estado para melhor servir o cidadão"

A justificar a escolha do lema, o secretário de Estado para a Reforma do Estado, Márcio Daniel, disse que o fórum tem a ideia da reforma da administração local do Estado na óptica da transferência paulatina e progressiva de competências e atribuições do nível central para o nível local.

"Há urna dimensão mais abrangente da reforma do Estado. Ao Ministério do Território e Reforma do

Estado está acometida a tarefa de desenvolver todos os espaços no sentido de concretizar a descentralização administrativa, ou seja, criar condições para que se tenha tudo o que é considerado necessário para a realização das autarquias locais", frisou.

Por este motivo, sublinhou ser objectivo do MATRE realizar estes fóruns para serem um espaço de auscultação e desenharem políticas com vista ao desenvolvimento comunitário. "Uma das divisas da nossa legislatura é a municipalização dos serviços, garantindo que a excelência da sua prestação é assegurada a nível dos municípios", frisou.

Parasi, o fórum, pela sua dimensão e composição, é um espaço privilegiado na medida em que é integrado por todos os municípios do país, pelos governos provinciais, pelos órgãos da administração, por organizações da sociedade civil, universidades e estudantes.

"Temos aqui várias sensibilidades da vida social com potencial de contribuir, identificando quais são as várias necessidades que são sentidas a nível local. Portanto, é desenhar as políticas a partir daquilo que é a constatação que se faz a nível local. O fórum tem essa natureza e é esse o grande objectivo", acentuou.

Fórum dos Municípios e cidades passa a ser órgão auxiliar do Presidente da República

Com a aprovação do Decreto Legislativo Presidencial nº 3/17, de 13 de Outubro, diploma que aprova a orgânica dos órgãos auxiliares do Presidente da República, o fórum ganha a dimensão de órgão auxiliar colegial do Presidente da República para as questões ligadas ao desenvolvimento comunitário.

Será um órgão presidido pelo Chefe de Estado que integra o vice-presidente da República, o ministro da administração do território e os governos provinciais e alcança esta natureza institucional consagrada no decreto dos órgãos auxiliares.

"Os próximos fóruns dos municípios e cidades passam a ter a dimensão de serem tomados num ambiente institucional como órgão de consulta do Presidente da República, tal como o conselho de governação local foi também criador do conselho de ministros, isto é, órgãos auxiliares do Presidente da República", sublinhou o secretário de Estado Márcio Daniel.

Historial

O Decreto Presidencial nº 142/13, de 27 de Setembro, institucionaliza a Feira dos Municípios e Cidades de Angola e o Fórum dos Municípios e Cidades de

Angola, com o objectivo de celebrar o "Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local".

A institucionalização de ambos os eventos resulta de uma deliberação da 2.<sup>a</sup> Conferência Ordinária dos ministros responsáveis pela Descentralização e Desenvolvimento Local, abreviada mente designada CADDEL (sigla em português e francês) ou AMCOD (sigla em inglês), realizada em 2011 e acolhida pela União Africana em 2012.

Em 2013 realizou-se pela primeira vez, conjuntamente, a Feira e o Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola, com a participação dos governos provinciais, das administrações municipais, comissões administrativas de cidades, departamentos ministeriais, bem como demais convidados de órgãos e instituições públicas e privadas.

## 5.10 As administrações municipais e as comunidades

*Jornal de Angola*

*14 De Novembro de 2017*

Realiza-se hoje em Luanda um encontro para concertação de políticas de desenvolvimento comunitário, no âmbito da promoção de um espaço para avaliação de medidas que são tomadas ao nível da administração local.

O desenvolvimento dos municípios é uma das prioridades das autoridades e já se tem trabalhado para que estas circunscrições sejam áreas em que os cidadãos possam viver com elevada qualidade de vida.

Tem sido notória a intenção dos governantes de prestar especial atenção aos municípios, pretendendo-se que os seus administradores tenham maior protagonismo em termos de tomada de decisões em relação a muitos problemas que afectam os cidadãos.

Faz sentido que sejam os administradores a tomarem decisões sobre problemas que conhecem bem. Quem está mais próximo das populações está, em princípio, em melhores condições de conhecer as preocupações dos cidadãos e tomar as medidas necessárias com celeridade e eficiência.

Importa entretanto que estas administrações municipais tenham meios financeiros e quadros para executarem autonomamente tarefas que podem ser executadas ao nível do município. Há muita coisa nos municípios que se pode fazer sem a intervenção do Governo central.

O secretário de Estado para a Reforma do Estado, Márcio Daniel, disse que o Executivo pretende que os municípios tenham autonomia financeira, no que diz respeito à arrecadação de receitas e capacidade de realização de despesas ao nível de prestação de serviços básicos.

A autonomia financeira é um passo importante para que muitos dos problemas de que os municípios se queixam sejam resolvidos. A autonomia financeira das administrações municipais é sem dúvida um assunto incontornável, na medida em que o desenvolvimento dos municípios tem de passar pela capacidade das administrações de poderem realizar obras em vários domínios,

O importante é que haja ideias para se gizarem políticas que sejam exequíveis, na actual conjuntura económica e financeira. Temos, é verdade; poucos recursos financeiros, por razões conhecidas, mas é possível distribuí-los bem e no interesse das comunidades.

É fundamental que se fixem prioridades. Há muitos aí complexos problemas. Não podemos resolvê-los todos. É preciso gastar os recursos financeiros do Estado com o que é realmente essencial. Temos de acabar com o esbanjamento e com gastos desnecessários.

Os servidores públicos nos municípios têm também um papel importante a desempenhar no desenvolvimento do país. As administrações municipais têm de ser mais actantes, no sentido de promoverem também a melhoria das condições de vida das populações.

A importância do município é tal que muitos estadistas em vários países do mundo iniciaram a sua carreira política nessa circunscrição. Há políticos no mundo que, antes de se tornarem, Chefes de Estado, concorreram primeiro para serem, por exemplo, presidentes de câmaras municipais, onde puderam ter um conhecimento profundo da vida das populações.

O lema do encontro de concertação - "Reformar o Estado para melhor servir o cidadão" - é sugestivo e é sinal de que vai haver acesos debates à volta de um tema que tem sido abordado pela sociedade civil e por governantes, numa altura em que se fala no país com muita frequência de eleições autárquicas.

É benéfico que haja ideias que vão no sentido de se apontarem caminhos que possam levar-nos a criar condições que permitam às administrações municipais realizar acções de impacto social junto das comunidades. As comunidades esperam que se resolvam, pelo menos, os seus problemas básicos; e as



administrações municipais devem estar à altura de os seleccionar.

## 5.1.1 Fórum discute o papel dos municípios

*Jornal de Angola*

*14 De Novembro de 2017*

*Texto: Adelina Inácio*

O Executivo, através do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, realiza hoje, em Luanda, a quinta edição do Fórum das Cidades e Municípios do país, para fortalecer o desenvolvimento dos municípios e traçar medidas de reformas para reduzir ao máximo a dependência a nível central.

O secretário de Estado para a Reforma do Estado, Márcio Daniel, explicou que se pretende atingir o nível máximo da desconcentração administrativa e transferir competências da gestão da administração central para administração local do Estado a nível dos municípios.

Para que tal aconteça, o Executivo vai estudar mecanismos e métodos para que os municípios consigam se sustentar pelos seus próprios meios.

O secretário de Estado para a Reforma do Estado, Márcio Daniel, que falou à imprensa sobre o fórum, salientou a necessidade de se criar um conjunto de condições para que os municípios sejam o centro de excelência na prestação dos serviços públicos a vários níveis, com destaque para os serviços básicos da saúde, educação, saneamento básico entre outros.

Márcio Daniel adiantou que a ideia é criar um espaço de auscultação e concertação de políticas para o desenvolvimento comunitário, bem como promover um espaço para avaliação da implementação da diferentes medidas no âmbito da administração local.

O fórum, que termina amanhã, decorre sob lema "Reformar o Estado para melhor servir o cidadão". Márcio Daniel afirmou que o Executivo quer uma administração mais próxima do cidadão e que permite sentir e auscultar os problemas básicos dos cidadãos de forma mais profunda.

Por isso, o fórum das cidades e municípios passa agora a órgão de consulta do Presidente da República. Antes, o fórum tinha uma dimensão de espaço de auscultação e concertação para o desenvolvimento, mas com aprovação, no mês passado do Decreto Legislativo Presidencial' ganhou a dimensão de órgão auxiliar colegial do Presidente da República para questões ligadas ao desenvolvimento comunitário.

Investimentos nos municípios. Márcio Daniel explicou também que se pretende criar um espaço para apresentação e exposição do trabalho desenvolvido pelos órgãos da administração local, promover atracção de empresários para investirem nos diferentes municípios e cidades de Angola, bem como divulgar potencialidades para o desenvolvimento económico e social dos municípios e cidades.

O Executivo pretende igualmente criar um espaço permanente de diálogo e debate com os órgãos da administração local do Estado e promover o intercâmbio entre os municípios e cidades de Angola. A ideia é de envolver áreas e avaliar a implementação das diferentes medidas tomadas no âmbito da reforma da administração local. No fórum, organizado pelo Executivo através do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, os participantes vão fazer uma abordagem profunda sobre a reforma do Estado, por haver consciência de que a reforma do Estado abrangente e profícua resultará na valorização das capacidades existentes e no fomento visando o bem-estar dos cidadãos

Hoje, primeiro dia do fórum, os participantes vão debater temas como "O município e o desenvolvimento económico e social", e tem como palestrante o presidente da quarta comissão da Assembleia Nacional, deputado Vigílio Tyova, "O papel dos municípios no desenvolvimento económico e social", que tem como prelector o ministro de Estado de desenvolvimento económico e social, Manuel Nunes Júnior, "O município e a arrecadação de receitas, experienciais e desafios", a ser apresentado pelo ministro das Finanças, Archer Mangureira, "Planeamento municipal e desenvolvimento local", que tem como palestrante o ministro da Economia e Planeamento, Pedro Luís da Fonseca.

Ainda para hoje está reservada a discussão de temas sobre "A municipalização do Serviços vantagem e riscos" a ser apresentado pelo professor universitário, Carlos Feijó, a "A municipalização dos serviços", pela docente universitária Elisa Rangel Nunes, a "Municipalização dos serviços da saúde, Experiências e Desafios", pela ministra da Saúde Sílvia Lutucuta, e "A municipalização dos serviços da educação-experiências e desafios", pela ministra da Educação, Maria Cândida Teixeira.

No segundo e último dia do fórum, os participantes vão discutir sobre a "A municipalização, simplificação e modernização dos serviços municipais", a "Municipalização da acção social e do combate à pobreza", pela ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Victória Conceição, o "Saneamento básico e municipalização - Que modelo", pela ministra do Ambiente, Paula Coelho, e a

"Simplificação, desburocratização e Eficiência - O papel das Tecnologias de Informação e Comunicação", pelo ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Carvalho da Rocha.

O fórum vai contar também com uma aula magna sobre "Autoridade, Moralização e Contrato Social". O Estado e o Cidadão", que tem como prelector o arcebispo do Lubango, Dom Gabriel Mbilingi.

## 5.12 “Reforma do Estado-um imperativo para um serviço de excelência ao cidadão”

*Jornal O País*

*15 De Novembro de 2017*

*Texto: Maria Custódia e José Dias*

Ao discursar na abertura do V Fórum dos municípios e cidades que encerra hoje, sob o tema. "Reformar o Estado para melhor servir o cidadão", Bornito de Sousa afirmou que a escolha deste lema não podia ser mais acertada.

É que, segundo o governante, a reforma do Estado será um dos principais domínios da acção do Executivo na presente legislatura. "Para que o cidadão seja mais ouvido, melhor servido, participe na governação e para que a boa governação seja entre nós mais do que um chavão e se assuma como a bússola orientadora da nossa acção quotidiana", sublinhou.

Lembrou, neste sentido, que o Programa de Governo do MPLA para o quinquénio 2017/2022 propõe, entre outros, a materialização dos objectivos nacionais e medidas de política que incluem a concretização da reforma e modernização do Estado, a reformulação do modelo de organização local do Estado, usando como critério de definição a criação dos serviços face às necessidades e potencialidades locais.

Prevê ainda, o mesmo programa, tornar a administração local do Estado e as autarquias locais, à medida que forem institucionalizadas, como unidades de prestação de serviço por excelência, transferindo para a responsabilidade das administrações municipais do Estado e das autarquias locais, no futuro, as principais tarefas no domínio da satisfação das necessidades colectivas essenciais.

Vai ainda implementar as tecnologias de informação e comunicação em todas as áreas da administração pública central e local, promovendo uma nova imagem da administração pública, elaborar, implementar e dotar de recursos adequados um programa de reforço das capacidades e competências humanas da

administração municipal do Estado e das autarquias locais.

"Os compromissos assumidos são para ser cumpridos na presente legislatura, aliás, os mesmos foram reafirmados pelo Presidente da República, João Lourenço, no seu discurso de investidura proferido no dia 26 de Setembro, quando referiu que prestaremos atenção à reforma do Estado de modo a permitir o desenvolvimento harmonioso e sustentável do território e das comunidades com a descentralização do poder, a implementação gradual das autarquias e a municipalização dos serviços em geral", acentuou.

Importância dos recursos humanos na municipalização e liderança pelo exemplo

"Precisamos de dotar os órgãos da administração local de meios institucionais, técnicos e humanos à altura dessa exigência. Para aí chegarmos, temos a obrigação de ser diligentes e persistentes ao promover a desconcentração e descentralização administrativas, tornando cada vez mais eficazes os mecanismos de coordenação, monitorização e avaliação dos programas de desenvolvimento local", assinalou ainda Bornito de Sousa.

Para si, a municipalização exige de todos uma nova postura, sob pena de não passar de mais uma boa intenção.

"Tal visão só será possível se formos capazes de garantir que nos municípios tenhamos mulheres e homens íntegros, honestos e capazes de assumir os desafios do presente. Se falharmos nos recursos humanos, falharemos nos nossos objectivos", alertou.

Para si, a municipalização, a transferência e a capacitação dos recursos humanos devem andar não somente juntas, mas inseparáveis, como dois irmãos siameses, mutuamente dependentes.

Acrescentou que o processo de municipalização deve exigir dos gestores municipais, capacidade de impor rigor e autoridade, não baseada nos pilares da prepotência ou da arrogância. "Ela deve ser resultado da qualidade do trabalho, da capacidade de envolver e informar os cidadãos sobre o que fazemos e, fundamentalmente, de uma conduta ética e moralmente repreensível. Só há boa governação se ela for eticamente correcta", rematou.

De acordo com Bornito de Sousa, é preciso compreender que quem administra não se pode guiar pela lógica do "faz o que eu digo e não o que eu faço".

"O gestor municipal que queremos para os novos desafios tem de compreender que a liderança e a autoridade resultarão da sua capacidade de liderar pelo

exemplo. Definitivamente, o que nós dizemos tem de estar alinhado com o que fazemos. O sucesso da municipalização passa pela existência de gestores municipais capazes de se colocar nos níveis mais altos no plano da ética e do patriotismo", sublinhou ainda.

Desconcentração administrativa em curso

Acrescentou o vice-presidente que municipalizar impõe também que a administração central e a administração provincial cedam espaço à administração municipal naquelas tarefas e funções de vocação comunitária e local.

"É ciente disso que o Executivo se prepara para executar um conjunto de medidas no domínio do reforço e desconcentração administrativa, e de uma maior articulação entre a administração central e a local, que preveem a transferência gradual de competências, de recursos financeiros e humanos para os municípios", detalhou.

O município e a arrecadação de receitas - Experiências e desafios. O ministro das Finanças, Archer Mangureira, apresentou no Fórum dos Municípios o programa a ser implementado a partir do próximo ano, referente à arrecadação de receitas no âmbito do modelo de municipalização.

Archer Mangureira assegurou que o modelo de municipalização acarreta objectivos técnicos e políticos, sublinhando que o modelo já está em curso na província de Luanda, como experiência piloto.

"A ideia é que esta experiência venha posteriormente a ser implementada em todo o país", frisou.

No âmbito dos objectivos políticos referiu que a municipalização vai viabilizar a proximidade de captação, permitindo que pro esta via as populações se mantem nos seus locais de origem e se implemente a municipalização como instrumento de gestão de proximidade, particularmente nos sectores do ensino e da saúde.

No quadro da vertente técnica, acrescentou que deverá ser feita uma cobrança adequada da receita para implementar os recursos financeiros para que se possa cobrir o nível de despesas, a arrecadação por via da Conta Única do Tesouro (CUT) ao nível provincial, e melhorar a estratégia de arrecadação das receitas locais, por via de um sistema que deverá funcionar sob gestão do Ministério do Território e Reforma do Estado.

"Mas a previsão dos serviços só é possível caso identifiquemos, de forma adequada, a fonte de financiamento. E a forma de financiamento passa por um sistema de cobrança de receitas que deverá ser

reflectida directamente na provisão de recursos para cobrir tais despesas", salientou ainda.

O responsável assegurou que todos esses objectivos concorrem para a manutenção das populações nos seus locais de origem, garantido que o processo está em fase final, no qual consta um sistema de prestação de contas, um modelo baseado na experiência de Cabo Verde.

Deste modo, referiu que os municípios poderão ter capacidade para desenvolver os seus próprios projectos. Será recomendável que se explorem as potencialidades dos municípios menores, não somente em termos de taxas e tarifas a serem adoptadas para os mesmos.

Já o ministro da Economia e do Planeamento, Pedra Luís da Fonseca, exortou as instituições a "pensar global, para agir local". No seu entender, o conhecimento de outros reflecte-se, visto que os países estão intrinsecamente ligados.

Disse ainda que o planeamento é o melhor modelo que aproxima os cidadãos e quanto mais próximo estiver dos agentes, maiores serão as suas incidências.

### 5.13 Descentralização facilita a afectação do dinheiro

*Jornal de Angola*

*15 De Novembro de 2017*

O registo "detalhado e oportuno" das receitas feito de forma descentralizada permite uma melhor afectação e disponibilização das mesmas (receitas) pelo Tesouro Nacional, defendeu ontem, em Luanda, o ministro das Finanças, Archer Mangureira.

Dissertando sobre "O município e a arrecadação de receitas z, Experiências e Desafios", no Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, que decorre até hoje, em Luanda, o ministro das Finanças disse que a instituição criou um grupo de Trabalho para elaborar um estudo pormenorizado sobre os mecanismos da arrecadação e gestão das receitas comunitárias. O grupo de trabalho deve estudar a forma como os órgãos locais e a Administração Geral Tributária (AGT) devem agir para uma eficiente arrecadação do Imposto Predial Urbano (IPU). O primeiro ensaio para a arrecadação do IPU a nível provincial pode acontecer nos primeiros seis meses do próximo ano, enquanto no segundo semestre de 2018 o processo vai de forma descentralizada ocorrer nos municípios, algumas comunas e distritos urbanos.

A receita arrecadada pelo município, explicou, deve ser posta ao serviço das necessidades do município. Acher

Mangueira apontou como exemplo, a atribuição de verbas para o financiamento de

programas municipais, no quadro do Plano de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza. Extrema.

O ministro das Finanças defendeu, igualmente, o reforço dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social, salientando que os mesmos devem enviar relatórios trimestrais de forma directa ao Vice-Presidente da República.

Para arrecadação de receitas. Nos municípios, o Ministério das Finanças tem definido objectivos técnicos, como a cobrança adequada da receita para incrementar os recursos financeiros das administrações locais, incluindo a harmonização dos Sistemas Integrado de Informação e Gestão da Administração do Território.

Manuela Gomes

#### 5.14 Gritos de socorro de administradores marcam fórum dos municípios

*Jornal O País*

*15 De Novembro de 2017*

*Texto: Alberto Bambi*

Alguns representantes de administrações municipais que participaram no certame cujo lema é "A vida faz-se nos municípios», manifestaram as suas preocupações face à falta de recursos técnicos e financeiros para dar cobro a situações por si classificadas de natureza pontual.

"Estamos todos preocupados com a diversificação da economia que passa também pela produção agrícola, mas há zonas com essas potencialidades que não têm acesso, como é o caso de áreas do município do Quela, na província de Malange, relatou Pedro Zenla, administrador daquela municipalidade de Angola.

O outro problema que o inquieta refere-se com o orçamento aprovado para os municípios que em seu entender dificilmente chegam à mesa das administrações locais.

"Os orçamentos são aprovados, mas é cabimentado apenas um quarto do valor", revelou o administrador do Quela, tendo-se interrogado, "assim, como é que o governo local pode resolver algumas situações?".

Por sua vez, Celeste Adolfo, que encabeçava a delegação do município do Andulo, província do Bié,

começou por solicitar a revisão dos planos de governação nacionais, por serem os que menos avançam, comparados com as planificações locais, conforme apontou a administradora.

"Havia um projecto de aquisição de meios para terraplanagens e, até hoje, nem sequer uma basculante tem para intervir nos trabalhos de recuperação das vias e ruas ou bairros.

E face à incapacidade da administração, nós, os administradores somos classificados como incompetentes", lamentou Celeste Adolfo, chamando atenção dos seus superiores hierárquicos para fazerem jus ao lema do Executivo, «Pensar global e agir local».

A requerida disponibilização de recursos financeiros e respectiva gestão, por parte das autoridades dos municípios, foi repetidas vezes reivindicada por outros intervenientes, que ora falavam da necessidade de se potenciar os serviços de educação, saúde, vias e meios de comunicação, ora se cingiam aos problemas da falta de energia eléctrica e água potável, bem como da urgência de efectivar certas acções sociais não menos importantes.

Soluções à vista

Em resposta às inquietações levantadas pelos administradores, o Secretário do Presidente da República para os Assuntos Sociais, Carlos Alberto Lopes, sugeriu que os regedores utilizem as suas competências numa visão metodológica para a resolução desses fenómenos.

Entretanto, adiantou que o Governo já possuía um plano para esse fim, e que portanto ficassem descansados porque as soluções estão a caminho.

Para sustentar tais alegações, o Secretário do estado para a Reforma do Estado, Márcio Daniel, assegurou que o referido plano do Governo encara o município como o centro do desenvolvimento.

"Vamos potenciar e responsabilizar o município para criar condições, recomendando que isso conste das leis, de modo que não nos limitemos em dar só competência, mas, sim, recursos", realçou Márcio Daniel.

## 5.15 Novo regime financeiro é urgente

*Jornal de Angola*

15 De Novembro de 2017

Texto: Adelina Inácio

O Vice-Presidente da República considera urgente a elaboração do novo regime financeiro local de suporte às autarquias locais. Bornito de Sousa, que falou na abertura do Fórum das Cidades e Municípios, lembrou que já foi apreciado um memorando sobre a desconcentração de arrecadação local de receitas e a sua afectação aos municípios.

Para o Vice-Presidente da República, o reforço da desconcentração administrativa e a municipalização

de serviços devem ser vistos como uma etapa que conduzirá à descentralização administrativa e à realização das primeiras eleições autárquicas no país.

Bornito de Sousa reafirmou que as autarquias locais devem ser implementadas ainda nesta legislatura. Para o Vice-Presidente da República todos os serviços básicos devem ser encaminhados para os municípios, por ser lá onde se deve ter os serviços de qualidade e ser capaz de responder aos desafios para reduzir as assimetrias regionais.

O Vice-Presidente da República falou do tema escolhido para esta edição "Reformar o Estado para melhor servir o cidadão;" e adiantou que esta reforma é tão urgente quanto necessária, para que o país tenha uma administração pública moderna, eficiente e participada.

Para que tal aconteça, Bornito de Sousa defende mais e melhor coordenação entre as administrações central e a administração local. A ideia é que o cidadão seja mais ouvido e servido e participe na governação. Na perspectiva do Vice-Presidente da República, a reforma do Estado é indispensável para

um serviço de excelência ao cidadão, por isso se deve dotar os órgãos da administração local de meios institucionais, técnicos e humanos à altura dessa exigência.

Para o êxito dessas acções, segundo Bornito de Sousa, deve-se promover a desconcentração e a descentralização administrativas, tomando cada vez mais eficazes os mecanismos de coordenação, monitorização e avaliação dos programas de desenvolvimento local.

Postura dos municípios

O Vice-Presidente da República reconheceu que a municipalização exige das autoridades uma nova postura "sob pena de não passar de mais uma boa vontade".

"Municipalizar significa encarar o município como a fonte do desenvolvimento nacional" , lembrou Bornito de Sousa, para quem os serviços públicos devem ser reestruturados. Isso, acrescentou, envolve mais competências, mais recursos financeiros e mais e melhores recursos humanos para os municípios.

Para o Vice-Presidente da República, a municipalizar impõe, também, que a administração central e a administração local do Estado cedam espaço à administração municipal.

Bornito de Sousa anunciou que o Executivo está a preparar-se para apreciar um conjunto de medidas no domínio do reforço da desconcentração administrativa e de uma maior articulação entre a administração central e a administração local. Estas medidas prevêm a transferência gradual de competências, recursos financeiros e recursos humanos para os municípios. O Vice-Presidente da República afirmou que a reforma do Estado começará com o reforço da desconcentração administrativa.

Inspecções sectoriais, Bornito de Sousa defende a reestruturação dos serviços de inspecção da administração do território e os serviços de inspecção sectoriais para que os mesmos tenham capacidade de acompanhar e orientar para uma acção correcta.

O Vice-Presidente da República entende que os serviços de inspecção desempenham um papel insubstituível no processo de municipalização de modo a prevenir que determinados erros sejam cometidos e a agir em conformidade em relação condutas lesivas ao interesse 'público.

O Vice-Presidente da República disse que muitos problemas que o país enfrenta no domínio da Saúde podem ser solucionados com a implementação de um modelo de municipalização dos serviços de saúde adequado à cada realidade. "Precisamos de fazer com que as unidades primárias de prestação de serviços de saúde sejam unidades de referência no sentido de que prestem ao cidadão um serviço humanizado e profissional e um serviço de qualidade", defendeu Bornito de Sousa.

O Vice - Presidente da República entende que, se a municipalização dos serviços de saúde for bem conduzida, o país vai dar um bom contributo para o resgate da confiança do cidadão nas instituições sanitárias. Bornito de Sousa defende que as mesmas medidas devem ser adaptadas no sector da Educação.

"Precisamos de identificar correctamente que tarefas devem ser municipalizadas, dotar os municípios de quadros competentes para as executar e assumir o compromisso de trabalhar para melhorar, em quantidade e em qualidade, a prestação de serviços de educação", disse.

O Vice-Presidente da República alertou que a municipalizar os serviços, transferir recursos financeiros, reforçar a desconcentração de competências, sem ter um plano municipal estruturado, pode levar a resultados desastrosos.

Por isso, defende que no município exista um plano municipal adequado à sua realidade, capaz de identificar, correctamente, as necessidades e potencialidades de cada região e definidor do cantinho a seguir.

## 5.16 Fórum dos Municípios encerra com maior aposta na descentralização do poder local

*Jornal O País*

*16 De Novembro de 2017*

*Texto: Neusa Filipe*

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida garantiu, ontem, em Luanda, uma maior aposta na descentralização administrativa e financeira dos órgãos locais, visando alargar as competências das organizações municipais, comunais e distritais, a fim de promover o desenvolvimento comunitário.

O ministro fez o pronunciamento durante o acto de encerramento da V edição do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, realizado na sala de conferências do Centro de Convenções de Talatona, em Luanda, sob o lema "Reformar o Estado para melhor servir o cidadão".

Na ocasião, o titular da pasta da Administração do Território e Reforma do Estado reiterou a implementação progressiva das autarquias locais no percurso do presente mandato, com o objectivo de reforçar e proporcionar a autonomia e o controlo local sobre a gestão de políticas públicas e de forma a evitar que os problemas das pessoas, das famílias, das comunidades e das empresas fiquem apenas à espera das decisões que são tomadas na capital do país.

O governante referiu que a aposta na descentralização administrativa e financeira dará início à desejada transferência de competências para os órgãos eleitos poderem estar mais próximos dos cidadãos, a fim de promover o desenvolvimento comunitário e local.

"O rumo está definido, cabe-nos arregaçar as mangas e pôr mãos à obra, com trabalho árduo, organizado e responsável. A V edição do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola foi um contributo valioso para a concretização das linhas orientadoras definidas por sua Excelência, o Presidente da República", disse.

O responsável informou que está prevista a realização do Conselho de Governação Local, órgão crucial criado pelo Presidente da República, através do qual o Presidente da República, os ministros e governadores das províncias apreciarão as questões mais relevantes da administração local.

Aos administradores, o ministro apelou à execução das suas funções com mais responsabilidade, autonomia e mais competência, dando garantias da criação de mais recursos e de um trabalho com mais responsabilização.

"Os desafios são enormes e as expectativas são muitas, mas a nossa determinação e vontade de enfrentar os enormes desafios são ainda maiores", concluiu, o ministro.

O fórum, que decorreu durante dois dias, teve como objectivo uma abordagem profunda em torno daquilo que é considerado um pressuposto fundamental para o desenvolvimento harmonioso do território. Um facto apresentado como um desafio do Executivo foi a reforma do Estado com vista à municipalização dos serviços públicos e à desconcentração e descentralização administrativas.

## 5.17 Autarquias condicionam retirada de Samakuva

*Jornal Liberdade*

*17 De Novembro de 2017*

A posição de uma corrente aparentemente majoritária da direcção da UNITA, é a de que a retirada de Isaiás Samakuva deverá ocorrer apenas depois das eleições autárquicas, caso as mesmas sejam, como se espera, marcadas para 2019,

Tal posição dos quadros da UNITA baseia-se no facto de que Isaiás Samakuva reúne boas condições para levar o partido até às eleições autárquicas e obter um bom resultado. Por outro lado, a abertura de um processo com vista a eleger uma nova liderança, desviaria atenções e recursos materiais que a UNITA deve concentrar na preparação das eleições autárquicas.

Quando revelou publicamente a intenção de se retirar, Samakuva precisou que o faria em 2018, o que acarretaria a convocação de um congresso

extraordinário, já que 2019 é o ano do congresso ordinário.

## 5.18 Descentralização e Quadros

*Novo Jornal*

*17 De Novembro de 2017*

*Texto: Ismael Mateus*

Realizou-se esta semana o Fórum dos Municípios e Cidades de Angola (FMCA) para preparar as condições da municipalização dos serviços públicos, para já como um processo de alargamento da desconcentração mas também como uma experiência piloto da descentralização-Portanto, temos de olhar para esse processo como a experiência piloto da descentralização e o primeiro exercício de transferência de competências e poderes para as autarquias.

Embora tenha sido um encontro de projecção do futuro, continuamos a pensar que falta ousadia e pragmatismo. Algumas das preleções conseguiram abordar concretamente o problema da municipalização mas, no geral, as comunicações abordaram questões genéricas e sem "atacar" os problemas concretos do dia-a-dia. Há questões concretas que se resumem ao fazer: quem faz o quê? Quem manda em quem? Quem assina? Quem é responsável por determinadas tarefas? Essa visão pragmática e terra-a-terra ficou por atender. Atendendo até aos prazos estabelecidos pelo plano intercalar do governo, o tempo é de pragmatismo e não de mais discursos de boas intenções e anúncios de planos. Agora, como órgão auxiliar do Presidente da República, o fórum tem de se apresentar como um espaço muito pragmático, sem espaço para conversa política e com temas muito concretos para debater. Aliás, o governador do Bengo fez uma proposta no sentido de serem, na próxima edição, os administradores municipais a apresentar temas em vez dos ministros.

É preciso, aqui também, começar a ver as políticas a partir do município e não dos gabinetes de Luanda. Cada município tem a sua realidade específica, e é preciso que as políticas sejam flexíveis e adaptáveis à realidade dos espaços onde as pessoas residem e não o contrário. Afinal, como lembra o ministro do MAT, o mais importante é resolver os problemas do povo.

Uma das falhas que mais notámos foi o facto de não ter existido um tema específico sobre recursos humanos, que é, como se sabe, o pilar, o alicerce, a estrutura de todo o processo de municipalização O governo tem de ter a perspectiva de que o factor homem é determinante em várias vertentes, seja na

qualidade dos administradores, no perfil dos quadros da administração local e nas diferentes políticas que devem ser criadas para que se atraíam quadros de qualidade para a administração local. Todos os temas apresentados abordaram a necessidade de recursos humanos, incluindo o vice-Presidente da República, que orientou para que o governo tenha capacidade para recrutar quadros qualificados para os municípios. No entanto, a política de quadros não foi devidamente discutida. Tudo, mas absolutamente tudo, depende da política de quadros, pelo que antes da municipalização o MAT tem de conceber o estatuto da carreira da administração local e a definição de todo o sistema de transferência, ingresso e promoção dos funcionários afectos à administração local. O primeiro elemento a decidir é, sem dúvidas, o recrutamento.

O plano estratégico de desconcentração precisa de apontar caminhos urgentes para a municipalização dos concursos públicos de ingresso. Se quisermos municipalizar o país, tem de ser cada município a determinar que técnico preciso, incluindo áreas como a educação, saúde, educação, acção social e cultura. De outro modo não conseguiremos. O modelo de recrutamento tem de ser profundamente desconcentrado. Em nosso entender, terá de existir uma entidade nacional (de preferência uma entidade de formação) que deve preparar as provas técnicas para categorias e realizar ao nível de cada município as provas de admissão. Ou seja, se Lumbala Nguimbo necessita de regentes agrícolas e de motoristas, deverá existir uma entidade nacional que prepara as provas, de modo a que os regentes agrícolas de todo o país tenham o mesmo exame.

Também é fundamental que existam bases de dados com os quadros. Administradores e técnicos que não estejam no activo e que tenham passado pela entidade de formação têm de estar disponíveis numa base de dados à qual obrigatoriamente os municípios e governos provinciais têm de recorrer para preencher vagas. Convém, por isso, pensar-se em termos de formação, numa reforma que ouse ao ponto de acabar com as várias entidades de formação e leve à criação de uma única escola de formação pública: A ENAD, IFAL e INFORFIP devem ser fundidos num só com a missão de formar os funcionários públicos nas diversas dimensões e prepará-los para os diferentes desafios da municipalização e autarquias. No plano técnico, essa responsabilidade de centralização tem de ser atribuída ao Cinfotec, com a responsabilidade de se municipalizar formando sapateiros, mecânicos, pedreiros, alfaiates e outras profissões. É preciso acabar com os centros de formação dos vários Ministérios e entrar no Cinfotec a ministração com qualidade de conteúdos técnicos que possam levar ao

aparecimento de serviços privados de qualidade e que os jovens se tornem empreendedores.

A dispersão da formação é prejudicial à qualidade e ao projecto de municipalização. Uma formação controlada de técnicos permite disseminar pelo país técnico de grande qualidade.

Outro elemento subjectivo é a autonomia dos administradores. Se vão ser reforçadas as competências dos administradores, é fundamental que o perfil, o salário e as condições de autonomia dos administradores sejam revistas.

Se a vida se faz nos municípios e as populações estão nos municípios, quem cuida delas não pode ganhar menos do que quem está nos gabinetes. Um exemplo sintomático da realidade actual é que um administrador ganha menos do que os técnicos da AGT e do que os directores de hospitais e escolas que ele supervisiona.

Se o Estado quer apostar na atracção ao município, tem de começar por valorizar os administradores, dar-lhes um estatuto, um salário e espaço protocolar condicente. Se o governador é equiparado a ministro, um administrador deve ser equiparado a secretário de estado. Um administrador de grandes municípios como Cazenga, Viana, Cacucos Lobito ou Lubango administra mais de um milhão de habitantes e não faz sentido que ganhe abaixo do técnico da AGT. É preciso também pensar nos administradores municipais como apêndices do poder político.

O cidadão tem de olhar para o seu administrador como alguém que se dedica aos seus problemas e não tem dependências directas de interesses partidários. Levanta-se uma vez mais a questão da relação entre os administradores municipais e a liderança dos comités municipais do MPLA. Para municipalizar, é fundamental acabar com a dependência partidária e o MPLA perceber que a gestão administrativa é diferente de trabalho político.

Esse é o exercício reformista que se pede. Que sejam nomeados administradores que não tenham essa dependências partidárias e, nos casos em que seja necessário, que os actuais passem a ser apenas líderes políticos municipais. Em resumo, se é para municipalizar, então façamos isso em grande. Municipalizemos de facto, a começar pelos recursos humanos.

## 5.19 Mais autonomia para os municípios

*Jornal Economia*

*17 De Novembro de 2017*

*Texto: André Sibi*

A introdução de novos paradigmas na definição das políticas de desenvolvimento o país passa por dar maior autonomia as administrações municipais, além da valorização da mão-de-obra nacional, posição defendida ao JE, por alguns participantes do Fórum.

Para a vice-presidente da Associação dos empresários da Huíla, Filomena Oliveira, o Estado deve formular políticas locais, com o auxílio de pessoas que vivem a realidade de cada município ou cidade,

A empresária não entende por que razão, o país continua a "importar" assessores para as diferentes instituições, quer públicas quer privadas, quando existem nas universidades, jovens angolanos formados nas diferentes especialidades e que podem dar o seu melhor, para o desenvolvimento económico.

Segundo defendeu, as políticas para o desenvolvimento de qualquer município não podem ser definidas por "alguém que não conhece a realidade local".

Para a empresária, o desenvolvimento dos 164 municípios do país deve ser pensado "por angolanos e para os angolanos".

Filomena Oliveira mostrou-se também agastada com o programa de prioridade no processo de reabilitação das estradas, quando segundo revelou, existem regiões que deviam ser priorizadas.

"Como se pode desenvolver os municípios quando, por exemplo, uma viagem do Lubango (Huíla) até ao município do Curoca (Cunene) dura aproximadamente uma semana? Mas, existem estradas asfaltadas para as fazendas de pessoas singulares na região".

Para ela, este é um dos "problemas" que deve ser resolvido, com a contribuição e intervenção das estruturas municipais.

Defendeu maior apoio à classe empresarial privada, cabendo ao Governo traçar estratégia para facilitar a execução das acções que facilitem o crescimento local.

"O Estado tem de criar políticas e condições para que o sector privado actue", revelou, depois de salientar que se deve apostar também na qualificação dos trabalhadores das administrações municipais.



Para dinamizar o crescimento económico dos municípios, a associação dos empresários da Huíla tem vindo a trabalhar na criação de cooperativas "polivalentes" e de créditos, para resolver os problemas locais.

"Estamos a criar condições para o surgimento de cooperativas polivalentes e de crédito, para que dentro de um espírito de solidariedade possam resolver os problemas dos munícipes, contribuindo assim para o aumento de postos de trabalho", anunciou.

O engenheiro Fernando Pacheco defende que se dê mais autoridade às estruturas municipais, bem como se desenvolvam linhas de trabalho baseadas nas condições concretas de cada região.

Informou que nos municípios predominam duas actividades económicas, nomeadamente a agricultura e o comércio. Ainda assim, Fernando Pacheco defende um investimento massivo nas capacidades técnicas.

Na sua visão, os municípios precisam de desenvolver acções concretas para que os recursos locais sirvam à comunidade.

"Esta medida vai garantir que os recursos que ficarem, possam ser utilizados para o desenvolvimento da região, numa espécie de reciclagem", explicou.

Garantir melhores serviços

Por sua vez, o director-geral da Development Workshop em Angola, Allan Cain, sublinhou que o desenvolvimento local passa pela melhoria do abastecimento de água potável, fornecimento de electricidade assim como o saneamento básico. Na opinião do nosso interlocutor, estas decisões serão mais eficazes a nível local.

"A aposta na municipalização dos serviços constitui o caminho para o progresso. Estamos certos de que se o Estado apostar nas autarquias, o país vai ganhar ainda mais", adiantou.

Precisou que é importante que os municípios não dependam unicamente do Orçamento Geral do Estado.

"As verbas adquiridas a nível local sirvam para o desenvolvimento destes municípios", alertou.

Em declarações ao JE, o coordenador residente das Nações Unidas em Angola, Pier Paolo Balladelli, acredita que a reforma do Estado e a municipalização dos serviços constitui o "pilar" para o desenvolvimento pois, a municipalização significa ir ao encontro das populações nas suas zonas de residência.

"Isto é positivo porque traz melhorias, introduz na vida económica dos municípios um novo fôlego. A municipalização permite criar postos de trabalho, melhoria na saúde, e educação", disse.

Para que o almejado desenvolvimento se efective, o também representante residente do PNUD destaca que é importante alocar mais dinheiro aos municípios.

"Não basta alocar as verbas aos municípios, é preciso também fiscalizar a sua execução", ressaltou.

Revelou que a municipalização dos serviços constitui o caminho por onde passaram países que "hoje superaram o subdesenvolvimento, como é o caso da Colômbia e o Brasil".

## 5.20 Municípios defendem alocação de recursos financeiros

*Jornal Expansão*

*17 De Novembro de 2017*

*Texto: Alexandre Lourenço*

As transferências de competências para as Administrações Municipais vão ser acompanhadas da alocação de recursos humanos e financeiros, com a alteração do actual regime local, sendo necessário, para a sua eficácia, que as administrações sejam mais rigorosas na cobrança de receitas. Isso mesmo foi referido, durante o V Fórum dos Municípios e Cidades de Angola (FMCA), que decorreu esta semana, em Luanda.

A tentativa de transferências dos recursos financeiros, começou em 2013, com o lançamento do programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à pobreza. O programa falhou devido a factores de vária ordem. Lançado em 2010, priorizava sectores como a saúde, a educação, a agricultura, energia e água, bem como a habitação e o comércio rural.

De acordo o membro da organização não-governamental OMUNGA, Paulo Samuel Bongue, o V Fórum dos Municípios e Cidades de Angola (FMCA) deu início à criação de condições para a realização das eleições autárquicas, que vão proporcionar o desenvolvimento do País.

O Ministro das Finanças, Archer Mangureira, que dissertou sobre "O município e a arrecadação de receitas-Experiências e Desafios", anunciou que foi criado um grupo de trabalho para elaborar um estudo pormenorizado sobre os mecanismos de arrecadação e gestão das receitas comunitárias.

Segundo o ministro, o grupo de trabalho deve estudar a forma como os órgãos locais e a Administração Geral Tributária (AGT) devem agir para uma eficiente arrecadação do Imposto Predial Urbano (IPU).

O ministro das Finanças defendeu, igualmente, o reforço dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social, salientando que devem enviar relatórios trimestrais de forma directa ao vice-Presidente da República.

Para arrecadação de receitas nos municípios, o Ministério das Finanças tem definido objectivos técnicos, como a cobrança adequada da receita para incrementar os recursos financeiros das administrações locais, incluindo a harmonização dos Sistemas Integrado de Informação e Gestão da Administração do Território.

## 5.21 Poder judicial angolana assolado pelo cancro da corrupção

*Jornal Manchete*

17 De Novembro de 2017

Texto: *Lídia Sebentina*

Autarquias à vista

As eleições autárquicas no país deverão ser realizadas durante este consulado governativo, de forma gradual, tal como frisou o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado.

Adão de Almeida que procedeu ao encerramento do Fórum, disse que já existem províncias modelo, nomeadamente, Luanda, Benguela e Huíla onde a primeira fase deste processo, considerado igualmente como "experiência piloto" vai ter o seu início.

O Fórum

O Fórum dos Municípios e Cidades de Luanda constitui um espaço de diálogo e debate entre o Executivo, os Órgãos da Administração Local e Agentes Privados do Mercado, tendo sido transformado durante a sua V Edição em Órgão Colegial do Presidente da República. De acordo com o governante, está para breve a realização da primeira reunião do Conselho de Administração Local. Disse, igualmente que a proposta do Diploma sobre desconcentração administrativa será discutida, em breve, no Conselho de Ministros.

## 5.22 Poder local vai ter competências antes das autárquicas

*Jornal Visão*

17 De Novembro de 2017

Texto: *Ngoma Pedro João*

A posição foi transmitida, em Luanda, na abertura da 5ª edição do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, que junta 500 participantes durante dois dias e que passou a ser um órgão auxiliar da Presidência da República.

Na sua intervenção, Bornito de Sousa enfatizou que "implementar gradualmente as autarquias locais é uma promessa eleitoral para cumprir" neste mandato, mas que para tal é fundamental levar "a sério o processo de desconcentração e a transferência de competências para os municípios", por serem "pressupostos essenciais para a criação das condições para a materialização das autarquias locais", nos actuais 164 municípios.

"Os departamentos ministeriais e os governos provinciais devem, neste quadro, evitar substituir-se aos municípios, privilegiando capacitá-los para melhor e mais eficazmente exercerem as suas atribuições", alertou o vice-Presidente da República.

Bornito de Sousa apontou como exemplo o modelo de municipalização dos serviços de saúde e educação, "para resolver os problemas" mais próximo dos cidadãos, transferindo para isso receitas e recursos humanos.

Contudo, disse, antes é necessário fazer planos municipais, "para não construir escolas onde não há crianças". Até à instituição das autarquias locais, o Governo central pretende avançar com a desconcentração de funções para as actuais administrações municipais, âmbito da Reforma do Estado a realizar ao longo da actual legislatura.

"É um imperativo para um serviço de excelência ao cidadão, impele-nos a olharmos para a administração local do Estado com outros olhos. Precisamos de dotar os órgãos da administração local dos meios institucionais, técnicos e humanos à altura dessa exigência. Para aí chegarmos, temos a obrigação de sermos diligentes e persistentes, ao promover a desconcentração e descentralização administrativas" disse Bornito de Sousa.

"A municipalização exige de nós uma nova postura, sob pena de não passar de mais uma boa vontade"; alertou ainda.

No processo de municipalização, o governante sublinha que se pretende passar a “encarar o município como a fonte do desenvolvimento nacional” com “novos paradigmas de estruturação dos serviços públicos”, e sobretudo com “mais competências, mais recursos financeiros e mais e melhores recursos humanos para os municípios”.

O vice-Presidente anunciou que o Governo “prepara-se para apreciar um conjunto de medidas no domínio do reforço da desconcentração administrativa e de uma maior articulação entre administração central e administração local” prevendo a “transferência gradual de competências, recursos financeiros e de recursos humanos para os municípios”, embora sem concretizar prazos.

O papel dos municípios no desenvolvimento económico e social, a arrecadação de receitas ao nível local, o planeamento municipal ou modelos de saneamento básico municipal são alguns dos temas em discussão neste fórum, até terça-feira, com intervenção de governantes, políticos e vários especialistas na matéria.

Na abertura do encontro, Bornito de Sousa enfatizou a necessidade da qualidade dos recursos humanos a alocar aos municípios: “O tempo de encarar a colocação de um quadro num município como despromoção ou menor consideração, acabou. O município tem de ser para os nossos melhores”.

Para o vice- Presidente da República, o processo de municipalização que agora se inicia “deve exigir dos gestores municipais capacidade de impor rigor e autoridade”, mas uma autoridade que “não se deve construir sobre os pilares da prepotência ou da arrogância”.

“Ela deve ser resultado da qualidade do trabalho, da capacidade de envolver e informar os cidadãos sobre o que fazemos e fundamentalmente de conduta ética e moralmente irrepreensível. Só há boa governação se ela for eticamente correcta”, apontou.

### 5.23 População defende maior organização das administrações tributárias locais

*Jornal Economia*

*17 De Novembro de 2017*

*Texto: Regina Handa e Vânia Inácio*

A fuga ao fisco pode ser apontada como a maior fonte de desestabilização da situação fiscal de um país, pois fomenta a desigualdade, levando a problemas económicos variados. Em Angola o combate a fuga ao

fisco é uma das prioridades do Executivo por se considerar de fundamental importância para o fomento da economia nacional.

Recentemente a administradora da Administração Geral Tributária (AGT), Conceição Matos, disse, em Luanda, num encontro com a Confederação Empresarial Angolana, que o desconhecimento da legislação tributária por parte dos empresários nacionais e tá a estimular a fuga ao fisco.

Segundo a gestora, a ausência de comunicação entre as empresas e a AOT provoca a inobservância dos códigos que regem administração tributária.

"A falta de comunicação gera um mau estar aos contribuintes, e que devido ao incumprimento ou desconhecimento das leis, sofrem penalizações desnecessárias", afirmou.

Segundo apurou o E, a AGT excluiu, recentemente, 174 empresas das 547 registadas da lista dos grandes contribuintes.

Na decisão, publicada num despacho executivo do Ministério das Finanças, são citadas

373 empresas públicas de grande dimensão, entre instituições financeiras e bancárias.

Nesta edição na rubrica a "Voz do cidadão" o JE constatou que os cidadãos angolanos apresentam opiniões convergentes sobre o tema em discussão e apontaram algumas soluções para o combate à fuga ao fisco.

Uma das soluções apontadas para mitigar o fenómeno, é que o Executivo deve procurar aumentar o nível de confiança da população às administrações públicas, por se considerar a razão porquê que "leva à fuga aos impostos sempre que possível".

### 5.24 Vice-PR garante eleições nesta legislatura

*Novo Jornal*

*17 De Novembro de 2017*

O vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, deu garantias de que as eleições autárquicas vão ser realizadas ainda ao longo desta legislatura.

Bornito de Sousa fez estas afirmações na terça-feira, 14, durante o quinto Fórum das Cidades e Municípios, que encerrou na quinta-feira, em Luanda, onde considerou urgente a reforma do Estado.

O governante diz ser necessário que se trabalhe para um novo regime financeiro local e para que as regras aprovadas sejam implementadas.

"O reforço da desconcentração administrativa e a municipalização dos serviços que fazemos referência devem ser vistos também como uma etapa do caminho que nos conduzirá à descentralização administrativa e à realização das primeiras eleições autárquicas no país durante a presente legislatura".

O vice-presidente da República reafirmou que a implementação será gradual e é "uma promessa eleitoral por cumprir. É pois fundamental que levemos a sério o processo de desconcentração e a transferência de competência para os municípios por se tratar de pressupostos essenciais para a criação das condições para a materialização das autarquias locais", disse Bornito de Sousa.

De acordo com o vice-Presidente, os municípios devem ser encarados como fonte do desenvolvimento do país. "A tal visão só será possível se formos suficientemente capazes de garantir que tenhamos nos municípios, mulheres e homens íntegros e honestos capazes de assumir os desafios do presente".

## 5.25 Coligação CASA-CE apoia as autárquicas

*Jornal de Angola*

*21 De Novembro de 2017*

O presidente da Coligação Ampla de Salvação de Angola (CASA-CE), Abel Chivukuvuku, garantiu ontem em Moçâmedes a contribuição do partido para a criação das autarquias no país.

O político, que falava à imprensa no quadro da sua visita de 72 horas à província, reconheceu que o processo vai permitir uma governação virada para o cidadão, e prometeu que a CASA-CE vai contribuir na discussão sobre o assunto, para que se encontrar o verdadeiro conceito de gradualíssimo na sua implementação.

Em relação à coligação, o político defendeu maior trabalho organizativo para o crescimento da organização partidária na província do Namibe. Abel Chivukuvuku disse que o trabalho de organização deve ser feito de forma permanente com os quadros e militantes da coligação e, para tal, há necessidade de haver respeito, debates e diálogo permanente com as comunidades.

Abel Chivukuvuku orientou na província o seminário de capacitação para os quadros da coligação provenientes dos cinco municípios, em marketing político e princípios básicos de liderança. Durante a sua estada no Namibe, Abel Chivukuvuku teve encontros com a população no Mercado "5 de Abril", Porto Pesqueiro e Mercado de Peixe, e procedeu à apresentação pública do deputado pelo círculo provincial do Namibe Sampaio Mucanda, saído das eleições gerais de 23 de Agosto.

A CASA-CE foi a segunda maior força política mais votada nas eleições gerais de 23 de Agosto último. A coligação, reforçada pelo Bloco Democrático e pelo PDP-ANA nas últimas eleições gerais, conseguiu eleger 16 deputados.

## 5.26 A centralização do poder é a fonte de desordem social

*Jornal Economia e Finanças*

*24 De Novembro de 2017*

*Texto: Agostinho Chitata*

A abordagem sobre as autarquias locais tem dominado ultimamente as discussões, principalmente na praça política e administrativa nacional. É um tema em que especialistas de vários ramos do saber debatem tendo ver qual é a melhor forma de se captar, gerir e distribuir as receitas que se produzem localmente, para melhorar servir os contribuintes.

São várias as soluções e caminhos apontados pelo nosso especialista nestas matérias e que os órgãos interessados podem tomar boa nota para a concretização das autarquias que é modelo de governação que o Executivo espera implementar no país nos próximos anos.

Enquadramento Jurídico da Autonomia local é a abordagem que traz a sua obra. O que reflete?

Primeiramente, a obra reflete de forma simples e clara as noções basilares dos princípios estruturantes da autonomia local, factores determinantes para o funcionamento e a organização das Autarquias locais. Por outro lado, a obra é uma análise e traz propostas objetivas sobre a implantação das Autarquias Locais em Angola, através de um olhar crítico sobre a situação actual dos municípios e sobre os diplomas legais adotados nos últimos 6 anos atinentes à divisão político-administrativa de Angola e os órgãos da administração local do Estado.

O que são Autarquias locais e quais as vantagens?

Autarquias Locais são pessoas públicas Locais (Municípios) que não dependem administrativa e financeiramente do Executivo, cujos órgãos locais - no caso o executivo Local e Assembleia Municipal - são democraticamente eleitos pelos munícipes e atendem, exclusivamente, os interesses do município de acordo com as necessidades locais.

O Executivo não tem o direito de orientar e definir as políticas locais mas exerce tão somente o direito de tutela administrativa ou da legalidade, quer dizer, verifica a legalidade da decisão tomada pelos órgãos autárquicos, mas não dispõe de nenhum poder para anular o acto se o fizer estará a violar o princípio da autonomia local. Entretanto, compete aos tribunais, competentes, se pronunciar sobre a legalidade ou a ilegalidade de decisão tomada pelos autarcas.

Quanto às vantagens das autarquias, são inúmeras. Para melhor perceber, apresento as desvantagens de um sistema desconcentrado e centralizado (onde não há autarquias locais).

A centralização do poder é fonte de desordem social, económica e mesmo política, pelo facto de tudo se decidir no centro sem considerar a heterogeneidade territorial, cultural e económica de cada localidade.

Estamos mais próximo da implementação do poder Local?

Mais próximos, estou extremamente céptico em relação à implantação das autarquias locais em Angola, embora o Executivo tem mostrado sinais nesse sentido através de discursos e declarações nos meios de comunicação social, nos quais os políticos, sobretudo o Presidente da República, têm destacado a imperiosidade de lutar contra as assimetrias regionais. Por agora, falta, tomar medidas concretas correspondente a autarquização efectiva dos Municípios e não ao reforço da desconcentração administrativa ou a desconcentração administrativa de grau máxima, pois qualquer medida nesse sentido seria um retrocesso por- que é necessário recordar que o processo de desconcentração administrativa começou, efectivamente, nos anos 80 com a adopção de Leis sobre os Órgãos Locais do Estado. Olhando para o número de municípios, distritos urbanos e com unas que temos, se tivéssemos apenas municípios teríamos, actualmente, 726 mesmo se eu estime serem poucos, porque temos municípios demasiadamente grandes é o caso de Viana, Cacuaco, Belas, Talatona e outros e alguns que estão a 400 quilómetros do município sede.

Até agora não percebo por que razão, Kilamba é um distrito urbano, tendo este características, condições técnicas, demográficas, infraestruturais e um potencial económico-financeiro para ser um município mas não

na qualidade de administração desconcentrada mas descentralizada administrativa e financeiramente. Para tal, o Administrador do Kilamba ao invés de ser nomeado pela Administração Central, devia ser eleito pelos cidadãos residentes e dispor de dinheiros próprios. Contudo, é necessário que os políticos percebam a necessidade de conceder aos municípios e por conseguinte aos munícipes a autonomia e a dignidade de que estes precisam porquanto, o jacobinismo é incompatível com a democracia e o desenvolvimento socioeconómico.

O que diz a nossa constituição a esse respeito?

A Lei Magna fez do poder local o epicentro da eficiência da prossecução do interesse público local, mas não prevê nenhum horizonte temporal para sua efectivação. Porém, deveria para evitar que os interesses políticos se sobreponham aos interesses da nação. Desse modo ponho o seguinte calendário, mas, a condição que se revise a Constituição. Impor a realização das eleições autárquicas dois anos após à realização das eleições gerais e os órgãos locais autárquicos teriam um mandato de 5 anos. Ou seja, tivemos eleições gerais em 2017, logo as eleições autárquicas teriam de se realizar em Setembro de 2019, em 2022 realizar-se-iam as próximas eleições gerais e em 2024 as autárquicas, assim sucessivamente.

E sobre às autarquias?

A meu ver, onde há poder local há, necessariamente, autarquias locais, logo, a resposta é a mesma. Tanto mais que o artigo 213º da CRA estabelece que Autarquias Locais é uma forma de poder Local.

Neste caso, a solução económica do país passa pela existência de Autarquias Locais?

O desenvolvimento económico do país depende também da efectivação das autarquias locais. A administração central não pode fazer tudo, pois deve transferir responsabilidades para outros entes, distintos do Estado-administração, para evitar o colapso económico. As Autarquias Locais, por vezes, estão mais capacitadas para criar condições locais, para atrair investimentos privados do que a administração central. O desenvolvimento económico das localidades depende de uma série de factores, designadamente, na esfera produtiva em matéria infraestrutural de transporte e de vias de comunicação, uma mão-de-obra localizada, atractividade do território (qualidade de vida, proximidade dos serviços públicos, actividades culturais etc.). Só os órgãos locais autónomos têm capacidade e condições administrativas para apostar no desenvolvimento dos sectores acima referidos.

Os políticos angolanos estão preparados para esse novo modo de governação?

Não sei, veremos quando termos autarquias locais, mas devem estar.

Mas, acha que já há condições técnicas e logística para implementar o poder local?

O poder local "latu sensu" não, mas às autarquias locais em determinados municípios sim. Trata-se das administrações municipais que possivelmente hão de se tornar as futuras câmaras municipais, nas quais, digamos, o presidente da autarquia substituíra o administrador municipal que deixará de existir. Mas estas condições já deveriam ter sido criadas.

A salda de uma administração centralizada para acolher um outro modelo é incontornável?

Indispensável pelos motivos evocados acima, para não ser repetitivo. Angola precisa, urgentemente, de um sistema de governação local descentralizado porque os municípios estão esterilizados, asfixiados e desprovidos de iniciativas próprias em termos e investimentos locais. Vejamos, as receitas arrecadadas a nível municipal. Não pertence às administrações municipais mas ao poder central, pelo intermédio do Ministério das Finanças e as delegações provinciais das Finanças que nem sempre transfere esse dinheiro para o município e quando transferem nem sempre corresponde ao valor solicitado pelas administrações municipais. Com as autarquias locais seria diferente.

O caso angolano em perspectivas, diz no livro, qual é o caso de Angola? O modelo centralizado emperrou o desenvolvimento?

Actualmente Angola é um Estado administrativamente hipercentralizado, tudo se decide a nível central, as receitas arrecadadas a nível local são todas transferidas numa conta controlada pelo Ministério das Finanças. Isso, na Conta Única do Tesouro (CUT), pelo que dificulta o cumprimento das tarefas locais incumbidas aos órgãos locais do Estado. Os órgãos locais do Estado não são autónomos e muito menos livres. Esta falta de liberdade emperra o desenvolvimento local e por conseguinte do País.

Temos gente preparada para dirigirem o poder local, numa perspectiva mais técnica do que política?

Temos sim. Deputados, governadores provinciais, membros efectivos das associações não-governamentais, administradores municipais, distritais, comunais, quadros dos ministérios, técnicos superiores e outros, todos podem se tornar quadros dos órgãos autárquicos ou mesmo autarcas numa perspectiva técnica.

Cita Alexis de Tocqueville, "A liberdade municipal é coisa rara e frágil". Como argumenta?

Alexis de Tocqueville foi um dos grandes defensores da liberdade dos municípios, pois as mulheres e os homens vivem no município. O município por ser um espaço de liberdade que está fora do alcance da administração central, sempre foi alvo de ataques por parte deste e sempre resistiu e continua a resistir a conceder a liberdade originária dos municípios.

Mesmo naqueles estados onde há autarquias locais, a autonomia local é limitada, sobretudo quando o município não é desenvolvido e depende essencialmente do apoio financeiro da administração jacobina. Contudo sem instituições municipais autónomas um Estado pode ter um Governo democraticamente eleito, mas está desprovido do espírito de liberdade, dizia Alexis de Tocqueville.

Acredita num desenvolvimento económico estrondoso com a descentralização do poder? A coabitação entre os dois poderes fragiliza a acção de um deles?

Acredito, mas não estrondoso. Haverá uma multiplicidade de oportunidades de investimento tanto a nível local como nacional e os actores locais terão a liberdade de poder negociar de forma independente com os investidores domésticos e internacionais.

No que concerne à possível coabitação pode sim fragilizar ambas as partes se o orçamento das autarquias locais depender de 60 a 70 por cento da perequação financeira, acabará por limitar a autonomia local. Por conseguinte, a liberdade de acção dos municípios. E, se o Estado transferir por excesso competências e atribuições às autarquias, estas sentir-se-ão asfixiadas se não tiverem receitas próprias suficientes para cumprirem com as tarefas legalmente estabelecidas. Em outras palavras, a coabitação é necessária porque ambos os poderes têm um fim único: a satisfação do interesse colectivo.

A efectivação de um novo modelo de governação local implica revisão da constituição?

Absolutamente. E eu defendo isso na minha obra. Vou citar apenas aquela que eu considero a reforma mais contundente para garantir o respeito pela autonomia local. O legislador constituinte deveria reformar o modo de eleição dos deputados. Actualmente, as eleições não são nominativas mas partidárias, logo o deputado é responsável diante do partido e não do povo, visto que este último não elege directamente o deputado mas o partido, sem saber de facto para que deputado o seu voto é dirigido. Sendo assim, aconselha-se a tornar visíveis os candidatos à AN, para

que se responsabilizem diante dos eleitores e tenham uma liberdade de acção individual mais próxima dos eleitores e independente dos partidos. O modo de eleição dos deputados assemelhar-se-ia ao sistema francês em que os deputados são eleitos em circunscrições eleitorais - voto uninominal de maioria a duas voltas.

## 5.27 Ministro quer gestão participativa

*Jornal de Angola*

*27 De Novembro de 2017*

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos sugeriu que os seus colaboradores sigam o método participativo de gestão. Francisco Queiroz, que falava sexta-feira, em Luanda, durante um encontro com os delegados provinciais do seu sector, defendeu que todos devem ser parte das decisões sobre a gestão dos assuntos ligados à justiça e aos direitos humanos.

"Deveremos explorar sinergias do trabalho em equipa, a interacção com os colegas e a partilha de conhecimentos, com o fim de encontrarmos as melhores soluções dos problemas e desafios", sustentou.

Francisco Queiroz acrescentou ainda que cada um, no seu posto, terá de sentir-se parte do todo. "Cada um deverá ter a oportunidade de contribuir para as decisões finais sobre questões desse departamento ministerial. Encorajo-vos assim a assumirem a importância dos vossos sectores de trabalho e fazer com que os vossos colaboradores se sintam motivados a participar activamente na equação e solução dos problemas e encontrar as respectivas soluções", disse.

O ministro sublinhou que ninguém deve sentir-se feliz de diagnosticar o problema e remetê-lo ao seu superior como se fosse um mero agente de remessa de problemas. "Só nos podemos sentir felizes se, além de diagnosticarmos o problema, encontrarmos as respectivas soluções, os meios para a sua execução e a viabilidade técnica dessa solução", defendeu o ministro, para quem "só assim estaremos a fazer jus às nossas capacidades e a dar sentido ao trabalho de equipa".

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos defendeu que os seus colaboradores sejam um exemplo de disciplina e de profissionalismo. "A motivação para o trabalho com esse sentido de equipa deve ser seguido com o vosso exemplo de disciplina, dedicação e de profissionalismo. A vossa liderança deve ser exemplo para os colegas, assim como a necessidade de pontualidade e assiduidade, dando exemplo aos seus subordinados", referiu.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Executivo vai reduzir o défice habitacional

*Jornal de Angola*  
01 De Novembro de 2017  
Texto: Yara Simão

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, garantiu ontem, em Luanda, que o Executivo está a implementar projectos habitacionais por meio de loteamentos em regime de parceria público-privada para reduzir o défice habitacional.

Ana Paula de Carvalho, que esteve na Centralidade do Sequele, nas comemorações do Dia Mundial das Cidades, acrescentou que os projectos habitacionais vão incluir espaços para equipamentos de educação, saúde e outros serviços sociais, baseando-se em modelos de casas com padrão económico pré-definido, em regime de custos controlados.

Com o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, segundo a ministra, o governo está a mobilizar e a fazer intervir as instituições públicas e os agentes privados, bem como a sociedade em geral, no sentido da participação activa e sustentada na materialização das políticas e estratégias públicas nos domínios de ordenamento do território, urbanismo e habitação.

Um dos objectivos principais, continuou Ana Paula de Carvalho, é a elaboração de instrumentos de ordenamento do território, com especial incidência a nível municipal. "Estamos a falar de Planos Directores Municipais, Planos Urbanísticos, Planos de Pormenor e dos Planos de Ordenamento Rural, sempre acompanhado dos planos sectoriais ou planos especiais. Por isso, a urbanização não pode ser sinónimo de degradação, mas sim uma forma de criar empregos, reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida da população".

Reconheceu as contribuições das administrações e de outros actores, porque, no seu entender, as transformações urbanas requerem vontade política e capacidade de coordenar muitos actores e partes interessadas. "Os administradores dão voz à população e desempenham um papel central na construção de cidades", disse.

### 6.2 Interior nega acusações de apropriação de casas

*Jornal de Angola*  
01 De Novembro de 2017

O Ministério do Interior rejeita, em comunicado, as declarações de uma cidadã postas a circular nas redes sociais acusando este departamento do Governo de se ter apropriado das habitações de um projecto da imobiliária Jefran já pagas por terceiros para acomodar os seus quadros.

No documento, assinado pelo seu porta-voz, subcomissário Simão Milagres, o Ministério do Interior refere que foi com profunda tristeza que tomou conhecimento, via redes sociais, das declarações proferidas por uma cidadã de 40 anos que alega ter celebrado um contrato de compra e venda de um imóvel habitacional nas condições de renda resolúvel com a imobiliária Jefran e que até agora não recebeu a casa porque o Ministério do Interior adquiriu todas as habitações do projecto.

A cidadã acusa o ministro do Interior de ter comprado as casas do projecto na vila Jericó para acomodar os funcionários do órgão que dirige, mesmo sabendo que essas habitações já tinham sido vendidas a terceiros. o quadro da política social para a melhoria das condições habitacionais do efectivo, o documento esclarece que a Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior e a Imobiliária Jefran estabeleceram um contrato para a construção de 60 moradias no bairro Benfica, município de Talatona, em Fevereiro de 2014.

Em Maio de 2016 foi celebrado um outro contrato com a mesma imobiliária para a construção de 1.200 habitações no projecto que se veio a denominar Jericó e que até agora foram entregues ao Ministério do Interior apenas 43 moradias.

O documento lembra que a cidadã em causa celebrou um negócio jurídico com a Jefran e não com o Ministério do Interior. "Aqui chegados, facilmente se pode perceber que não existiu má-fé por parte do Ministério do Interior, que também actuou na qualidade de cliente da Jefran e aguarda pela conclusão das restantes habitações", lê-se no documento.

A concluir, o Ministério do Interior aconselha a reclamante a exigir junto da imobiliária Jefran o cumprimento da obrigação ou, em última instância, recorrer à justiça para salvaguarda dos seus direitos.



### 6.3 MININT esclarece compra de casa à Jefran

*Jornal O País*

01 De Novembro de 2017

O Ministério do Interior (MININT) esclareceu ontem, num comunicado de imprensa, que não adquiriu à imobiliária Jefran nenhuma residência para os seus funcionários que já tinham sido vendidas a terceiros, sob tenda resolúvel, na vila Jericó, em Luanda. Este comunicado surge em resposta a uma cidadã que acusa, numa nota divulgada nas redes sociais, a direcção desta instituição de ter adquirido diversas residências erguidas com dinheiro que diversos cidadãos foram depositando aos cofres da referida imobiliária há vários anos, na condição de compradores.

Diz que no quadro da política social para a melhoria das condições habitacionais do efectivo, a Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior celebrou, em Fevereiro de 2014, um contrato com a Jefran para a construção de 60 moradias no bairro Benfica, Município do Talatona. Com base nos resultados alcançados "em Maio de 2016, foi celebrado um outro contrato para a construção de 1.200 habitações em projecto que veio a ser denominar Jericó e que até a presente data, foram entregues somente 43 moradias".

Razão pela qual, sublinha que não existiu má fé por parte de sua parte e que actuou também na qualidade de cliente e aguarda pela conclusão das restantes habitações.

"É importante lembrar, que a Cidadã em causa, celebrou este negócio jurídico com a imobiliária Jefran, e não com o Ministério do Interior que nada tem a ver com esta situação. Por esta razão, o Ministério do Interior aconselha à reclamante que solicite junto à imobiliária Jefran, sobre o cumprimento da obrigação, e em última instância aos órgãos de justiça para salvaguarda dos seus direitos", diz o documento a que O PAÍS teve acesso.

No texto, a cidadã de 40 anos, alega ter celebrado um contrato de compra e venda de um imóvel habitacional sob condições de renda resolúvel com a imobiliária Jefran e que, ela e os demais clientes, não receberam até ao presente pelo facto de o Ministério do Interior ter adquirido habitações no referido projecto.

Acusa ainda o ministro do Interior, Ângelo da Veiga Tavares, de as ter comprado mesmo sabendo que as mesmas casas já haviam sido vendidas a terceiros, de entre estes, a da suposta cidadã, sob renda resolúvel na vila Jericó.

### 6.4 Água ameaça «destruir» prédio Gutemberg

*Novo Jornal*

03 De Novembro de 2017

*Texto: António Paulo*

Moradores do edifício Gutemberg, também conhecido por Prédio 3, localizado no distrito urbano da Maianga, em Luanda, temem pelo seu desabamento devido à quantidade de água na cave, enchente que ameaça inundar o prédio. Mais de 26 famílias já abandonaram o edifício, que estremece periodicamente. O último incidente foi há um mês.

Há mais de cinco anos que as águas residuais do edifício Gutemberg não escoam para fora, acumula-se toda dentro da cave do imóvel, o que leva os moradores a deixar os domicílios, uma vez que o nível já ameaça a atingir o primeiro piso.

As águas, que exalam mau odor, já são do conhecimento da administração, que recentemente visitou o local e providenciou uma pequena motobomba para acudir o sofrimento das mais de 100 famílias que habitam nos 60 apartamentos do edifício com mais de 40 anos de existência, localizado na avenida Comandante Gika, frontalmente à Clínica Girassol.

O coordenador da comissão de moradores do prédio, Quintas Cayongo, disse que a situação é "muito preocupante". "É uma situação que não pode durar mais muito tempo, o prédio já teve tremuras, tem rachas. Se isso continuar assim, corre o risco de desabar, mais de 100 famílias poderão falecer e as autoridades só virão oferecer os caixões", desabafou.

No mês passado, segundo o morador, o edifício tremeu, o que obrigou uma equipa da administração da Maianga, acompanhada de engenheiros, a deslocar-se ao local para avaliar a situação. "Mas eles não fizeram nada, apenas viram e nada mais disseram. A administração deixou uma pequena motobomba para puxarmos a água, mas já nem aguenta, de tanta enchente na cave", reclamou o representante dos moradores.

Os moradores pedem mesmo a comparência do governador da província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, para constatar in loco o sofrimento que os assola. "Queremos que [o governador] venha aqui e fique pelo menos cinco minutos, é o suficiente para ele ver se realmente dá para nós vivermos nestas condições. Não apanhamos sono por causa dos mosquitos e do mau cheiro", queixou-se Quintas Cayongo.

Em tempos recentes, de acordo com a fonte, para aliviar a situação, os moradores viam-se obrigados a contribuir valores monetários para a retirada da água na cave, por via de camiões-cisterna, porém, depois de várias tentativas, não obtiveram sucesso.

"Alugávamos carros para puxar a água, pagávamos 26 mil Kwanzas por cada um. Já chegámos a desembolsar mais de 400 mil Kwanzas em mais 20 carros e ainda assim resultou em nada. O colector principal está danificado e a água não sai do prédio, até a do edifício ao lado também vem para a nossa cave devido à rotura na tubagem principal", aclarou o morador.

Por causa das inundações, mais de 26 famílias tiveram de abandonar as suas moradias na cave. Um dos desalojados é Júnior Fernandes, de 29 anos de idade, que teve de ser abrigado por vizinhos do prédio, segundo contou à nossa reportagem. "Estou aqui há 15 anos. Morava na cave, onde havia 26 quartos, o meu era o terceiro e vivia lá com a família. Infelizmente, a cave inundou depois de muito lutarmos para a água não nos desabrigar. Hoje, vivo separado da minha família, que está em Cacuiaco em casa de parentes e eu fui acolhido temporariamente por amigos vizinhos", pomenorizou o lesado.

O cidadão, que abandonou a sua moradia há quase três anos, conta ao Novo Jornal alguns momentos dramáticos vividos por si na cave. "Dormíamos em cima da água, os colchões molhavam. Ainda tenho esperança de voltar lá, porque já não tenho outro sítio para morar e os empregos também estão difíceis", lamentou o jovem que diz sobreviver de biscates.

Segundo informações colhidas no local, o paludismo, devido aos mosquitos e ao mau cheiro, está a fazer com que muitos moradores comecem a abandonar o edifício para se abrigarem em casa de familiares próximos. Conta-se que o prédio já estremeceu por três vezes, sendo primeira vez em 2002, a segunda em 2004 e a última há cerca um mês.

## 6.5 Crescimento Urbano Requer Políticas Inovadoras

*Jornal Expansão*  
03 De Novembro de 2017

No quadro do Programa nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH) estão a ser implementados projectos em regime de parcerias público-privadas, incluindo espaços para equipamentos sociais e de serviços, baseados em modelos de casas com padrão económico pré-definidos e a realização em regime de custos controlados.

Segundo a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, que discursava na passada terça-feira, em Luanda, num workshop sob a governação inovadora, cidades abertas, a urbanização não pode ser "sinónimo" de degradação, mas sim uma forma de criar empregos, reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida das populações.

Destacou que a nova agenda urbana é responsável pelo estabelecimento dos marcos das políticas que irão orientar a governação das cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

"A nova agenda urbana contribui para a implementação local da agenda 2030, para o alcance do desenvolvimento sustentável de maneira integrada, e para a prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas, realçando o ODS 11, de formas a tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis", disse.

### Projectos em curso

Segundo afirmou, com o Pnuh o Governo está a mobilizar e fazer intervir as instituições públicas e os agentes privados afins, bem como a sociedade em geral, no sentido da participação activa e sustentada, na materialização das políticas e estratégias públicas, nos domínios do ordenamento do território, urbanismo e habitação, para contribuírem no esforço de redução gradual do enorme défice habitacional, almejando a justiça social e bem-estar dos angolanos.

No quadro das jornadas "Outubro Urbano", em alusão ao 31 de Outubro, dia mundial das cidades, a ministra anunciou que até 2050, a população urbana mundial quase duplicará e a urbanização será uma das mais transformadoras tendências do século XXI.

"Num mundo onde mais de metade da população mundial já vive em áreas urbanas, o futuro da humanidade é claramente um futuro urbano", revelou.

### Efeméride

O dia mundial das cidades foi celebrado pela primeira vez em Xangai, na China, em 31 de Outubro de 2014, sob o lema "liderando as transformações urbanas".

O tema geral do dia mundial das cidades é "Cidades melhor, vida melhor", e em cada ano é celebrado um sub-tema diferente, quer para promover os sucessos em termos de urbanização, ou para enfrentar desafios específicos resultantes da urbanização.

No ano passado, as Nações Unidas escolheram o tema "Cidades Inclusivas, desenvolvimento compartilhado", para destacar o papel da urbanização

como fonte de desenvolvimento global e inclusão social.

## 6.6 Escassez de materiais de construção

*Jornal de Angola*

*01 De Novembro de 2017*

*Texto: Venâncio Victor*

A província de Malanje regista, nos últimos dias, uma escassez dos principais materiais de construção, facto que tem preocupado os empreiteiros e demais cidadãos que querem ver realizado o sonho da casa própria.

Os principais estabelecimentos de materiais de construção na cidade de Malanje, como constatou a reportagem do Jornal de Angola vão encerrar as portas a qualquer momento, porque como dizem "ninguém do Governo Provincial de Malanje dá uma explicação, do que se está a passar de concreto."

O munícipe João Manuel, vende cimento há dois anos no bairro da Cangambo, disse que a dada altura o saco de cimento, em Malanje, chegou a ser vendido ao preço de três mil e agora está a ser comercializado a um valor acima deste preço, o que é uma especulação.

Com a subida dos preços, o número de clientes baixou consideravelmente, pois antes vendia-se a 250 sacos de cimento por dia, hoje a cifra tem sido 50.

João Manuel, António Domingos, outro revendedor de cimento, disse que a situação está grave e apela ao Governo para instruir as fábricas para reforçarem a produção.

"Queremos que, relativamente ao cimento, o Executivo faça descer o preço, porque existem obras em construção e não temos como dar acabamento em função da indisponibilidade financeira afirmou. As obras de várias residências, disse, estão paralisadas há dois anos, devido ao elevado preço do cimento. Caso o preço do cimento reduza, as pessoas vão conseguir materializar o sonho da casa própria.

A chapa de zinco de três metros, que era adquirida a 700 Kwanzas, contra os actuais 1.700 está, também, a atrapalhar a construção de casas próprias em vários municípios da província de Malanje. Já as vermelhas, com seis metros, subiram de dois mil Kwanzas para 5.500, o que não se compreende.

Há uma necessidade da fiscalização fazer bem o seu trabalho penalizar os que sobem os preços dos materiais de construção de qualquer forma, como tem

acontecido na Província de Malanje e noutras localidades, disse António Domingos.

Ele tem esperança, confia no Executivo e no Governo Provincial de Malanje, assim como acredita que a situação vai voltar ao normal nos próximos anos. "O que me entristeceu foi ter lido e ouvido do que a Fábrica de Cimento do Cuanza-Sul encerrou e deixa desempregados mais de mil trabalhadores", disse com uma certa tristeza, António Domingos.

O projectista Mário Moisés afirmou que os preços dos materiais continuam estáveis, mas o grande problema reside na procura que se faz sentir devido à falta de alguns, principalmente os de automatização de portões.

Está a ser mais fácil encontrar materiais como cimento, tintas, chapas de zinco, ferros, cantoneiras e estruturas para pilares. Devido à gritante falta deste, materiais, tem-se registado uma ligeira discrepância na tabela de preços praticados nos estabelecimentos comerciais.

Mário Moisés relacionou a escassez dos materiais à inexistência de indústrias nacionais vocacionadas à produção dos mesmos.

No seu entender, as dificuldades nas relações cambiais têm contribuído também para as oscilações de preços. Esta situação, frisou, só pode ser minimizada caso estejam estabilizadas as políticas de importação e exportação.

"Não obstante os preços, há materiais que registam uma grande procura no mercado local, por exemplo os materiais para automatização de portões verticais, de Malanje não existem em nenhuma loja. Os preços mantêm-se estáveis, porque a taxa cambial, nos últimos seis a oito meses, quase se estabilizou comparativamente aos últimos dois anos", acrescentou.

Mário Moisés disse que, enquanto os preços dos principais materiais de construção registarem uma tendência de subida, a procura vai ser também cada vez maior.

O projectista lamentou também o facto de haver vendedores oportunistas, que se limitam a comercializar apenas aquilo que é mais absorvido nas suas lojas. Por isso, defendeu a necessidade de mais fornecedores de equipamento de construção civil. Aos empresários, apelou, para terem mais coragem e para investirem neste sector, sobretudo os armadores e latifundiários.

Subida devido a crise

O agente económico João Domingos António disse que os preços dos materiais de construção registam uma ligeira subida desde que começou a vigorar a crise.

Explicou ainda que, anteriormente, os preços eram acessíveis, porém a caixa de azulejo com sete peças que era vendida a 1.800 Kwanzas, agora com a subida dos preços, é vendida a 3.500, já a d mosaico grande, com quatro peças, que antes era 2.500, passou para 4.500. O balde de tinta que era comercializado a preço de 3.500 registrou um aumento para quatro mil Kwanzas. Uma folha de chapa de zinco de seis metros que era vendida a 2.800 custa agora 5.500 na sua loja. João António disse que os preços são altos devido aos custos na importação dos meios.

## 6.7 A necessidade de uma política habitacional credível

*Jornal A Republica*

*3 De Novembro de 2017*

*Texto: Malumbo Katambi*

Num quadro sombrio e muito preocupante, têm estado os cidadãos angolanos, principalmente, para conseguirem encontrar uma resistência para viverem em união com a família. Muitos, depois de casados, não conseguem arranjar uma casa em condições, para poder desfrutar desta existência física que a vida oferece.

Não há, neste país, uma política habitacional credível que possa encher de satisfação os corações de todos quanto estão interessados em ter um tecto para aí se abrigar.

No tempo colonial, através da câmara municipal de Luanda, os colonizadores urbanizavam algumas áreas, onde eram levados determinados cidadãos, depois de terem cumprido com alguns requisitos documentais que lhes eram exigidos pelo regime vigente, na então província ou estado de Angola. A discriminação social era feita, através de pequenas promoções, fundamentalmente, quando alguém ascendesse a algum posto, categoria, ou ganhasse um prémio de lotaria ou de totobola. Quer dizer, embora com alguns soluços, iam fazendo alguns bairros de reordenamento, diziam eles, no sentido de atenderem algumas preocupações dos cidadãos. As políticas funcionavam de forma paulatina e visível, levando sempre algum tempo. Geralmente, os colonizadores só se preocupavam sobre o assunto, quando tudo estivesse pronto ou resolvido. Procuravam fazer alguma coisa, sem estarem a alimentar promessas que não fossem cumpridas, posteriormente, embora havendo repressão, havia uma certa credibilidade no que eles iam fazendo.

Hoje, depois de termos atingido a paz, continuamos a assistir imensas dificuldades em conseguir uma moradia para viver. O ambiente continua inóspito por falta de uma política séria de habitabilidade, que possa dar ao cidadão, a possibilidade de, em área urbanizacional, construir uma resistência para reunir a família. Esta situação, completamente precária, tem feito com que muitos cidadãos construam, em zonas descampadas e nas periferias das cidades, vilas e aldeias sendo, às vezes, áreas proibidas para construções de moradias ou residência. Nos locais, às vezes, não há quaisquer sinais ou reclames de proibição, informando, convenientemente as populações ou gente, que poderá ser daquela de terra. Por mal dos pecados, depois de lá construírem e que aparece o órgão afecto ao Governo, dizendo que a área não é para construção e, começa, logo, a demolir as residências, que são erguidas com grande esforço económico ou financeiro. Para a construção de uma residência é preciso fazer das «tripas coração»:

É preciso amarrar a barriga para receber pouca comida senão a casa nunca mais fica concluída.

Tudo isso passa por uma situação calculista para que o objectivo seja alcançado.

Entretanto, hoje, uma política habitacional credível passa, necessariamente, pelo apoio a todas as forças vivas do país, que estão interessados em contribuir na construção, na urbanização e na pavimentação das ruas e estradas. O Governo não pode fazer tudo sozinho, por falta de capacidade de intervenção para a realização deste grande projecto ligado ao desenvolvimento socio-económico para o crescimento do país. A participação das outras forças vivas ligadas à área da construção, da urbanização e do ambiente dão imagens mais agradáveis e salutaras, fazendo com que a presença de todas as estruturas e infra-estruturas criadas sejam mais eficazes, tendo em atenção as competências e idoneidade na realização das tarefas que lhes foram ou são incumbidas.

É preciso apostar no empresariado nacional, dando-lhes respectivos créditos sociais e financeiros para que eles possam trabalhar em prol do desenvolvimento do país. É necessário valorizá-los, apostando neles eficientemente e sem receios, para que haja casas, estradas e bom ambiente para que possam viver sem aflições e preocupações profundo, afectando a vida e almas dos cidadãos. É preciso olhar mais para os nossos empresários, criando atitudes dignas e vantajosas, de modo que eles possam trabalhar dignamente no desenvolvimento e melhoramento da vida das populações e quantos estão desejosos em viver nesta sociedade.

Em África, alguns países vão apresentando uma imagem atractiva, devido aos investimentos que têm estado a fazer com muita frequência e regularidade, apostando na prata da casa primordialmente, sem descorar as entidades ou empresas estrangeiras vocacionadas nos domínios da urbanização e do melhoramento do meio ambiente.

Temos os exemplos da África do Sul, do Zimbábwe, da Nigéria, da Líbia, do Marrocos, etc, são países que não ficam a dever outros países, tendo sido construídos em função das suas realidades concretas. Este exemplo maravilhoso deve ser seguido por Angola, para que num futuro breve os angolanos possam ter casas confortáveis de habitabilidade reconhecível que possam hospedar todos quanto estão interessados em permanecer ou efectuar actividades turísticas no país. Devem ser criadas condições de competitividade.

## 6.8 Impunidade no Ministério da Construção

*Jornal Manchete*

*03 De Novembro de 2017*

*Texto: Paulo César*

O governante fez esta denúncia numa entrevista à Rádio Nacional de Angola, quando manifestava o seu "profundo" descontentamento com a situação de um hospital cujas obras terminaram há dois anos e no momento se encontra a degradar-se por não ter iniciado as suas actividades por falta de equipamento a que chamou a responsabilidade ao ministério da saúde.

Boavida Neto disse ser com tristeza que regista na província que dirige o péssimo estado das estradas, sendo que muitas delas foram adjudicadas para reparação há mais de 12 anos.

"Estas estradas são de há 14 ou 12 anos, todos os ministros já passaram por aqui, o camarada Higino Carneiro, o ministro Waldemar Pires Alexandre, o ministro Artur Carlos Fortunato, passaram e tinham conhecimento da situação", disse o governante.

Mais de 38 biliões de kwanzas em obras sem fim

No ano passado o governador do Bié havia anunciado a reabilitação de mais de 400 quilómetros de estradas que se encontravam degradadas.

O governante, que falava no acto de abertura da XI reunião técnica com os administradores municipais, reconheceu haver vias em estado avançado de degradação, tendo tranquilizado a população a manter-

se calma porque o governo pretende recuperar mil e 200 quilómetros de estrada até o final do ano.

Álvaro Manuel de Boavida Neto anunciara ainda a recuperação de 52 quilómetros na estrada nacional EN- 141, que liga as regiões do Andulo à vila de Cassumbe, reabilitação e pavimentação da estrada EZ-143 do percurso entre a sede do município de Nhârea a comuna da Gamba, numa extensão de 43 quilómetros.

O referido projecto, aferira, vão entre um a dois anos, desde a data da consignação, 22 de Outubro de 2014, realçando que estão envolvidas as empresas de construção civil Emosul, Engevia Lda, entre outras, num investimento de 38 biliões, 19 milhões 999 mil 895 Kwanzas. Entretanto muitos destes troços continuam por se concluir sem nenhuma explicação.

O governador da Província do Bie, Álvaro Boavida Neto, havia reagido a informações segundo as quais a Estrada KuitolKunje é oficialmente era dada como já tendo sido construída e provavelmente o pagamento para o projecto já foi feito.

Na realidade, dizia o governador, "nada foi feito", o que depreendia que alguém havia se beneficiado indevidamente do valor da obra.

Troço Maria Teresa/Zenza do Itombe/Dondo já consumiu 16 mil milhões de kwanzas em reabilitação.

Os 62 quilómetros do troço rodoviário Maria Teresa/Zenze Itombel Dondo, na província do Cuanza Norte, estão desde Abril de 2015 à beneficiar de reparação do seu tapete asfáltico, tendo em conta a sua degradação, numa iniciativa do Instituto de Estradas de Angola (INEA).

Entretanto passando cerca de dois anos os trabalhos estão longe do fim.

Os trabalhos consistem na colocação de novo asfalto, visando melhorar a circulação automóvel e atenuar as frequentes situações de acidentes.

O ano passado a agência Lusa, havia informado que o governo de Angola investiria mil milhões de Euros para a reabilitação de 17 estradas incluindo o Troço Maria Teresa/Zenza do Itombe Dondo.

A informação consta de um documento governamental a que a Lusa teve acesso, em que o Presidente angolano autoriza o Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial a incluir estas obras no Programa de Investimentos Públicos (PIP) já de 2016. Foi ainda aprovada a abertura de um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral do Estado, (OGE), no valor de 26,1

mil milhões de kwanzas (142,2 milhões de euros), "correspondente a 15% do valor dos contratos de empreitada dos projectos" enumerado.

A informação segundo a Lusa em referência ao documento oficial, a intervenção mais avultada deste pacote será a reabilitação da Estrada Nacional 321, uma das saídas de Luanda para o interior, que no troço entre Maria Teresa e o Dondo vai custar mais de 16 mil milhões de kwanzas (87,2 milhões de euros).

No total, estas 17 obras e projectos ascendem a 174 mil milhões de kwanzas (948 milhões de euros), e serão realizadas por empresas chinesas, ao abrigo da Linha de Crédito da China (LCC), já a partir deste ano.

## 6.9 As makas do Nova Vida

*Jornal O País*

*5 De Novembro de 2017*

Prezado director do jornal O PAÍS, escrevo esta carta na esperança de que a mesma seja publicada no

vosso jornal. E se puder, espero que seja publicada com urgência, mesmo ultrapassando outras que tenham chegado antes dela.

Tal como muitos outros moradores do Projecto Nova Vida, estou bastante aflita. Estamos sem água e não sabemos mais o que fazer. Não é a primeira vez que isso acontece. Mas isso não significa que não sintamos a aflição de todos os dias ter que subir com água aos potes, vasilhas e bacias, deixando as escadas do prédio todas sujas. Imundas. Ter que desenrascar electrobombas, e como se não bastasse, viver sempre aflita com a saúde das crianças.

Assim como os meus vizinhos, tenho filhos pequenos e acho que ao menos devemos proporcionar -lhes um meio ambiente e condições saudáveis. Agora, viver sempre com o coração nas mãos por causa das más condições que lhes rodeiam ou que simplesmente não existem. É que não sei o que se passa. Nunca sabemos, porque nunca nos explicam nada. Não se dialoga, nem se comunica.

Acho que desta vez, a situação está muito grave. Mais grave que a luz, sua parceira, que, pelo menos durante estes dias, tem falhado mais do que o habitual. Infelizmente.

Se os dirigentes deste país têm os jornais, então sabem como andamos. Não precisamos que nos dêem respostas pela rádio, pela televisão, ou pelo jornal. Apenas queremos que nos resolvam concretamente a situação. Porque assim não dá. Isso não é vida. Não é digno...

Bem hajam, Espero que este jornal seja lido e sejamos ouvidos então.

Mónica varanda

## 6.10 Falta água e segurança no Jardim do Éden

*Novo Jornal*

*10 De Novembro de 2017*

*Texto: António Paulo*

O grito de socorro foi lançado ao Novo Jornal pela coordenadora da comissão de moradores da urbanização, Ana Freire, que, durante o apelo, esteve ladeada por três dos seus colaboradores directos e coordenadores de rua: Desidério Inglês, Maria Dulcília e Aleixo da Palma.

A urbanização é circundada por duas vias principais, que foram homenageadas com nomes de dois rios - Kwanza e Longa -, que representam a abundância de água no país. No entanto, para a maioria dos moradores, há muito que os citados rios "já secaram", dada a carência do líquido precioso.

Ana Freire, "sem qualquer medo de errar", avança que apenas 15 ou 20 por cento das 800 moradias habitadas beneficiam da água da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL). "Todos nós estamos psicologicamente e financeiramente exaustos porque temos de pagar cisternas de água todas as semanas, no valor entre 10 e 17 mil Kwanzas", reclamou.

Explicou que, no seu caso, a falta de água já dura há quase dois anos e meio e que a situação vivida na urbanização já é do domínio da EPAL.

"Eu, particularmente, já estou a caminho de dois anos e dois meses [nesta situação], outros estão há mais tempo. A EPAL sabe do nosso problema. Ela tem dossiers com queixas e denúncias sobre a situação", porque "alguns moradores já fizeram cartas de forma singular e nós, comissão de moradores, fizemos também a nossa parte, mas até agora nem água vai nem água vem", desabafou.

Desidério Inglês, Maria Dulcília e Aleixo da Palma acrescentaram que o problema da falta de água começou tão logo o sistema de água foi entregue à EPAL, que, segundo as fontes, agora apresenta dificuldades para a manutenção do mesmo por falta de material de reposição: "A urbanização é toda canalizada.

Quando a urbanização ainda era pertença dos empreendedores do Jardim do Éden e Ritz Solution tínhamos tanques privados de água que eles

construíram e não havia falta de água. O sistema de água foi entregue à EPAL, e desde então passámos a ter dificuldades.

Aleixo Palma, coordenador da rua dos Girassóis, fala mesmo em "máfia da água" por parte de responsáveis da EPAL na localidade, a quem apontou serem os principais fornecedores de água por via de cisternas. "Há aqui uma máfia muito grande porque não se compreende como é que as cisternas chegam aqui facilmente, sem ninguém as chamar", observou.

Apesar da interrupção no abastecimento de água, os denunciante disseram que "a EPAL insistia na prática de cobranças das facturas como se de nada soubessem", deixando irritada a Comissão de Moradores do condomínio aberto, construído há 10 anos em Luanda.

"Eles continuavam a mandar cobranças às casas lesadas e nós fizemos um abaixo-assinado para suspender as cobranças e resultou. Na carta está contido o período desde que estamos sem água. Por isso, entendemos que o caso "Jardim do Éden" foi um descaso, daí o fosso que existe em relação à situação da água, que os próprios senhores da EPAL reconhecem. Já cá esteve uma equipa que prometeu resolver o problema até ao mês passado, mas até agora nada", rebateu Ana Freire.

#### Assaltos e raptos

Uma outra situação que tem gerado preocupação é o clima de insegurança no Jardim do Éden, de acordo com os porta-vozes. Ana Freire informou que já se está a trabalhar num processo que culminará com a vedação da zona, por forma a deixar mais tranquilos os moradores.

"Isto na realidade não é um condomínio, mas sim uma urbanização, porque as entradas são livres e qualquer pessoa pode entrar e sair de dentro dela quando bem quiser. E, ao longo do tempo, começámos a ver que isso tem facilitado os meliantes. Já há estatísticas policiais de assaltos, sequestros e roubos a residências, de dia ou de noite, com ou sem pessoas lá dentro", pontualizou Ana Freire.

A vedação, segundo a interlocutora, será feita por intermédio de contribuições (quotas) dos residentes que apoiam a iniciativa. "Estamos muito aflitos porque a insegurança é um facto. Eu mesma, por ironia do destino, também já fui assaltada. A sede da comissão de moradores, onde nos encontramos, também já foi assaltada. Por isso, realizámos uma assembleia com os moradores e apresentámos a questão, depois vamos para a prática, que será a parte legal, ou seja, precisamos de autorização, razão por que estamos a

contactar a administração para começarmos a vedação do bairro", finalizou.

## 6.11 Oferta habitacional cresce no mercado local

*Jornal Economia e Finanças*  
10 De Novembro de 2017

A segunda fase das obras de construção de 400 novas casas de tipologia T2 e T3 de um projecto habitacional a Leste da cidade do Luena, província do Moxico, arrancaram esta semana, constatou na passada terça-feira, a Angop.

Esta segunda fase das obras, uma iniciativa do Ministério da Construção e Obras Públicas, iniciou com a construção de 122 residências económicas. A primeira fase iniciada em Março terminou em Setembro, abrangendo a construção de 100 casas.

O director provincial da Construção, Osvaldo Pinto, disse que as construções da segunda fase devem terminar em Setembro de 2018 para beneficiar a população que vive em zonas de risco.

Lembrou que o complexo que está a ser construído a Sul da cidade do Luena, terá diversos serviços sociais, como áreas de lazer, centros médicos, escolas, centros comerciais, entre outros serviços.

O secretário do Bureau Político (BP) do MPLA para a organização e mobilização, Jorge Dombolo, visitou a empreitada, uma iniciativa do Ministério da Construção.

#### Investimento

Avaliado em mais de 27 milhões de dólares, o projecto beneficiará ainda de uma quadra desportiva, áreas de lazer e outra parte da reserva fundiária do Estado e está salvaguardada para outras infra-estruturas sociais.

Sob égide da Direcção Nacional de Investimento de Infra-estruturas Públicas (DINIP) do Ministério da Construção, o empreendimento habitacional empregou 383 trabalhadores, 348 dos quais nacionais.

## 6.12 A bipolarização em Luanda

*Jornal de Angola*  
12 De Novembro de 2017

A ideia da contínua bipolarização política e governativa numa província como Luanda, que tem características muito especiais, deverá levar a uma reflexão profunda do quadro que provavelmente poderá ser desenhado para a nossa capital.

Ser Governador de uma grande metrópole como Luanda não é uma actividade tão fácil como parece. São cerca de 9 milhões de pessoas, se nos atermos ao resultado do recente Censo. Como se não bastasse, com a elevada densidade populacional e o aumento das taxas de crescimento, somam-se os inúmeros desafios da organização urbanista de Luanda, da saúde, educação, água potável, electricidade, ordenamento de ruas e bairros e a sua requalificação, colocação de asfalto, saneamento básico, lixo, segurança, organização rodoviária, etc. São muitas as tarefas. Por isso mesmo, é tempo de reflectirmos desapaixonadamente sobre se não é o momento de reavaliarmos o modelo certo de relacionamento entre o poder governativo e político nas províncias, para que efectivamente se encontre a verdadeira matriz do papel do Estado na resolução dos graves problemas que afligem as nossas populações.

Creio que ao longo dos últimos anos a experiência de gestão das cidades com políticos sem visão nem competências para gerir grandes conglomerados populacionais, veio a constituir-se num desastre cujos resultados são as cidades e províncias paradas no tempo. Com a ausência de um modelo definido de desconcentração e descentralização administrativa, precisa de se afirmar uma governação que assente numa base técnica e com normas que salvaguardem a aplicação das políticas de Estado com os resultados que se pretendem. Há anos, na China, um país com um modelo e matriz marcadamente comunista de gestão política do Estado, já na era de Mao Zedong e Deng Xiaoping, dois grandes reformistas com a especificidade constitucional do Estado-Partido, definiram como prioridade da reforma política a necessidade de "ajustar devidamente a relação partido-governo, objectivando superar as deficiências da superconcentração de poder, as tendências de substituição do governo com o partido, a sobreposição de gabinetes e funções e confusão nos poderes e nas responsabilidades".

Segundo o estudo intitulado o Sistema Político da China: Operação e Reforma, feito por Dong Lis-heng, director assistente do Instituto de Ciências Políticas da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), desde a reforma política posta na agenda dos anos 80 começaram a ser feitas tentativas no sentido de conduzir as relações partido-governo. Um informe político ao 13º Congresso Nacional do PCCh, em 1987, fez uma exposição do qual destaco: "O partido e os órgãos de poder do Estado diferem quanto à natureza, às funções, às formas de organização e aos métodos de trabalho. O sistema de liderança do partido deve ser reformulado. As funções das organizações do partido e dos órgãos de poder do Estado devem ser claramente definidas. E a relação do

partido com a Assembleia Popular Nacional, os governos, as instituições judiciais, as organizações sociais, as empresas e as instituições de serviço deve ser suavizada para que cada uma possa desempenhar suas próprias funções e responsabilidades. Tais relações devem ser regulamentadas".

Na nossa realidade, e falo especificamente de Luanda, não é humanamente possível ser-se governador e Iº Secretário do MPLA ao mesmo tempo. Um gestor de uma cidade/província terá certamente muito com que se preocupar na linha dos grandes desafios a vencer. Tocar uma viola e um piano ao mesmo tempo, não é humanamente possível. Penso que não se deve exigir tanto sacrifício ao Governador, a menos que a estratégia seja o de levá-lo a um beco sem saída. No fundo o perdedor será sempre o pacato cidadão. Creio que os desafios que se colocam ao MPLA numa cidade como Luanda, são enormes. Os resultados das últimas eleições demonstraram que a tendência de degradação da actividade de gestão do governo leve por simpatia, a que o partido pague cada vez mais os erros de desempenho.

Face aos resultados eleitorais, o homem que dirige o partido vencedor das eleições em Luanda, ou o governo, terá de concentrar-se a 100 por cento numa estratégia de acção partidária e governativa, procurando naturalmente as bases de coabitação e relacionamento intrínseco entre o partido, o Estado e a população. Penso também que os nossos governadores deveriam ter a humildade de reconhecerem que não é possível, salvo algumas excepções, ser-se governador e Iº secretário do partido com resultados verdadeiramente palpáveis; devendo por isso declinar os convites que lhes são dirigidos. Não vale a pena ter mais olhos que barriga. Precisamos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem.

### 6.13 Imogestin garante realojar famílias

*Jornal de Angola*  
12 De Novembro de 2017

Mais de 300 famílias que vivem em condições precárias no bairro Cambamba II, distrito do Nova Vida, município do Kilamba Kiaxi, província de Luanda, vão ser realojadas no Zango IV, no I semestre de 2018, informa um documento da imobiliária Imogestin.

O realojamento vai ser feito devido ao facto de viverem em moradias de chapa, sem saneamento básico, nem escolas, água potável, electricidade e posto médico. As famílias abrangidas vão receber casas de alvenaria e evolutivas. O documento da Imogestin refere que as famílias vão receber casas já com dois



quartos e casa de banho. Como são evolutivas, as casas têm espaço suficiente para a construção de mais um quarto, uma cozinha, sala e quintal.

O comunicado adianta que os sucessivos adiamentos da data de realojamento se devem à crise económica e financeira que se vive em Angola.

As famílias do Cambamba II vivem em casebres construídos com chapas de zinco e outros materiais, como papelão, lonas, sacos de serapilheira, vasilhames e tambores de armazenamento de combustível.

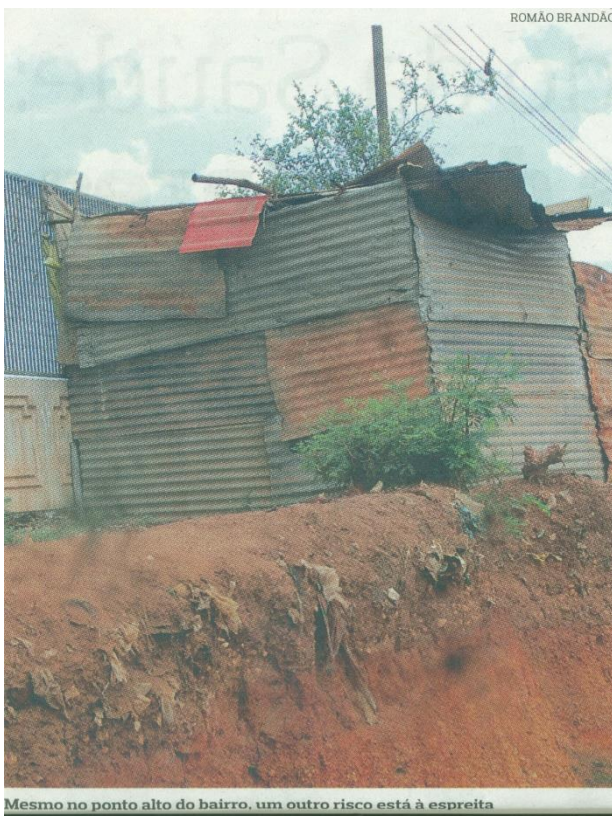
No interior do bairro, com becos muito apertados, a circulação é feita com grande dificuldade. A luz do sol entra com dificuldade por os casebres estarem colados uns aos outros. Cada morador ocupa em média um espaço de três metros quadrados sem nenhum pavimento. O interior das habitações é húmido.

## 6.14 Moradores constroem ao longo da linha férrea fugidos das inundações

*Jornal O País*

*14 De Novembro de 2017*

*Texto: Romão Brandão*



Mesmo no ponto alto do bairro, um outro risco está à espreita

Apelidado como Buraco, por ser uma área côncava, cuja gravidade se intensificou, segundo os moradores, devido às alterações "feitas nas estradas circundantes.

Situado por detrás do conhecido Mercado da BCA, o bairro Buraco, propriamente no Quarteirão 20, Zona 19 do Cazenga, é caracterizado pela terra húmida e esverdeada, bem como as degradantes condições de saneamento básico.

Actualmente, com as chuvas se abatendo sobre a cidade capital, os seus moradores têm as residências expostas ao risco de desabar e as suas vidas em perigo iminente. Aguardam, por isso, pela devida intervenção do Governo, sobretudo a entrega de um terreno numa outra zona, para nele construírem e habitarem condignamente.

Não chegando a ajuda, e porque "já estão na chuva, esperam molhar-se". Tudo fazem para se verem livres das inundações.

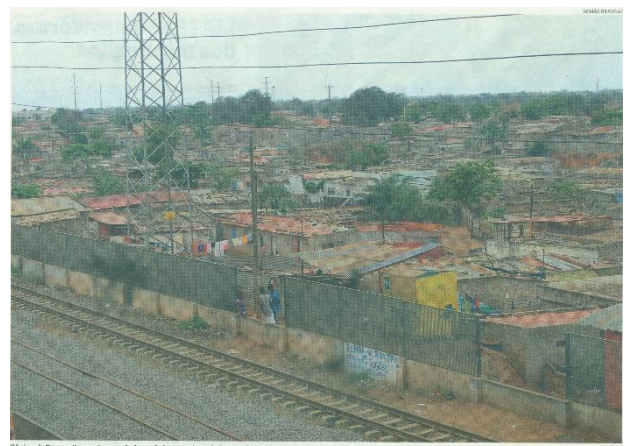
Entre as poucas soluções adoptadas pelos moradores consta a construção próximo à linha férrea, precisamente a maior elevação no local, um "inimigo" que a água tem poucas possibilidades de atacar.

Nesta situação encontra-se o morador António Loango, de 47 anos, que aponta a área como o único refúgio mais próximo, embora reconheça o perigo que a mesma representa por situar-se a escassos metros da linha férrea. Viver ali não é vontade sua, porém, tem que fazer "esse sacrifício" para não ficar ao relento com a família.

"Nas inundações não iríamos sobreviver, tal como muitos não conseguiram. Para evitar isso, preferi construir aqui e proteger a minha família", revelou.

Nesse local, tem que suportar o barulho do comboio e principalmente o tremor de terra. E, acrescentou, tanto ele quanto a família já estão consciencializados e já perderam o medo pelo estremecer de terra.

A casa do nosso entrevistado é de chapas de zinco, até agora tem resistido às passagens do comboio dos Caminhos de Ferro de Luanda (CFL).



O bairro do Buraco situa-se à esquerda do comboio proveniente da Estação do Bengo.

Vive há dois anos junto à linha férrea, depois de ter vivido mais no interior do bairro. É dos moradores que abandonaram a casa construída de raiz, por força da água que teima em não secar. "Por não ser peixe, tinha mesmo que fugir da água". Acrescentou que vive com a mulher e 7 filhos. É morador do Buraco desde os seus "11 anitos". Muitas vezes, os filhos mais pequenos, ao passar do comboio, são tomados por um pânico tal, ao ponto de acordarem e, assustados, baterem-se contra as chapas.

Para além de estarem próximos da linha férrea, as casas de chapa encontram-se numa superfície inferior do que dos postes das linhas que transportam energia de alta tensão. Outras casas, inclusive, estão ligadas a tais postes.

Outro problema é o risco de desabamento de algumas residências construídas no ponto alto do bairro do Buraco, bem próximo da linha férrea. Uma dessas casas é a da senhora Domingas Francisco, 54 anos.

Pelos mesmos motivos, há 6 anos Domingas vive bem próxima da linha férrea, sujeitando-se ao perigo constante pelo facto de não possuir outro terreno ou casa.

"O comboio faz muito barulho, mas temos de aguentar mesmo assim", declarou a moradora que vive com o esposo e 4 filhos.

Naquele bairro, como já foi reportado pelo OPAÍS, nas paredes das casas os vestígios das enchentes são permanentes, as quais moradores não se cansam de exhibir, pelo facto de testemunharem uma realidade que todos os anos, desde 2007, marca profundamente as suas vidas. Uma marca indelével, porque quando chove, se não se registarem vítimas mortais, há registos de danos materiais.

Uma das pessoas cuja porta de casa a tristeza bateu é Maria Gaspar Junta, de 53 anos, que viu a sua filha e neto morrerem, numa das enxurradas de 2007. A filha, Maria Agostinho António tinha 18 anos e o neto, Agostinho Vicente, tinha 3 anos. A sua casa encheu e desabou, tendo o óbito sido feito na casa de uma vizinha.

A nossa interlocutora vive há 27 anos naquele bairro, e lembra que a primeira inundação foi em 1993. Felizmente não registou mortes nem danos materiais graves. Depois da inundação de 2007 marcou-a também a de 2016, em que o bairro ficou coberto de  gua.

"O Governo não faz nada. Antes não tínhamos este problema, as ruas estavam transitáveis e os carros que iam aos mercados Asa Branca e Sucupira passavam bem, agora retificaram a linha férrea e outras estradas,

começamos a ter enchentes, porque a água não tem para onde ir", comentou Maria.



Para além do perigo de estarem próximos à linha férrea, há os postes de alta tensão

## 6.15 Centenas de imóveis alienados pelo Estado

*Jornal de Angola*

18 De Novembro de 2017

Duzentos imóveis pertencentes ao Estado em Malanje, entre os quais figuram lojas e unidades fabris, estão a ser vendidos desde quinta-feira aos respectivos inquilinos, numa operação inserida no processo de comercialização do patrim nio não habitacional do Estado encetado pelo Governo daquela província.

O anúncio, feito pelo director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Miguel Correia, que lembrou que o processo de comercialização dos imóveis não habitacionais esteve paralisado há dez anos e foi retomado agora devido à degradação crescente verificada em grande parte destes.

Para se habilitar à compra, explicou Miguel Correia, os inquilinos devem fazer chegar ao Instituto da Habitação de Malanje um requerimento dirigido ao governador provincial, uma fotocópia do Bilhete de Identidade e do último recibo de renda de casa actualizado, o contrato de arrendamento e as certidões predial e matricial do edifício a concorrer.

Os requisitos incluem o Diário da República de confisco do imóvel, número de identificação fiscal, declaração de não devedor emitido por uma Repartição de Finanç as, comprovativo de arrecadação de receitas dos últimos dois anos, alvará e certidão comerciais e o estatuto da empresa.

Estes documentos deverão ser remetidos à comissão de venda para avaliação e emissão de deferimento.

Os preços dos imóveis variam de acordo com o tempo de utilização do imóvel, conforto e localização, entre outros aspectos. As verbas resultantes das vendas serão destinadas à Conta Única do Tesouro.

Nos próximos tempos, serão catalogados para venda outros imóveis a nível dos restantes municípios da província de Malanje, anunciou o director provincial.

### 6.16 Centralidade do Andulo começa a ser habitada

*Jornal de Angola*  
19 De Novembro de 2017  
Texto: José Chaves

A centralidade do Andulo, no Bié, começa a receber os primeiros habitantes, a partir do próximo ano, anunciou o coordenador comercial da Kora - Angola,

Crispim Costa disse que os primeiros apartamentos da centralidade do Andulo começam a ser vendidos a partir do próximo mês de Dezembro. Sublinhou que o processo de inscrição para aquisição das habitações da centralidade teve o seu arranque na semana finda.

O responsável informou que o projecto habitacional, denominado "Horizonte no Andulo", prevê a construção de mil moradias e neste momento tem concluídos 172 apartamentos T2 e T3, no âmbito do Programa Nacional de Habitação, aprovado pelo Executivo. À semelhança da centralidade do Cuito, a do Andulo conta também com prédios de quatro pisos com apartamentos e moradias de dois e um piso.

A centralidade vai beneficiar cerca de mil famílias. Na imponente infra-estrutura, que vai colmatar o défice habitacional da população, foi construído um sistema de abastecimento de água potável e de tratamento de águas residuais, além dos da energia eléctrica e das vias de acesso.

O projecto da nova cidade, construída numa área de 72.235 hectares, consta do Programa de Investimentos Públicos, que visa o desenvolvimento social e económico da província do Bié, onde também foi construída a centralidade do Cuito.

#### Centralidade do Cuito

A nova centralidade do Cuito, que está a ser habitada desde o passado mês de Outubro, com a entrada dos primeiros moradores, conta com mil e 100 processos admitidos, dos mil e 600 remetidos, segundo Crispim Costa, acrescentando que a Kora-Angola continua a

notificar os próximos 25 clientes, para a assinatura do contrato e recepção das chaves.

Garantiu que o complexo está pronto para ser habitado, a julgar pela conclusão das principais infra-estruturas de apoio, como fornecimento de energia e água.

### 6.17 Edifícios em fase de degradação serão cadastrados

*Jornal O País*  
21 De Novembro de 2017  
Texto: Milton Manaça

Os edifícios que se apresentam em estado de degradação avançado começam a ser cadastrados em breve para o seu registo e consequente intervenção do Ministério da Construção e Obras Públicas, anunciou ontem, em Luanda, o titular da pasta, na abertura do 1º Fórum de auscultação que congregou actores do sector no país.

Manuel Tavares de Almeida disse que o cadastramento dos edifícios em estado de degradação impõe-se pelo facto de muitos deles serem antigos, constituindo perigo à vida de muitas pessoas.

O ministro da Construção fez saber que a intervenção nos prédios contará com a colaboração dos governos provinciais, tendo realçado que é da competência do seu pelouro intervir nos edifícios que ofereçam perigo de desabamento.

Questionado por O PAÍS sobre a forma como será processada tal intervenção, Manuel Tavares de Almeida revelou que o cadastramento dos prédios cuja longevidade e mau estado de degradação foi-se acentuando será desenvolvido por categorias, e terá início naqueles cujo estado de degradação estrutural é mais acentuado.

No fórum de auscultação que decorreu sob o lema: "Participemos para um Sector da Construção e Obras Públicas ao Serviço do País", o responsável anunciou que para outros casos, a intervenção técnica do Ministério da Construção passará pela interdição dos edifícios para a sua devida actualização.

Manuel Tavares de Almeida demonstra-se convicto de que para o êxito da empreitada é crucial a desconcentração administrativa motivo pelo qual o ministro da Administração do Território e Reformado Estado, Adão de Almeida, foi convidado a participar na actividade.

"Temos que fazer um programa e trabalhar com as províncias para que os municípios elaborem os

registos com base nos modelos que serão trabalhados para serem remetidos ao Ministério para o seu devido tratamento", apontou o titular da pasta da Construção e Obras Públicas.

Manuel Tavares de Almeida reconheceu que o relacionamento com os vários actores no sistema da construção não foi salutar nos últimos anos, havendo assim a necessidade de alterar o quadro, ouvindo mais os parceiros, para o melhoramento da actividade.

Portal de denúncias e reclamações

O portal para denúncias e reclamações recentemente criado é visto como uma das ferramentas através da qual o cidadão poderá contribuir para que os problemas sejam devidamente resolvidos.

O novo elenco ministerial traçou um plano de reestruturação do sector apoiado em cinco eixos principais, de que se destacam a eliminação do excesso de burocracia, capacitação dos recursos humanos e projectos que estejam virados para o asseguramento da qualidade nas estradas feitas no país.

## 6.18 Mártires continua a movimentar divisas

*Jornal de Angola*

*21 De Novembro de 2017*

*Texto: João Dias*

Depois da operação efectuada recentemente pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC) ao bairro Mártires de Kifangondo, as coisas por lá andam mais calmas. O negócio das transacções informais de dólares e euros continua. O cenário é de menos agitação e os mercadores de divisas andam esquivos e receosos de tudo e de todos.

Não obstante o cenário de acalmia, muitos continuam a usar os velhos truques, agora mais vigilantes e prudentes na hora da tradicional pergunta: "quer trocar". Geralmente, com os olhos postos no telefone, não se alheiam ao aproximar de uma viatura e de alguém que tenha perfil de potencial cliente. Não exibem maços de dinheiro, nem andam aos pregões. Na rua 15, a Wall Street à angolana, o pregão silencioso faz eco. Aliás, o Mártires de Kifangondo passou a ser uma alternativa "natural" à banca, apesar do preço especulativo com que se transaciona a moeda. A habitual azáfama deu lugar à acalmia, mas os moradores do bairro dizem que é apenas "um momento de paz", depois tudo voltar ao que era e com força.

"Quem precisa dólar, aqui encontra", gaba-se Lada, um jovem da RDC. Digo-lhe que preciso de 40 mil dólares e pergunto se consegue arranjar - me este valor. Não hesita. Diz que não há problemas, é uma questão que se resolve com um telefonema. "Já tenho boa parte da "massa". Vou ligar apenas para completar, mas queres mesmo ou és polícia, então"? Pergunta, desconfiado. Peço-lhe o número e prometo ligar.

A Reportagem do Jornal de Angola passou "furtiva" às várias ruas do bairro para entender como está a ser feito o negócio de dólares e euros e como os "correctores" da "Wall Street 15" inovaram na sua filosofia e o modo de abordagem aos potenciais clientes. O problema agora está em como distinguir polícias à paisana dos verdadeiros "necessitados" de dólares ou euros. Por isso, arriscam-se menos e fecham-se mais.

Para quem tiver dólares para vender, recebe 39 mil kwanzas por cada nota de 100 dólares e 45 mil kwanzas por cada nota de 100 euros. Se tiver de comprar, aí a coisa muda. Os "correctores da rua 15" vendem o dólar por 41 mil kwanzas e o euro a 46,5 mil kwanzas. Se quiser comprar grandes quantidades podem descontar um pouco mais. "Temos dólares. Se precisares, nós ligamos e pronto, já está", diz Alex, um homem com olhar desconfiado e inquieto, ainda assim interessado em fechar o negócio que mais uma vez lhe faria ganhar o dia.

"Temos de ter muita calma, porque a polícia está muito atenta. O kota não é polícia"? "Não sou polícia. Apenas quero dólares", respondo. Mas depois, para matar a curiosidade, pergunto-lhe onde tiram tantos dólares. A resposta é assertiva: "temos as nossas fontes bem posicionadas", diz e acrescenta: "temos boas fontes. O dólar que conseguimos não vem da compra de 100 dólares neste e 100 naquele. Com isso, não íamos a lado nenhum".

Fala com um certo à vontade, mas depois apercebe-se que está a falar demais e diz: "se o kota quiser e por uma questão de segurança, há um bom restaurante aqui ao lado onde podemos conversar. Pago - te alguma coisa e fazemos o negócio".

A cautela é excessiva. Tão excessiva que as ruas do Mártires do Kifangondo, particularmente a "rua 15", estão quase desertas se com- paradas ao "fluxo e refluxos" de clientes e vendedores de divisas nos dias que antecederam a operação. Se antes da intervenção da SIC cada palmo era ocupado por cinco ou seis vendedores informais de divisas (dólares, euro ou libra), agora está tudo muito mais calmo.

"Devem estar a estudar novas formas de actuação, porque trabalho aqui há dois anos e nunca tinha visto

isso tão arejado, limpo e calmo como agora", diz uma assistente de venda de uma loja de roupas e acessórios, que denuncia outras práticas ilícitas, mas corto-lhe o fio à meada, pois é tema para uma outra abordagem.

Noutro extremo da "rua 15", uma baderna instala arraiáis, os gestos e o olhar dizem tudo. Encostados em postes eléctricos ou junto de sinais de verticais de trânsito ou mesmo na parede, reunidos em grupos de quatro e cinco, estudam com minúcia o potencial comprador, venha ele a pé ou de carro.

#### História do Mártires

Na época colonial, o agora Mártires do Kifangondo era o bairro Salazar, em homenagem ao político fascista português António de Oliveira Salazar. O articulista do Jornal de Angola, João Baptista Purgente, em 2010, a propósito do Dia da Independência, escreve um artigo em que faz uma pequena incursão histórica sobre o bairro. "Com a batalha de Kifangondo e a favor das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), foi possível travar os vários exércitos que se dirigiam a Luanda, com o intuito de impedir o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) proclamar a Independência de Angola".

João Purgente lembra: "com a proclamação da Independência e o nascimento da República Popular de Angola, o novo Governo criado para dirigir os destinos do país decidiu homenagear os heróis tombados na Batalha de Kifangondo, denominando o antigo Bairro Salazar, perto do aeroporto de Luanda, em Mártires do Kifangondo".

Nos anos 90, e com o advento da paz, cidadãos de outros países iniciaram visitas a Angola com muita frequência. Com o alcance da paz, e antes mesmo desse desiderato, já cidadãos estrangeiros se tinham estabelecido em Angola. Alguns de forma legal e outros de modo ilegal. Muitos deles, fugidos dos seus países por razões de guerra ou económicas. Assim se pode compreender o número elevado de estrangeiros em Angola, sobretudo do Centro, Este e Oeste de África.

A maior parte escolheu Luanda, a capital do país, para viver, elegendo o Mártires do Kifangondo para residirem e fazerem pequenos negócios, mas também outros negócios ilícitos. Refira-se que a proximidade do aeroporto e a existência da mesquita são factores que concorrem para a sua fixação no bairro.

## 6.19 Jefran - o bilingue da casa própria!? (I)

*Novo Jornal*

*24 De Novembro de 2017*

*Texto: Carlitoz de Kambambe*

“A questão da habitação continua a ser um ponto importante na agenda do Executivo. Embora o país esteja a conhecer melhorias neste domínio, é necessário continuar a promover acções que contribuam para garantir o direito à habitação das famílias angolanas, especialmente para as camadas de menor poder aquisitivo.” João Lourenço, in “Mensagem sobre o Estado da Nação 2017”.

O sonho da casa própria tem alimentado a vida de muito boa gente que madruga para dar o litro com vista a consegui-lo ou sequer um terreno para o mbanjil! Mas esse sonho mostrava-se digno de milionários face ao valor cobrado pelos espaços e pelas casas erguidas ou em construção. Tendo em conta essa situação, o governo construiu projectos habitacionais "sociais" (centralidades, zangos, panguilas) com preços e modalidades de pagamentos mais em conta ao cidadão e que também serviram para reassentar famílias que viviam em zonas de risco.

Face a essa aposta, começaram também a surgir iniciativas privadas para casas "sociais", como o Projecto Jefran (sede em Luanda, rua Dr. João Bezerra da Silva, Via Expressa Camama-Benfica, bairro Bem-vindo, contribuinte fiscal n.º5402121346, matriculada na competente Conservatória do Registo Comercial sob o n. 10.896), "cujo objetivo é apoiar a juventude a realizar o sonho da casa própria, há algum tempo associada a ideia do programa do nosso executivo no âmbito de apoio às famílias, com a implementação de um milhão de casas e a construção dirigida... Acreditar no Projecto Jefran para a construção da sua moradia é acreditar numa vida melhor, será uma das melhores apostas para a realização do seu sonho na aquisição da casa própria. De Cabinda a Cunene estamos a construir para realizar o sonho de muitas famílias de terem uma casa própria numa realidade simples de alcançar." Página web da Jefran! Com esse sex apeal, muitos cidadãos não resistiram e ocorreram a essa empresa para viverem o sonho da casa própria paga aos poucos de acordo com os rendimentos mensais e o estipulado num contrato que se pensava justo, legal, equitativo e sério. O que não se veio a confirmar, muito pelo contrário, foi uma autentica roubada, como dizem os brasileiros, foram ngombelados a seco, como dizemos nós! O baile da Jefran começa na altura da assinatura do contrato, feita tempos (meses) depois do pagamento da entrada (em AKZ equivalente a USD estipulado ou mesmo pago em USD ou Euros).

Depois vêm os aspectos no contrato (parece um contrato de adesão em que o cliente não é tido nem achado, apenas pressionado a assinar se quiser a casa, caso contrário xixilará para ver ressarcido o valor pago de entrada e que ainda será "obrigado" a aceitar em AKZ, mesmo tendo pago em USD. Assinado o dito cujo mal feito e que se calhar até podia ser nulo ou anulável, de acordo com os vícios e de quem o analise. Hora de pagar os 12 meses e aguardar pela bendita casa, que quase sempre não é entregue na data prevista, nem sequer um ano depois, fazendo com que muitos percam as esperanças e deixem de pagar, por causa desse incumprimento contratual da Jefran, que durante o tal primeiro ano de pagamento se tem dado ao luxo de alterar quando e como bem entender a taxa de câmbio das cobranças sem aviso prévio nem concordância com o cliente, cobrando juros de mora sempre que sentir sede. Quando a casa chega, se é que chega, nem sempre está completa, faltam cenas, inclusive a tal documentação que há sempre histórias que dariam inveja a J. R. R. Tolkien, Ondjaki ou Agualusa.

## 6.20 Bairro dos abandonados

*Jornal O País*

*25 De Novembro de 2017*

*Texto: João Martins*

Caro director do O PAÍS... Eu moro no Kifica (Bairro Benfica - Belas), em Luanda, há mais de dez anos. Neste tempo todo, embora seja um bairro de construção dirigida, que o próprio Governo Provincial de Luanda parcelou, delineou os arruamentos e vendeu as parcelas para construirmos, parece que estamos abandonados.

O meu bairro tem casas "caras", construídas com muito sacrifício, quase toda a gente que mora no meu bairro são técnicos superiores ou dirigentes, mas levamos muitos anos para termos água e muitos anos para termos luz eléctrica. Agora já temos. Mas o asfalto e os esgotos é que não há maneira de chegar. Todas as casas têm fossas, coisa que já não se usa no tempo moderno.

Não sei porquê, mas vemos condomínios novos já com asfalto, mesmo o Lar do Patriota, um bairro que fica ao lado, já está a ter as ruas asfaltadas. No Kifica e na maior parte do Benfica nem temos postes de iluminação pública. Não é à toa que vivemos numa das áreas mais perigosas de Luanda quando a noite chega. Já escrevemos muitas cartas, já falamos na rádio, já fizemos quase tudo, mas as autoridades não nos ouvem. Algumas vezes disseram-nos que já havia orçamento, mas se as obras não foram feitas, para

onde foi o tal orçamento? Quem ficou com o dinheiro?

Tem havido muito abuso em Luanda. Agora que uma senhora do GPL e o director do Tesouro foram presos, começam a desconfiar onde foi o dinheiro. Eles pagam para as suas contas e não fazem as obras. Acho que o SIC tem de investigar muito bem os processos todos que foram pagos, basta andar por Luanda, ver como estão o Kifica, o Cama- ma e outros bairro, e depois ver os dinheiros que saíram para beneficiar estes bairros, mas que nada foi feito nada. Estou mesmo revoltado.

## 6.21 Empresa ergue casas sociais para funcionários públicos

*Jornal de Angola*

*30 De Novembro de 2017*

*Texto: Leonel Cassana*

Um total de três mil e 200 habitações estão a ser construídas, em Luanda, para beneficiar funcionários dos Ministérios da Justiça e Direitos Humanos, Interior e Angop, soube o Jornal de Angola.

A Jefran-Engenharia, empresa encarregue de erguer as residências, assinou contratos com as referidas instituições, cujos prazos de entrega não foram revelados.

Fonte da empresa que falou para o JA, disse de igual modo, que a Jefran-Engenharia leva a cabo a construção de residências para acomodar funcionários da Procuradoria-Geral da República e do Governo da Província de Luanda.

A empresa faz uma contínua aposta na melhoria da habitação social em todo o território nacional, apesar da difícil situação económica e financeira do país, que obrigou a alguma retracção da sua actividade nos últimos tempos, revelou ao Jornal de Angola o presidente do Conselho de Administração da empresa, Francisco Simão da Silva.

A construtora, que emprega apenas nacionais, pretende ser um actor importante na estratégia do Executivo para a disponibilização de habitações com cada vez mais qualidade.

"Vamos lutar para as eliminações progressivas das favelas e contribuir para que um maior número de pessoas tenha uma habitação condigna", disse Francisco da Silva, explicando que, nesta altura, mais de 1.500 pessoas vivem em casas erguidas pela empresa que dirige.

O empreiteiro destacou o apoio à juventude na concretização do "sonho de casa própria" e indicou que existe "capacidade tecnológica" à altura das encomendas em qualquer parte do país.

"Além de casas sociais, temos, também, clientes jurídicos, ou seja, diversas instituições que solicitaram a construção de habitações para os seus funcionários", sublinhou.

À pergunta sobre a capacidade de entrega das habitações, o responsável mostrou-se otimista com as recentes medidas de "choque", tomadas pelo Governo, no sentido de estabilização progressiva do preço do cimento.

"Louvamos muito a atitude que o Governo teve e outras que se seguirão, que, certamente, vão facilitar significativamente a vida dos empreiteiros", disse Francisco da Silva, tranquilizando os clientes.

O empreiteiro acrescentou que a instituição por que responde está a dar o seu melhor para honrar os compromissos com clientes.

"Mas precisamos de algum tempo. Ficámos três meses sem trabalhar, por falta de matéria - prima e só agora as cimenteiras arrancaram". Recordou que, no passado, a Jefran chegou a erguer 10 casas por dia, uma performance que pretende recuperar, tão logo estabilize o preço do cimento.

A empresa opera no mercado há cerca de doze anos e tem representações nas províncias de Luanda, Huíla, Huambo, Malanje, Benguela e Cabinda, onde trabalha na construção de casas do tipo T3 e T4, de baixa renda.

Acusação é falsa

A Jenfran é acusada de pagamento de cerca de 30 por cento de "comissão" ao ministro do Interior, Ângelo da Veigas Tavares, do valor que a empreiteira recebe pela construção das habitações.

A denúncia é feita por uma publicação digital e mereceu, inclusive, alguma atenção nas redes sociais. Em resposta, Francisco da Silva diz tratar-se de um "falso problema."

"O Ministério do Interior é um cliente credível, muito bom mesmo. Paga, na totalidade, as casas para os seus funcionários", esclareceu. De acordo com o empresário, a Jefran foi a empreiteira que apresentou a melhor proposta para a construção das habitações.

"O problema, muitas vezes, são as intrigas no meio empresarial. Há quem não tem capacidade para responder a determinados desafios e se sintam mal, quando alguém o consegue. Por isso, arranjam

desculpas destas, para justificar o seu próprio fracasso", disse.

Francisco da Silva reconheceu ser difícil suportar frustrações, mas que também já teve muitas ao longo do seu percurso, enquanto empresário. "Tive dificuldade e as superei.

Nunca culpei quem quer que seja pelos meus problemas. Acreditei sempre que tudo passaria, como veio a acontecer", disse o responsável.

## 7. TERRA

### 7.1 Agricultores agastados com expropriação das suas terras

*Jornal 24 Horas*  
03 De Novembro de 2017

Mais de 300 famílias de varias comunidades agrícolas do município petrolífero do Soyo, na província do Zaire, reclamam a expropriação das suas terras já cultivadas, bem como a destruição dos seus produtos pela administração municipal.

A administração local remete-se ao silêncio, o Governo do Zaire já foi informado mas não responde e por isso aquelas comunidades querem a ajuda do Presidente da Republica, a quem pedem que os visite. Estes crimes estão a acontecer um pouco por todo o país, com destaque para Luanda, onde altas patentes das Forças Armadas e da Polícia também estão envolvidos num crime que lesa famílias inteiras e, quiçá, futuras gerações, para além de prejudicar a economia. Os indivíduos, ou os seus kapangas, destroem as casas, as lavras e matam quem se atrever a fazer-lhes frente.

No Soyo, a situação arrasta-se há meses e os moradores, na sua maioria agricultores, queixam-se de que as suas terras foram vendidas a particulares e empresas pelos usurpadores. "Os terrenos pertenceram aos meus bisavôs, são lavras de cultivo de mandioca, milho, etc., e algumas residências, mas a administração do Soyo ficou com tudo" disse um dos moradores, enquanto outro disse ter ficado sem terras dos seus bisavôs porque "um senhor chamado Jack, que disse representar a administração municipal, vendeu todos os terrenos da população".

Outro morador acusa "o senhor Enoque de ter vendido todos os terrenos onde já tínhamos muita comida, fomos reclamar junto da administração, mas ainda apanhamos corrida"

Sem resposta a nível do município e da província, os residentes pedem uma visita do Presidente da República, João Lourenço que, segundo eles, "não está informado sobre estas situações, sobretudo o que acontece no Soyo". Os agricultores temem enfrentar a fome em virtude de que as terras eram o seu único meio de sustento.

### 7.2 Terras improdutivas geram pesadas percas

*Jornal de Angola*  
05 De Novembro de 2017

As perdas causadas pela falta de aproveitamento produtivo da terra no Perímetro Irrigado de Caxito estão estimadas em 120 milhões de kwanzas por ano, revelou sexta-feira o presidente do conselho de administração da empresa que gere o espaço, a Caxito Rega.

João Domingos declarou à imprensa, no final da visita do secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, Carlos Alberto Jaime, que cerca de 1.200 hectares do Perímetro Irrigado de Caxito estão sem aproveitamento por falta de vontade dos produtores.

"Essas áreas sem aproveitamento têm provocado prejuízos, quer em rendimento de produção quer no desemprego, colocando em causa a estabilidade dos preços, uma vez que os níveis de produção têm baixado a cada dia que passa", explicou.

João Domingos disse que a Caxito Rega vai começar a desincentivar aqueles que não fazem nada e chamar os que têm mais vontade de trabalhar para ocuparem os espaços agricultáveis dentro do perímetro, que tem uma área bruta de mais de quatro mil hectares e apenas 1.500 em exploração.

Além de grandes empresários que ocupam vastas parcelas de terra, o projecto foi pensado igualmente para os pequenos agricultores, que cultivam em áreas de até 15 hectares.

A Caxito Rega, empresa que gere o espaço, tem registados cerca de 370 agricultores, entre os que se encontram quatro empresas consideradas de grandes produtores no cultivo de hortofrutícolas, como Nova AgroLider, TuriAgro, Sagri Bengo e AgroAliança.

Empresa agro-industrial

A gestão de uma unidade de processamento de tomate e banana instalada no Perímetro Irrigado de Caxito é entregue a uma entidade privada, anunciou sexta-feira, em Caxito, João Domingos.

O presidente do conselho de administração da Caxito Rega considerou, durante a visita do secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, que este foi o melhor modelo de gestão encontrado pelo Estado.

"O Estado encontrou um mecanismo para tentar alavancar o trabalho em todas as infra-estruturas produtivas adjudicadas pelo âmbito do Ministério da Agricultura, e, como havia necessidade de se encontrar



o melhor modelo de gestão dessas unidades, foi decidido terciarizar a gestão."

A primeira unidade de transformação da banana no país, instalada na cidade de Caxito, foi concebida para reforçar a produção da banana e servir de alternativa de acesso ao mercado para os próprios produtores.

A unidade de produção, com capacidade para processar 800 quilos por hora, vai produzir banana frita, que pode ser aproveitada para merenda escolar, nas unidades militares, hoteleiras e companhias áreas.

A linha de transformação do tomate, que não é a única no país, prevê produzir cerca de 4 mil quilos de concentrado de tomate por hora.

A criação' destas unidades dentro do perímetro vai agregar valor acrescentado aos produtos do campo, pois o produto sairá mais valorizado e permitirá a criação de centenas de novos postos de trabalho.

O secretário de Estado da Agricultura e Pecuária visitou o Perímetro Irrigado de Caxito, entre outros assuntos, para indagar os concessionários de terras sobre as causas pelas quais não exploraram a terra com base nos acordos estabelecidos com o Estado.

"Há um aproveitamento de 50 por cento dessas áreas e praticamente cerca de 900 hectares não estão a ser aproveitados. Deixamos recomendações a Caxito Rega para que no prazo de 60 dias faça uma convocatória para todos os concessionários para que se apresentem e esclareçam os motivos da não ocupação das parcelas de terra", declarou o secretário de Estado da Agricultura e Pecuária para anunciar os resultados da sua deslocação.

### 7.3 Ameaças de mais demolições em Viana

*Jornal de Angola*  
10 De Novembro de 2017

Cerca de três mil famílias no conhecido bairro 17 de Dezembro em Viana, arredores de Luanda, podem ver as suas casas demolidas a qualquer momento por militares a mando da Zona Económica Especial (ZEE).

A denúncia foi feita pela Comissão de Moradores daquela zona adjacente ao Zango, onde foi assassinado em Agosto de 2016 o adolescente Rufino António quando se opunha à demolição da sua casa.

"Fomos surpreendidos com notas de que temos de abandonar as nossas casas porque a Zona Económica Especial pode vir destruí-las': disse Fernando José, membro da Comissão de Moradores do bairro 17 de Dezembro em Viana.

Aquele morador disse que a comissão escreveu para Assembleia Nacional, Administração Municipal e Governo da Província de Luanda mas não obteve qualquer resposta e apela as autoridades angolanas a "salvaguardarem os direitos de habitação das populações'.

"Apelamos ao Presidente João Lourenço para nos acudir", pediu. Entretanto, André Augusto, coordenador da associação SOS Habitat, condena o acto e garante manter contacto com as autoridades "para apelar a uma maior sensibilidade".

"Nós vamos começar brevemente um diálogo com as entidades para entendermos esse dilema" disse. Recorde-se que as demolições dos bairros Walale, Santa Paciência, Cajueiro e Cidade Pacífica em Agosto de 2016 resultaram na morte do menor de 14 anos Rufino António e de um bebé, bem como violações de mulheres e de menores.

### 7.4 Terrenos para fábricas de cimento em litígio

*Jornal de Angola*  
11 De Novembro de 2017  
Texto: Jesus Silva

A ocupação ilegal de terrenos e de outras zonas da parte baixa da cidade do Lobito, seleccionadas para a instalação de duas cimenteiras da Secil, constitui uma preocupação da Administração do Lobito, em Benguela.

Na última quarta-feira, o administrador municipal chamou Imprensa local para dar a conhecer a sua posição sobre a infracção "levada a cabo por pessoas, já identificadas que incitam à população a comete-la, com o objectivo de extorquir dinheiro ao Estado no momento das negociações".

Nelson da Conceição disse que, no terreno ocupados ilegalmente, a Secil explora com explosivos a área de calcário e pretende instalar uma nova fábrica de cimento e estão projectadas para o perímetro mais duas cimenteiras (fábricas de cimento).

É uma área onde a refinaria também tem espaço demarcados e que serão imprescindíveis para o seu funcionamento, mas infelizmente alguns cidadãos, muito deles conhecido, estão envolvidos em muita

ocupações ilegais, no M'Bangubangu e noutras zonas já conhecidas, onde invadiram os terrenos e incitam às pessoas fazerem ocupações ilegais", frisou.

Para o administrador, o surgimento de novas Fábricas é, também, o anúncio de mais empregos para os jovens e a atitude incorrecta de alguns indivíduos que estão a incitar a população para fazer a ocupações ilegais terá consequências negativas sobre a economia do país.

“Tomamos também conhecimento que, em alguma área do município, há projectos que estão a ser desenvolvido ilegalmente, como é o caso do bairro da Luz, Cabala, o perímetro que circunda o aeroporto militar do Lobito, onde solicitamos que se suspenda qualquer actividade de construção, não para retirar a legitimidade daquele que têm título para continuarem à trabalhar, mas para que se aguarde pela aprovação do plano urbanístico da zona”, informou.

O administrador defende a necessidade de aproximar as partes envolvidas, nomeadamente, a academia militar, o caminho-de-ferro de Benguela (CFB) que possuem áreas naquela zona, assim como avaliar as valas de drenagem de água pluviais que tem tido enormes problemas na área do bairro dá Luz.

A Administração Municipal do Lobito mandou suspender qualquer tipo de construção e orientou a área técnica competente para que comece imediatamente um processo de actualização de toda a documentação a volta disso e tão breve quanto possível vai-se proceder a sua aprovação, para que se dê cunho legal a sua actividade.

Nelson da Conceição foi mais explícito quando deu a conhecer que as quatro famílias que ocupavam o espaço não habitacional, eram indivíduos que se dedicavam sobretudo a pastorícia (currais). Foram devidamente indemnizados do ponto de vista financeiro e têm documentação que pode confirmar isso. São os casos da família Travessos, João do Santos, Franklím Mendes e Miguel Lemos.

“Nenhuma pessoa que esta envolvida neste processo representa estas famílias, pois, ela foram indemnizadas e existe uma segunda componente da indemnização que era a atribuição de terreno na zona industrial que esta a segurada pela administração, aos indivíduos dignos representante da família que participaram na negociação e que são permanentemente informado e que sabem que tão logo se consiga lotear a zona Industrial, receberão os respectivos terrenos”, garantiu.

Os demais cidadão que invadiram os terrenos devem retirar-se e aguardar pelo processo de inscrição. O terreno é propriedade do Estado e foi atribuído

legalmente à Secil/Lobito. Outra parte foi entregue legalmente a refinaria. Nelson da Conceição afirmou que, neste momento, a Secil começa a ter dificuldades de produzir e a sua direcção deseja que esse processo seja concluído.

Waldemar Kawango, porta-voz da família que reclamam os terrenos, alega que a pedreira começou à actividade artesanal efectuada pelos seus antepassados que se dedicavam a pastorícia na década de 60/70, altura em que a Secil se apercebe da importância do espaço por ter calcário, matéria-prima fundamental para a produção do cimento e começou a fazer a sua exploração.

Em 2013/14/15, os dirigentes da Secil/Lobito contactaram a administração para adquirir o espaço para à construção de uma fábrica de cimento. Localizou os antigos moradores para que se iniciassem as negociações.

"Vivemos aqui desde à época colonial e enterramos aqui os nossos avôs", revelou. A administração prometeu dar novo espaço e a Secil indemnizar o valor das infra-estruturas", rematou. Alguns, fazendo-se passar por fiscais da administração, vieram e começaram a comercializar os terrenos.

## 7.5 Casas em linhas de água podem causar tragédias

*Jornal de Angola*

*12 De Novembro de 2017*

O deficiente desassoreamento das valas de drenagem e a construção de moradias em linhas de água continuam a ser as principais causas das inundações e desabamento de moradias na província de Luanda, alertou, sexta-feira, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros. Mais de dez grandes focos de risco e constrangimentos para a população, que surgem quando chove, foram identificados nos arredores da cidade de Luanda, pela Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros.

Os bairros Hoji ya Henda, Tala Hadi e Popular, no município do Cazenga, Quilómetros 12 e 17, em Viana, Kikolo, Vale do Paraíso e Belo Monte, em Cacuaco, Bita e Salinas, município de Belas, Camama e Calemba-2, no Kilamba Kiáxi, bairro Dangereaux, Talatona e o interior dos distritos do Neves Bendinha e Sambizanga e as encostas dos morros da Samba e Boavista, no distrito da Ingombota, são apontados como zonas críticas pelo Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

Devido às chuvas registadas desde o primeiro dia de Novembro, dezenas de moradores da rua do Eurico e arredores, no distrito do Neves Bendinha, abando-

naram as suas casas, em decorrência do transbordo da vala de drenagem do Soroca, que causou inundação das habitações.

O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, disse à Angop que alguns desses focos dão origem à inundações, ao desmoronamento de terras nas encostas e ao desabamento de moradias construídas em linhas de água. As autoridades, de acordo com Faustino Sebastião, continuam a trabalhar para travar as causas das inundações e desabamento de moradias, um problema já inserido no Planeamento de Contingência para a preservação de vidas humanas e bens.

#### Unidade de Trânsito

O comandante da Unidade de Trânsito de Luanda, superintendente chefe Roque da Silva, declarou que a degradação das vias secundárias e terciárias é a causa dos grandes engarrafamentos nas vias principais, nos períodos das chuvas.

O problema agrava-se com a existência de buracos e poças de água, acentuou o oficial superior da Polícia, para quem a situação dos engarrafamentos não é resolvida com o aumento de agentes reguladores de trânsito, mas sim pela reabilitação das estradas. Motoristas abordados pela Angop mostraram - se preocupados com o estado de degradação das vias dos bairros suburbanos, pelo que apelam ao Governo Provincial de Luanda para a sua urgente reabilitação. Também abordado pela Angop sobre como evitar problemas de saúde ocasionados pelo contacto com a água das chuvas, Mendes Gomes, médico de clínica geral, lembrou que, na época chuvosa, entre as doença de origem hídrica registadas com mais frequência estão a leptospirose, hepatite A, malária e outras causadas pelo mosquito e outros vectores.

"Um dos principais problemas da chuva é a leptospirose, uma doença causada por uma bactéria encontrada na urina do rato e que pode penetrar no corpo através da pele humana", salientou o médico.

Mendes Gomes alertou que, se uma pessoa tiver contacto com água ou a lama, deve ficar atenta aos sintomas, como dor muscular, febre e dor de cabeça e procurar um médico, a quem deve informar que teve contacto com água da chuva.

Uma outra doença que pode surgir no período da chuva é a hepatite A, transmitida pela água pura misturada com a de esgotos.

"Os sintomas são variáveis, podendo ocorrer mal-estar, dor abdominal, febre baixa e coloração amarelada nos olhos e pele", avisou o médico. A água da chuva aumenta o risco de diarreia aguda, causada por bactérias, vírus e parasitas, além de febre tifoide, causada pela salmonella typhi, bactéria encontrada nas fezes de animais.

## 7.6 Imogestin garante realojar famílias

*Jornal de Angola*

*12 De Novembro de 2017*

Mais de 300 famílias que vivem em condições precárias no bairro Cambamba II, distrito do Nova Vida, município do Kilamba Kiaxi, província de Luanda, vão ser realojadas no Zango IV, no I semestre de 2018, informa um documento da imobiliária Imogestin.

O realojamento vai ser feito devido ao facto de viverem em moradias de chapa, sem saneamento básico, nem escolas, água potável, electricidade e posto médico. As famílias abrangidas vão receber casas de alvenaria e evolutivas. O documento da Imogestin refere que as famílias vão receber casas já com dois quartos e casa de banho. Como são evolutivas, as casas têm espaço suficiente para a construção de mais um quarto, uma cozinha, sala e quintal.

O comunicado adianta que os sucessivos adiamentos da data de realojamento se devem à crise económica e financeira que se vive em Angola.

As famílias do Cambamba II vivem em casebres construídos com chapas de zinco e outros materiais, como papelão, lonas, sacos de serapilheira, vasilhames e tambores de armazenamento de combustível.

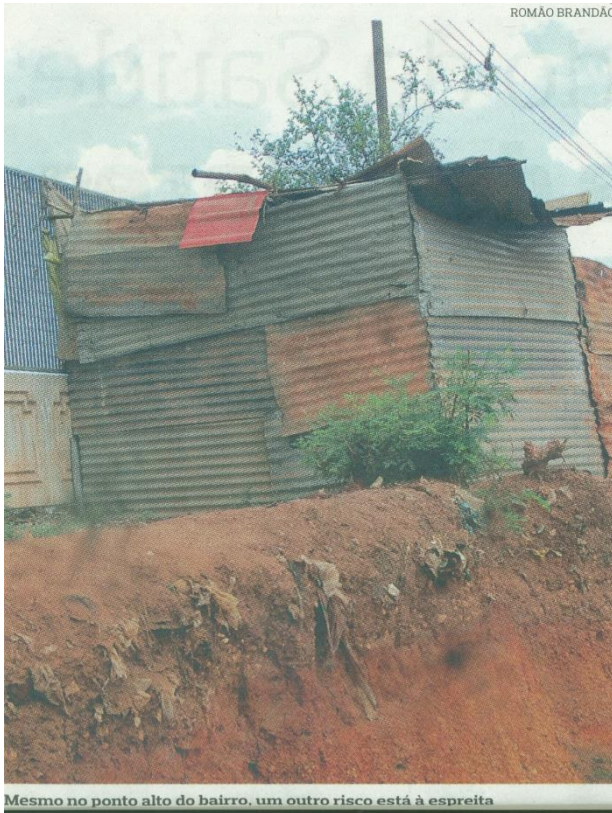
No interior do bairro, com becos muito apertados, a circulação é feita com grande dificuldade. A luz do sol entra com dificuldade por os casebres estarem colados uns aos outros. Cada morador ocupa em média um espaço de três metros quadrados sem nenhum pavimento. O interior das habitações é húmido.

## 7.7 Moradores constroem ao longo da linha férrea fugidos das inundações

*Jornal O País*

14 De Novembro de 2017

Texto: Romão Brandão



Mesmo no ponto alto do bairro, um outro risco está à espreita

Apelidado como Buraco, por ser uma área côncava, cuja gravidade se intensificou, segundo os moradores, devido às alterações "feitas nas estradas circundantes. Situado por detrás do conhecido Mercado da BCA, o bairro Buraco, propriamente no Quarteirão 20, Zona 19 do Cazenga, é caracterizado pela terra húmida e esverdeada, bem como as degradantes condições de saneamento básico.

Actualmente, com as chuvas se abatendo sobre a cidade capital, os seus moradores têm as residências expostas ao risco de desabar e as suas vidas em perigo iminente. Aguardam, por isso, pela devida intervenção do Governo, sobretudo a entrega de um terreno numa outra zona, para nele construir e habitarem condignamente.

Não chegando a ajuda, e porque "já estão na chuva, esperam molhar-se". Tudo fazem para se verem livres das inundações.

Entre as poucas soluções adoptadas pelos moradores consta a construção próximo à linha férrea,

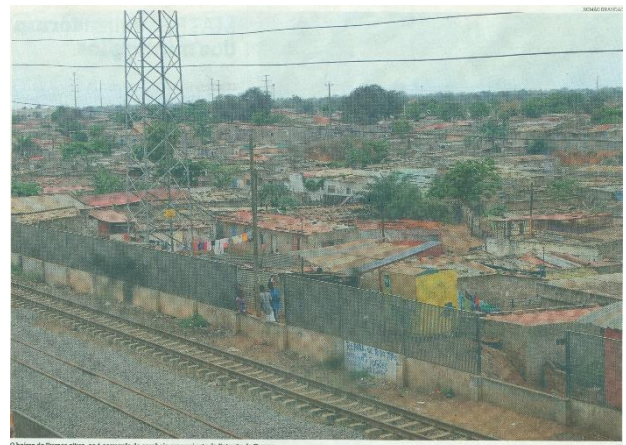
precisamente a maior elevação no local, um "inimigo" que a água tem poucas possibilidades de atacar.

Nesta situação encontra-se o morador António Loango, de 47 anos, que aponta a área como o único refúgio mais próximo, embora reconheça o perigo que a mesma representa por situar-se a escassos metros da linha férrea. Viver ali não é vontade sua, porém, tem que fazer "esse sacrifício" para não ficar ao relento com a família.

"Nas inundações não iríamos sobreviver, tal como muitos não conseguiram. Para evitar isso, preferi construir aqui e proteger a minha família", revelou.

Nesse local, tem que suportar o barulho do comboio e principalmente o tremor de terra. E, acrescentou, tanto ele quanto a família já estão consciencializados e já perderam o medo pelo estremecer de terra.

A casa do nosso entrevistado é de chapas de zinco, até agora tem resistido às passagens do comboio dos Caminhos de Ferro de Luanda (CFL).



O bairro do Buraco situa-se à esquerda do comboio proveniente da Estação do Bengo

Vive há dois anos junto à linha férrea, depois de ter vivido mais no interior do bairro. É dos moradores que abandonaram a casa construída de raiz, por força da água que teima em não secar. "Por não ser peixe, tinha mesmo que fugir da água". Acrescentou que vive com a mulher e 7 filhos. É morador do Buraco desde os seus "11 anitos". Muitas vezes, os filhos mais pequenos, ao passar do comboio, são tomados por um pânico tal, ao ponto de acordarem e, assustados, baterem-se contra as chapas.

Para além de estarem próximos da linha férrea, as casas de chapa encontram-se numa superfície inferior do que dos postes das linhas que transportam energia de alta tensão. Outras casas, inclusive, estão ligadas a tais postes.

Outro problema é o risco de desabamento de algumas residências construídas no ponto alto do bairro do

Buraco, bem próximo da linha férrea. Uma dessas casas é a da senhora Domingas Francisco, 54 anos.

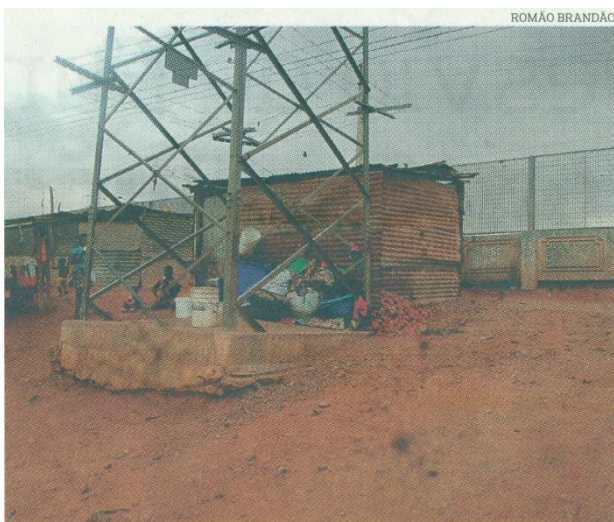
Pelos mesmos motivos, há 6 anos Domingas vive bem próxima da linha férrea, sujeitando-se ao perigo constante pelo facto de não possuir outro terreno ou casa. "O comboio faz muito barulho, mas temos de aguentar mesmo assim", declarou a moradora que vive com o esposo e 4 filhos.

Naquele bairro, como já foi reportado pelo OPAÍS, nas paredes das casas os vestígios das enchentes são permanentes, as quais moradores não se cansam de exhibir, pelo facto de testemunharem uma realidade que todos os anos, desde 2007, marca profundamente as suas vidas. Uma marca indelével, porque quando chove, se não se registarem vítimas mortais, há registos de danos materiais.

Uma das pessoas cuja porta de casa a tristeza bateu é Maria Gaspar Junta, de 53 anos, que viu a sua filha e neto morrerem, numa das enchurradas de 2007. A filha, Maria Agostinho António tinha 18 anos e o neto, Agostinho Vicente, tinha 3 anos. A sua casa encheu e desabou, tendo o óbito sido feito na casa de uma vizinha.

A nossa interlocutora vive há 27 anos naquele bairro, e lembra que a primeira inundação foi em 1993. Felizmente não registou mortes nem danos materiais graves. Depois da inundação de 2007 marcou-a também a de 2016, em que o bairro ficou coberto de água.

"O Governo não faz nada. Antes não tínhamos este problema, as ruas estavam transitáveis e os carros que iam aos mercados Asa Branca e Sucupira passavam bem, agora retificaram a linha férrea e outras estradas, começamos a ter enchentes, porque a água não tem para onde ir", comentou Maria



Para além do perigo de estarem próximos à linha férrea, há os postes de alta tensão

## 7.8 Huambo cadastra terrenos

*Jornal Económico*

*17 De Novembro de 2017*

Um total de 609 terrenos para fins diversos foi cadastrado na província do Huambo, de Janeiro a Outubro deste ano, pelo Instituto Geográfico Cadastral de Angola (IGCA).

Comparando com igual período em 2016, houve um acréscimo de 340 cadastros, de acordo com o chefe da área técnica da instituição, Silva Hossi Venâncio, em declarações, recentes, à Angop.

Explicou que este aumento é fruto da alteração efectuada no modo de cadastramento, lembrando que antes somente eram cadastrados os terrenos cujos croquis de localização eram feitos pelos técnicos do IGCA.

Silva Hossi Venâncio informou que dos 609 terrenos, nos 11 municípios da província, alguns destinam-se à prática agrícola e outros para fins habitacionais, confirmando, ainda, que a base de dados do instituto funciona em perfeitas condições, facto que ajuda a prevenir os conflitos de uso e posse de terra.

Apelou os cidadãos a afluírem ao IGCA para cadastrarem os seus terrenos, com vista a adquirirem o direito de superfície e evitar que outras pessoas se apropriem dos mesmos.

## 7.9 Dez pessoas condenadas no Lobito por ocupação de terrenos

*Jornal O País*

*19 De Novembro de 2017*

Nas acusações feitas pelo Ministério Público, os réus foram julgados pelo crime de desobediência e condenado pelo código penal no seu artigo 188 com uma prisão que vai até três meses.

De acordo com a procuradora, Núria Viegas, que encabeçou as acusações do Ministério Público, os réus não possuíam documentos de legitimidade probatórios de que eram donos do terreno ocupado e ignoraram o apelo da administração municipal e da Polícia Nacional, sobretudo no que concerne o abandono do espaço por ser pertença alheia.

Fez saber que a Polícia apareceu para salvaguardar a pertença legítima de quem tinha documentos que é a empresa da companhia de cimento "Secil/Lobito", mas não acatarem a advertência e enquanto Ministério Público e fiscal da legalidade tem a obrigação de repor a ordem jurídica.

Daí que, pediu para que o tribunal condenasse os réus por uma pena mínima, tendo em conta outras atenuantes primárias, com o intuito de considerar justiça feita tendo em conta o direito penal.

Por seu turno, a Juíza da Causa do Tribunal Provincial do Lobito, Adjami Jossete Seixas Vital, explicou que o Tribunal Provincial do Lobito entende que os réus agiram com dolo e má-fé, tinham consciência de que o terreno era da Secil/Lobito e desobedeceram às instituições do Estado que representam os mesmos como proprietário da terra.

Por seu turno, o defensor oficioso dos réus, o jurista Inácio Neves, pediu que os réus sejam absolvidos ou aplicada a pena suspensa e defendeu melhor análise dos factos do ponto de vista sociológico que os levou a se instalar naquele espaço territorial.

"Muitos deles mantiveram-se no terreno da Secil/Lobito não por uma questão de desobediência mas por procurarem abrigo", disse, considerando que os réus mostraram humildade, confessaram e muitos deles não sabiam que o terreno era pertença alheia, os seus níveis académicos são baixos para poderem ter capacidade de raciocínio lógico e são pais de famílias.

Segundo o jurista, a administração municipal do Lobito devia dialogar com as famílias e encontrar outra solução, não sendo correcto condenar pessoas paupérrimas que procuram apenas um abrigo de terra, uma vez ser tarefa do Estado, representado pela administração municipal do Lobito, garantir habitação do cidadão que não sabe onde viver.

O espaço de 500 hectares de terra é pertença da Secil/Lobito desde o ano de 2009 e foi invadido em Julho do corrente ano.

Estão envolvidos no processo número mil 704/2017 um total de 17 réus dos quais dez condenados por desobediência, enquanto outros aguardam por outra acusação. Os réus explicaram em Tribunal que estavam à espera da promessa feita pela administração em conceder um espaço na povoação da Hanha do norte (Lobito) na extensão de 50 hectares e no Biópio (Catumbela) com 30 hectares.

## 7.10 Bairro dos abandonados

*Jornal O País*

*25 De Novembro de 2017*

*Texto: João Martins*

Caro director do O PAÍS... Eu moro no Kifica (Bairro Benfica - Belas), em Luanda, há mais de dez anos. Neste tempo todo, embora seja um bairro de construção dirigida, que o próprio Governo Provincial

de Luanda parcelou, delineou os arruamentos e vendeu as parcelas para construirmos, parece que estamos abandonados.

O meu bairro tem casas "caras", construídas com muito sacrifício, quase toda a gente que mora no meu bairro são técnicos superiores ou dirigentes, mas levamos muitos anos para termos água e muitos anos para termos luz eléctrica. Agora já temos. Mas o asfalto e os esgotos é que não há maneira de chegar. Todas as casas têm fossas, coisa que já não se usa no tempo moderno.

Não sei porquê, mas vemos condomínios novos já com asfalto, mesmo o Lar do Patriota, um bairro que fica ao lado, já está a ter as ruas asfaltadas. No Kifica e na maior parte do Benfica nem temos postes de iluminação pública. Não é à toa que vivemos numa das áreas mais perigosas de Luanda quando a noite chega. Já escrevemos muitas cartas, já falamos na rádio, já fizemos quase tudo, mas as autoridades não nos ouvem. Algumas vezes disseram-nos que já havia orçamento, mas se as obras não foram feitas, para onde foi o tal orçamento? Quem ficou com o dinheiro?

Tem havido muito abuso em Luanda. Agora que uma senhora do GPL e o director do Tesouro foram presos, começam a desconfiar onde foi o dinheiro. Eles pagam para as suas contas e não fazem as obras. Acho que o SIC tem de investigar muito bem os processos todos que foram pagos, basta andar por Luanda, ver como estão o Kifica, o Cama- ma e outros bairro, e depois ver os dinheiros que saíram para beneficiar estes bairros, mas que nada foi feito nada. Estou mesmo revoltado.

## 7.11 Subestação Eléctrica no Bitá opõe camponeses e administração

*Jornal O País*

*25 De Novembro de 2017*

*Texto: Domingos Bento*

A construção de uma subestação eléctrica e uma estação de tratamento e água no distrito urbano do Kinguela, bairro do Bitá, município de Belas, em Luanda, mantém de costas viradas a administração local e um grupo de 300 camponeses que se dizem injustiçados em razão da falta de transparência no processo de indemnização que se pretende praticar.

São, ao todo, 16 hectares de terras cultivadas que estão a ser desmantadas para dar lugar à construção da futura subestação eléctrica e a estação de tratamento de água. Segundo os camponeses, a administração local tem

recorrido à força para intimidar os homens do campo e apoderar-se das suas terras sem justa indemnização.

Nos últimos dias, relatam os camponeses, a zona tem registado conflitos permanentes, causados por grupos de homens escoltados por tropas da PCU que invadiram as terras, demoliram as residências e as plantações, causando assim perdas incalculáveis. Diante desse cenário caótico, os camponeses desenvolvem uma série de protestos, um grito colectivo de socorro visando repor a legalidade e a tranquilidade na zona.

Kitandi Sucula, representante dos camponeses, referiu que os homens da enxada estão dispostos a ceder o espaço para a construção dessas importantes infra-estruturas sociais, porém mediante um processo transparente do qual ninguém saia prejudicado.

Conforme esclareceu, o espaço onde vão ser construídos os equipamentos públicos foi cadastrado e loteado em 2015. De lá para cá, a administração local ainda não indemnizou os camponeses que dependem apenas dessas terras para garantir a sua sobrevivência, por via da agricultura de subsistência.

"Não estamos contra as acções do Governo. A construção de projectos sociais é sempre bem-vinda. Estamos de acordo. Mas, que tudo seja feito na base da legalidade e no respeito dos nossos direitos. O Estado não pode nos tirar daqui sem nos indemnizar. É só isso que estamos a exigir. E a resposta que temos vindo a receber é só violência das autoridades. Não é justo", protesta Sucula.

Por sua vez, Jorge Domingos, camponês, sublinhou que este conflito de terras já se arrasta há muitos anos. Segundo ele, muitas pessoas com influência vêm lutando para usurparem aquelas parcelas habitadas por centenas de famílias.

Em sua opinião, o projecto de construção da subestação eléctrica e da estação de água é uma iniciativa, que a ser efectivada, vai mudar a vida dos habitantes. Porém, a sua falha reside apenas no facto de não existir uma definição objectiva sobre o futuro dos habitantes locais.

"Somos cerca de trezentas pessoas, todas legais. Se querem receber-nos as terras, que nos indiquem então um sítio próximo onde passamos continuar a fazer a nossa agricultura. Não é justo nos arranquem daqui como se fôssemos animais. Temos titularidade dos espaços e a própria administração sabe disso. O que se precisa aqui, é apenas negociar o nosso futuro. Temos que conversar, aqui o governo tem é que abrir o jogo", atestou.

Faltar coma verdade

Contactado pelo OPAIS, o administrador-adjunto do distrito urbano da Kinguela, Jorge Van - Dúnem, replicou que a versão dos camponeses não corresponde à verdade, porque foram feitos todos os contactos junto dos camponeses, que desde a primeira hora não se demonstraram contra a construção dos projectos públicos que vão melhorar substancialmente a vida daquelas populações.

Tal como explicou, apenas 3 hectares de terra serão necessários para a construção das infra-estruturas, e não os 16, como avançaram os camponeses. No entanto, desde a idealização e cadastramento do espaço, sempre se mantiveram contactos com os presidentes das comissões de moradores, e os próprios camponeses deram luz verde para o arranque das obras que deverão iniciar nos próximos dias.

Quanto às medidas de indemnização, Jorge Van - Dúnem ressaltou que em momento algum referiu-se a valores financeiros. Segundo frisou, o que foi acordado é que os camponeses cujos terrenos o perímetro abrangiu, deverão receber parcelas de terra em outras zonas para continuarem a desenvolver a sua actividade com normalidade.

"Estão a faltar com a verdade. Os camponeses abrangidos foram todos já cadastrados e as terras indicadas. Temos um grupo que vai continuar aqui no Bitá e outro que vai receber espaços na barra do Kwanza. Esses camponeses devem é procurar consultar as listas, e assim irem ao encontro dos seus espaços. Em caso de falha, estamos aqui para repor a legalidade, porque não queremos que as pessoas saiam prejudicadas deste processo", atestou.

De acordo ainda com aquele governante, quando estiverem concluídas, a subestação eléctrica e a estação de tratamento de água vão beneficiar mais de 20 mil famílias das zonas de Cabolombo, Barra do Kwanza, Bitas e localidades circunvizinhas.

## 7.12 Administração Admite Irregularidades

*Jornal de Angola*

*27 De Novembro de 2017*

Administração de Viana na pessoa do administrador-adjunto para a área Técnica Infra-Estruturas e Serviços Comunitários, Fernando Binge, reconhece a existência de ocupações ilegais de espaços destinados à construção de equipamentos sociais.

De acordo com o responsável desde Dezembro do ano passado, altura em que a Administração de Viana assumiu a gerência dos Zangos, descobriu-se que a

antiga gestão cedeu terrenos e licenças de construção a várias individualidades, para a construção de equipamentos sociais. Mas estes desobedeceram às normas exigidas por lei e construíram casas para venda.

"Existem indivíduos que violaram o objecto pelo qual foram cedidos os terrenos e as licenças de construção e que passaram a construir casas para vender. Quando começámos a receber as denúncias, iniciámos as demolições", disse Fernando Binge. Acrescentou que, face à situação, foram tomadas medidas direccionadas para a demolição de várias residências.

Quanto ao grupo de pessoas que se dedica à ocupação dos espaços, o administrador adjunto de Viana disse que conhece alguns integrantes, além de funcionários da administração citados. Porém, a instituição carece de prova do seu alegado envolvimento.

### OBRAS JUNTO A "CASA AMARELA"

O servidor público esclareceu que as obras junto à chamada "Casa Amarela" são da responsabilidade da Administração de Viana.

"Trata-se de urna cadeia de lojas que será atribuída aos jovens que vendem nas ruas. Eles mesmos cuidarão da gestão", justificou.

Fernando Binge disse que a construção das referidas lojas é urna parceria público-privada. "O empresário constrói, gere uma parte e as restantes ficam sob a gestão do estado, que as entrega a pessoas singulares, por via do concurso público".

Entretanto, os preços para o aluguer das lojas ainda não foram estipulados, de acordo com o responsável, porque as obras ainda estão por concluir. "Por isso, é normal que exista especulação", disse.

## 7.13 Moradores acusam Administração de ocupação ilegal de terrenos

*Jornal de Angola*  
27 De Novembro de 2017  
Texto: Pula Martins

Moradores do Distrito Urbano do Zango acusam funcionários afectos à Administração Municipal de Viana de estarem a ocupar e a construir residências e lojas em terrenos reservados para infra-estruturas sociais. A instituição confirma as denúncias e aponta o dedo à antiga gestão, que concedeu varias licenças de construção, em desobediência às normas exigidas por lei.

As casas erguidas nesses terrenos estão a ser comercializadas ao preço de quatro milhões de Kwanzas. Os espaços agora vendidos, afirmam os moradores, estão reservados à implementação do Programa Provincial de Habitação Social (PPHS).

A rede de envolvidos no negócio, segundo as denúncias, é constituída por responsáveis da administração do Município e pessoas ligadas a empreiteiras, além de indivíduos singulares, todos eles identificados pelo nome.

Os denunciantes garantem que os citados indivíduos actuam sob as ordens da administração, que, entretanto, acusam de "fazer ouvidos de mercador" às reivindicações. As pessoas em causa, dizem os moradores dos Zangos, apresentam licenças de construção assinadas por Jeremias Dumbo, o Administrador Municipal, para justificar a legalidade dos lotes de terreno que ocupam. Estes espaços estavam, inicialmente, reservados para a construção de habitações sociais, escolas, creches, postos médicos, esquadras policiais e hospitais.

A título de exemplo, os moradores apontam o terreno junto à biblioteca do Zango, mais conhecida por "Casa Amarela". o espaço, segundo a acusação, que foi usurpado pelas mesmas pessoas, estão a ser construídas várias lojas, cujos proprietários são funcionários da Administração Municipal de Viana. Esta, por sua vez, está a arrendá-las a 100 mil Kwanzas ao mês. "Hoje, a "Casa Amarela" perdeu a sua essência bibliotecária. Exigimos que estas lojas sejam demolidas", defende um morador, que não quis identificar-se.

O governador da província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, ordenou, recentemente, a Administração de Viana a fazer a demolição de todas as casas construídas nesses locais, depois de um órgão de informação ter também denunciado o caso. "Já enviamos várias cartas ao administrador municipal, para esclarecer a situação, mas, até hoje, não obtivemos qualquer resposta", queixa-se outro munícipe.

Os moradores pedem a intervenção do Governo da Província de Luanda, para onde encaminharam, igualmente, várias denúncias sobre a situação. De acordo ainda com as queixas, a administração do distrito Urbano do Zango nada pode fazer, porque, sempre que tenta embargar as obras ilegais, é desautorizada pela Administração Municipal.



## 7.14 É preciso combater o suborno

*Jornal de Angola*

*28 De Novembro de 2017*

Isaac Victor mostrou-se preocupado e atribuiu, por outro lado, a culpa aos sobas que, seduzidos com bens materiais e financeiros, não resistem aos subornos e tornam-se incapazes de defender as zonas florestais sob sua jurisdição.

O combate ao corte ilegal de madeira não deve ser responsabilidade exclusiva do IDF.

O envolvimento das autoridades tradicionais, responsáveis das administrações municipais e comunais e das forças de Defesa e Segurança é determinante para se combater a ilegalidade ainda existente na exploração de madeira na província.

Para travar este fenómeno na província, o chefe de departamento do IDF defende a criação de uma comissão interministerial que envolva, entre outros, organismos como os serviços de Investigação Criminal e de Migração e Estrangeiros. Esta medida visa penalizar os infractores e o controlo de estrangeiros que se deslocam até às zonas de exploração para a compra de madeira.

Isaac Victor afirmou que a madeira cortada de forma ilegal implica várias consequências e, para além de ser apreendida durante a sua transportação por não ter a certificação exigida, envolve multas pesadas correspondentes a 30 mil kwanzas por cada metro cúbico de madeira.

Esta pena abrange tanto aqueles que exercem as actividades de forma ilegal como empresas licenciadas, que durante a exploração excederem os metros cúbicos estabelecidos nos documentos formais.

O chefe do Departamento Florestal no Moxico realçou, no entanto, haver algum indício de tráfico de influência no negócio de madeira, o que tem originado algum fracasso no trabalho dos fiscais na província.

## 7.15 Terreno de estádio II de Novembro a retalho

*Jornal O País*

*28 De Novembro de 2017*

*Texto: André Mussamo*

O vasto espaço contíguo ao Estádio 11 de Novembro, com um muro de vedação pelo meio, está a ser "retalhado".

Ao longo de uma visita de constatação, tanto do interior como do exterior do estádio, é possível verificar novos muros que no seu total "confinaram" o estádio 11 de Novembro num espaço reduzido.

Por sua vez, o novo muro, no interior do recinto, vai sendo subdividido em curtas parcelas, facto que indicia a existência de novos projectos em carteira.

Numa dessas visitas, O PAÍS abordou uma equipa de construção que na semana passada terminava mais uma dessas empreitadas; Os operários, que se identificaram como sendo "uma brigada de uma empresa privada de construção", revelaram que estavam no recinto apenas para "cumprir uma missão do patrão".

Interrogados se não deviam instalar uma placa de identificação da obra, ou por que motivo eles não se encontravam uniformizados ou munidos de cartões de identidade, responderam-nos que tinham sido transportados para o interior do recinto pelo carro da empresa e a missão consistia em concluir a construção do total de "fiadas projectadas para aquele muro, e nada mais".

No dia seguinte, já lá não estava a equipa, mas foi possível constatar que o muro tinha sido concluído. No mesmo dia, um agente da Polícia implicou-se com o repórter deste jornal, evocando que "não devia fotografar no interior do recinto sem autorização". A pequena algazarra cessou após a pronta intervenção de um outro membro da patrulha que se mostrou mais flexível.

Cidadãos que lá se encontravam em busca de outros serviços "solidarizaram-se" com a nossa equipa, e questionaram "que obras eram aquelas que não estavam identificadas com placas?". Ironicamente, um daqueles presentes ficou -se na seguinte suposição: "se calhar já venderam todo o terreno. E daqui a pouco o estádio será engolido por outros projectos como é prática no país".

"Sabemos das obras, mas nada passou por nós"

O director do Estádio 11 de Novembro, Miguel Xisto, abordado por O PAÍS, admite a existência da obra e supõe que seja iniciativa do "proprietário" para "fazer nascer novas infraestruturas que seriam agregadas ao estádio".

Funcionário do Ministério da Juventude e Desporto há seis anos e responsável pelo 11 de Novembro nos últimos mais de 12 meses, Miguel Xisto revelou que "não conhece a tutela da iniciativa de retalhar o perímetro do estádio", mas estava seguro de que não era do seu ministério. O responsável referiu ainda que, desde que se encontra à frente daquele património

nacional, nunca passou pela sua mesa de trabalho (nem que seja para mero conhecimento) projecto algum que fosse para ampliar serviços ou fazer surgir novos no perímetro da infraestrutura. "Sabemos das obras, mas nada passou por nós", declarou. Face a nossa insistência, Miguel Xisto admite que, seja lá o que for que esteja a ser projectado para o recinto, "deverá ser algo para agregar valor ao estádio e deve ser do conhecimento das autoridades competentes".

"Como podem ver, o estaleiro nunca foi desmontado e, como é de supor, ele não faz parte do projecto definitivo. Portanto, alguma coisa falta por concluir. Suponho que seja algo que esteja na esfera do Ministério da Construção", deduziu.

Aquele responsável, que ao longo da entrevista sempre se referiu a um "proprietário do estádio" que também evitou identificar, assegurou que não se tratava do Ministério da Juventude e Desportos.

À busca de mais elementos, OPAÍS contactou uma fonte do Ministério da Construção que garantiu nada ter a ver com o que se passa no perímetro do estádio 11 de Novembro. "Como pode ver, o ministério construiu a infraestrutura e entregou-a imediatamente ao departamento de tutela. Se lá voltarmos será para uma manutenção ou algo parecido. Por enquanto, não temos nada a ver com o que se passa", esclareceu a fonte.

Uma longa novela

Face a este imbróglgio marcado por falta de respostas ao questionamento público sobre "o que estará a ser projectado em redor do estádio II de Novembro e por quem?", OPAÍS apurou que desde o seu início que a construção da infra-estrutura se vê a meio dessa novela que promete mais capítulos. Entretanto, um grupo de camponeses alega não ter sido justamente "ressarcido" pela titularidade do espaço que evocavam possuir. Diz-se que este grupo de camponeses reclama do Estado angolano "uma justa indemnização".

Terá sido por estas favas mal contadas que o pavilhão Arena terá, a última hora, sido deslocado para uma outra zona, enquanto a intenção inicial era acoplá-lo ao estádio 11 de Novembro para agregar um complexo desportivo.

Entretanto, outras fontes contestam, referindo que, durante a construção daquelas infra-estruturas desportivas, um grupo "procurou inviabilizar tais projectos", ora erguendo casebres ora reclamando uma titularidade que nunca muitos nunca conseguiram provar.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 O problema é antigo

*Jornal de Angola*  
02 De Novembro de 2017

O abastecimento de água potável à cidade de Mbanza Kongo é um problema antigo. Muitos moradores são obrigados a recorrer a meios alternativos para conseguirem esses bens tão importantes para a vida. Centenas de pessoas deslocam-se com bacias à cabeça e bidões nas mãos, para irem buscar água, ao som audível dos geradores, que em várias casas estão ligados permanentemente, por falta de energia eléctrica.

José Garcia, de 32 anos, cansou-se esperar por ver resolvido o problema da falta de água e energia eléctrica na sua cidade de Mbanza Congo. Residente no bairro 4 de Fevereiro, explicou ao Jornal de Angola que tem tido muitas dificuldades para conseguir água potável, porque o único fontanário existente no bairro tem grande enchente de pessoas todos os dias.

Como solução, tem sido obrigado a acarretar de uma cacimba, com todos os riscos para a saúde que isso envolve. “A carência de água obriga-nos a consumir água das cacimbas. Temos tido o cuidado de a desenfear com quatro gotas de lixívia, mas, ainda assim, muitas doenças são transmitidas por esta via, como a febre tifoide”, referiu.

Ajuntar a isto, a falta de energia eléctrica é permanente no seu bairro, mesmo depois de ter recebido garantias da Empresa Nacional de Electricidade (ENE) que ia instalar rede eléctrica no seu bairro. Com o rosto triste, José Garcia lamenta que o abastecimento de energia e de água esteja circunscrito aos bairros Álvaro Buta e Sagrada Esperança.

Adelina Masídivinga, 28 anos, residente no bairro Álvaro Buta, confirma. Tem acesso fácil a água potável no seu bairro. Perto da sua casa foi construído um fontanário, de onde todos os dias retira água para consumo. O bairro onde reside não tem problemas de fornecimento de energia, mas Adelina Masídivinga não tem luz em casa, porque não reuniu os documentos necessários para a efectivação do contrato.

“Todos os meus vizinhos tem energia eléctrica”, explicou, ao mesmo tempo que considerou que o governo deve estender os serviços de água e energia aos outros bairros que ainda não dispõem destes serviços, indispensáveis para a sobrevivência da população.

Nascente de água

A nascente de água conhecida por “Santa”, onde foi construído um tanque que em tempos serviu de reforço ao sistema de abastecimento de água aos municípios de Mbanza Kongo, vai ter obras de requalificação, para voltar a fornecer água à cidade. Até aqui, ela tem sido a boia de salvação de várias famílias, que ali acorrem todos os dias para acarretar água.

### 8.2 Saneamento básico regista avanços

*Jornal de Angola*  
02 De Novembro de 2017

Cerca de 90 mil alunos de diversos estratos sociais da província de Benguela estão a beneficiar de um projecto que visa a construção de dez mil latrinas melhoradas nas escolas primárias dos bairros periféricos e a reparação de 27 bombas de água.

A decorrer na base do "Projecto de acção de saneamento básico nas escolas e comunidades", coordenado pela Acção de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP), desde 2012, o programa é financiado pela Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento (USAID), orçado em dois milhões de dólares.

O programa tem como objectivo a melhoria do saneamento básico nas escolas periféricas e comunidades distantes da sede da província de Benguela.

Durante a sua fase de execução, o projecto já atingiu 2 bairros dos municípios de Benguela, Cubal, Ganda e Chongoroi, abrangendo um universo de 104 escolas primárias. Fruto disso, o Ministério do Ambiente certificou as respectivas municipalidades como localidades sem defecção ao ar livre.

Do ponto de vista estatístico humanitário, foram beneficiários directos do projecto, numa primeira fase, um total de 91.860 pessoas.

### 8.3 "Braço-de-ferro" sobre fontanário de água

*Jornal 24 Horas*  
03 De Novembro de 2017

Em causa está o acesso à água em Tchihepepe. Na província da Huíla, prossegue o "braço de ferro" entre o Governo e as comunidades da localidade de Tchihepepe no município dos Gambos pela disputa de um fontanário de água.

Depois das denúncias das comunidades que alegam que o projecto do Governo provincial em execução visa atender fazendas privadas, é o próprio executivo que vem assegurar que o mesmo persegue metas maiores na região.

O director provincial de Energia e Águas, Abel Costa, entende que o aparente descontentamento das comunidades não engaja todos e que existem por trás outros interesses da Igreja Católica no local.

Costa diz que o projecto do Governo iniciado em Julho é para continuar e garante que estão acautelados os interesses das comunidades. "As pessoas ligadas à Igreja têm intenções de criar aqui um grande aldeamento que todos nós aplaudimos. Estamos a buscar as melhores formas de entendimento, acautelando os interesses em causa, mas não vamos inviabilizar um projecto que está muitíssimo avançado e vai significar bastante.

A abordagem vai continuar, vamos conversar e vamos nos entender. O projecto avança e não é por causa de urna pequena fonte que vamos inviabilizar esta iniciativa que tem de estar concluída nos prazos estabelecidos".

Uma das vozes activas contra a instalação do projecto governamental é a missão católica de Santo António, representada pelo padre Jacinto Pio Wakussanga. O sacerdote diz estar disposto a avançar por vias legais para impedir que a água saia do polémico aquífero. "Estudos podem ser feitos para que se dê água não só ao gado mas também à população. Sem a autorização do povo a água não pode ser retirada da missão", garante o pároco da missão católica de Santo António nos Gambos.

## 8.4 Municípios do Lubango agastados com o lixo na cidade

*Jornal O País*

*03 De Novembro de 2017*

*Texto: Milton Manaça*

O lixo nas ruas da cidade do Lubango, província da Huíla, vem deixando agastados os cidadãos locais, muitos dos quais queixam-se da falta de recolha por parte das respectivas operadoras, uma situação que provoca grandes amontoados de lixo e de moscas em algumas ruas.

José Benjamim, residente no bairro Mapunda, revelou que a situação já se arrasta há alguns meses porque as empresas envolvidas na recolha não têm cumprido com a sua parte, deixando que o lixo fique acumulado durante várias semanas.

O jovem de 26 anos disse que "a situação piora a cada dia que passa, porque em determinados pontos não se vê contentores nem os funcionários das empresas contratadas a circular, enquanto o lixo aumenta significativamente", disse.

As ruas onde funcionam algumas instituições públicas não são poupadas, como é o caso do Hospital Pediátrico local e junto da conhecida Escola 1, 2, 3. Para os visitantes, a situação é visível logo à entrada da cidade, onde o lixo faz morada no lado oposto à administração do Bairro Nambambi.

Temendo represálias, duas naturais do Lubango que identificaram-se apenas com os nomes de Luísa e Maria, funcionárias públicas de 46 e 55 anos, respectivamente, realçaram que há uma certa letargia por parte do executivo local que não tem um plano concreto para acabar com os resíduos sólidos.

As cidadinas dizem não verem solução a curto prazo para o problema, considerando que o trabalho que tem sido realizado pelos responsáveis deixa muito a desejar.

"Ao longo dos meus 55 anos cá na cidade, só vi enxames de abelhas, mas agora no Lubango estamos a ver enxames de moscas causados pelo lixo. A situação está péssima", disse Luísa.

Já Alberto Ngava fez mea cul, atribuindo também responsabilidades à população que não faz esforço para acondicionar o lixo nos sacos e depositar nos horários e locais apropriados.

Apesar de reconhecer a falta de contentores na cidade, o estudante universitário enfatizou que caso as pessoas cultivassem o hábito de meter o lixo em horários e locais estabelecidos minimizaria o problema.

"A recolha do lixo é mesmo precária, mas às vezes nós não fazemos o nosso trabalho como municípios e apenas nos focamos em culpabilizar os responsáveis", sustentou.

A mesma opinião foi partilhada por Jeremias Chingue, tendo acrescentado que a colaboração do cidadão é imprescindível para que uma cidade não se descaracterize.

### Chuvas e doenças

A situação agrava-se com as chuvas que têm caído sobre a cidade causando cheiros nauseabundos e a aparição de insectos e animais vadios nos pontos de maior concentração de resíduos.

Os municípios dizem que este facto contribui na proliferação de doenças, com particular realce para a

malária e doenças diarreicas agudas. Nesta fase, a recolha tem-se restringido maioritariamente ao centro da cidade, ficando mais afectados os bairros periféricos.

Entretanto, os habitantes da cidade do Cristo Rei, solicitam que nesta fase não se prestasse atenção apenas ao centro, atendendo que as zonas periféricas são, no geral, de onde advém as doenças causadas pelo lixo.

Buracos nas estradas e passeios

Muitos passeios e estradas encontram-se esburacados e segundo os municípios deve-se à falta de estudos de projectos conjuntos, tendo em conta que as empresas de telecomunicações, águas e outras escavam, realizam os seus trabalhos separadamente e não fazem a devida reposição do tapete asfáltico e reabilitação das áreas degradadas.

"De cada vez que tentam endireitar cavam mais. Não existe um único projecto e até parece que é a cidade mais esburacada na província da Huila", disse José Benjamim.

Ironizando a questão dos buracos no Lubango, alguns cidadãos disseram que a sua cidade está em condições de realizar um campeonato de Wela (jogo africano que se faz escavando buracos na terra com a utilização de pedrinhas).

Alberto Ngava, por exemplo, diz ser necessário a responsabilização das empresas que procedem de tal forma para que haja manutenção do trabalho realizado pelo Estado.

## 8.5 Os milhões perdidos no lixo de Luanda

*Jornal Liberdade*

*03 De Novembro de 2017*

A indústria do lixo constitui uma grande oportunidade sócio económica. A todo instante fala-se de degradação do meio ambiente, efeito estufa, camada de ozónio, ilhas de calor, poluição de águas e outros acontecimentos de que antes não se ouvia falar e que decorrem da despreocupação, por muito tempo, do homem em relação à poluição e ao lixo gerado. Com o aumento da produção de embalagens descartáveis, como garrafas PET (plástico resistente para fabricação de garrafas). Na década de 80, percebeu-se o aumento da quantidade de lixo. Assim, muitas ONGs e governos passaram a se preocupar com o destino do lixo e com a degradação do meio ambiente. A consciência ambiental foi aumentando desde esse período. Dessa maneira, empresas também passam a

valorizar práticas sustentáveis, pois percebem que consumidores dão preferências a essas questões. Assim, a economia passa a girar em torno da reciclagem e de acções sustentáveis.

Processos de reciclagem, hoje, movimentam milhões de dólares por ano, sustentam diversas famílias e geram empregos que movimentam qualquer economia.

As nossas zonas urbanas com destaque para a cidade de Luanda, produzem enormes quantidades de lixo, e por incapacidade de recolha e tratamento do lixo, temos problemas graves de saúde pública.

Não obstante a participação dos cidadãos nos custos com a recolha do lixo, políticas estimuladoras e facilidades no financiamento para criação de uma rede de cooperativas de recolha selectiva, criação de indústrias de reciclagem e de reaproveitamento do lixo, deveria ser a principal estratégia do nosso governo para combate ao lixo, para produção local de matéria-prima, para promoção da criação de pequenas e médias empresas e respectivos milhares de postos de empregos. Uma componente importante da estratégia seria a criação de instrumentos como pagamento por produtividade e acréscimos compensatórios graduados, a fim de aumentar a renda dos catadores, e crédito cooperativo para aumentar a organização e formalização das cooperativas. O envolvimento dos municípios é decisivo para que estas estratégias avancem.

A reciclagem traz grandes vantagens para o meio ambiente e para as pessoas, tanto no âmbito social, quanto económico, milhões de dólares seriam poupados, mais que são depositados em aterros sanitários.

A prática da reciclagem reduz bastante o volume de lixo depositado nos aterros sanitários, aumentando assim a vida útil dos aterros, e diminuindo a quantidade de gases nocivos emitidos na nossa atmosfera.

Segundo estudos actualiza dos de organizações ambientais, a cada mil quilos de papel reciclado, vinte e duas árvores deixam de ser cortadas. Graças a isso, o nosso ar fica mais puro e nosso meio ambiente preservado. Além disso, economizamos água, já que a produção de reciclado utiliza de 50 a 200 vezes menos água do que na produção de papel novo. Com essa quantidade de água, conseguiríamos suprir as necessidades diárias de mil pessoas.

A cada mil quilos de alumínio reciclado, 5 mil quilos de bauxita são salvos da extracção. Com isso, a energia eléctrica utilizada no refinamento da bauxita também

é economizada. A reciclagem do plástico preserva fontes não renováveis, como o petróleo, além da redução do consumo de energia eléctrica utilizada no processo de produção deste material.

Outro grande benefício social da reciclagem, além de deixar a cidade mais limpa, preservar o meio ambiente e trazer benefícios para a economia do país, gera empregos para a população. A média é que a cada mil toneladas de lixo reciclado, cinco empregos são gerados.

Além do papel, vidro, plástico e alumínio (metal), outros artigos podem ser reciclados, apesar de muita gente não saber. É o caso do esferovite. Ele já tem alto valor comercial e é um item muito valorizado pelas cooperativas de reciclagem.

Tudo isso graças a uma tecnologia que retira o oxigénio do esferovite, comprimindo-o e o transformando novamente em grãos.

## 8.6 Água e energia eléctrica preocupam moradores

*Jornal de Angola*  
05 De Novembro de 2017  
Texto: André Bruno

Moradores do bairro Sassa, arredores da cidade de Ndalatando, no Cuanza-Norte, solicitaram ao governo provincial maior rapidez na resolução dos serviços sociais básicos, consubstanciados na construção de uma escola do segundo ciclo, extensão de rede eléctrica, abastecimento de água potável, melhoria do saneamento básico e requalificação das ruas.

As preocupações foram apresentadas ao governador provincial, José Maria Ferraz dos Santos, durante o primeiro encontro de auscultação e concertação social realizado no bairro Sassa, onde os moradores exigiram, de igual modo, maior policiamento e não só naquele perímetro, mas também nas áreas circunvizinhas, como Vieta e Camundai, tendo em conta o aumento da onda de assaltos nos últimos tempos. A representante da mulher rural do bairro Sassa, Joana Sebastião Zangui, falou da necessidade do reforço do policiamento e iluminação pública, construção de um mercado, autocarros públicos e construção de escolas do ensino médio.

Para o responsável dos antigos combatentes, Adilson Pedro, que enalteceu a iniciativa do governo de auscultar a população para saber os reais problemas que vivem os moradores do bairro Sassa, a falta de material para a criação dos pequenos negócios

constitui uma complicação para os moradores daquela localidade.

O responsável das autoridades tradicionais, Borges Tonguina, explicou que a falta de um centro de formação profissional, bem como a melhoria do abastecimento de água potável constam dos problemas das comunidades, factos que têm criado constrangimento aos jovens que precisam deslocar-se a outras localidades em busca de formação.

Em nome da juventude do bairro Sassa, Teodoro Pereira Chumbo pediu maior transparência dos concursos públicos, bem como a construção de campos multiusos. O governador disse ter tomado nota das questões apresentadas e garantiu resolvê-las o mais rápido possível.

## 8.7 As makas do Nova Vida

*Jornal O País*  
05 De Novembro de 2017

Prezado director do jornal O PAÍS, escrevo esta carta na esperança de que a mesma seja publicada no

vosso jornal. E se puder, espero que seja publicada com urgência, mesmo ultrapassando outras que tenham chegado antes dela.

Tal como muitos outros moradores do Projecto Nova Vida, estou bastante aflita. Estamos sem água e não sabemos mais o que fazer. Não é a primeira vez que isso acontece. Mas isso não significa que não sintamos a aflição de todos os dias ter que subir com água aos potes, vasilhas e bacias, deixando as escadas do prédio todas sujas. Imundas. Ter que desenrascar electrobombas, e como se não bastasse, viver sempre aflita com a saúde das crianças.

Assim como os meus vizinhos, tenho filhos pequenos e acho que ao menos devemos proporcionar-lhes um meio ambiente e condições saudáveis. Agora, viver sempre com o coração nas mãos por causa das más condições que lhes rodeiam ou que simplesmente não existem. É que não sei o que se passa. Nunca sabemos, porque nunca nos explicam nada. Não se dialoga, nem se comunica.

Acho que desta vez, a situação está muito grave. Mais grave que a luz, sua parceira, que, pelo menos durante estes dias, tem falhado mais do que o habitual. Infelizmente.

Se os dirigentes deste país têm os jornais, então sabem como andamos. Não precisamos que nos dêem respostas pela rádio, pela televisão, ou pelo jornal. Apenas queremos que nos resolvam concretamente a

situação. Porque assim não dá. Isso não é vida. Não é digno...

Bem hajam, Espero que este jornal seja lido e sejamos ouvidos então.

Mónica varanda

## 8.8 Trinta mil famílias com água em Cabinda

*Jornal de Angola*

*08 De Novembro de 2017*

*Josina de Carvalho e Bernardo Capita*

A capacidade de abastecimento de água da cidade de Cabinda e da vila de Lândana, município de Cacongo, vai aumentar cinco vezes e beneficiar 30.000 famílias, após a conclusão das obras da futura Estação de Tratamento de Água de Sassa-Zau.

O Presidente da República, João Lourenço, que trabalha na província de Cabinda de ontem, visitou e constatou o estado de execução das obras que vão reforçar o sistema de abastecimento de água da província, bem como as obras de construção do novo aeroporto, do Campus Universitário do Caio, da Central Térmica de Malembo, do Terminal Marítimo, do Centro Político Administrativo do Governo Provincial e as obras de ampliação do Hospital Regional de Cabinda.

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, disse que o projecto da futura Estação de Tratamento de Água de Sassa - Zau, financiado pela linha de crédito da China, fica concluído em Março de 2019<sup>1</sup> e vai permitir a captação de água de 0.6 metros cúbicos por segundo, para satisfazer todas as necessidades de abastecimento de água das populações e atender projectos importantes da província como o Campus Universitário do Caio, novo aeroporto e o terminal marítimo.

Em Setembro de 2018 termina a primeira fase das obras de construção do Campus Universitário, que contempla as faculdades de Economia, de Medicina e o Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade 11 de Novembro.

Neste momento, segundo a ministra do Ensino Superior, Maria Sambo, as obras que começaram com a construção do edifício da reitoria estão paralisadas por razões financeiras, mas há garantias de que até 2018 a primeira fase fica concluída, necessitando apenas de apetrechamento para o seu funcionamento.

A segunda fase incluiu a área administrativa, salas de aulas, residência para os docentes e estudantes,

refeitórios, campo de jogos multiusos, ruas de acesso aos veículos, passeios, ciclo vias, parque de estacionamento, área de apoio aos edifícios e uma Estação de Tratamento de Águas Residuais. O valor global da obra do Campus Universitário do Caio é de 23.375.000 dólares.

Na zona de construção do novo aeroporto de Cabinda, o Presidente da República constatou um avanço significativo das obras, cuja conclusão está prevista para o primeiro trimestre de 2019. A empreiteira prepara-se para executar a pista e a placa, enquanto decorrem os acertos para o realojamento das populações residentes nas áreas adjacentes.

A Central Térmica de Malembo, com três turbinas, está a ser reestruturada para deixar de usar o combustível diesel e funcionar a gás, por razões económicas e ambientais. A primeira turbina deverá entrar em funcionamento a partir de Dezembro.

### Hospital regional

O Presidente da República, João Lourenço, visitou ainda o Hospital Regional de Cabinda para constatar o seu funcionamento e o andamento das obras de reabilitação em curso. A visita do Chefe de Estado à maior unidade hospitalar da província iniciou-se no banco de urgência, uma área de serviços cuja infraestrutura foi construída de raiz no âmbito do projecto de reabilitação do Hospital Regional de Cabinda, que comporta o bloco operatório, enfermaria, arrecadação e raio x.

As obras de reabilitação do hospital regional iniciaram há mais de dez anos para conferir aos funcionários melhores condições de trabalho e aos pacientes uma assistência médica mais humanizada. A reabilitação é extensiva ao edifício da antiga área de medicina geral, incluindo a maternidade, também visitadas pelo Presidente da República. O edifício tem dois pisos e já beneficiou de obras na ordem de 90 por cento, mas devido às dificuldades financeiras que o país atravessa estão paralisadas desde 2015.

Ao Presidente João Lourenço foi informado este constrangimento de ordem financeira, como também de algumas alterações técnicas que devem ser introduzidas no hospital que até a presente data embaraçam a conclusão das obras.

A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, afirmou ser do interesse do Executivo que as obras sejam concluídas com urgência, "porque vão fazer toda a diferença na prestação de cuidados à população".

Sílvia Lutucuta acrescentou ser necessário que o hospital tenha um bloco operatório e outros serviços

complementares funcionais, para que a humanização da saúde seja efectiva em todo o país.

A ministra reconheceu que o Hospital Regional de Cabinda atravessa um série de dificuldades, desde a falta de infraestruturas com maior capacidade para internamento à carência de espaços de trabalho e recursos humanos aceitáveis, além da falta de alguns serviços especializados como de cardiologia, oftalmologia, hemodiálise, nefrologia, entre outras especialidades inexistentes na província que obrigam por vezes os pacientes a recorrerem a outras regiões do país e aos países vizinhos.

A falta de medicamentos é outra dificuldade apontada pela ministra Sílvia Lutucuta, cuja solução será vista de forma gradual de acordo com a especificidade de cada província, no âmbito do programa nacional de abastecimento de medicamentos.

As obras de construção do terminal marítimo e portuário de Cabinda e do Quebra - Mar foram igualmente visitadas pelo Presidente da República.

As obras iniciaram este ano e comportam um edifício principal, com os seus respectivos serviços, espaços comerciais, parques de estacionamento e arruamentos.

A infra-estrutura, sob responsabilidade do Ministério dos Transportes, vai acomodar embarcações do tipo catamarã e Ro-Ro para o transporte de passageiros, carga geral e contentorizada.

O projecto tem por finalidade oferecer uma melhor mobilidade à população por via marítima na rota Luanda/Soyo/Cabinda e vice-versa, enquanto as obras do Quebra-Mar estão a ser implantadas numa área de 50. 000 metros quadrados e terá 672 metros de comprimento e uma profundidade de oito metros.

A agenda de visitas do Presidente culminou nas obras da sede política activa do governo da província, uma infra-estrutura que vai albergar os serviços de apoio ao governador provincial e às secretarias provinciais.

## 8.9 Água potável vai Jorrar

*Jornal A Economia e Finanças*  
10 De Novembro de 2017

A comunidade da Kissomeira, município do Dande, poderá nos próximos dois anos beneficiar de energia eléctrica e água potável, garantiu o governador provincial do Bengo, João Bernardo de Miranda, na abertura da campanha agrícola 2017/2018\_

Segundo a Angop, o governante, que respondia as inquietações apresentadas pela população local,

explicou que os projectos existem, mas a sua implementação depende da disponibilidade financeira,

Referiu que para além de abastecimento da água potável, existe um projecto de abertura de canal de irrigação que partirá do rio Bengo, numa extensão de cerca de 16 quilómetros, para beneficiar os camponeses da região, por forma aumentar a produção e diversificar as culturas.

Segundo João Miranda, do recenseamento feito, a localidade da Kissomeira conta com menos de quatro mil habitantes, embora algumas pessoas não estão fixas, já que uns vivem em Luanda, mas

trabalham na região e voltam a procedência, complicando, deste modo, a política do Governo,

Lembrou que em 2010, o Governo da província, no seu programa de acção, construiu nesta localidade um posto policial, uma escola, um posto médico e também recebeu ajuda da Fundação Lwini para uma escola.

Das questões enumeradas, de acordo com o governador João Miranda, apenas duas sempre ficaram por se resolver, sendo uma de trazer a água do rio Bengo até a Kissomeira, numa extensão de 16 quilómetros, cujo projecto nunca foi materializado.

"Tentamos fazer furos de água aqui, não foi possível porque o nível de água subterrânea está muito longe, além de que a água é salubre, tem sal, estamos a lutar contra muitos obstáculos da natureza", explicou.

## 8.10 Consequências da incineração e exposição do lixo em Luanda

*Jornal Liberdade*  
10 De Novembro de 2017

O lixo que o ser humano produz e coloca no meio ambiente todos os dias é um risco muito sério à saúde de todos os seres vivos e do planeta em si. São bilhões de pessoas residentes na Terra. Dê uma olhada no lixo produzido em sua casa. Repare o quanto aquele lixo aumenta todos os dias. Depois, tente imaginar que cada uma das famílias do mundo faz a mesma coisa diariamente. Temos ainda o lixo produzido pelas fábricas, pelas lojas etc.,. Dá para imaginar as quantidades astronómicas do lixo produzido no mundo inteiro! Com o rápido crescimento populacional em Luanda, a quantidade de lixo produzido também tem aumentado, quantidades assustadoras de lixo persistem expostos nas vias públicas, nos terrenos baldios, largos, valas de drenagem dos esgotos, a volta dos edifícios residenciais, espaços adjacentes aos mercados, nas lixeiras a céu aberto etc. A decomposição é uma forma



de controlar o lixo urbano, porém grande parte desse lixo não é biodegradável, portanto, não se decompõe causando a poluição.

O lixo de Luanda é destinado para o aterro sanitário dos Mulenvos e para algumas lixeiras (extensos terrenos a céu aberto para onde os lixos urbanos são levados), ou passam pelos processos de incineração a céu aberto. Nas lixeiras o lixo não recebe tratamento nenhum, causando sérios problemas ambientais e de saúde pública como a produção do chorume (líquido malcheiroso e nojento que o lixo acumulado produz quando vai se decompondo), substância altamente tóxica que contamina os lençóis freáticos e o solo. Esta exposição do lixo conforme referimos anteriormente, poderá causar diversas

Doenças pelo facto de propiciar condições de criação de bactérias, fungos e outros parasitas. Também atrai baratas, ratos, moscas, mosquitos etc. Esses animais poderão transmitir ou intermediar o surgimento de importantes doenças, como a malária, febre tifoide, cólera, disenteria, amebose intestinal etc ..

O aterro sanitário dos Munlevos é o local onde o lixo é depositado em camadas alternadas de lixo e terra, evitando-se assim o mau cheiro e a proliferação de insectos. Na execução de um aterro sanitário, é importante impermeabilizar sua base para evitar a contaminação do subsolo e construir canais de drenagem para os gases e líquidos como o chorume que se formarão. O chorume, proveniente da decomposição do lixo, é uma substância com alto potencial poluidor. Caso não sejam tomados os cuidados necessários no seu controle, eliminação ou neutralização, o chorume caracteriza-se como um grande perigo, principalmente para águas subterrâneas. O lixo que deveria ser depositado no aterro sanitário são os não-recicláveis, no entanto, em Angola não temos ainda indústria de reciclagem, e então todo o lixo reciclável ou não é depositado no aterro.

Depois da acumulação prolongada de lixo em locais adjacentes aos edifícios residenciais ou via pública, comumente, os municípios optam pela sua incineração a céu aberto. Já se acreditou que a incineração seria a solução para a crescente quantidade de lixo no planeta. Porém, ao longo do tempo, pesquisas científica internacionais concluíram que esse processo é altamente prejudicial ao meio ambiente, pois substâncias tóxicas são produzidas e liberadas. O lixo queimado produz gás carbônico, um gás que é tóxico se estiver em grandes quantidades. Lembramos que o ar do planeta já está cheio de gás carbônico por causa dos carros e das fábricas. Como exemplos de produtos novos formados a partir da combustão, têm as dioxinas e os furanos, que causam a redução dos níveis de testosterona (hormonas que dão as

características masculinas) nos homens, alterações no sistema imune (sistema de defesa do organismo), disfunções neurofisiológicas em crianças cujas mães foram expostas aos compostos, anormalidades no metabolismo da glicose e o surgimento de câncer. Há, ainda, alguns metais pesados que são liberados para o ambiente, como o chumbo e o mercúrio, que causam diversos problemas nos sistemas hematopoiético (sistema que produz o sangue), nervoso, urinário, digestivo e respiratório, dentre outras alterações no corpo humano.

O lixo é um grande problema quando mal gerido, entretanto ele é uma enorme fonte de matéria prima para a indústria. Ele pode ser uma solução, desde que os governos, as instituições (escolas, hospitais etc.), as empresas e cada pessoa façam a sua parte. Isso inclui você e sua família.

## 8.11 Falta água e segurança no Jardim do Éden

*Novo Jornal*

*10 De Novembro de 2017*

*Texto: António Paulo*

O grito de socorro foi lançado ao Novo Jornal pela coordenadora da comissão de moradores da urbanização, Ana Freire, que, durante o apelo, esteve ladeada por três dos seus colaboradores directos e coordenadores de rua: Desidério Inglês, Maria Dulcília e Aleixo da Palma.

A urbanização é circundada por duas vias principais, que foram homenageadas com nomes de dois rios - Kwanza e Longa -, que representam a abundância de água no país. No entanto, para a maioria dos moradores, há muito que os citados rios "já secaram", dada a carência do líquido precioso.

Ana Freire, "sem qualquer medo de errar", avança que apenas 15 ou 20 por cento das 800 moradias habitadas beneficiam da água da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL). "Todos nós estamos psicologicamente e financeiramente exaustos porque temos de pagar cisternas de água todas as semanas, no valor entre 10 e 17 mil Kwanzas", reclamou.

Explicou que, no seu caso, a falta de água já dura há quase dois anos e meio e que a situação vivida na urbanização já é do domínio da EPAL.

"Eu, particularmente, já estou a caminho de dois anos e dois meses [nesta situação], outros estão há mais tempo. A EPAL sabe do nosso problema. Ela tem dossiers com queixas e denúncias sobre a situação", porque "alguns moradores já fizeram cartas de forma

singular e nós, comissão de moradores, fizemos também a nossa parte, mas até agora nem água vai nem água vem", desabafou.

Desidério Inglês, Maria Dulcília e Aleixo da Palma acrescentaram que o problema da falta de água começou tão logo o sistema de água foi entregue à EPAL, que, segundo as fontes, agora apresenta dificuldades para a manutenção do mesmo por falta de material de reposição: "A urbanização é toda canalizada.

Quando a urbanização ainda era pertença dos empreendedores do Jardim do Éden e Ritz Solution tínhamos tanques privados de água que eles construíram e não havia falta de água. O sistema de água foi entregue à EPAL, e desde então passámos a ter dificuldades.

Aleixo Palma, coordenador da rua dos Girassóis, fala mesmo em "máfia da água" por parte de responsáveis da EPAL na localidade, a quem apontou serem os principais fornecedores de água por via de cisternas. "Há aqui uma máfia muito grande porque não se compreende como é que as cisternas chegam aqui facilmente, sem ninguém as chamar", observou.

Apesar da interrupção no abastecimento de água, os denunciantes disseram que "a EPAL insistia na prática de cobranças das facturas como se de nada soubessem", deixando irritada a Comissão de Moradores do condomínio aberto, construído há 10 anos em Luanda.

"Eles continuavam a mandar cobranças às casas lesadas e nós fizemos um abaixo-assinado para suspender as cobranças e resultou. Na carta está contido o período desde que estamos sem água. Por isso, entendemos que o caso "Jardim do Éden" foi um descaso, daí o fosso que existe em relação à situação da água, que os próprios senhores da EPAL reconhecem. Já cá esteve uma equipa que prometeu resolver o problema até ao mês passado, mas até agora nada", rebateu Ana Freire.

#### Assaltos e raptos

Uma outra situação que tem gerado preocupação é o clima de insegurança no Jardim do Éden, de acordo com os porta-vozes. Ana Freire informou que já se está a trabalhar num processo que culminará com a vedação da zona, por forma a deixar mais tranquilos os moradores.

"Isto na realidade não é um condomínio, mas sim uma urbanização, porque as entradas são livres e qualquer pessoa pode entrar e sair de dentro dela quando bem quiser. E, ao longo do tempo, começámos a ver que isso tem facilitado os meliantes. Já há estatísticas

policiais de assaltos, sequestros e roubos a residências, de dia ou de noite, com ou sem pessoas lá dentro", pontualizou Ana Freire.

A vedação, segundo a interlocutora, será feita por intermédio de contribuições (quotas) dos residentes que apoiam a iniciativa. "Estamos muito aflitos porque a insegurança é um facto. Eu mesma, por ironia do destino, também já fui assaltada. A sede da comissão de moradores, onde nos encontramos, também já foi assaltada. Por isso, realizámos uma assembleia com os moradores e apresentámos a questão, depois vamos para a prática, que será a parte legal, ou seja, precisamos de autorização, razão por que estamos a contactar a administração para começarmos a vedação do bairro", finalizou.

## 8.12 Milhões de dólares desperdiçados em urinóis públicos

*Novo Jornal*

*10 De Novembro de 2017*

*Texto: Dulcineia Lafua*

Trinta e quatro urinóis montados em diversos pontos da capital, uma iniciativa da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda para acudir à população no que diz respeito às necessidades fisiológicas, deixaram de funcionar há algum tempo. Na sua maioria encontram-se sujos, malcheirosos e sem portas, facto que contrasta com o montante de sete milhões de dólares que o Estado angolano investiu no projecto.

As casas de banho, montadas há três anos, funcionaram durante três meses e actualmente encontram-se completamente degradadas. A estrutura é agora aproveitada pelos sem-abrigo que fazem do espaço o seu esconderijo, motivo que leva alguns cidadãos a voltar a urinar em locais impróprios.

Em alguns pontos visitados pelo Novo Jornal, como a Alameda Manuel Van-Dúnem, Sagrada Família, Rua da Missão e zona da Mutamba, a nossa reportagem encontrou algumas retretes encerradas, aparentemente intactas, e outras vandalizadas, exalando fedor dos dejectos, representado assim um perigo para a saúde pública.

Populares ouvidos pelo NJ mostraram-se insatisfeitos com o facto de se ter investido dinheiro em casas de banho públicas para, em pouco tempo, se encontrarem nesse estado. "Instalar urinóis e casas de banho públicas em algumas ruas da cidade de Luanda foi um bom projecto, mas durou pouco tempo, o que demonstrou ser um investimento fracassado e dinheiro mal aplicado", reclamou um cidadão,

segurança de uma das unidades hoteleiras nos arredores.

Andreia Sampaio juntou-se à conversa para reclamar da falta que os cidadãos sentem dos urinóis em "momentos de aperto". "Esses urinóis davam muito jeito na hora das necessidades maiores ou menores. Agora, sem eles temos de nos desenrascar", disse a cidadã, confidenciando que, com a ausência das casas de banho públicas, se vê obrigada a recorrer a viaturas estacionadas. "Isso é claramente um atentado à saúde pública", reconheceu Andreia Sampaio.

Na Alameda Manuel Van-Dúnem, um urinol foi transformado em lugar de depósito de materiais dos comerciantes que ali montaram tendas onde comercializam vestuários e peças decorativas.

A vendedora Ivete Miguel, 32 anos, conta que, quando os urinóis funcionavam, se pagava uma quantia simbólica pelo uso dos mesmos. "Quando funcionava, pagávamos 20 Kwanzas, urinava-se à vontade e sem vergonha. Mas, desde que fecharam, sou obrigada a cobrir-me com um pano para urinar na rua por detrás dos carros estacionados", confidenciou a cidadã, moradora do Bairro Operário.

Ivete justifica o comportamento com o facto de que, em momento de aperto, moradores e proprietários de lojas se recusam a ceder as casas de banho para aliviarem. "Solução: urinamos na rua", desabafou.

### 8.13 Paz Sem Pão: Angolanos, Vítimas de Repressão Sociopolítica e Económica Num Pleno Pós-colonialismo (10)

*Jornal Liberdade*

10 De Novembro de 2017

Texto: António Filipe Augusto

Urge a necessidade de se criar uma eficiente política de saneamento ambiental e de gestão de resíduos. Se já existe, então, urge a necessidade de uma implementação rigorosa. O nosso famoso lixo pode ser reciclado e se tornar fonte para rendimentos, não só para o Estado, como também de emprego e rendimento para a população. Se olhar o lixo com um bom olho, digo, ser encarado como resíduos sólidos, ensinar a população a classificar estes resíduos a partir das suas residências fazendo um simples exercício de separar as garrafas de vidro das plásticas e não misturar resíduos alimentares com os de outro tipo, por exemplo, e outros procedimentos afins, o lixo pode ser transformado em recurso valioso. A questão que se pode colocar é se nos outros países esta prática resulta,

porque não aqui. Este povo até não é sujo como é rotulado. Precisa apenas, em certas circunstâncias, o papel pedagógico das entidades governantes. As redes de recolha de águas residuais e outros resíduos oriundos das necessidades fisiológicas e da produção doméstica devem funcionar para se dar o destino devido a estes recursos que até podem aplicados para outros fins.

Angola é um dos países do mundo com o maior recurso hídrico. Entretanto, o relatório do Conselho Mundial da Água coloca-a dentre os piores países em consumo de água potável. A quinta maior economia de água no mundo é um dos piores em seu fornecimento, pior ainda na qualidade do que é fornecido como água potável. Este é um tetra paradoxo-cultural, social, económico e político! Todavia, apesar de não ser compreensível, também não é surpreendente. Fruto da impunidade, Angola transformou-se num país mergulhado em permanentes conflitos de interesses de grandes competitividades entre os projectos do Estado e os projectos particulares de agentes do estado, que são simultaneamente, actores decisores das áreas; e no caso concreto, entre o processo de lançamento de tubagens de canalização para destruição domiciliária de água e o desenfreado processo de exploração de água mineral, ambos processos controlados pela elite dominante, actores decisivos da implementação da política. O programa "Água para todos" transformou-se em torneiras para todos, mas a água somente para alguns privilegiados. Quem são os "todos"? Será um todos inclusivo ou que exclui?

Torna-se paradoxal ouvir as condenações de práticas da denominada "garimpo de água": exercidas por indivíduos possuidores de camiões cisternas, muitos dos quais desempregados, por aqueles que deveriam combater a prática, atacando as suas causas que são simplesmente o fornecimento da água as populações e com regularidade. Não estou a encorajar a prática. Porém, apesar de residir numa área urbanizada, também vivo de abastecimento de água vendida por esses agentes cuja prática é socialmente condenada e sempre me questioneei o que seria de "nós": os excluídos, sem este "mal social":

Com toda esta infinidade de problemas de base por se resolver, as autoridades advogam um ensino de qualidade. Que ensino de qualidade se pode advogar para uma população faminta e doentia, e sem água nem energia eléctrica?! Poderá um professor mal pago, e muitos inclusive mal formados, e que (sobre) vive numa pobreza extrema oferecer um serviço de qualidade, mesmo trabalhando em infraestruturas "modernas"? Que sociedade pode ter ensino de qualidade quando a elite governante estigmatiza o professor e olha para o ensino como o campo de

trabalho para os desempregados de qualquer área de formação, não importa que tipo de debilidades traz da sua formação? Isto é uma mera retórica política. Se ter-se em conta em que escolas ou países estudam os filhos da elite dominante, a semelhança da saúde, a resposta a estas questões traduzir-se-á no reconhecimento, por parte da aristocracia dominante, que o serviço educacional disponível para o angolano comum não oferece qualidade nem credibilidade nenhuma.

### 8.14 Cidadãos pedem mais contentores para deposição de lixo em Benguela

*Jornal O País*

11 De Novembro de 2017

Texto: Constantino Eduardo

Na falta de um local apropriado para depositar o lixo, os cidadãos desenrascam-se, depositando-o, algumas vezes, em espaços considerados impróprios pelas autoridades administrativas. Os moradores, cujos bairros são atravessados por valas, transformam-nas em alternativas para o depósito de lixo, num claro atentado à saúde pública, tal como advertiu o director do gabinete provincial da saúde, Manuel Cabinda, em entrevista à imprensa, logo após tomar posse, tendo na altura manifestado apreensão com os focos de lixo existentes em alguns bairros.

A administração municipal reconhece que a falta de contentores origina tal situação, porém assinala que o governo está empenhado na definição de políticas destinadas à inversão do quadro, segundo o administrador da zona B, Manuel Catumbela, defendendo ainda a necessidade de os cidadãos colaborarem na gestão das zonas, para garantir-se condições de vida dignas à população.

As reclamações de lixo vêm de várias latitudes. "Aqui no bairro do Ndokota (próximo ao colégio Benguela), o lixo dá nojo. Convivemos com muitos bichos: ratazanas, baratas...", queixa-se o cidadão João Jamba, adiantando que a administração "de vez em quando recolhe, mas como não há contentores, volta e meia acumula-se", disse à reportagem de O PAÍS, e pensa ser necessário garantir a manutenção do canal de água que liga o Ndokota ao bairro 70, pois o mesmo está "entupido" de lixo e receia que, havendo fortes quedas pluviais, cenários desastrosos venham a ocorrer.

De acordo com os cidadãos, em outros tempos não havia tantos focos de lixo, como hoje há em algumas zonas, pois os resíduos eram recolhidos pelas empresas e conseqüentemente canalizados ao aterro sanitário, localizado na margem direita da estrada que

liga Benguela ao Dombe Grande, município da Baía Farta.

As operadoras

Face às reclamações dos cidadãos, este jornal soube, de uma fonte do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários que o governo provincial promoveu, no dia 1 de Abril de 2017, um concurso público visando a contratação de mais operadoras para a recolha dos resíduos sólidos.

Deste modo, ressalta a nossa fonte, a Carlos Frio vai operar nas zonas A e B; a VISTA fica com as zonas C, D, F e E, assim como o casco urbano, as empresas AMBIÁFRICA e a Sambiente vão ocupar-se do Lobito e Catumbela, enquanto a Rangol operará na Baía-Farta.

### 8.15 Queremos a água...

*Jornal O País*

12 De Novembro de 2017

Texto: Manuel Menha

Caro director do jornal O PAÍS, muito obrigado. Desejo-lhe saúde e boa disposição nos seus afazeres diários. Sou morador do distrito da Maianga, em Luanda, bairro Cassequel, há três anos.

Água é vida, diz o velho adágio, mas no meu bairro não corre há mais de três semanas. Como sempre, a Empresa de Águas de Luanda não diz alguma coisa aos moradores. É verdade, estamos à rasca. Os kupapatas, motos, inflacionaram o mercado. Um "bidon" custa 100 Kwanzas. Isto tem pesado muito nas nossas despesas, por isso queria que houvesse uma explicação mais plausível. Senhores, o problema da água já não é do Executivo, porque este tem traçado políticas para acabar com as assimetrias.

Repito. É verdade que a água foi ligada e ainda não se paga o consumo, mas é verdade que a culpa é dos senhores. Como é possível dar água de borla sem dar uma explicação ou educação ao consumidor. Muitos estão em condições de pagar a água, mas, como não educaram os cidadãos pensam que é tudo de borla.

Senhores da EPAL pensem nisso e organizem melhor os vossos serviços, porque só assim é que poderão reclamar e fazer os cortes que se impõem á luz dos regulamentos e das normas.

Repito. Senhor EPAL, eu estou sem água e estou à rasca, porque já não tenho dinheiro para pagar nos kupapatas, aliás sou agente da Polícia Nacional, da

ordem pública. A água é mesmo vida Ti' Paciência, porque sem ela não fazemos nada. Tenho dito.

## 8.16 Distribuição à cidade considerada deficitária

*Jornal de Angola*

*13 De Novembro de 2017*

*Texto: Manuel Fontoura N'Dalatando*

Os níveis de distribuição de água potável aos bairros da cidade de N'Dalatando, na província do Cuanza-Norte, continuam deficientes para suportar as necessidades das comunidades locais, reconheceu ontem o representante da Empresa de Água e Saneamento, Xavier Augusto.

O responsável, que falava durante o segundo conselho de auscultação e concertação social do Governo Provincial, disse que a distribuição de água não é superior a quatro horas diárias, em função da insuficiência do produto nas captações do rio Mucari e na nascente do Monte Redondo, com variações constantes quer no cacimbo, quer no tempo chuvoso.

Xavier Augusto referiu que, durante o cacimbo, a produção de água e a distribuição para N'Dalatando é 3.200 metros cúbicos por dia, e distribuída por quatro horas, enquanto, rio período chuvoso, o fornecimento é de 3.800 metros cúbicos por dia fornecidos em cerca de seis horas.

Para o representante da empresa de Água e Saneamento' o abastecimento regular de água à cidade de N'Dalatando continua afectado por factores como a insuficiência de água a partir das fontes, o que provoca limitação no fornecimento. "Isso faz com que não se permita alcançar os níveis necessários para cobrir as zonas mais altas da cidade e bairros da circunscrição", explica os responsáveis.

Outros factores como roturas frequentes na rede pública, elevadas perdas de água, devido o mau estado dos contadores domiciliários, e os extravios nos fontenários por mau uso dos utentes, são situações que embaraçam o fornecimento.

O responsável citou ainda a formatação das condutas e válvulas da rede, ligações clandestinas a nível da cidade e dos bairros periféricos e a vandalização das instalações como outros factores que afectam a insuficiência de água.

Xavier Augusto referiu que, a par dos problemas identificados, a cidade de N'Dalatando dispõe de projectos para expansão dos ramais das condutas adutoras, subdivididos em duas fases, sendo que a

primeira compreende 6.400 ligações domiciliárias em distintos bairros da periferia da cidade.

Sem avançar os bairros abrangidos nesta fase, o representante da Empresa de Água e Saneamento, Xavier Augusto, informou que os mesmos ainda não começaram a ser abastecidos, devido um diferendo entre o dono da obra, o Ministério da Energia e Águas, e o empreiteiro, pelo facto de nas cláusulas contratuais constar, na altura sua celebração, a recepção provisória de algumas áreas.

### Novas Ligações

Na fase 2, disse que o pressuposto da recepção provisória destas ligações já consta e tudo indica que a mesma comporte cinco mil ligações domiciliárias a serem distribuídas pelos bairros Camungo, Posse, Valódia, parte de Sassa, Caz, Quilembequeta e outros.

Neste momento, Xavier Augusto disse que se começou o processo de cadastramento dos utentes, para possíveis aberturas de água em determinadas zonas.

Actualmente, com mais de 160 mil habitantes, além da nova fonte do rio Mucari, com capacidade para jorrar 90 litros por segundo, N'Dalatando possui mais duas condutas erguidas na década de 50. Uma de água mineral, a partir da fonte da "Santa Isabel", e a outra do "Monte Redondo", que produzem cinco e 20 litros por segundo, respectivamente.

### Concertação social

O segundo conselho de auscultação e concertação social foi presidido pelo governador provincial, José Maria dos Santos, para abordar igualmente questões relativas à informação do Decreto Presidencial nº 208/2017, que tem a ver com apresentação do programa do Governo para 2018.

Os membros do conselho foram ainda informados sobre a preparação da Feira do Dondo e do Carnaval 2018, da situação dos antigos combatentes não enquadrados e da subvenção do consumo de energia e de água por parte destes últimos, assim como foi proposto um calendário de auscultação às comunidades.

## 8.17 População de Canjala tem mais água potável

*Jornal de Angola*

14 De Novembro de 2017

Texto: Jesus Silva

A povoação de São Carlos Lwanga, na comuna da Canjala, município do Lobito, em Benguela, conta, desde ontem, com um novo sistema de abastecimento de água potável, disse o administrador-adjunto do Lobito para a área técnica.

Jhon Dalthon explicou que o sistema está preparado para bombear 20 metros cúbicos de água por dia, para atender cerca de 300 pessoas, à razão de 70 litros por pessoa por dia.

Jhon Dalthon referiu que, com a entrega do sistema de água, a Administração Municipal do Lobito vê solucionado mais um problema que afligia a população.

Jhon Dalthon disse que o empreendimento inaugurado foi implementado com base no Programa de Investimentos Públicos (PIB) e pediu à população para o conservar bem. O administrador-adjunto do Lobito exortou os funcionários da Administração a zelarem pela conservação do equipamento, para que cumpra o objectivo social, produzir e fornecer água para os habitantes da localidade.

Por sua vez, o pároco Bernardo Pomba Gabriel, da Paróquia de São Carlos Lwanga, regozijou se com o gesto do Governo que visou solucionar um dos problemas que mais afligiam a população, "Esperamos que nos próximos tempos seja solucionado o problema da energia e do centro médico", concluiu Jhon Dalthon.

## 8.18 Agua na Avenida Lenine

*Jornal O País*

15 De Novembro de 2017

Texto: Pedro Fonseca

Caríssimos,

Parabéns pelo bom jornalismo que têm feito e bom trabalho para o futuro.

Escrevo esta carta para mostrar o meu descontentamento com a falta de água da rede pública na minha rua.

Há mais de 5 anos que apresento reclamações na EPAL e nunca tive água da rede em minha casa.

Isto seria normal se vivesse no campo, distante de uma povoação... mas não! A minha residência é bem no centro da capital de Angola, mais concretamente na Avenida Lenine.

Esta rua não tem água da rede pública e todas as semanas tenho que comprá-la nas cisternas, o que fica muito caro. Além do tratamento que depois dou à essa água, levando que se torne ainda mais caro este bem básico para as nossas vidas. Não se percebe como é que a EPAL e o Governo Provincial de Luanda não se preocupam com esta situação que se arrasta há tantos anos...

Já fizeram passar um novo tubo de água e inclusivamente teve que preparar a tubagem para a colocação de um contador. E isso já foi há 3 anos atrás! Até ao presente não há água, nem contador, e nem uma resposta formal da EPAL. Ninguém, quando vou à EPAL reclamar, consegue dizer-me quando é que esta situação será resolvida. Dizem apenas para ter calma e aguardar!

Pergunto como é que é possível, com tantos prédios, tantas instituições, equipamentos de lazer e escolas nesta rua, não há o mínimo de responsabilidade de colocar água a correr nos canos!

Já chega de tanta espera. Ponham água a correr na Avenida Lenine!

## 8.19 Abastecimento de água pode ser melhorado

*Jornal Economia*

17 De Novembro de 2017

Novo sistema de fornecimento está a ser concluído e vai minimizar o actual défice a nível da região

A construção do novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável para o município do Golungo Alto, província do Cuanza Norte, está em fase conclusiva, informou, recentemente, naquela circunscrição, o fiscal da obra, Fernando Simão.

Em declarações à imprensa, o responsável explicou que já estão concluídas a conduta de 25 quilómetros, desde a captação no rio Zenza à estação de tratamento, na sede municipal, 307 ligações de quintais, 114 domiciliárias, bem como foram construídos 17 chafarizes.

O sistema contempla uma captação com capacidade para bombear 80 metros cúbicos de água por hora,

construída no rio Zenza, uma conduta de água bruta de 25 quilómetros, estação de tratamento de água (ETA) e rede de distribuição com sete mil, 345 quilómetros de tubagem acoplada a 470 ligações de quintais, 279 domiciliárias e 23 chafarizes.

Os trabalhos incidem-se na conclusão da montagem dos equipamentos da ETA, continuação da colocação da rede de distribuição e ligações domiciliárias e nos quintais.

Após a conclusão das obras, perto de 28 mil habitantes da sede municipal e de bairros periféricos vão beneficiar de água potável.

A vila do Golungo Alto é abastecida de água potável uma a duas vezes por semana.

O município do Golungo Alto (Cuanza Norte) tem 1.989 quilómetros quadrados e cerca de 70 mil habitantes. É limitado a Norte pelo município de Pango Aluquern, a Este pelos municípios de Gonguambo e Lucala, a Sul pelo município de Cazengo, e a Oeste pelo município de Cambambe.

O Golungo Alto é constituído por três comunas, nomeadamente Cambondo, Cerca e Kilombo Kiaputo.

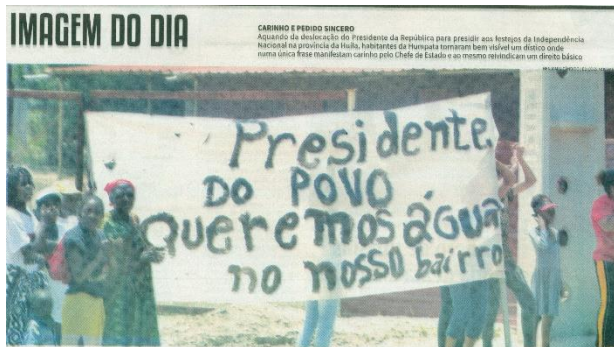
## 8.20 Falta de combustível origina crise de água

*Jornal de Angola*

17 De Novembro de 2017

Texto: Isidoro Samutula

O governador provincial da Lunda-Norte garantiu, no fim-de-semana, no Dundo, que o Executivo está a envidar todo os esforços para se ultrapassar, a curto prazo, os problemas que a população vive, quanto ao fraco fornecimento de água potável e de energia eléctrica à cidade Dundo, por falta de combustível para os sistemas de produção.



Ernesto Muangala reconheceu os momentos menos agradáveis que as populações têm vivido nos últimos

tempos, com constantes restrições no fornecimento de água potável e energia eléctrica, situação que preocupa também o Governo da província, que pretende ver a situação melhorada muito em breve.

O governante considerou a situação preocupante, pois a central térmica tem pouco combustível e isso obriga a algumas restrições no fornecimento de energia eléctrica, afectando também as áreas das captações de água do Luachimo e Mussungue. Ernesto Muangala garantiu que todos os esforços estão a ser de envolvido para se ultrapassar a situação.

Lembrou que o Executivo engendrou vários planos de desenvolvimento para as províncias, que se traduzem num conjunto de programas, medidas e projectos, que vão ser implementados para se transformar estas regiões em locais atractivos para o investimento privado nacional e estrangeiro.

Este plano, referiu, assenta numa estratégia de actuação coerente e articulada, destinada à mobilização das instituições do Estado, agentes económicos, privados e a população em geral para a melhoria das condições de vida e aumentar a contribuição da província no programa de investimento público, que tem como objectivo promover o desenvolvimento social.

Disse que, apesar das dificuldades, é importante que a população continue a incentivar a prática de bons hábitos e a preservação dos bens comuns.

## 8.21 Cerca de 60% da população sem acesso a instalações sanitárias

*Jornal O País*

20 De Novembro de 2017

No comunicado, por ocasião da celebração do Dia Mundial da Retrete, a Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta sobretudo para a questão das crianças que, sem sanitas, ficam privadas da oportunidade de crescer de forma saudável, preservando a sua própria dignidade.

Estas carências obrigam 892 milhões de pessoas em todo o mundo a defecar ao ar livre, com as fezes a permanecerem nos campos e, no caso em que são deixadas junto a correntes de água, rios e lagos, constituem uma grande ameaça à saúde das pessoas e do próprio planeta, alerta a OMS.

"A ameaça é dupla: de um lado estão os 700 milhões de crianças menores de cinco anos que morrem anualmente na sequência de diarreias provocadas pela má qualidade da água, falta de casas de banho, serviços de saneamento e higiene. Por outro lado, a degradação

que provoca é o facto de 80% das águas residuais acabarem na natureza sem tratamento prévio", avisa-se no comunicado.

Segundo a OMS, tornou-se também evidente que a degradação do meio ambiente contribui "bastante" para o atraso no desenvolvimento das crianças nos países mais pobres.

A OMS justifica que o Dia Mundial da Retrete foi instituído para sensibilizar as pessoas para a crise mundial de saneamento básico e fomentar medidas para a solucionar, tal como ficou acordado nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), que têm 2030 como horizonte.

Segundo o compromisso assumido pelos Estados membros das Nações Unidas, todos os habitantes do mundo deverão ter acesso ao saneamento básico, terá de se reduzir para metade a quantidade de águas residuais não tratadas e aumentar a reutilização como combustível ou fertilizante.

Os excrementos humanos devem ser depositados, transportados, tratados e eliminados de forma segura e sustentada.

De qualquer forma, as Nações Unidas recordam que a água e um saneamento deficientes custam anualmente aos países em desenvolvimento 260 mil milhões de dólares (201 mil milhões de euros), o que equivale a 1,5% do seu próprio Produto Interno Bruto (PIB).

No sentido contrário, prossegue, cada dólar investido neste sector gerará cinco, graças à melhoria da saúde e da produtividade das empresas.

## 8.22 Água no bairro da Madeira

*Jornal O País*

*22 De Novembro de 2017*

Caríssimos,

Quero elogiar-vos pelo bom trabalho que têm estado a desempenhar. Escrevo esta carta para mostrar o meu descontentamento pela falta de água no Bairro da Madeira, localizado por detrás do supermercado Jumbo.

Vivo neste bairro há 17 anos, proveniente do bairro Maculusso. Quando comprei a minha casa na rua 10 (construção do tempo do colono) encontrei a mesma com canalização de água, que motivou-me a comprá-la. Infelizmente desde o ano 2000 nunca uma gota de água saiu da torneira. Para obtermos o precioso líquido temos que recorrer aos "Kupapatas" que nos vendem o bidon de 20 litros a 100 kwanzas. No ano de 2010 a

EPAL passou no bairro e fez o cadastro dos moradores para que posteriormente pudéssemos usufruir do precioso líquido nas nossas casas, mas desde aquela data não voltaram mais.

Este bairro pertence ao município da Maianga, encontra-se no meio da cidade, entre a Tourada e o supermercado Jumbo. No mês de Junho do corrente ano, o Jojo, jornalista/radialista da rádio FM informou na rádio que a mãe dele vive neste bairro e que também não tinha água e que todos os sábados iria reclamar por meio da rádio para que a EPAL colocasse água na casa da mãe. Percebemos que ele deixou de reclamar, provavelmente já tem água em casa da mãe, mas nós continuamos na mesma situação a comprar nos "kupapatas" água imprópria para o consumo, aumentando o nosso custo de vida e os riscos a saúde. Tenho 64 anos de idade, estou reformado, sou hipertenso, vivo com 9 pessoas em casa e por causa dos custos com a água minha vida tem sido mais difícil. Senhor Governador de Luanda, desde que vivo neste bairro nunca vimos um administrador municipal ou comunal, assim pedimos que faça uma visita neste bairro para constatar a realidade de perto.

Atentamente

Manuel Dala

Luanda

## 8.23 Lubango sem orçamento para saneamento básico

*Jornal de Angola*

*22 De Novembro de 2017*

*Texto: Domingos Mucuta*

A cidade do Lubango, capital da província da Huíla, está sem orçamento para as operações de manutenção e de saneamento básico, afirmou ontem, naquela cidade, o administrador municipal.

Francisco Barros disse, em entrevista ao Jornal de Angola, que o município do Lubango recebia antes da crise financeira cerca de dois milhões de kwanzas mensais para a rubrica orçamental "Cidade Limpa", à luz do programa municipal integrado de desenvolvimento rural e de combate à pobreza.

O administrador municipal disse que o Lubango precisa por mês de cerca de oito milhões de kwanzas para manter "minimamente" a cidade limpa, tendo acrescentado que o orçamento disponibilizado antes da crise económica para cidade do Lubango está indexado ao governo da província.



Disse que as verbas destinadas às operações de manutenção e saneamento básico da cidade não estão indexadas ao orçamento do município, por isso, sublinhou, os contratos com as empresas de limpeza são assinados pelo governo da província. "Não temos orçamento para operações de saneamento básico da cidade, para a gestão e manutenção dos equipamentos públicos, nem para a reabilitação de estradas. Como sabem, as obras das infra-estruturas integradas em curso são de nível nacional", salientou.

A revelação da falta de um orçamento para o saneamento básico é apontada pelo administrador municipal como a principal causa da acumulação de lixo nas principais artérias da cidade do Lubango, situação que provoca críticas de munícipes e visitantes.

O governador provincial da Huíla reconheceu, na segunda-feira, durante a reunião do comité provincial do MPLA, que a cidade do Lubango vive hoje momentos difíceis em termos de saneamento básico, por falta de recursos financeiros para fazer face à situação.

João Marcelino Typinge disse que a limitação de recursos financeiros está na base dos problemas de serviços sociais básicos, sobretudo para cuidar do asseio da cidade do Lubango.

Argumentou que a Administração do Lubango tem feito tudo o que está ao seu alcance para a limpeza regular, inclusive o recurso de trabalhos voluntários, com a participação de alguns cidadãos, poucos, que querem ver a cidade limpa.

João Marcelino Typinge lamentou o comportamento de alguns cidadãos, os chamados "grandes defensores da imagem do Lubango", que na hora de limpeza não se juntam a outros, preferindo os cafés e praias, mas que depois querem criticar.

#### Descentralização

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Typing, disse na segunda-feira que tão logo o Ministério das Finanças disponibilize o orçamento da província, referente ao próximo ano, o seu elenco vai descentralizar para os municípios a gestão administrativa e financeira concernente às suas actividades.

João Tyiplnge, que falava durante uma reunião ordinária do comité provincial do MPLA, que analisou a situação económica e política da província, informou que a descentralização e a desconcentração administrativa e financeira, o enquadramento dos melhores quadros nos municípios, são questões que constam nas prioridades da agenda do seu executivo. "É necessário que todos os dirigentes, empresários e

milитantes de partidos políticos colaborem com o governo provincial, para que possamos implementar o nosso programa sem constrangimentos", disse.

João Typinge defendeu a união de esforços para que a província e, sobretudo, a cidade do Lubango "seja uma das melhores do país", em termo gerais. "Não esperemos que alguém faça por nós. Tragam as vossas ideias e as apresentem aos senhores administradores, que, por sua vez, farão chegar ao meu gabinete", sublinhou.

Por outro lado, cinco brigadas, entre fixas e móveis, foram criadas para a prevenção de doenças e acidentes de viação durante a quadra festiva, pela Direcção Municipal da Saúde do Cuvango, que dista 356 quilómetros a leste do Lubango, província da Huíla. O responsável do projecto, Cláudio Maria, sublinhou que as mesmas contam com todos os meios necessários e recursos humanos para realizarem campanhas de sensibilização nas comunidades.

## 8.24 Zonas críticas do Cazenga prioritizadas na visita do Governador de Luanda

*Jornal O País*

*22 De Novembro de 2017*

*Texto: Alberto Bambi*

As áreas que durante as chuvas inundam com alguma intensidade, no município do Cazenga, estão a merecer a atenção do Governador da Província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, que visita esta municipalidade entre 21 e 23 de Novembro.

Trata-se das zonas mais afectadas entre os considerados 35 pontos críticos desta jurisdição, que destaca a lagoa da Catumbela, visitada ontem pelo número um da capital, e as zonas da BCA, Tio Quimbundo e Asa Branca, além da do Tungangó, bem como arredores da Vala de Cariango.

"Situações de última hora, no Kikolo, fizeram o Governado antecipar a sua visita para Terça, em vez de Quarta-feira, e visitou já 12 áreas do município, como são os casos da bacia ou lagoa de Catumbela, uma estrada em construção denominada Via dos Combustíveis, que liga Cacucaco à rua Deolinda Rodrigues, o Hospital Municipal do Cazenga, assim como a 5ª Avenida e a Rua Pélé, mencionou o administrador municipal, Victor Nataniel Narciso, tendo realçado que a prioridade da visita do mais alto mandatário da província se circunscreveria às regiões do município com mais problemas.

Os bairros das imediações dos Serviços Integrados de Atendimento ao Cliente (SIAC) e da Filda que constituem grande preocupação para a administração local, sobretudo no período chuvoso' também constam na agenda de Adriano Mendes de Carvalho, cuja missão se resume em produzir soluções para contornar tais fenómenos.

Segundo o administrador Tany Narciso, a grande expectativa do seu pelouro e da comunidade do Cazenga está na retomada dos projectos de requalificação urbana previstos pelo Executivo, principalmente os que contemplam as valas de drenagem, as vias estruturantes e terciárias.

Outra esperança dos populares prende-se com a conclusão da requalificação dos bairros de Calawenda e Terra Vermelha.

Até ao momento, a Administração Municipal do Cazenga tem-se desdobrado por via de um Plano de Contingência para as calamidades derivadas das enxurradas, servindo-se de moto-bombas adaptadas às características da localidade, mangueiras e outros meios técnicos que, segundo Tany Narciso, vão-se tornando pouco eficientes, por serem limitados e reclamarem por manutenção.

"A aquisição do combustível tem sido outra dor de cabeça, se atendermos à sua necessidade no tempo chuvoso", apontou o líder do município, para quem a característica do solo do Cazenga não facilita muito na dispersão das águas das chuvas, por ser um terreno argiloso.

Vale lembrar que o governador preenche o dia desta Quarta-feira com visitas a vários pontos do município do Cazenga e contactos directos com as comunidades locais, para, no dia seguinte, orientar o Conselho Técnico Alargado do Governo da Província de Luanda, que terá lugar nas instalações da Administração Municipal do Cazenga, no período da manhã.

Durante referido conselho, serão discutidas questões ligadas à situação do saneamento básico, à saúde pública e à melhoria de iluminação pública na província, bem como questões específicas do município do Cazenga.

## 8.25 Atrasos salariais «afogam» trabalhadores da EPAL

*Novo Jornal*

*De 24 de Novembro de 2017*

*Texto: António Paulo*

Trabalhadores da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) dizem estar agastados com os constantes atrasos salariais, que se registam já há alguns anos, e acusam o Presidente do Conselho de Administração da empresa, Leonídio de Ceita, de má gestão e de "gastar o dinheiro dos funcionários em viagens desnecessárias".

Há quase dois meses que a maior parte dos trabalhadores da EPAL está sem salários. Os atrasos repetem-se ano após ano, de acordo com funcionários da empresa, que apontam o ano de 2012 como o período em que tudo começou a "agudizar-se". "Antes os atrasos iam até ao dia cinco, mas agora está a piorar. Era tradição a empresa pagar até ao dia 25 de cada mês, mas agora estamos a chegar até ao dia 25 do mês seguinte. Hoje são 21 e ainda não recebemos o salário de Outubro [pago entretanto ontem, dia 23] ", queixaram-se os trabalhadores que pediram anonimato.

Os atrasos, de acordo com as fontes, afectam os trabalhadores com salários domiciliados no Banco de Poupança e Crédito (BPC), que processa os pagamentos do maior grupo de empregados da empresa. "A realidade é que fomos redistribuídos por três bancos: BFA, Standard Bank e BPC. A maioria está no BPC e ainda não recebeu salário. A minoria que está nos dois bancos recebeu quinta-feira passada, dia 16, nós não sabemos quando será a nossa vez e ninguém diz nada", reclamaram.

Os trabalhadores dizem não entender as razões dos constantes atrasos salariais e afirmam mesmo que a EPAL não está com "problemas de dinheiro", justificando esta posição com base nas diferentes transformações que a empresa tem vivido.

"A EPAL tinha 1821 trabalhadores até ao ano de 2012. Nesta altura, a massa salarial estava estimada em quatro milhões e 550 mil dólares e a receita arrecadada nas cobranças aos clientes era de dois milhões e 500 mil dólares por mês, à razão de 1620 kwanzas por metro cúbico de água vendido", explicaram.

Além disso, "o Estado acrescentava também como subsídio 100% do valor cobrado, que agora se fixa em 30%. Ao longo dos anos houve despedimentos à volta de 400 funcionários, houve cortes de subsídios de alimentação e transporte, num total de 44 mil kwanzas a cada trabalhador, para além de outros subsídios

retirados, bem como um aumento na receita da água cobrada por metro cúbico, de 1620 para 4031 kwanzas, adicionado aos actuais 30% de subsídio. Surgiram as centralidades, condomínios, indústrias e outros bens sociais, logo não há explicação aparente para os constantes atrasos, uma vez que a receita da empresa aumentou", elucidaram as fontes.

Os queixosos exigem do Presidente do Conselho de Administração (PCA) esclarecimentos sobre o paradeiro do dinheiro da empresa, que entendem estar a ser gasto "em viagens desnecessárias". "Esperamos que o PCA da EPAL se justifique, porque a falta de dinheiro para o pagamento de salários é um falso problema. Ele está sempre a viajar. No mês de Outubro, por exemplo, fez mais de quatro viagens para fora do país. Este mês já viajou duas vezes e não sabemos para que servem estas viagens. Temos muitas dificuldades, não temos sobressalentes para reparar as nossas avarias, não sabemos que viagens são essas. Estamos cansados... Que o exonerem", apelaram.

## 8.26 Água potável no Quela jorra em mais torneiras

*Jornal de Angola*

*25 De novembro de 2017*

*Texto: Venâncio Victor*

Mais de 300 famílias do município do Quela, cerca de 12S quilómetros a Leste da cidade de Malanje, contam com mais água potável, com a entrada em funcionamento de um novo sistema de captação, tratamento e distribuição, inaugurado pelo vice-governador para o sector Técnico e infra-estruturas, Gabriel Pontes.

No acto inaugural, o vice-governador referiu que o equipamento social resulta de um conjunto de acções desenvolvidas pelo Governo Provincial de Malanje que visam a melhoria das condições de vida da população.

Gabriel Pontes disse que o governo vai continuar a trabalhar no sentido de melhorar a oferta de serviços sociais básicos à população. O soba do bairro Pwica, José Quarenta, manifestou, em nome da população, a sua satisfação pelos projectos executados pelo governo, que visam minimizar algumas dificuldades que os habitantes enfrentam, no que diz respeito ao abastecimento de água, energia eléctrica, construção de escolas de carácter definitivo' entre outro equipamentos sociais e económicos.

“Com a inauguração do novo sistema de abastecimento, a população da localidade do Pwica deixa de percorrer longas distâncias e/ou depender de rios e cacimba, cuja água provoca várias doenças, como a diarreia”.

## 8.27 EPAL abaixo da sua capacidade

*Jornal de Angola*

*26 De Novembro de 2017*

*Texto: Victorino Joaquim*

O presidente do Conselho de administração da Empresa Pública de Águas (EPAL) Leonildo Ceitas, admitiu ontem, em Luanda, que a empresa não tem capacidade de produção para garantir o fornecimento contínuo de água a toda província.

Leonidio Ceitas, que falava num encontro com jornalistas, disse que as principais estações de captação e tratamento de água estão a funcionar abaixo da sua capacidade, devido a problemas no funcionamento dos equipamentos.

Dos mais de 700 mil metros cúbicos necessários para abastecer a província de Luanda, precisou Leonidio Ceitas, apenas 450 mil são produzidos e distribuídos para o consumo das famílias. "Este nível de produção não é suficiente para abastecer a província de Luanda em toda a sua extensão", disse.

Para minimizar a situação, sublinhou, a EPAL tem efectuado uma distribuição racional. Leonidio Ceitas garantiu que tudo está a ser feito para melhorar a situação. Referiu que desde 2013, estão a ser feitos trabalhos que incluem a reabilitação e ampliação dos centros de distribuição da Maianga, do Marçal, Cacuaco, Cazenga e do Kifangondo. Este trabalho envolve a mudança de algumas tubagens.

Leonidio Ceitas sublinhou que os projectos Bitá e Quilonga Grande, a serem concluídos em 2020, "são a grande esperança para a solução do problema de água em Luanda".

A partir do próximo ano, a EPAL vai começar a colocar contadores pré - pago, para evitar a cobrança por estimativa, como acontece actualmente.

Sobre a má qualidade da água, Leonidio Ceitas responsabiliza os garimpeiros que na calada da noite criam furos na tubagem. "Toda a água que fica em volta do furo, depois do corte escoo para dentro da tubagem e chega até ao domicílio" justificou.

Garantiu que a água produzida pela EPAL é de qualidade e obedece às normas internacionais", acrescentou.

## Ligações domiciliare

O projecto das 700 mil ligações domiciliare, iniciado em Abril de 2012, termina em Dezembro deste ano, tendo sido executado na ordem dos 80 por cento. Segundo o engenheiro João Bussuco, o projecto beneficiou mais de dois milhões de habitantes. Até ao momento foram feitas cerca de 540 mil ligações domiciliare.

O director interino de Distribuição de Água, engenheiro Kelson Domingos, procedeu à apresentação do Projecto Luanda Gravita, que prevê o abastecimento por sistema de gravidade, baseando no aproveitamento dos pontos mais altos.

Responsáveis da EPAL acreditam que, com este sistema, o abastecimento será mais confiável, menos oneroso e o fornecimento deixará de ser por meio de energia eléctrica.

O projecto ainda está em fase de estudo.

## 8.28 Requalificação de infraestruturas melhora condições dos habitantes

*Jornal de Angola*

*27 De Novembro de 2017*

*Texto: Walter Gomes*

A requalificação e pintura das infra - estruturas, construção de novas residências, abertura de estabelecimentos comerciais, a extensão da rede de distribuição de água potável e energia eléctrica, melhoria dos sectores da educação, saúde e a reabilitação das vias de acesso que ligam as comunas do município são, entre outras, acções desenvolvidas no Programa Municipal Integrado (PMI), que estão a conferir dignidade aos habitantes.

A vila do Quitexe está localizada a 40 quilómetros da sede da cidade do Uíge, tem agora uma nova imagem. Diariamente uma equipa dos serviços comunitários, recolhe o lixo e deposita-o nos contentares e aterro sanitário, com objectivo de garantir um ambiente são e um saneamento básico a altura. A administradora municipal, Maria Odete Ferreira Pinto, disse à reportagem do Jornal de Angola, que antigamente Quitexe tinha apenas uma rua mais fluida e em condições' enquanto as outras encontravam - se em estado de abandono, vários escombros e sinais de guerra, mas actualmente esta realidade está invertida rumo a um progresso acentuado.

"Quem hoje visita a vila, vai constatar que novas residências, escolas, centros e postos de saúde, sistemas de abastecimento de água potável, iluminação pública e outros serviços foram construídos. Os escombros estão transformados em estabelecimentos comerciais, lojas, lanchonetes, bares e restaurantes", acrescentou.

A administradora municipal referiu que, durante os 15 anos de paz, o governo provincial tem vindo a trabalhar afinadamente na reabilitação e construção de escolas, residências e edifícios onde funcionam algumas dependências da administração municipal e das administrações comunais de Aldeia Viçosa, Vista Alegre e Cambambe.

"Recuperamos as infra-estruturas que foram destruídas durante o conflito armado, construímos novas e estamos a desenvolver paulatinamente trabalhos de requalificação das ruas do casco urbano da sede, para melhorarmos a imagem arquitectónica da vila, garantir melhor comodidade aos funcionários nos locais de serviço e dar resposta aos anseios da população", disse.

### Energia e água

Os habitantes do Quitexe consomem água potável em pequenas quantidades. O município possui uma rede de distribuição de água por gravidade, captada a partir do rio Cassamba, a oito quilómetros da sede do município. O sistema é alimentado por dois reservatórios, sendo um aéreo, com capacidade para 75 mil metros cúbicos e outro subterrâneo com capacidade para 50 mil metros cúbicos.

Catorze chafarizes, dos quais nove em pleno funcionamento e os demais avariados, lavandarias e quatro furos artesianos estão distribuídos pelos bairros periféricos.

A administradora municipal assegurou que, no âmbito do "Programa Água Para Todos", nos próximos dias o sistema de abastecimento vai ser alargado até aos bairros mais periféricos, visto que, por insuficiência da capacidade de fornecimento' muitos habitantes da sede municipal encontram dificuldades para obter água.

Neste momento, disse, estão em construção na sede e nas aldeias do município, furos artesianos para aliviar a distância que a população tem vindo a percorrer para acarretar água. Por outro lado, os municípios na sede consomem energia eléctrica, mas aos "soluços" devido as avarias que se verificam nos grupos geradores que abastecem a corrente domiciliária e pública.

Maria Ferreira Pinto avançou que para fazer face a este défice de energia, a administração local está, em

colaboração com o governo provincial, a trabalhar para a instalação de uma linha fornecedora de energia eléctrica a partir da barragem hidroeléctrica do Luquixi. "Logo que o governo responder ao nosso pedido, vamos melhorar a rede de iluminação pública e domiciliária, bem como alargar o sistema de iluminação nos bairros periféricos", disse.

#### Saúde

O sector da saúde no município do Quitexe enfrenta algumas dificuldades. A falta de um hospital municipal de referência, tem criado embaraços aos técnicos no atendimento dos doentes que afluem ao único centro de saúde existente na sede. O centro tem a capacidade para 53 camas e está assegurado por 23 técnicos.

Diariamente, são atendidos na unidade sanitária, mais de 35 doentes provenientes das zonas circunvizinhas do município, com destaque para os que vêm da província do Cuanza Norte, cidade do Uíge e da comuna de Quipedro município de Ambuíla.

A unidade sanitária oferece, entre outros serviços, banco de urgência, pediatria, consultas externas, laboratório de análises clínicas, farmácia, secção de hemoterapia, vigilância epidemiológica e consultas pré-natais.

#### Programa de Vacinação

O director municipal de saúde de Quitexe em exercício, Augusto Cole Kazaiandi, disse que o município possui 17 unidades sanitárias, das quais quatro centros e 13 postos de saúde e estão assegurados por 62 funcionários, entre enfermeiros e pessoal administrativo.

Durante o primeiro trimestre, foram atendidos 294 casos de malária dos quais quatro pessoas morreram e 814 outros casos com diversos diagnósticos como doenças diarreicas e respiratórias agudas, febre tifoide, hipertensão arterial e acidentes rodoviários.

Estão também em funcionamento no município, os serviços de vigilância epidemiológica e saúde ambiental. O Programa de Combate à Malária, saúde reprodutiva, consultas externas, farmácias, banco de urgência, laboratório de análises clínicas, hemoterapia, promoção da saúde, serviços de aconselhamento do VIH/Sida, Programa Alargado de Vacinação (PAV), emergências médicas, combate às doenças negligenciadas, tropicais e a área de nutrição.

Augusto Cole Kazaiandi referiu que o sector de saúde no Quitexe não tem médicos e são necessários mais de 100 enfermeiros e três médicos especializados nas áreas de ortopedia, obstetrícia e medicina geral, para suprir o défice que se verifica neste domínio.

#### Educação

Em 2003 o município tinha apenas 11 salas de aula em condições precárias, menos de quatro mil alunos e 230 professores. Ao longo dos anos, o número foi subindo e no presente ano lectivo estão matriculados 12 mil 664 alunos nos três níveis de ensino. O processo de aprendizagem é assegurado por 555 professores, sendo 368 para o ensino primário e os restantes para I e II ciclo.

O director municipal da educação, Josué Puni, avançou que este número de professores é insuficiente. São necessários 100 professores para reforçar o quadro docente existente no município.

Em termos de infra-estruturas, é o que mais subiu de 11 salas para 134 salas de aulas que correspondem num total de 67 escolas sendo 64 para ensino primário e duas outras para o I e II ciclo. "Precisamos de novas salas, visto que algumas escolas foram destruídas pelas chuvas e outras por vandalismo, principalmente nas localidades de Cawanga, Catulo, Quihinga e Quitoque. Devido a destruição destas escolas, centenas de crianças estão a estudar ao relento", referiu. A direcção municipal fez o levantamento e constatou que as aldeias de Catenda, Cahama na comuna da Vista Alegre, Colua, Aldeia Viçosa, Quimassabi e no Cacuoaco, como sendo as que necessitam de novas salas, tendo em conta o número de crianças existentes nestas localidades.

Josué Puni lembrou que, desde o alcance da paz, o sector da educação no município conheceu avanços significativos, visto que muitos alunos já não percorrem longas distâncias para concluir o ensino médio. "Se até 2006 para fazer o ensino médio era necessário deslocar-se à cidade do Uíge, actualmente, com a abertura da escola do II ciclo, tudo está fácil, desde 2007 até à presente data, mais de 700 alunos já terminaram o ensino médio a nível do município de Quitexe", disse.

A área de alfabetização também cresceu no presente ano lectivo estão matriculados 638 alfabetizandos, o processo é assegurado por 28 alfabetizadores distribuídos por dois módulos: "Sim Eu Posso" e "Gostar de Ler". Alertou os professores que se ausentam do local de trabalho sem a prévia autorização no sentido de mudarem de atitude, sob pena de serem sancionados nos termos da lei.

#### Registo Civil

No município de Quitexe, os cidadãos nacionais já não percorrem longas distâncias para adquirir o assento de nascimento ou mandar autenticar qualquer documento. Em tempo de paz, foi instalado na sede

uma loja do registo civil que tem vindo a facilitar o atendimento de milhares de famílias.

Santos Soares, de 38 anos de idade, natural do município de Quitexe, é pai de cinco filhos e deslocou-se à loja de registo, momentos depois da equipa de reportagem do Jornal de Angola ter chegado ao local para registar o pequeno Artur José Soares de um ano e seis meses. Sorridente e disponível, expressou que os serviços de registo civil no

Quitexe estão muito próximo dos cidadãos.

"A paz é uma dádiva incomparável. Antigamente era muito difícil conseguir-se o assento de nascimento, percorríamos quilómetros até à cidade do Uíge para nos registarmos, mas com o alcance da paz tudo está mais fácil. Aqui mesmo registamos os nossos filhos, tratamos o bilhete de identidade, registo criminal e mandamos autenticar no notário outros documentos necessários", manifestou o responsável da Loja do Registo Civil, o conservador de 2ª Classe, Alves Ernesto.

## 8.29 Fornecimento de água e reforçado em breve

*Jornal de Angola*  
28 De Novembro de 2017

O abastecimento de água potável é reforçado em breve na cidade de Malanje, com a conclusão da obra do novo sistema de captação, tratamento e distribuição a partir do rio Cuije, com capacidade de produção de 173 litro por segundo.

O director provincial da Energia e Aguas, Jacinto Caculo, que prestou a informação durante a visita do governador Norberto dos santo " wata Kanawa" às obras do novo sistema de abastecimento de água, disse que o projecto, que arrancou em Maio último, vai ser executado em 18 meses e de momento estão a ser feita visita de ajuda e controlo ao empreiteiro, para o cumprimento dos prazos. Julgamos que dentro de três meses vai estar concluído o sistema de captação e consequentemente o sistema de produção, tratamento e distribuição de água", disse o responsável.

Jacinto Caculo avançou que esforços estão a ser de envolvidos para que até 2019 Malanje possa ter o seu segundo sistema de distribuição de água, que deverá atender a nova centralidade em construção na zona habitacional da Carreira de Tiro, o Pólo de Desenvolvimento Industrial de Malanje e a periferia da cidade capital da província.

Estudos indicam que os novos sistema de captação de água à partir do rio Cuije pode atender as necessidades

da população, para além do ano 2035, conforme fez que tão de realçar o responsável do sector. O novo tema, com capacidade superior ao da actual Estação de captação de Água da Guiné, vai permitir a cobertura total em termo de abastecimento à cidade de Malanje.

O director da Energia e Água precisou que o projecto da rede de provinciais e municipais são para alimentar as zonas urbanas, acrescentando que a pretensão é atingir cem por cento da população com o abastecimento de água ao domicílio.

## 8.30 Amontoados de lixo ofuscam a capital

*Jornal de Angola*  
29 De Novembro de 2017  
Texto: Yara Simão

Os amontoados de lixo e a falta de saneamento básico em Luanda, cidade onde existem várias operadoras de limpeza, preocupam as autoridades, disse, ontem, o governador provincial. Adriano Mendes Carvalho, que falava num encontro com os directores gerais e administradores das operadoras de lixo, reconheceu as dificuldades que algumas operadoras enfrentam, mas garantiu que o assunto está a ser tratado no sentido de se ultrapassar a depressão financeira, que muitas das empresas enfrenta.

O governador provincial disse esperar pelo empenho e engajamento das operadoras, pois, referiu que há enormes quantidades de lixo em várias artérias da cidade. "Temos observado que as operadoras limpam apenas as fachadas principais, esquecendo-se do interior. Queremos chamar atenção desta prática, que consideramos errada". Há toda a necessidade de se recolher o lixo, tendo em conta as chuvas que já começaram a cair em Luanda e o aproximar da quadra festiva. Se não for recolhido o lixo, como se deve, automaticamente corremos sérios riscos de saúde", notou.

O responsável disse não haver razões de ter a província como está, quando até existem várias operadoras com capacidade de dar resposta imediata ao actual cenário, que considera dramático, a julgar pelo amontoado de lixo em várias artérias.

Considerou lastimável a actual situação, onde a boa imagem da cidade tem sido ofuscada pelo lixo, daí ter solicitado às operadoras a devolução da imagem real da província. Adriano Mendes Carvalho sublinhou que o momento exige muito trabalho e dedicação, porque com lixo e sem saneamento básico corre-se o risco de haver muitas doenças.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Raptos em Luanda aterrorizam populares

*Novo Jornal*

*03 De Novembro de 2017*

*Texto: Isabel João*

O actual quadro já começa a mexer com a estrutura da polícia Nacional, que fala em redobrar as operações policiais.

A Via Expressa, avenida Comandante Fidel Castro, é apontada como a zona mais perigosa e onde, na última semana, ocorreram alguns assaltos e raptos. Um deles foi o da jornalista da TPA Beatriz Fernandes e do seu amigo Jomance Moxito, um segundo rapto é o de uma jovem que, por segurança, a identificamos apenas por Cristina. Só de Janeiro a Outubro, o Serviço de Investigação Criminal de Luanda (SIC) registou 16 casos. As principais vítimas dos raptos são mulheres.

O assunto não é novo, mas parece que só agora é que a sociedade e as autoridades policiais se consciencializaram sobre a problemática de raptos de mulheres na cidade capital. As denúncias são feitas em alguns órgãos de comunicação e nas redes sociais. O desaparecimento da jornalista e da jovem Cristina, por exemplo, foram anunciados por familiares através do Facebook.

Nas últimas semanas, houve registo de aumento da criminalidade em Luanda. Desse aumento vêm resultando raptos seguidos de homicídios, que vitimam essencialmente mulheres, normalmente obrigadas a fazer levantamentos de dinheiro nos cartões Multicaixa.

A história da criminologia moderna traz casos fascinantes de raptos que chamam a nossa atenção ora pelo choque, por serem actos de terrível crueldade para com os raptados e suas famílias, ora pelas nuances psicológicas que existem por trás dos mesmos.

O caso mais recente que chocou a sociedade angolana foi o da jornalista Beatriz Fernandes, que, juntamente com um amigo, foi raptada e assassinada no município de Viana, tal como o seu acompanhante.

Ambos os cadáveres foram encontrados pelo Serviço de Investigação Criminal de Luanda nos arredores do Km 30, em Viana. Os dois ficaram desaparecidos por um dia depois de terem sido raptados. Quatro elementos supostamente envolvidos neste assassinato

já se encontram detidos e a polícia prossegue a investigação para saber se ainda há outros...

No início deste mês, Fátima, de 29 anos, mãe de dois filhos, apanhou um táxi azul e branco, vulgo quadradinho, para o município de Cacuaco. Dentro da viatura, encontrou outras três mulheres com as quais foi raptada e ficaram nas mãos dos raptos durante 48 horas. Ela conta que, tal como as demais, só se apercebeu que se tratava de um rapto depois de uma delas ter dito ao suposto cobrador que ficariam na primeira ponte de Cacuaco.

"O suposto cobrador começou a rir-se e disse à rapariga que se chamava Manuela que não podia descer da viatura. Amarraram as nossas mãos e cobriram-nos as bocas com fita adesiva, até ao local onde ficámos durante dois dias. Pediram os contactos de familiares e ligaram a pedir dinheiro do resgate", contou a vítima, que pediu apenas para ser identificada pelo primeiro nome.

Questionada sobre se consegue reconhecer o local para onde elas foram levadas pelos raptos, a nossa entrevistada respondeu que não. "Não sei reconhecer o sítio, só sei que tinha muito capim e encontrámos mais quatro mulheres que diziam já estar no local havia uma semana; e mais dois jovens que aparentavam ter 28 e 39 anos que tomavam conta delas".

Questionada sobre como conseguiu escapar do cativeiro, respondeu que foi numa noite em que apenas havia um guarda no local e este foi ao quarto de banho. Quatro delas escaparam dos raptos. "Foi mesmo Deus que estava comigo e com as outras moças. Andámos toda a noite e só sei que aparecemos nas imediações do Mercado do 30".

A jovem, estudante do curso de medicina numa das universidades da capital e residente em Cacuaco, explicou que apresentou queixa à Polícia Nacional mas acredita que as investigações relacionadas com o caso não tiveram continuidade porque os efectivos de investigação não acreditaram na sua história.

"A polícia sempre ignorou as queixas de raptos em Luanda, só acredita agora porque alguém importante foi raptada e assassinada. Não dão a importância à denúncia de uma cidadã comum como eu. É triste", lamentou.

## 9.2 "Paraíso de Cacuo" transformado em "inferno", por falta de estratégia da polícia nacional

*Jornal A República*

*03 De Novembro de 2017*

*Texto: Redacção*

O Jornal A República manteve uma conversa com residentes indefesos na passada segunda-feira, 30 de Outubro do presente ano, na qual os moradores disseram que estão assustados com o aumento de meliantes no bairro Paraíso. António Sebastião Adão, residente no bairro do Paraíso há mais de 12 anos, afirmou que já passaram vários grupos de bandidos, mas os de 2017 superam os grupos que por lá passaram em termos da proporcionalidade criminal.

"Eu vivo neste bairro desde 2005, passaram muitos grupos de bandidos, mas eles roubavam apenas motorizadas, assaltavam cantinas e armazéns, falo do famoso Marrambarramba, Wy Tchick e outros.

Estes jovens constituíam um grupo muito forte e assustador. Marrambarramba, uma vez, foi ao Comando Municipal de Cacuo e ameaçou o comandante da respectiva esquadra. Sendo bandidos, eles conseguiam poupar os moradores, ao contrário do que tem acontecido actualmente, os meninos mudaram de estratégia e começaram a destruir as casas na calada da noite, levam tudo o que encontrarem e no final tiram a vida da pessoa que ousar resistir. A polícia tem rodeado normalmente de manhã e à tarde, só aparecem para receber dinheiro dos moto-taxistas e taxistas, nunca atenderam ao nosso pedido para minimizar a delinquência e se o fazem é pouco porque não vejo nenhum polícia aqui", disse.

Por causa da ausência da polícia nacional, no bairro Paraíso' os moradores criaram uma comissão constituída por angolanos, senegaleses e malianos. Às 22 horas, o grupo entra em acção e só terminam às 5 horas da manhã, os moradores confirmaram ao Jornal A República que as acções da comissão surtem efeito, porque conseguem agarrar os jovens que arrombam as portas das cantinas e das residências.

"Como a polícia não faz a operação à noite, nós, os moradores e comerciantes, que são senegaleses e malianos criamos uma comissão para fazer operação à noite começámos às 22 horas e terminamos às 5 da manhã. Surte efeito porque conseguíamos agarrar os delinquentes, depois de serem apanhados pegávamos os pneus e gasolina para queimá-los. Depois de o Governo proibir esta prática, a de fazer justiça por mãos próprias, neste momento, o bairro Paraíso

transformou-se num "inferno": por culpa do comando municipal da Polícia Nacional de Cacuo, assim como da própria administração municipal. Eles proibiram e nós acatamos, mas o comando deveria procurar um outro método para acabar com os malfeitores e não o fazem': lamentou o senhor que optou falar no anonimato':

Os moradores justificam por que razão a Polícia Nacional não faz emboscadas à noite. A falta de iluminação e construções anárquicas foram uma das razões apontadas por eles. "Há momento em que damos razão à Polícia Nacional porque ninguém pode ir fazer a operação numa área escura e com becos. A maioria dos assaltos no nosso bairro acontece quando não temos energia eléctrica. Eles entram porque sabem que ninguém vai-lhes reconhecer, eles partem as lâmpadas que ficam fora e dentro do quintal, a construção anárquica tem sido uma das razões pelas quais a polícia não entra no local da acção, mas, por outro lado, eles nunca tentaram entrar':

A senhora Catarina disse também que alguns moradores deixaram as suas residências, depois de terem sofrido assaltos e outros saíram do bairro porque a zona não é favorável para a segurança da família.

"Temos muitas casas abandonadas aqui no bairro. Uns foram depois de terem sofrido assalto e outros saíram por questão de segurança da sua família. Isto deixa-nos bastante preocupados porque muitos de nós sofremos tanto para conseguir um terreno aqui e deixar desta maneira é preocupante! Aqui, quer a Polícia, quer a administração municipal de Cacuo, consideram o bairro do Paraíso como sendo um bairro ao contrário porque aqui nunca vimos o comandante' muito menos, o senhor administrador de Cacuo.

Eles não passam aqui, mas sabem o que tem acontecido no nosso bairro através dos homens com quem trabalham':

Revelou. No final, os aflitos deixaram o apelo ao Governo provincial e ao ministério do Interior para trabalhar com administração de Cacuo. "O que queremos pedir ao novo Governo é que ele tem que trabalhar com a administração porque o problema aqui está gravíssimo. Para que isso não venha a ser a embaixada 'dos bandidos, pedimos o especial favor ao governo provincial de Luanda que coloque fim a estes malfeitores':

De recordar que o bairro Paraíso está localizado no município de Cacuo, província de Luanda, é um dos bairros mais populosos do município mais a Norte da Capital.



### 9.3 Bairros de Luanda escondem crimes

*Jornal de Angola*

13 De Novembro de 2017

Texto: Nilza Massango

Ana Margarida (nome fictício) é membro de uma organização que responde pelos interesses dos moradores de um bairro. Ela parece destemida; cheia de coragem. É, pois, vestida destes "trajes" que a senhora foi ao encontro organizado pelo Governo Provincial e o Ministério do Interior, no Cine Atlântico, no dia 4 de Novembro. O evento serviu para que os munícipes fizessem a denúncia de crimes. E foram muitas as queixas, resultantes de problemas causados pela falta de iluminação pública e de esquadras e de patrulhamento policial, entre outros.

A mulher dirigiu-se à autoridades com respeito, porém, sem rodeios. De forma directa, "nua e crua", falou sobre o que acontece na zona onde vive: "Senhor ministro, o Rangel só tem bandidos, porque muitas mães permitem. Ninguém gosta de me ouvir a falar. Mas falo na mesma. Eu sou Ana Margarida e o meu terminal telefónico é ...". A senhora criou expectativas. A sala de cinema estava lotada de pessoas, não para filmes, pois que há muito já não são exibidos, mas para um encontro dera auscultação e concertação com a sociedade civil luandense. Dona Margarida prosseguiu...

"No Rangel, as casas abandonadas foram transformadas em locais de drogas. Eu digo isso com conhecimento de causa. Lá, meninos de 14 anos vendem drogas nas ruas. Até os de 10 anos estão também envolvidos no negócio. Eu não tenho vergonha, nem medo de falar claramente. Se o senhor ministro fizer um 'pente fino' no Rangel, vai ver que falo a verdade. Muitos, nesta sala, apresentaram as suas reclamações, mas ninguém assumiu ou disse que tem um filho gatuno, drogado ou um filho Pablo (denominação atribuída aos barões da droga). São pedras por cima do governador e do ministro, mas temos filhos e sobrinhos delinquentes ou bandidos".

Mostrando forte indignação, Ana Margarida foi mais clara ainda: "quem vende drogas ou liamba no Rangel são pessoas conhecidas. Eu conheço! Eu conheço e dou a minha cara. Se não formos fiscais do nosso bairro ou do lugar onde vivemos, onde vamos parar? Os nossos filhos vão tomar-se delinquentes. Estamos sujeitos a ir trabalhar e, no regresso, encontrar a casa invadida pelos amigos dos filhos, que levaram a arca ou a geleira. Isso é mau".

Dirigindo-se, especialmente, ao ministro do Interior, Ana Margarida disse: "peço ao senhor ministro para ir à esquadra do Rangel, num dia de operação, e vai questionar-se: 'será que o hospital de Oftalmologia está tão cheio, que as pessoas vêm sentar-se debaixo da sombra, junto à esquadra?' É demais. Eu estou cansada dessa situação e tenho dito às senhoras que não tenho medo e que falo claramente", disse a mulher, energicamente.

### 9.4 Queremos o policiamento, agora!

*Jornal de Angola*

13 De Novembro de 2017

Texto: João Pedro e Neuza de Mendes

A abertura para o diálogo, proporcionada pelo governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, e o ministro do Interior, Ângelo de Viegas Tavares, foi aproveitada pelos munícipes da capital, que apresentaram muitas das suas preocupações e denunciaram factos que ocorrem diariamente nos bairros onde vivem.

Isabel Correia, que vive no município de Viana, distrito da CAOPA, lamentou o número de assaltos, ocorridos, principalmente, no período nocturno, sendo os estudantes alguns dos alvos. Mas as residências também não ficam a salvo.

"Os bandidos são jovens dos 14 aos 20 anos e entram nas casas armadas e levam todos os pertences. Em alguns casos, violam as mulheres que encontram. É enorme a insegurança por que passamos. Não podem dizer-nos que vai haver mais policiamento de proximidade. Queremos isso agora", clamou.

Os moradores de Cacucaco, zona do Monte Belo, na fronteira com Viana, também vivem dias de intranquilidade. Paula Fernando, coordenadora da Comissão de Moradores, explicou que houve situações que até hoje lhe tiram o sono, mas muitas vezes não teve como ajudar.

"Na semana passada, aconteceu algo muito triste. Um jovem foi, de madrugada, bater a porta da casa do vizinho, no que foi confundido com um gatuno. Deram-lhe uma surra e esfaquearam-no. Quando o lesado se dirigiu à esquadra de polícia, aconselharam-no a ir primeiro ao hospital. No dia seguinte, o jovem voltou ao posto policial e encontrou os agentes embriagados e ordenaram-no a ir à procura da Comissão de Moradores. Depois de analisar o caso, chegamos à conclusão de que o jovem era namorado da filha do vizinho... Este foi obrigado a pagar o tratamento do jovem", contou a coordenadora.

Ana Miguel Kibuco, de 62 anos de idade, moradora do município de Belas, bairro do Tanque Seco, desde 2002, manifestou-se feliz por participar no encontro com o governador de Luanda e o ministro do Interior.

"Estou muito contente por estar aqui e poder expor a situação do meu bairro ao nosso governador. É triste o sofrimento que carregamos, há 15 anos. Vivemos em condições precárias. Para ter uma ideia, ainda bebemos água imprópria para o consumo humano, porque não temos água canalizada ", disse.

A senhora acredita que ela e os outros moradores estão vivos até hoje, " pela graça de Deus", pois que, além da falta de água, não têm energia eléctrica.

"No bairro, sequer foi instalada a electricidade e, por falta de luz, a criminalidade só aumenta. Os bandidos batem-te a porta como se fossem visitas. É melhor você abrir, para eles entrarem e verem, se, na realidade, a casa não tem o que lhes interessa. Se não abrires a porta, eles entram pelas chapas, agridem toda a família e roubam o pouco que tens. O mais triste é que não temos policiamento no bairro", afirmou a anciã.

Ana Miguel Kibuco pediu às autoridades que coloquem, pelo menos, uma esquadra móvel, para amenizar o índice de criminalidade.

Já o mais velho Lino de Oliveira, morador do distrito da Maianga, bairro do Mártires do Kifangondo, mostrou-se preocupado com o facto de se verem invadidos por estrangeiros.

"A cada esquina do Mártires, há um estrangeiro, com tambor, a vender cabrité e não só. Muitos deles estão ilegais no nosso país. Por isso, agradecia que a nossa Polícia de Migração passasse um 'pente fino' no bairro para ver quem, na realidade, esta aqui legalmente", pediu.

Lino Oliveira chamou a atenção da Polícia para actuar sobre os carros com vidros fumados que circulam pelas estradas de Luanda, pois alguns" têm contribuído nos raptos que acontecem na nossa cidade", alertou.

Lino de Oliveira mostrou-se um cidadão atento e pediu às autoridades vigilância em relação a muitas fábricas de produção de água, sem endereço físico no logótipo. Deu como exemplo uma garrafa que tinha em mão. "Infelizmente, muitas dessas garrafas de água mineral que trazem escrito casa sem número (s/n) estão a ser comercializadas na nossa capital e estão a fazer-nos mal. A quem vamos pedir responsabilidade, se não têm o endereço? Por isso, peço ajuda às autoridades competentes, no sentido de a fiscalizarem", destacou.

## 9.5 Moradores Clamam pela Intervenção da Polícia

*Jornal O Crime*

*18 De Novembro de 2017*

*Texto: Norberto Paulo*

São na sua maioria jovens com idades compreendidas entre 16 e 20 anos, inofensivos à primeira vista, mas que se transformam em verdadeiros predadores ao calar da noite. De acordo com os moradores da zona do Piamarta, a luta entre grupos rivais tornou-se uma moda naquele bairro.

Os confrontos têm ocorrido, na maioria das vezes, a partir das duas horas da madrugada, tirando o sono aos moradores. "Meu pai, quando eles vêm para lutar, quase ninguém consegue dormir, porque atiram pedra nos portões, batem com paus, o barulho é tão ensurdecedor, que ninguém consegue pregar o olho", lamentou Ivaneth Domingos, moradora do referido bairro, acrescentando que já viveu dias piores, tornando quase impossível andar sozinha nas primeiras horas do dia e, pior, no período diurno.

Segundo os moradores, um dos marginais que mais terror causava na zona, era 'Domigão', que, recentemente, foi morto. Mas, mesmo assim, a criminalidade não baixou; pelo contrário, aumentou ainda mais. O consumo de liamba entre os jovens tem sido uma espécie de incentivo, pois a consomem à luz do dia e à noite transformam-se em verdadeiros demónios.

No que toca aos assaltos a residências, tudo acontece no período da noite, principalmente a partir das 23 horas, quando a maior parte dos proprietários descansa depois de uma jornada laboral cansativa.

"Eles não têm medo de nada, em algumas residências, até picareta usam para arrombar as portas", diz uma das moradoras, que contou a história de um indivíduo de nacionalidade guineense, apenas identificado por 'Azizi', que os amigos do alheio transformaram numa espécie 'freguês habitue'. Segundo a nossa fonte, é uma presa predilecta dos marginais que assaltaram a sua residência mais de três vezes num só mês, pelo que, temendo pelo pior, foi forçada a mudar de bairro.

Para além dos assaltos a residências, também têm sido frequente os assaltos às cantinas, "houve um dia que os marginais entraram numa cantina e fizeram reféns as pessoas que ali estavam. Quando um dos bandidos entrou, manipulou a pistola e, com o objecto, ordenou que todos nós nos sentássemos, pedindo ao dono que entregasse todos os cartões de saldo e dinheiro, sob pena de matar toda a gente".

Juliana da Graça recorda que, na altura do assalto, a rua se encontrava movimentada e muitos se aperceberam do assalto, mas, com medo da reacção dos marginais, ninguém se atreveu reagir.

Satisfeitos pela "operação" bem-sucedida, os marginais retiraram-se do local. Os assaltos, segundo os moradores, são perpetrados por jovens com idade compreendidas entre os 17 e 25 anos.

"A maior parte dos assaltos é realizada por menores de idade e muitos deles vivem mesmo aqui no bairro. Eles surpreendem, principalmente as pessoas que vão à escola ou ao serviço, recebem telefones ou dinheiro", alertou António Manuel, moradores.

Para os moradores, os marginais são de fácil identificação, pois têm um jeito peculiar na forma de andar, que consiste em gingar o corpo e as pernas como de um desfile de moda se tratasse. Os locais considerados perigosos para andar, principalmente à noite, são a zona da igreja do Piamarta, considerado um lugar fértil em termo de assalto por causa da pouca iluminação da via, assim como a paragem de táxi do Colégio Júlia Tomás. Existem, ainda, as zonas do bairro Matrix e Rua da Malhação, tido como o palco das lutas entre os gangs.

"É muito arriscado passar aqui sozinho, porque os bandidos ficam sentados logo à paragem dos táxis. Entre os grupos que normalmente actuam aqui, o mais perigoso é a UTC - União Total dos Criminosos. Esse, sim, não perdoa. Recebe tudo e, se reagires, tira-te a vida".

Os moradores, agastados com a situação, apelam a intervenção de quem de direito, pois sentem-se abandonados.

## 9.6 “Prevenção criminal passa pela resolução problemas sociais”

*Jornal O País*

*24 De Novembro de 2017*

*Texto: Milton Manaça*

O professor universitário Carlos Feijó considera que a prevenção criminal primária no país deve passar antes pela resolução de problemas económicos e sociais que classifica como a raiz dos conflitos que se despoletam em várias partes do país.

Dissertando o tema: "O papel da ciência no combate à criminalidade", que marcou a abertura das 3<sup>as</sup> Jornadas Científicas do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais, ontem, em Luanda, Carlos Feijó disse que é necessário entender a causa do conflito,

sendo esta uma tarefa que compete ao Governo, através da eliminação de dilemas económicos e sociais.

O jurista alertou para a necessidade de se olhar para o fenómeno da criminalidade não apenas como uma área de intervenção policial, mas como uma área para onde devem convergir um conjunto actores.

"Numa só palavra, a prevenção primária da criminalidade não é apenas um problema da Polícia. Os programas de Governo devem tratar da prevenção primária, porque visam responder aos princípios estruturais que o país tem", asseverou Carlos Feijó.

Para Carlos Feijó, numa fase secundária, a evolução dos actos criminais deve-se ao problema de gestão pública, cuja prevenção e combate envolve vários actores sociais e não apenas os órgãos afectos ao Ministério do Interior.

A questão da população prisional que volta à reincidência depois de libertada foi também afluída pelo prelector, tendo atribuído este comportamento dos ex-reclusos à falta de políticas concretas de reinserção social. Carlos Feijó acha que a acção da Polícia, na fase de prevenção e combate ao crime chega sempre tarde porque não se resolveram os problemas sociais geradores de conflitualidade, um aspecto "da alçada do Estado".

Política nacional de prevenção ao crime

Segundo o professor, Angola não tem uma política nacional concreta de prevenção da criminalidade, que se traduz numa ferramenta fundamental na contenção de fenómeno de médio e longo prazo, à semelhança de outros países do mundo.

"Esta política deve ter diversos vectores para depois não correremos atrás do prejuízo", apontou o académico, reforçado que actualmente nenhuma sociedade se desenvolve sem a aplicação da ciência e no ramo criminal não é diferente.

As estatísticas criminais, de acordo com o jurista, são outro mecanismo essencial para a gestão do fenómeno que deve ser usado tanto pela Polícia como pelos governantes.

Na abertura do certame, o segundo comandante da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, reconheceu que os crimes têm vindo a criar um sentimento de insegurança pública entre a população.

Paulo de Almeida frisou que os temas de investigação na área criminal que estão a ser apresentados nas jornadas inscrevem-se nas preocupações da Polícia.

Já o secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Domingos da Silva Neto, alertou que as novas tecnologias podem ser instrumentos relevantes na prevenção e combate ao crime.

A monitorização, até a detenção dos presumíveis actores do crime, são aspectos que na esfera das novas tecnologias podem ser aproveitados pelas instituições policiais, segundo Domingos Neto.

Os especialistas convergem em que é chegado o momento das instituições aproveitarem as novas tecnologias em prol do combate ao crime.

## 9.7 A criminalidade continua em alta em Luanda

*Jornal A República*

*24 De Novembro de 2017*

*Texto: Evaristo Ombindja*

O ministro do Interior, Ângelo da Veiga Tavares, iterou em Novembro deste ano, na capital do país, tendo aprofundado que a criminalidade, em Luanda, está controlada e disse não existirem motivos para classificar a situação de segurança pública no país como alarmante.

Daí que o Jornal A República efectuou, a 18 de Novembro deste ano, uma ronda pela província de Luanda, nomeadamente nos municípios de Cacuaco, Cazenga, Viana e o distrito urbano do Rangel.

No entanto, tivemos o ensejo de ouvir, primeiramente, a opinião de Joaquim Pereira, residente no município de Cacuaco, bairro Paraíso, que começou por focar os seguintes aspectos: "O Senhor ministro do Interior foi infeliz ao afirmar que a criminalidade, em Luanda, está controlada, porque no bairro onde vivo tem havido muitos relatos de assaltos a mão armada, armas brancas, principalmente o uso de faca, catana, etc"

"O bairro Paraíso precisa de mais policiamento, não importa em que período, pois os criminosos fazem os assaltos a qualquer hora do dia, isso tem estado a dificultar a circulação dos cidadãos". Concluiu.

Já Rui Baltazar, comerciante de gasosa no mercado do Kikolo, disse: "Nesse mercado do Kikolo há muitos delinquentes que têm estado a furtar e a roubar os haveres de muitos cidadãos, ou seja, aqueles que veem ao mercado com o objectivo de fazerem compras de comidas, roupas, etc. Muitas vezes, os delinquentes também se apoderam dos nossos haveres, exigindo que lhes demos os dinheiros, entre outras coisas":

"O mesmo acontece nas paragens de táxis, pois tem havido jovens que são chamados de "lotadores" que se aproveitam dos passageiros, roubando-os diversas vezes, dinheiro e telemóveis". Desabafou.

Por seu turno, Luís do Amaral, contabilista e residente no distrito urbano 11 de Novembro, município do Cazenga, disse: "A criminalidade é um fenómeno mundial, mas peço ao senhor ministro do Interior, Ângelo de Barros da Veiga Tavares, que crie políticas apropriadas para que a criminalidade que se vem assistindo nos diferentes bairros da capital do país não cresça consideravelmente, pois há muita gente que não consegue circular de um lado para o outro porque os criminosos estão em vários cantos da província de Luanda.

"O Ministério do Interior deve capacitar cada vez mais os seus efectivos para que consigam combater de modo eficaz a natureza de diversos crimes, fazendo um estudo bastante prudente e profundo da criminalidade, a sua origem, efeitos, consequências, e deve reforçar a sua parceria com os ministérios da Família e da Promoção da Mulher, da Educação, Saúde, etc.". Finalizou.

Carlos António, professor do ensino primário e residente no distrito urbano do Rangel, pronunciou-se nos seguintes termos: "A criminalidade em Luanda continua em alta, digo isto porque em muitos bairros da capital do país assiste-se em diferentes ocasiões a assaltos, violações, roubos, furtos em grande escala. E o mais agravante é que esses actos de criminalidade são protagonizados por pessoas que têm idades compreendidas entre 12 e 18 anos, questionou ainda o seguinte, qual é o estudo que foi feito sobre a criminalidade que fez com que o senhor ministro do Interior dissesse que a criminalidade está controlada em Luanda?".

Finalmente, ouvimos a opinião de João da Fonseca, operador de máquina e morador no bairro da Estalagem, município de Viana, que desabafou sobre o seguinte: "Aqui no bairro da Estalagem há muitos delinquentes, já que tenho estado a presenciar jovens a dispararem contra os moto-taxistas que se recusam a ceder as motorizadas, sendo que o mesmo acontece com os cidadãos que fazem a troca de dinheiro em diferentes mercados da Estalagem. Por outra, temos estado a registar mortes de cidadãos de diferentes nacionalidades que têm sido alvo dos delinquentes".

## 9.8 Executivo troca armas por utensílios agrícolas

*Jornal de Angola*

25 De Novembro de 2017

Texto: Fernando Neto

O Executivo pretende criar políticas de incentivo aos utentes ilegais de armas de fogo, acção que deve passar pela troca das mesmas (armas de fogo) com utensílios agrícolas, visando o combate à fome e à pobreza.

A informação foi avançada ontem, em Mbanza Kongo, Zaire, pelo responsável da equipa de destruição de armas e munições da ONG britânica "The Halo Trust", Marcolino Lussati.

"Quem hoje entrega uma arma, amanhã pode receber quilos de batata -doce", realçou, acrescentando que na fase da entrega coerciva de armas de fogo, iniciada em 2012, foram recolhidas 174 armas e encaminhados para o Tribunal Provincial 89 cidadãos por práticas de diversos crimes com recurso a armas de fogo, tendo sido condenados 83 cidadãos e seis absolvidos por falta de provas.

Na quarta-feira, a Organização Não Governamental "The Halo Trust" destruiu, em Mbanza Kongo, 17 4 armas de diversos calibres, com destaque para lança morteiros de 82 milímetros e armas ligeiras como AKM, G3 e RPG7.

A Policia Nacional em parceria com as Forças Armadas Angolanas (FAA) recolheu de forma voluntária e coerciva da população do Zaire, 1.999 armas de diversos calibres, das quais 1.595 já foram destruídas. Foram também desactivados 21 paióis de armamento.

### Material destruído

O responsável da equipa de destruição de armas e munições da "The Halo Trust", Marcolino Lussati, esclareceu que as armas destruídas são encaminhadas para uma empresa siderúrgica em Luanda, para serem aproveitadas para o fabrico de utensílios agrícolas, como enxadas, catanas e carros de mão.

A Organização Não Governamental "The Halo Trust" destruiu até ao momento 120 mil armas em todo o país, no quadro do processo de desarmamento da população civil iniciado em 2008.

### Unidade

O vice- governador do Zaire para o sector Político, Social e Económico, António Kialunguila, lembrou que o programa de acção do Executivo para o desarmamento congrega quatro fases distintas:

sensibilização, entrega voluntária, recolha coerciva e de controlo.

António Kialunguila disse que a paz abriu caminho para a consolidação da democracia no país, proporcionou a livre circulação de pessoas e bens de Cabinda ao Cunene, mas tem sido beliscada com actos de violência com recurso a armas de fogo.

"A nossa maior tristeza reside no facto de vermos cidadãos, que sobreviveram no período de guerra, a morrerem hoje, vítimas de assassinato com armas de fogo, por motivos passionais ou roubo de telemóveis, viaturas e até de botijas de gás", lamentou o vice-governador do Cuanza Norte.

No Cuanza Norte, no Início do mês em curso, mais de 500 mil armas de fogo de calibres diversos, em posse ilegal da população, foram recolhidas e destruídas no país, pela Comissão Nacional para o Desarmamento, desde o início do processo em 2008.

O facto foi anunciado na cidade de Ndalatando, Cuanza Norte, pelo coordenador da Subcomissão Técnica Nacional do Desarmamento da População Civil, comissário - chefe Paulo de Almeida, no acto central da Semana Nacional de Desarmamento da População Civil, que a província acolheu ontem, sob o lema "Se és consciente, desarma a tua mente".

### Resistência de cidadãos

Paulo de Almeida apontou a resistência de alguns cidadãos na entrega de armas de fogo às autoridades, como um dos constrangimentos que têm afectado o processo de desarmamento.

Salientou que muitas destas armas, ainda em posse dos cidadãos, têm sido usadas no cometimento de diversos crimes no país, provocando muitas vítimas mortais e danos materiais na sociedade angolana, tendo para o efeito apelado à população a entregá-las de forma voluntária e a denunciar aqueles que as possuem ilegalmente.

Paulo de Almeida apelou ao reforço do controlo e fiscalização dos armeiros.

A campanha de recolha de armas em posse ilegal da população civil decorre em todo o país e está dividida em duas fases: a da entrega voluntária e da recolha coerciva. Milhares de armas de fogo já foram recolhidas desde o início do processo.

## 9.9 Jurista defende celeridade na tramitação de processos sobre violência doméstica

*Jornal O País*

25 De Novembro de 2017

Texto: Constantino Eduardo

A violência doméstica destrói o tecido familiar, desestrutura-a, razão por que apela-se ao Estado, a definição de políticas exequíveis que visem, cada vez mais, a protecção deste agente da socialização. Ao Estado, segundo o jurista, cabe proteger a família e garantir a sua estabilidade, porquanto a violência gera desestruturação e dela, conseqüentemente, à sociedade, dado que a família assume-se como uma "catequese", em que a pessoa absorve os valores para a vida. "Porque, vejamos, o professor sai da família, o padre idem, o governante também. Logo, a família joga um papel importante na transmissão de valores", referia o jovem Ngundji José, na mesa redonda, promovida por uma rádio local.

Sem avançar números, porque se aguarda pelo pronunciamento da ministra do sector, o gabinete provincial da Família, Assistência e Igualdade no Género declara que a moralização da sociedade é uma das vias para combater a violência, advertindo que não constitui apenas tarefa do Estado, mas de todos os agentes sociais, designadamente a família, a escola e a igreja, porquanto as instituições estatais são incapazes de enfrentar o desafio.

Em entrevista a uma rádio local, a directora do gabinete, Leonor Fundanga, limitou-se a descrever as actividades que vão marcar os 16 dias de activismo, com destaque, entre outras, às visitas ao lar de idosos e à penitenciária. Entretanto, os esforços de O PAÍS para obter números dos casos de violência doméstica registados em Benguela redundaram em fracasso.

O jurista António Capo afirma que só se pode falar de Estado organizado e de uma paz efectiva se as famílias que a compõem forem compactas e organizadas. Ao Estado cabe a criação de mecanismos que garantam um suporte para a sua protecção, e logo, ao comemorar-se o dia 25 de Novembro, percebe-se claramente que o Estado é o órgão tutelar para a garantia desse direito fundamental que é a estabilidade familiar.

O também advogado defende que se accionem mecanismos que desincentivem a violência doméstica, por não abonar o bem-estar da sociedade, tão pouco do Estado. Para o profissional do direito, o Estado deu um passo significativo ao criminalizar a violência doméstica, que configura um crime público. Mas julga

necessária a criação de condições institucionais para o combate à violência doméstica, desta feita devidamente responsabilizando os seus autores. "Há muita morosidade na tramitação processual", queixou-se o causídico, em entrevista telefónica a este jornal, justificando que, deste modo, quando os casos chegam a julgamento, já não têm razão ser, porque o ambiente que o circunscreveu já terá passado, dada a morosidade que habitualmente se verifica.

## 9.10 Restrições de energia elétrica aumentam criminalidade no Namibe

*Jornal O País*

25 De Novembro de 2017

Esta informação foi prestada pelos moradores dos bairros Valódia 1 e 2, bairro 5 de Abril, Forte Santa Rita, que falam igualmente do desperdício de enormes quantidades de bens alimentares perecíveis.

António Tchivandja, de 54 anos e morador do Bairro S de Abril, conta que por falta de iluminação pública, teria sido assaltado a porta da sua casa, o pior só não aconteceu graças a pronta Intervenção dos vizinhos.

"Estamos já há alguns dias sem energia, quase uma semana, e isso tem causado sérios problemas na vida das pessoas que vivem aqui no bairro 5" disse.

Maria Palaia, outra moradora do bairro 5 de Abril, disse a nossa reportagem, que por falta de energia eléctrica na sua casa, já levou para o lixo, mais de 10 kg de peixe.

Por outro lado, a nossa interlocutora, disse que as restrições no fornecimento de energia eléctrica, afectam também a economia doméstica da sua família, pelo facto de não ter capacidade de conservação de frescos.

Maria Palaia, revelou que já tentaram buscar informações junto das entidades competentes, porém, nunca obtiveram sucesso, o que a deixa constrangida, já que tem todas as facturas pagas.

Entretanto, este jornal apurou de fonte segura, que as restrições no fornecimento de energia eléctrica, devem-se a falha de combustível nos grupos geradores das duas centrais térmicas da província.

O Director Provincial da Energia e Águas no Namibe, fez saber que a situação é do conhecimento do Governo Provincial, tendo dito que já se encontra em curso um estudo de viabilidade para a sua solução.

Arlindo Mendes Tavares, garantiu que a situação já está sob controlo, e que dentro de poucos dias será ultrapassada.

## 9.11 Mulheres querem melhor cumprimento de políticas para sua protecção

*Jornal O País*

*26 De Novembro de 2017*

*Texto: Afrodite Zumba*

Dezenas de mulheres de várias idades e extractos sociais marcharam em um acto simbólico de repúdio às diferentes formas de violência, das quais têm sido vítimas em território nacional.

Sob o lema "Parem de Matar as Mulheres", as participantes caminharam cerca de três quilómetros, num percurso que teve início no cemitério da Sant'Ana, no bairro Popular e terminou no Largo das Heroínas, exigindo que as políticas traçadas pelo Executivo "saíam do papel" e sejam melhor implementadas.

Em depoimento a O PAÍS, a coordenadora geral do Movimento Ondjango Feminista; Sónia Cunha, salientou que as leis criadas para a defesa das mulheres pouco têm-se reflectido no seu dia-a-dia, visto que frequentemente têm sido noticiados pelos órgãos de comunicação social vários casos de agressões contra as mulheres que muitas vezes ficam impunes.

"As zungueiras têm sido alvo de violência física dos fiscais. Há mulheres que têm uma gravidez saudável e perdem os filhos nas maternidades pela escassez ou inexistência de materiais gastáveis nas unidades hospitalares", disse.

A responsável esclareceu que estes factos contrariam os acordos internacionais assinados por Angola, dentre os quais o Protocolo de Maputo, principal instrumento jurídico para a protecção dos direitos das mulheres e raparigas no continente africano.

Defende que a nível do Parlamento seja criada uma Comissão de Inquérito para investigação dos casos de violência que têm ceifado a vida de vários cidadãos' bem como a nível da Assembleia Nacional sejam organizados debates sobre a reforma do sector da Segurança Pública com o objectivo de se adoptarem políticas integradoras.

Sobre estas últimas, a responsável explicou que, havendo um debate sobre o referido tema, poder-se-á chegar à conclusão de que os efectivos da Polícia Nacional deverão beneficiar de formação em Direitos

Humanos, o que, de certo modo, lhes permitirá garantir a segurança dos cidadãos e, ao mesmo tempo, humanizar o atendimento às vítimas de violência. Com os rostos pintados, trajadas de t-shirts brancas e pretas, exibiam cartazes e proferiam dizeres que apelavam ao fim das agressões contra o género feminino. "Não nos matem só, somos todos iguais", ouvia-se o coro, acrescentando "basta, chega, justiça já!", determinavam.

Neste grupo, O PAÍS encontrou a zungueira Filomena Magalhães, de 37 anos, que havia abandonado o local em que se encontrava a vender, nos Congolenses, para se juntar ao aglomerado de mulheres que por ali passavam a exigir o cumprimento dos seus direitos.

A comerciante alegou que frequentemente tem enfrentado a violência dos fiscais, que agridem-na e forçadamente recebem-lhe o negócio, com o qual tem sustentado cinco filhos. "Gostei da iniciativa, por isso marchei dos Congolenses até aqui no 1º de Maio", acrescentando que deseja arranjar emprego.

Na primeira linha da marcha, estava Lina Sebastião, de 32 anos, que disse ter aderido ao evento em solidariedade com as mulheres que têm sofrido agressões físicas, verbais, sexuais e psicológicas, que nalguns casos terminam em homicídios.

A jovem alega que, apesar de não ter sido vítima das violências acima descritas, já foi alvo de discriminação por ser portadora de deficiência física. "Graças a Deus nunca fui alvo dessas formas de violência, mas aconselho as mulheres que foram ou venham a ser, a não terem receio de denunciar os agressores", salientou.

Homens não ficaram em casa e juntaram-se à causa

Embora o evento fosse voltado ao público feminino, alguns homens juntaram-se à caminhada alegando que a mulher desempenha um papel relevante na sociedade e jamais deveria ser vista como um "ser fraco ou vaso frágil".

Segundo Willi Piaça, de 39 anos, que exibiu um cartaz com o dizer "Não quero ter medo de ir às ruas", defende ser importante que a sociedade esteja consciencializada sobre as questões da violência contra a mulher, uma vez que dificilmente a mesma virá a ser forte se a mulher não ocupar o seu espaço.

A marcha de repúdio à Violência Contra as Mulheres enquadra-se no âmbito das celebrações do Dia Internacional da Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, assinalado ontem, e visa chamar a atenção da sociedade civil e do Governo para a necessidade de serem postas em prática as políticas outrora traçadas para esse fim.

O movimento Ondjango Feminista, entidade promotora da marcha, é um colectivo de activismo e educação em prol da realização dos direitos das mulheres e meninas de Angola.

Criado há um ano e quatro meses, o movimento tem um programa feminista transformador a partir de uma perspectiva de justiça social, solidariedade e liberdade.

## 9.12 O Estado e a Violência Doméstica

*Jornal de Angola*  
28 De Novembro de 2017

A violência doméstica é uma realidade no nosso país, com casos de elevada gravidade que desestruturam muitos lares angolanos e causam problemas de várias ordens. As mulheres e as crianças são as principais vítimas de violência doméstica no nosso país, em que os casos de maus tratos denunciados às autoridades estão ainda muito aquém do real número de situações que ocorrem em várias partes do território nacional e que se caracterizam particularmente por ofensas à integridade física de muitos cidadãos.

Embora tenhamos uma lei contra a violência doméstica que prevê penalizações de actos que violam a integridade física das pessoas nos seus lares, o número de casos de agressões no seio familiar é ainda preocupante, pelo que se justifica uma contínua atenção ao fenómeno que afecta muitas famílias em Angola.

O fenómeno da violência doméstica é merecedor de uma abordagem multidisciplinar para que se possam atacar com maior eficiência as suas causas e os seus efeitos. Não podemos ficar indiferentes ao problema da violência doméstica, pois este desestabiliza famílias. Uma sociedade deve lutar para ter famílias estáveis e bem estruturadas.

Sendo as mulheres e as crianças as principais vítimas da violência doméstica, importa que se criem instituições fortes capazes de atuar com celeridade para que as vítimas da violência doméstica sejam ocorridas e recebam o devido tratamento, que deve abranger acompanhamento por parte de psicólogos.

É fundamental que as instituições vocacionadas para a proteção das pessoas expostas a situações de violência estejam bem organizadas e tenham uma intervenção maior junto das famílias, sobretudo naqueles casos em que é necessário resgatar com rapidez pessoas que são reiteradamente vítimas de maus tratos.

As denúncias que são feitas pelos cidadãos, relativas a casos de violência doméstica devem ser imediatamente

atendidas pelas entidades competentes, a fim de se evitar o sofrimento permanente de pessoas vulneráveis e que ficam à mercê de indivíduos, seus familiares, os que as agredem constantemente no seu próprio lar.

É preciso perceber que o lar para muitos cidadãos, nomeadamente crianças e mulheres, tornou-se num inferno de onde querem sair se tiverem esta possibilidade. É preciso que haja forma de se acolher as pessoas que já não podem viver com familiares que lhes são hostis e que põem em perigo diariamente as suas vidas.

Em face da dimensão do fenómeno da violência doméstica, importa mobilizar especialistas para centros de acolhimento de vítimas de maus tratos, nomeadamente psicólogos, para que estas possam recuperar dos seus traumas. O problema da violência doméstica tem de estar sempre na agenda das entidades que têm a obrigação de criar as condições para ajudar os cidadãos que precisam da proteção do Estado. O Estado, com os meios de que dispõe, está em melhores condições de garantir um sistema de proteção às vítimas da violência doméstica. O Estado tem de estar na primeira linha do combate a este fenómeno, por via de políticas que contemplem a prevenção, a educação, mas também a repressão de actos que perturbem paz social.

Os que nos lares maltratam pessoas contribuem para a instabilidade no seio das famílias. É do interesse do Estado que tenhamos famílias que possam cumprir o seu papel enquanto núcleo fundamental da organização da sociedade. O Estado deve, perante o fenómeno da violência doméstica, colaborar com a sociedade para assegurar a estabilidade das famílias, com os olhos postos no progresso do nosso país.



## 10. AMBIENTE

### 10.1 Inundações e delinquência despovoam bairro Buraco

*Jornal O País*

*01 De Novembro de 2017*

*Texto: Romão Brandão*

Localizado por detrás do conhecido Mercado da BCA, o bairro Buraco, propriamente no Quarteirão 20, Zona 19 do Cazenga, é caracterizado pela terra húmida e esverdeada por plantas daninhas, bem como o retrato de um débil saneamento básico que para lá atrai uma quantidade insuportável de mosquitos.

Nas paredes, o sinal das enchentes é permanente e os moradores não se escusam de mostrá-los, pelo facto de todos os anos, desde 2007, a chuva marcar profundamente as suas vidas. A marca, que se torna indelével, deve-se ao facto de que quando chove, se não houver vítimas mortais, registam-se avultados danos materiais.

"Tanta gente perdeu familiares aqui, que até perdemos o número exacto", revelou o primeiro coordenador do bairro, Julião Raimundo "Garrafão". A este coordenador foi depositada boa parte das esperanças que os moradores cujos lamentos acalentavam que algum dia seriam ouvidas as suas lamentações, e consequentemente serem -lhes fornecidos uma casa ou um terreno distante dali.

"Esperanças moribundas", porque há 10 anos, quando aconteceu a primeira inundação que não vêem melhorias. "Na altura, colocaram-nos numas tendas no Kalawenda, e disseram que tínhamos de esperar a 2ª fase das casas do Gamek. Agora, estamos a ouvir que tais casas já têm donos", confessa.

O regresso ao habitat anterior fez-se acompanhar de muita tristeza, dado os registos de mortes por afogamento, principalmente de crianças, sempre que chovesse torrencialmente.

Uma das pessoas cuja tristeza bateu a porta de casa é Maria Gaspar Junta, 53 anos, que viu a filha e o neto sucumbindo nas enxurradas de 2007. A filha, Maria Agostinho António, tinha 18 anos e o neto, Agostinho Vicente 3 anos. A sua casa encheu e desabou, tendo o óbito sido feito na casa de uma vizinha.

A nossa interlocutora vive há 27 anos no bairro e lembra -se de que a primeira inundação registou-se em 1993 e que felizmente não causou mortes nem danos materiais graves. Depois das chuvadas de 2007,

marcou-lhe também a de 2016, tendo o bairro quase inteiro ficado coberto de água.

"É só esperança na boca, o governo não faz nada. Antes, não tínhamos este problema, as ruas estavam transitáveis e os carros iam à vontade para os mercados do Asa Branca e do Sucupira. Foi só retificarem a linha férrea e outras estradas que começamos a registar enchentes, porque a água não tem para onde ir", conta Maria.

Esquecidos pela Administração

O levantamento feito pela coordenação local aponta para um total de 34S famílias que lutam contra os mosquitos, a delinquência, a falta de energia eléctrica e de água potável, bem como de mortes por afogamento, o desabamento de casas e as doenças próprias do tempo chuvoso. Todo o dossier foi entregue ao administrador municipal, sendo que até ao momento espera-se por uma resposta. "Não nos dizem nada. Quando fica cheio temos que contribuir para comprar gasolina e ligar a motobomba que nos foi ofertada pela Casa Militar. Só no ano passado, gastámos 98 mil Kz para tirar toda a água. Tudo o que queremos é sair daqui. Se não tiverem casas, pelo menos nos deem terrenos", desafiou Sebastião Ngongano, morador do Buraco desde 1994.

Agostinho António vive há 27 anos no Bairro, também disse que antes, nos tempos em que a FILDA era uma lixeira, não existiam inundações. "Hoje, as casas estão abandonadas por causa disso e virou refúgio dos bandidos porque a Polícia não tem como entrar aqui", sublinhou.

Não importa a distância em que estiverem os terrenos, os moradores do bairro do Buraco estão dispostos a recebê-los, desde que sejam-lhes fornecidos também materiais para erguerem as casas. O Buraco transformou-se numa zona côncava e ao chover os moradores dizem ironicamente que fica como uma barragem.

Por isso, convidam os governantes a visitá-los depois das chuvadas, quando os moradores usam canoas para se deslocarem no bairro. Não têm condições financeiras para abandoná-lo, alugar uma casa ou comprar um terreno, e assim têm que sujeitar -se com a situação. "O coração fica no ar, quando está a chover", disse Maria, que ainda carrega a tristeza no rosto.

## 10.2 Chuva mata duas pessoas em Luanda

*Jornal O País*

*03 De Novembro de 2017*

*Texto: Domingos Bento*

Duas pessoas morreram, no município de Icolo e Bengo, em consequência da forte chuva que se abateu esta Quarta-feira sobre Luanda, segundo dados divulgados à imprensa pelo vice-governador para a área técnica e infraestruturas, José Kay.

No entanto, além das vítimas mortais, o responsável, que falava à margem da sessão extraordinária do conselho provincial para a avaliação dos danos causados pelas chuvas, revelou que registou-se ainda o desabamento de (5) residências na zona da Boavista, (4) na Funda e também a inundações de instituições sociais como escolas e centro de saúde.

"Os efeitos tiveram maior incidência no município de Luanda, Kilamba Kiaxi, Cacuaco e Cazenga. Lamenta-se a morte destes dois cidadãos no município de Icolo e Bengo", assinalou José Kay.

De acordo ainda com o vice-governador, as equipas de protecção civil e bombeiros continuam em acção nos municípios mais assolados pelas enxurradas para que as populações retomem as suas actividades, por isso vão eliminando os efeitos das chuvas. José Kay referiu ainda que foi estabelecido um conjunto de acções e medidas imediatas destinadas a permitir que as instituições sociais retomem o seu funcionamento normal e restituir a mobilidade nas vias estruturantes que de alguma forma foram afectadas pelas chuvas.

"Todas as administrações foram já orientadas a sensibilizarem as populações, principalmente as residentes nas zonas de risco, a acatarem as orientações para evitarem-se danos maiores. Portanto, o Governo está a levar a cabo um programa intensivo para permitir que os efeitos dos anos anteriores não voltem a acontecer este ano", atestou.

## 10.3 Chuvas matam em Luanda

*Jornal de Angola*

*03 De Novembro de 2017*

As fortes chuvas que se fizeram sentir na província de Luanda entre a noite de quarta - feira e a madrugada de quinta-feira provocaram dois mortos no município de Icolo e Bengo e inundações por toda a cidade, anunciou o governo provincial.

O anúncio foi transmitido após uma reunião extraordinária do Conselho Provincial de Emergência, do governo de Luanda, que é liderado desde Outubro por Adriano Mendes de Carvalho, para avaliação dos efeitos destas chuvas e para a tomada de "medidas pontuais".

As fortes chuvas, que começaram a cair em Luanda ao final da tarde de quarta-feira, provocaram "situações críticas" que levaram a inundações generalizadas nos municípios de Luanda, Kilamba Kiaxi, Icolo e Bengo, Quissama, Viana, Talatona, Belas, Cazenga e Cacuaco.

"Havendo ainda a registar a inundações de algumas escolas, o desabamento de cinco casas, 1 na Boavista, quatro casas na Funda e a lamentar a morte de dois cidadãos no município de Icolo e Bengo", anunciou o governo provincial, no final da reunião realizada ontem em Luanda.

É ainda sublinhado que "não obstante as medidas em curso no domínio do desassoreamento de valas e da recolha do lixo", há "necessidade de mobilizar recursos financeiros e materiais" para avançar com obras de prevenção já previstas no Plano

Director Geral Metropolitano de Luanda.

“Contrariamente às exortações das autoridades da província os municípios insistem na constatação de habitações em zonas de risco, colocando as suas famílias em risco”, observa igualmente o governo provincial de Luanda.

Foi ainda recomendado aos administradores municipais e estruturas técnicas do governo provincial "empenho" e "mobilização" de meios com vista a "acudir as situações mais graves" decorrentes destas chuvas, e que "garantam a reposição da normalidade urbana". As chuvas em Luanda duraram cerca de duas horas e causaram transtorno no trânsito automóvel com longas filas e viaturas avariadas, devido à quantidade de água nas principais vias de acesso ao centro da cidade e bairros periféricos.

Com mais de seis milhões de habitantes, fazem parte da capital angolana os municípios de Luanda, Cacuaco, Cazenga, Viana, Kilamba - Kiaxi, Viana, Talatona., Belas, Icolo e Bengo e Quiçama.

A época das chuvas começou em Agosto e prolonga-se até Maio, mas desde o início do ano que praticamente não chovia em Luanda.

Chuva forte ou chuva moderada, por vezes acompanhada de trovoadas, é a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) para as cidades do Lubango (Huila), Menongue (Cuando Cubango), Saurimo (Lunda Sul) e para o

município do Cubal e arredores (Benguela) até às 12h00 de hoje.

#### 10.4 Pescangola lança plano de gestão de resíduos

*Novo Jornal*

*03 De Novembro de 2017*

*Texto: Hortêncio Sebastião*

A ministra das Pescas e do Mar defendeu a implementação do plano gestão ambiental não só nos portos pesqueiros, mas também nos recintos portuários e comerciais, de forma a melhorar a qualidade vida das populações expostas aos riscos ambientais.

Victória de Barros Neto falava numa cerimónia que assinalou a apresentação do plano de gestão ambiental da Empresa Portuária de Pesca de Angola (Pescangola), Empresa Pública, elaborado pela empresa ECOSEL (Soluções Ambientais Limitada).

Descrita como catastrófica a situação ambiental do perímetro onde funciona a Pescangola, local onde drenam não só as águas residuais do município do Cazenga e distrito do Sambizanga para além dos resíduos lançados ao mar pelos armadores de pesca que atacam no cais portuário a ECOSEL avança a construção de uma Estação de Tratamento de Resíduos (ETAR), no sentido de minimizar o impacto ambiental apenas para servir esta empresa.

À ETAR, com custos avaliados em 300 mil dólares, de acordo com o sócio-gerente da ECOSEL Brás da Silva, deverão juntar-se outras iniciativas que visam criar um meio ambiente saudável num local onde o principal produto é o peixe que está vulnerável à contaminações decorrentes das descargas das águas residuais.

O plano de gestão ambiental baseado na Convenção Internacional denominada MARPOL, da qual Angola é signatária, adoptada em Londres em 1978, sobre a poluição por navios, inclui 25 tarefas para reverter o quadro do recinto portuário e zona periférica da Boavista, onde são produzidos mais de 10 toneladas de resíduos sólidos, que uma vez tratados poderiam render cerca de 200 mil dólares anuais.

Na ocasião, a directora do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), Paulina Semedo, elogiou a iniciativa, frisando que a mesma deverá passar pela educação ambiental dos armadores e vendedores de pescado no sentido de aconselhá-los para o-exercício de práticas saudáveis de tal forma que se manifesta disponível a participar.

Refira-se que a Pescangola manuseou no primeiro semestre do ano em curso 53.815 toneladas de pescado, contra as 91.417 toneladas em 2016, enquanto em 2015 teve uma descarga de 138 mil toneladas.

#### 10.5 Chuvas deixam bairros de Ondjiva sem energia

*Jornal de Angola*

*04 De Novembro de 2017*

*Texto: Adelaide Mualimusi*

Os bairros de Okakuluvale e uma parte de Okafitu, arredores de Ondjiva, estão privados de energia eléctrica, há quase uma semana, devido ao derrube de 12 postos da linha de transportes de energia, em consequência da chuva de granizo, acompanhada de forte ventos.

O director do centro de produção de energia da Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE), no Cunene, Makumbundo Ngombo, avançou que a situação fez piorar os já constantes cortes de energia eléctrica que se registam, nos últimos dias, em vários bairros da cidade de Ondjiva, devido a avarias nos equipamentos.

O responsável garantiu que esforços estão a ser envidados para que a situação seja reposta o mais breve possível, daí apelar calma aos moradores das zonas afectadas. Neste momento em que decorrem os trabalhos de recuperação dos meios, Makumbundo Ngombo disse que estão a ser feitas algumas restrições no fornecimento de energia, durante os períodos da manhã e da noite, em alguns bairros da cidade.

"Vamos continuar com as restrições até que sejam solúcio nado o problema. Não é o nosso desejo, mas temos que fornecer a energia em função das capacidades existentes. Por isso, não temos

como satisfazer às exigências dos nossos consumidores, enquanto não for reposto os 12 postos", disse.

O responsável provincial da ENDE revelou ainda que a chuva de domingo provocou igualmente danos no posto de média tensão, de 15 quilovolts, que abastece a bombagem de água à localidade de Oipembembe. Com esta situação, os moradores daquela circunscrição da província do Cunene ficaram privados do abastecimento de água potável.

A Direcção Provincial da ENDE, no Cunene, controla 16.700 clientes.

## 10.6 Mais 100 mil árvores plantadas no Cuima

*Jornal de Angola*

05 De Novembro de 2017

Mais de 100 árvores vão ser plantadas, à partir deste mês, numa área de 90 hectares, no perímetro florestal exótico da comuna do Cuima, município da Caála, na província do Huambo.

Segundo um comunicado da empresa Estreia Floresta, gestora da floresta, distribuído ontem à Angop, neste momento, está ser feito o derrube das árvores antigas, cuja madeira está a ser vendida em várias províncias.

O dinheiro resultante destas vendas, segundo o documento, seta aplicado integralmente ria execução do programa de repovoamento da floresta exótica, uma das maiores da província do Huambo. O trabalho de preparação dos solos iniciou em Julho e o processo de substituição das árvores estender-se-á aos 18 hectares ocupados pelo actual perímetro.

Na 'floresta' haver a somente pinheiros, por causa do alto valor económico da sua madeira, diferente do eucalipto, e o cedro que também abundam na floresta da comuna do Cuima. A Estrela da Floresta é uma sociedade comercial angolana que no final de 2016 recebeu o ministério da indústria uma concessão para gestão e exploração de perímetros florestais.

## 10.7 Agricultura desencoraja abate ilegal de árvores

*Jornal de Angola*

10 De Novembro de 2017

O sector da agricultura e do desenvolvimento rural, na província do Zaire, está a trabalhar para o reforço das acções de fiscalização da flora para desencorajar o abate indiscriminado de recursos florestais na região, disse ontem o director provincial.

Gouveia da Silva Pedro explicou que, nesta fase, as atenções estão centralizadas na divulgação da Lei 6/17, de 24 de Janeiro, Lei de Base da Flora e Fauna Selvagens, aos parceiros sociais e aos operadores do sector.

Neste momento, disse Gouveia da Silva Pedro, decorrem também acções de sensibilização de madeiras e outros agentes do ramo a fim do seu licenciamento para o exercício da actividade.

Gouveia Pedro reconheceu a escassez de fiscais do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na região, que conta apenas com quatro elementos, desprovidos de viaturas para a sua mobilidade.

Para contrariar esta situação, Gouveia da Silva Pedro disse contar nas acções de fiscalização com a colaboração do efectivo da Polícia Nacional, da Direcção Provincial do Urbanismo e Ambiente e das administrações municipais.

A nível do Zaire, apenas oito agentes singulares e duas empresas estão licenciadas para o exercício da actividade de exploração artesanal de madeira, num universo de dezenas que o fazem de forma ilegal, disse Gouveia Pedro que disse esperar por um aval do ministério de tutela para o qual foram encaminhados os processos de quatro pedidos de licenciamento feito por empresas de médio e grande porte.

## 10.8 Casas em linhas de água podem causar tragédias

*Jornal de Angola*

12 De Novembro de 2017

O deficiente desassoreamento das valas de drenagem e a construção de moradias em linhas de água continuam a ser as principais causas das inundações e desabamento de moradias na província de Luanda, alertou, sexta-feira, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros. Mais de dez grandes focos de risco e constrangimentos para a população, que surgem quando chove, foram identificados nos arredores da cidade de Luanda, pela Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros.

Os bairros Hoji ya Henda, Tala Hadi e Popular, no município do Cazenga, Quilómetros 12 e 17, em Viana, Kikolo, Vale do Paraíso e Belo Monte, em Cacuaco, Bita e Salinas, município de Belas, Camama e Calemba-2, no Kilamba Kiaxi, bairro Dangereaux, Talatona e o interior dos distritos do Neves Bendinha e Sambizanga e as encostas dos morros da Samba e Boavista, no distrito da Ingombota, são apontados como zonas críticas pelo Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

Devido às chuvas registadas desde o primeiro dia de Novembro, dezenas de moradores da rua do Eurico e arredores, no distrito do Neves Bendinha, abandonaram as suas casas, em decorrência do transbordo da vala de drenagem do Soroca, que causou inundação das habitações.

O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, disse à Angop que

alguns desses focos dão origem à inundações, ao desmoronamento de terras nas encostas e ao desabamento de moradias construídas em linhas de água. As autoridades, de acordo com Faustino Sebastião, continuam a trabalhar para travar as causas das inundações e desabamento de moradias, um problema já inserido no Planeamento de Contingência para a preservação de vidas humanas e bens.

#### Unidade de Trânsito

O comandante da Unidade de Trânsito de Luanda, superintendente chefe Roque da Silva, declarou que a degradação das vias secundárias e terciárias é a causa dos grandes engarrafamentos nas vias principais, nos períodos das chuvas.

O problema agrava-se com a existência de buracos e poças de água, acentuou o oficial superior da Polícia, para quem a situação dos engarrafamentos não é resolvida com o aumento de agentes reguladores de trânsito, mas sim pela reabilitação das estradas. Motoristas abordados pela Angop mostraram - se preocupados com o estado de degradação das vias dos bairros suburbanos, pelo que apelam ao Governo Provincial de Luanda para a sua urgente reabilitação. Também abordado pela Angop sobre como evitar problemas de saúde ocasionados pelo contacto com a água das chuvas, Mendes Gomes, médico de clínica geral, lembrou que, na época chuvosa, entre as doenças de origem hídrica registadas com mais frequência estão a leptospirose, hepatite A, malária e outras causadas pelo mosquito e outros vectores.

"Um dos principais problemas da chuva é a leptospirose, uma doença causada por uma bactéria encontrada na urina do rato e que pode penetrar no corpo através da pele humana", salientou o médico.

Mendes Gomes alertou que, se uma pessoa tiver contacto com água ou lama, deve ficar atenta aos sintomas, como dor muscular, febre e dor de cabeça e procurar um médico, a quem deve informar que teve contacto com água da chuva.

Uma outra doença que pode surgir no período da chuva é a hepatite A, transmitida pela água pura misturada com a de esgotos.

"Os sintomas são variáveis, podendo ocorrer mal-estar, dor abdominal, febre baixa e coloração amarelada nos olhos e pele", avisou o médico. A água da chuva aumenta o risco de diarreia aguda, causada por bactérias, vírus e parasitas, além de febre tifoide, causada pela salmonella typhi, bactéria encontrada nas fezes de animais.

## 10.9 Progressão de ravinas preocupa a população

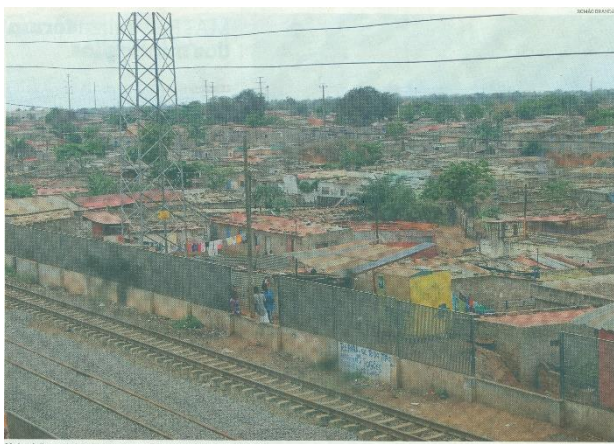
*Jornal de Angola*

*12 De Novembro de 2017*

A progressão de ravinas nos arredores da cidade do Luena, província do Moxico, pode desabrigar, nos próximos tempos, 647 pessoas, alertou, num documento, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros. No documento, enviado ontem à Angop, o órgão operativo do Ministério do Interior refere que do número de pessoas que podem ser desabrigadas, 420 vivem no bairro Kwenha, 77 no Sangondo, 76 no Bomba e 74 na Santa Rosa.

O comunicado acentua que nas aludidas zonas existem 23 ravinas, das quais 18 com tendência de progredir e cinco já foram estancadas. Das ravinas em progressão, esclarece o documento, quatro estão no bairro Sangondo e três no Kwenha. Os bairros Aço-Velho, Bomba, Santa Rosa, Viera, Huambo têm, cada um, duas ravinas, enquanto o bairro Zorro tem apenas uma em progressão. O bairro Zorro, localizada a leste da cidade do Luena, tem duas ravinas estancadas, enquanto os bairros Aço, Elavoco e 4 de Fevereiro estão rodeados por ravinas "imobilizadas". O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, lê-se no documento, disse ser a situação preocupante do conhecimento da Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, de quem esperam procedimentos apropriados para travar o fenómeno.

O documento salienta, por outro lado, que, durante os últimos sete dias, a corporação registou um incêndio, causado por curto-circuito, no bairro Nzaji, provocando danos materiais avaliados em 50 mil Kwanzas. O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros deu assistência a 14 aviões que aterraram no Aeroporto Comandante Dangereux. Na sexta-feira, a engenheira ambiental Rosy Meury Luis afirmou, numa palestra, realizada em Luanda, que as ravinas têm causado prejuízos ao país e estão na origem da destruição de estradas, terra cultiváveis, moradias, além de separarem comunidades.



## 10.10 Chuva provoca ravinas em bairros periféricos

*Jornal de Angola*

14 De Novembro de 2017

Texto: Victor Mayala

As constantes chuvas que se abatem sobre a cidade de Mbanza Kongo, na província do Zaire, estão a provocar o surgimento de novas ravinas, cuja progressão pode isolar alguns bairros periféricos, caso não se faça uma intervenção urgente para as estancar.

O Jornal de Angola constatou que o leito cavado pela corrente das águas pluviais causou estragos no bairro 4 de Fevereiro e na ponte de Maioka, localizada no bairro 11 de Novembro, onde a população manifesta sérias preocupações em relação à suas casas, que podem ser engolida a qualquer momento.

Na nova via urbana de acesso ao bairro 11 de Novembro, vulgarmente conhecido como Uíge e considerado um dos mais populosos da cidade de Mbanza Kongo, nasceu uma ravina, há bem pouco tempo uma simples cratera, que neste momento ameaça cortar a ligação entre o referido bairro e o casco urbano, o que preocupa os moradores e os automobilistas.

A margem da visita ao local, o governador provincial, Joanes André, verificou que as condutas ali colocadas para o escoamento das águas pluviais, aquando da construção da via urbana, não conseguem suportar a pressão das águas, situação que provocou a erosão dos solos, cuja abertura tende, a cada dia que passa, atingir proporções alarmantes.

Para mitigar os efeitos negativos, neste momento, decorrem trabalhos de abertura de novos acessos para as águas das chuvas, para permitir a contenção da ravina na ponte de Maioka.

O director provincial das Obras Públicas no Zaire, Eduardo Chilemba, adiantou que o governo local já elaborou projectos para o estancamento de outras ravinas existentes a nível de Mbanza Kongo, cuja execução vai acontecer tão logo haja verbas.

Dados do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, a que o Jornal de Angola teve acesso, indicam que milhares de famílias vivem em zonas consideradas de risco, entre encostas, ravinas e cursos de água. Em Outubro último, este órgão do Ministério do Interior realizou uma campanha de sensibilização da população, para evitar construções nas referidas áreas.

O governador Joanes André visitou antes a brigada B de desminagem, afecta às Forças Armadas Angolanas (FAA), que removeu minas e outros engenhos explosivos no traçado entre Mbanza Kongo e o município fronteiriço do Nóqui, numa extensão de 52 quilómetros e 200 metros de largura, onde vai passar a linha de transporte de energia eléctrica de alta tensão.

Joanes André encorajou o efectivo envolvido na empreitada de desminagem, num total de 30 jovens sapadores, para que, até Dezembro, finalizem os trabalhos, para, deste modo, permitir a instalação de postos de transportação de energia eléctrica, um produto importante e indispensável para a vida social.

### Cultivo de milho

Dois mil hectares, dos quais 1.500 para o cultivo de milho e 500 de soja foram preparados este ano no projecto agroindustrial de Diadia, município do Cuimba, província do Zaire.

De acordo com o director da fazenda, o zimbabueano Ridgeway Nyhanana, que falava ontem à Angop, o milho, uma cultura com período de maturação de quatro meses, começou a ser semeado no princípio deste mês, numa área de 500 hectares.

O cultivo de soja, um cereal com menos de um mês de maturação em relação ao milho, terá início um mês depois, segundo a fonte, para que a colheita de ambas as culturas seja feita em simultâneo.

Explicou que parte considerável destes cereais se destina à produção da ração animal, que deverá alimentar 100 mil galinhas dos futuros aviários em construção na fazenda, prevendo-se para Maio, do próximo ano, a sua entrada em funcionamento.

## 10.11 Moradores constroem ao longo da linha férrea fugidos das inundações

*Jornal O País*

14 De Novembro de 2017

Texto: Romão Brandão



Mesmo no ponto alto do bairro, um outro risco está à espreita

Apelidado como Buraco, por ser uma área côncava, cuja gravidade se intensificou, segundo os moradores, devido às alterações "feitas nas estradas circundantes. Situado por detrás do conhecido Mercado da BCA, o bairro Buraco, propriamente no Quarteirão 20, Zona 19 do Cazenga, é caracterizado pela terra húmida e esverdeada, bem como as degradantes condições de saneamento básico.

Actualmente, com as chuvas se abatendo sobre a cidade capital, os seus moradores têm as residências expostas ao risco de desabar e as suas vidas em perigo iminente. Aguardam, por isso, pela devida intervenção do Governo, sobretudo a entrega de um terreno numa outra zona, para nele construir e habitarem condignamente.

Não chegando a ajuda, e porque "já estão na chuva, esperam molhar-se". Tudo fazem para se verem livres das inundações.

Entre as poucas soluções adoptadas pelos moradores consta a construção próximo à linha férrea,

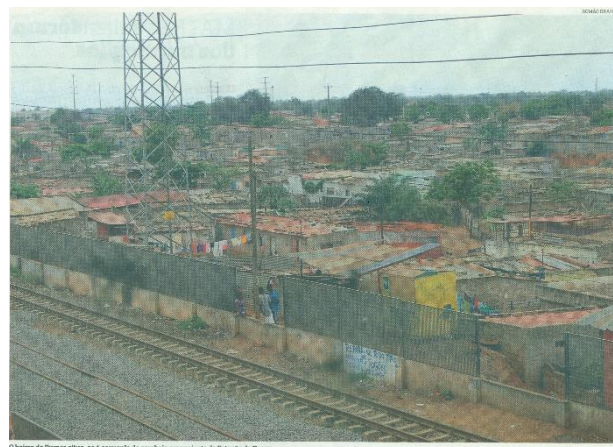
precisamente a maior elevação no local, um "inimigo" que a água tem poucas possibilidades de atacar.

Nesta situação encontra-se o morador António Loango, de 47 anos, que aponta a área como o único refúgio mais próximo, embora reconheça o perigo que a mesma representa por situar-se a escassos metros da linha férrea. Viver ali não é vontade sua, porém, tem que fazer "esse sacrifício" para não ficar ao relento com a família.

"Nas inundações não iríamos sobreviver, tal como muitos não conseguiram. Para evitar isso, preferi construir aqui e proteger a minha família", revelou.

Nesse local, tem que suportar o barulho do comboio e principalmente o tremor de terra. E, acrescentou, tanto ele quanto a família já estão consciencializados e já perderam o medo pelo estremecer de terra.

A casa do nosso entrevistado é de chapas de zinco, até agora tem resistido às passagens do comboio dos Caminhos de Ferro de Luanda (CFL).



O bairro do Buraco situa-se à esquerda do comboio proveniente da Estação do Bengo

Vive há dois anos junto à linha férrea, depois de ter vivido mais no interior do bairro. É dos moradores que abandonaram a casa construída de raiz, por força da água que teima em não secar. "Por não ser peixe, tinha mesmo que fugir da água". Acrescentou que vive com a mulher e 7 filhos. É morador do Buraco desde os seus "11 anitos". Muitas vezes, os filhos mais pequenos, ao passar do comboio, são tomados por um pânico tal, ao ponto de acordarem e, assustados, baterem-se contra as chapas.

Para além de estarem próximos da linha férrea, as casas de chapa encontram-se numa superfície inferior do que dos postes das linhas que transportam energia de alta tensão. Outras casas, inclusive, estão ligadas a tais postes.

Outro problema é o risco de desabamento de algumas residências construídas no ponto alto do bairro do

Buraco, bem próximo da linha férrea. Uma dessas casas é a da senhora Domingas Francisco, 54 anos.

Pelos mesmos motivos, há 6 anos Domingas vive bem próxima da linha férrea, sujeitando-se ao perigo constante pelo facto de não possuir outro terreno ou casa. "O comboio faz muito barulho, mas temos de aguentar mesmo assim", declarou a moradora que vive com o esposo e 4 filhos.

Naquele bairro, como já foi reportado pelo OPAÍS, nas paredes das casas os vestígios das enchentes são permanentes, as quais moradores não se cansam de exibir, pelo facto de testemunharem uma realidade que todos os anos, desde 2007, marca profundamente as suas vidas. Uma marca indelével, porque quando chove, se não se registarem vítimas mortais, há registos de danos materiais.

Uma das pessoas cuja porta de casa a tristeza bateu é Maria Gaspar Junta, de 53 anos, que viu a sua filha e neto morrerem, numa das enchurradas de 2007. A filha, Maria Agostinho António tinha 18 anos e o neto, Agostinho Vicente, tinha 3 anos. A sua casa encheu e desabou, tendo o óbito sido feito na casa de uma vizinha.

A nossa interlocutora vive há 27 anos naquele bairro, e lembra que a primeira inundação foi em 1993. Felizmente não registou mortes nem danos materiais graves. Depois da inundação de 2007 marcou-a também a de 2016, em que o bairro ficou coberto de  gua.

"O Governo não faz nada. Antes não tínhamos este problema, as ruas estavam transitáveis e os carros que iam aos mercados Asa Branca e Sucupira passavam bem, agora retificaram a linha férrea e outras estradas, começamos a ter enchentes, porque a água não tem para onde ir", comentou Maria



Para além do perigo de estarem próximos à linha férrea, há os postes de alta tensão

## 10.12 Cerca de 60% da população sem acesso a instalações sanitárias

*Jornal O País*

*20 De Novembro de 2017*

No comunicado, por ocasião da celebração do Dia Mundial da Retrete, a Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta sobretudo para a questão das crianç as que, sem sanitas, ficam privadas da oportunidade de crescer de forma saudável, preservando a sua própria dignidade.

Estas carências obrigam 892 milhões de pessoas em todo o mundo a defecar ao ar livre, com as fezes a permanecerem nos campos e, no caso em que são deixadas junto a correntes de água, rios e lagos, constituem uma grande ameaça   saúde das pessoas e do próprio planeta, alerta a OMS.

"A ameaça   dupla: de um lado estão os 700 milhões de crianç as menores de cinco anos que morrem anualmente na sequência de diarreias provocadas pela má qualidade da água, falta de casas de banho, serviç os de saneamento e higiene. Por outro lado, a degradação que provoca é o facto de 80% das águas residuais acabarem na natureza sem tratamento prévio", avisa-se no comunicado.

Segundo a OMS, tornou-se também evidente que a degradação do meio ambiente contribui "bastante" para o atraso no desenvolvimento das crianç as nos países mais pobres.

A OMS justifica que o Dia Mundial da Retrete foi instituído para sensibilizar as pessoas para a crise mundial de saneamento básico e fomentar medidas para a solucionar, tal como ficou acordado nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), que têm 2030 como horizonte.

Segundo o compromisso assumido pelos Estados membros das ações Unidas, todos os habitantes do mundo deverão ter acesso ao saneamento básico, terá de se reduzir para metade a quantidade de águas residuais não tratadas e aumentar a reutilização como combustível ou fertilizante.

Os excrementos humanos devem ser depositados, transportados, tratados e eliminados de forma segura e sustentada.

De qualquer forma, as Nações Unidas recordam que a água e um saneamento deficientes custam anualmente aos países em desenvolvimento 260 mil milhões de dólares (201 mil milhões de euros), o que equivale a 1,5% do seu próprio Produto Interno Bruto (PIE).



No sentido contrário, prossegue, cada dólar investido neste sector gerará cinco, graças à melhoria da saúde e da produtividade das empresas.

### 10.13 Zonas críticas do Cazenga prioritizadas na visita do Governador de Luanda

*Jornal O País*

*22 De Novembro de 2017*

*Texto: Alberto Bambi*

As áreas que durante as chuvas inundam com alguma intensidade, no município do Cazenga, estão a merecer a atenção do Governador da Província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, que visita esta municipalidade entre 21 e 23 de Novembro.

Trata-se das zonas mais afectadas entre os considerados 35 pontos críticos desta jurisdição, que destaca a lagoa da Catumbela, visitada ontem pelo número um da capital, e as zonas da BCA, Tio Quimbundo e Asa Branca, além da do Tungangó, bem como arredores da Vala de Cariango.

"Situações de última hora, no Kikolo, fizeram o Governado antecipar a sua visita para Terça, em vez de Quarta-feira, e visitou já 12 áreas do município, como são os casos da bacia ou lagoa de Catumbela, uma estrada em construção denominada Via dos Combustíveis, que liga Cacucaco à rua Deolinda Rodrigues, o Hospital Municipal do Cazenga, assim como a 5ª Avenida e a Rua Pélé, mencionou o administrador municipal, Victor Nataniel Narciso, tendo realçado que a prioridade da visita do mais alto mandatário da província se circunscreveria às regiões do município com mais

problemas.

Os bairros das imediações dos Serviços Integrados de Atendimento ao Cliente (SIAC) e da Filda que constituem grande preocupação para a administração local, sobretudo no período chuvoso' também constam na agenda de Adriano Mendes de Carvalho, cuja missão se resume em produzir soluções para contornar tais fenómenos.

Segundo o administrador Tany Narciso, a grande expectativa do seu pelouro e da comunidade do Cazenga está na retomada dos projectos de requalificação urbana previstos pelo Executivo, principalmente os que contemplam as valas de drenagem, as vias estruturantes e terciárias.

Outra esperança dos populares prende-se com a conclusão da requalificação dos bairros de Calawenda e Terra Vermelha.

Até ao momento, a Administração Municipal do Cazenga tem-se desdobrado por via de um Plano de Contingência para as calamidades derivadas das enxurradas, servindo-se de moto-bombas adaptadas às características da localidade, mangueiras e outros meios técnicos que, segundo Tany Narciso, vão-se tornando pouco eficientes, por serem limitados e reclamarem por manutenção.

"A aquisição do combustível tem sido outra dor de cabeça, se atendermos à sua necessidade no tempo chuvoso", apontou o líder do município, para quem a característica do solo do Cazenga não facilita muito na dispersão das águas das chuvas, por ser um terreno argiloso.

Vale lembrar que o governador preenche o dia desta Quarta-feira com visitas a vários pontos do município do Cazenga e contactos directos com as comunidades locais, para, no dia seguinte, orientar o Conselho Técnico Alargado do Governo da Província de Luanda, que terá lugar nas instalações da Administração Municipal do Cazenga, no período da manhã.

Durante referido conselho, serão discutidas questões ligadas à situação do saneamento básico, à saúde pública e à melhoria de iluminação pública na província, bem como questões específicas do município do Cazenga.

### 10.14 INAMET prevê chuva forte para o centro e leste do país

*Jornal de Angola*

*03 De Novembro de 2017*

O Instituto Nacional Meteorologia e Geofísica (INAMET) prevê para amanhã, 3 de Novembro, ocorrência de chuva forte e vento moderado, por vezes acompanhada de trovoadas, nos três períodos do dia.

Segundo essa instituição, as províncias da Huíla (na cidade de Lubango), Benguela (no município do Cubal e arredores), Cuando-Cubango (na cidade de Menongue) e na Lunda-Sul, serão as províncias mais afectadas por este fenómeno natural.

O INAMET aconselha a população a tomar medidas de precaução e de segurança face aos eventuais riscos de descargas eléctricas e chuva intensa.

## 10.15 O buracão

*Jornal de Angola*  
27 De Novembro de 2017

De algum tempo a esta parte, é comum ver, na cidade capital, empresas que cavam o tapete asfáltico das vias e passeios, para trabalhos de telecomunicações, de energia ou água e no final deixarem tudo o trabalho por concluir. Por isso, hoje, vemos muitos buracos por fechar, cabos de electricidade à mostra, entulhos de areia, enfim, situações que acabam por criar grandes constrangimentos aos utentes de estradas, ruas, ruelas etc. O 'buracão' é resultado de um trabalho inacabado da EPAL, na tentativa de reparar uma ruptura, na avenida Ngola Kiluanje. A cratera tem, mais ou menos, três metros de profundidade e é ignorado ao longo de dois anos, como se não representasse qualquer perigo.

Precisou o governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho passar pela comuna do Hoji ya Henda, município do Cazenga, para que fossem conhecidos os responsáveis pela tamanha abertura e se buscasse a solução que lhe desse fim.

Os moradores temem pelo perigo que o buraco representa, principalmente, no período da noite. Dizem que, quando chove, o buraco enche-se de água e esta acaba por transbordar e invadir a avenida e algumas casas das redondezas.

É pois, uma situação que deve merecer a atenção das autoridades. Afinal, a segurança não pode esperar.

## 10.16 É preciso combater o suborno

*Jornal de Angola*  
28 De Novembro de 2017

Isaac Victor mostrou-se preocupado e atribuiu, por outro lado, a culpa aos sobas que, seduzidos com bens materiais e financeiros, não resistem aos subornos e tornam-se incapazes de defender as zonas florestais sob sua jurisdição.

O combate ao corte ilegal de madeira não deve ser responsabilidade exclusiva do IDF.

O envolvimento das autoridades tradicionais, responsáveis das administrações municipais e comunais e das forças de Defesa e Segurança é determinante para se combater a ilegalidade ainda existente na exploração de madeira na província.

Para travar este fenómeno na província, o chefe de departamento do IDF defende a criação de uma comissão interministerial que envolva, entre outros, organismos como os serviços de Investigação Criminal

e de Migração e Estrangeiros. Esta medida visa penalizar os infractores e o controlo de estrangeiros que se deslocam até às zonas de exploração para a compra de madeira.

Isaac Victor afirmou que a madeira cortada de forma ilegal implica várias consequências e, para além de ser apreendida durante a sua transportação por não ter a certificação exigida, envolve muitas pesadas correspondentes a 30 mil kwanzas por cada metro cúbico de madeira.

Esta pena abrange tanto aqueles que exercem as actividades de forma ilegal como empresas licenciadas, que durante a exploração excederem os metros cúbicos estabelecidos nos documentos formais.

O chefe do Departamento Florestal no Moxico realçou, no entanto, haver algum indício de tráfico de influência no negócio de madeira, o que tem originado algum fracasso no trabalho dos fiscais na província.

## 10.17 Exploração desenfreada de madeira

*Jornal de Angola*  
28 De Novembro de 2017  
Texto: Samuel António

O rumor, segundo os quais "lucro fácil na exploração de madeira", tem gerado grande interesse por parte de alguns cidadãos que mesmo sem licença de exploração procuram a todo o custo exercer esta actividade.

Cidadãos atentos consideram a prática como um autêntico garimpo, que nada tem a ver com o slogan do Executivo sobre a diversificação da economia fora do sector petrolífero.

A reportagem do Jornal de Angola saiu à rua e ouviu vários depoimentos, inclusive de pessoas que vivem nas zonas de exploração de madeira que condenam o fenómeno que consideram como uma afronta a uma das maiores reservas florestais do país. Em volta do assunto, a situação não está para menos. Uma grande maioria dos cidadãos contactados defende a adopção de medidas, para pôr fim à desordem verificada na exploração anárquica de madeira na província.

Sapalo Muecheno vive na zona do Lucusse, uma das localidades com maior presença de empresas de exploração de madeira. O cidadão, que interrompeu o vínculo contratual com uma empresa de exploração de madeira por desavenças com o patrão, alerta no sentido de a entidade de direito acabar com esta onda de açambarcamento deste recurso importante, para a economia do país e da província em particular.

Baseando-se num ditado popular, segundo o qual: "só teme aquele que deve", Sapalo Muecheno receia que grande parte dos que praticam o corte de madeira naquela localidade não sejam empresas autorizadas. E disse mais: para escapar à acção dos fiscais, preferem fazer transporte de madeira a partir do local de exploração na calada da noite.

Diariamente, se assiste com maior frequência a saída de dezenas de camiões carregados com madeira em toro para outras paragens, além de outros carregamentos feitos por meio dos comboios do Caminho-de-Ferro de Benguela.

Moisés Tomás, estudante universitário, disse que o Executivo deve fazer cumprir o Decreto Presidencial que proíbe a importação de madeira em toro. O cumprimento desta medida pode garantir mais postos de trabalho para os cidadãos, com a criação de pequenas e médias indústrias para transformação de madeira.

O jovem, que defende a adopção de novas políticas para se acabar com o excesso na exploração de madeira, afirma que a comercialização de madeira no Moxico não obedece os parâmetros legais.

É preciso maior fiscalização

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Moxico não tem cumprido com rigor o seu verdadeiro papel no que toca à fiscalização dos recursos florestais, o que tem originado muita anarquia no exercício desta actividade.

No mês passado, assistiu-se vários camiões carregados de madeira apreendidos por longas horas num dos controlos da Polícia, por falta de documentação que autorizava a transportação da mesma; mas, para o seu espanto, disse, o caso foi ultrapassado depois de um entendimento entre os camionistas e os agentes em serviço.

Os indivíduos que trabalham em nome das instituições do Estado devem agir com base na lei, para proteger os interesses públicos e evitar todos os actos que se julguem corruptos.

A exploração de madeira deve ser bem aproveitada pelo Executivo, para servir como fonte de receitas e de emprego e evitar - se, por outro lado, qualquer actos que propicie interesses particulares de um grupo de pessoas.

Ezequiel Cardoso trabalha numa fazenda na localidade de Cangumbe. Ele afirma que algumas pessoas particulares têm aliciado os sobas com bens para terem acesso à exploração de madeira, mesmo sem

possuírem licença que os autorize a exercer tal actividade.

Nos últimos anos, há muita concorrência na compra de madeira, principalmente por cidadãos chineses, que se deslocam até às zonas de exploração para fazerem carregamentos.

Um jovem, que conhece com maior propriedade todos os meandros que envolvem a exploração de madeira na localidade onde vive, afirmou que muitos cidadãos abandonaram alguns projectos agrícolas para se dedicarem apenas ao corte de madeira.

O negócio de madeira é um processo de "toma lá, dá cá" e por ser muito rentável e com poucos custos na sua exploração tem motivado muitas pessoas a praticarem esta actividade como fonte de rendimento.

Mussivi tem sido a espécie mais cobiçada e procurada devido à sua durabilidade e, por isto, vários cidadãos defendem a adopção de mecanismos por parte do Estado, para proteger esta espécie pouco rara nas florestas do país.

Para além de madeira, a mussivi dá um fruto que serve como fonte de alimentação. O seu crescimento, até se tornar uma árvore com uma espessura de pelo menos 60 diâmetros de largura, leva no mínimo 50 anos. A sua semente germina com facilidade e pode ser uma alternativa para evitar a extinção da espécie. Cidadãos defendem que a exploração de madeira deve ser exercida apenas por empresas licenciadas para se evitar a fuga ao fisco e preservar-se o meio ambiente, usando métodos de repovoamento de novas espécies. Questionado sobre o vandalismo registado na exploração de madeira, o chefe de departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Moxico afirmou que a grande procura de madeira nos últimos anos tem aliciado pessoas não documentadas a fazerem corte de madeira para fins particulares.

## 10.18 Polígonos florestais vão ser repovoados

*Jornal de Angola*

*28 De Novembro de 2017*

Mais de cinquenta milhões dólares são investidos no projecto de reflorestamento 80.000 hectares do poli nos devastados das províncias do Huambo, Benguela e Huíla.

O projecto é de longo prazo e foi apresentado oficialmente aos operadores que actuam no sector florestal, com o objectivo de se efectuar repovoação

de distintas espécies florísticas nos vários polígonos devastados das

Três províncias, tendo em conta a sua importância na cultura, no ambiente e indústria celulosa.

Na cerimónia de apresentação, Bernardo Freitas, director-geral da empresa estrela da Floresta, encarada da execução da praia, explicou que os 80.000 hectares são de plantio de eucalipto. Contemplando também as áreas actualmente não plantadas.

Segundo Bernardo Freitas, numa primeira fase, o projecto vai abranger as zonas mais devastadas, nos municípios de Alto Catumbela (Benguela), com 34 hectares, Cuima (Huambo), 146, e Sanguengue, no município do Cachiungo, província do Huambo, com 48.

De acordo com o director-geral da Estrela da Floresta, a empresa vai actuar nas áreas com maior índice de exploração de madeira e as novas plantações serão geridas de forma sustentável, respeitando os padrões ambientais e sociais.

A fonte apontou que tanto as plantações revitalizadas como as novas vão servir para a produção de madeira para as indústrias locais, permitindo por via disso a formação de parques da indústria florestal, para apoiar pequenas empresas.

## II. MIGRAÇÃO

## 12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

